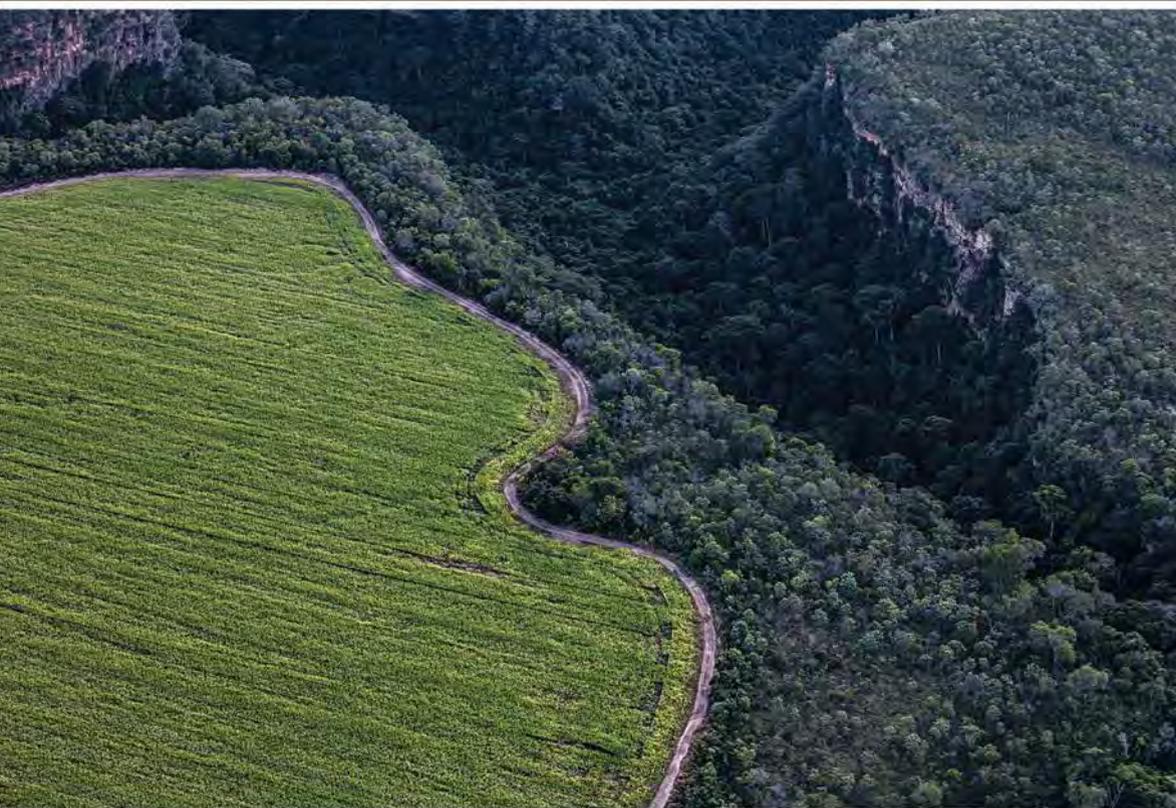


Entre chapadas e baixões do **MATOPIBA**

Dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos
na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado



ARILSON FAVARETO
Coordenador

Louise Nakagawa | Marcos Pó | Paulo Seifer | Suzana KleeB

Entre chapadas e baixões do MATOPIBA

**Dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos
na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado**

Entre chapadas e baixões do **MATOPIBA**

Dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos
na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado

ARILSON FAVARETO
Coordenador

Louise Nakagawa
Marcos Pó
Paulo Seifer
Suzana KleeB

São Paulo, 2019.

GREENPEACE

**ILUSTre**
Editora

F 273e Favareto, Arilson
Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e
impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária
no cerrado / Favareto Arilson (Org.), Nakagawa, Louise, Pó, Marcos,
Seifer, Paulo, Kleeb, Suzana. – São Paulo: Prefixo Editorial 92545,
2019.
272p.: tab.

ISBN: 978-85-92545-09-3

1. Meio Ambiente – Preservação e Conservação 2. Impactos
Sócioeconômicos. 3. Alteração Ambiental. 4. Meio Ambiente -
Cerrado . 5. Agropecuária. I. Favareto, Arilson (Org.). II. Título.

CDD - 22.ed. – 333.72

Edição: Pedro de Luna.

Projeto gráfico: Isabel de Luna.

Revisão: Luanny Hella.

Todos os textos, opiniões, autorias, gráficos, tabelas,
mapas, fotos, ilustrações e imagens utilizados nesta
obra são de inteira responsabilidade dos autores.

Foto de capa: Marizilda Cruppe.

Todos os esforços foram realizados para identificar
os autores de todas as imagens deste livro.

AGRADECIMENTOS

Este livro é resultado de uma pesquisa realizada em pouco tempo, mas cobrindo um território vasto e marcado por problemas bastante complexos. Só foi possível obter os resultados aqui apresentados porque contamos com a colaboração de muitas pessoas, em muitos lugares. A quantidade é tão grande que nominar cada uma delas tornaria a lista enorme, na casa das centenas de menções, e há sempre o risco de se cometer alguma injustiça ou omissão. Algumas delas talvez prefiram não ver seu nome exposto, pela posição que ocupam nos conflitos lá existentes.

Por essa razão, fica aqui o agradecimento a todas e a todos que nos receberam em suas casas, nas comunidades tradicionais, nos pequenos sítios ou nas grandes fazendas, nas pequenas e nas médias cidades do Matopiba. A quem nos recebeu nas sedes das organizações patronais e nas organizações de representação dos trabalhadores. Às pessoas que nos abriram as portas dos seus escritórios nas secretarias de governo, prefeituras, movimentos sociais, órgãos de pesquisa e assistência técnica, bispos de dioceses e organizações não governamentais, em cada um dos quatro estados e em Brasília ou em São Paulo.

Somos igualmente gratos a todas e todos os que puderam ajudar com informações, indicação de contatos, sugestões de estudos e documentos ou discutindo as ideias aqui apresentadas. Tudo isso nos permitiu compor um mosaico de pontos de vista e de evidências empíricas em torno de controvérsias e conflitos, tentando sempre ouvir uma pluralidade de vozes, buscando compreender uma diversidade de sujeitos e interesses.

Como é nossa função, dialogamos criticamente com as várias posições expressas a respeito dos rumos do Matopiba, mas sempre procurando respeitar as divergências, as experiências, e as perspectivas de cada pessoa ou segmento social entrevistado ou mencionado neste estudo.

Especificamente, é preciso mencionar a Climate and Land Use Alliance e o Greenpeace Brasil, pelo inestimável apoio que viabilizou a pesquisa e, agora, esta publicação.

Junto com o agradecimento, fica nosso sincero pedido de desculpas pelas eventuais imprecisões ou ausências que o texto final traz — como sempre pode acontecer em trabalhos desta natureza. E também a esperança e o desejo de que os dias

que virão mostrem que algumas das tendências negativas que apontamos não se concretizaram, e que a sociedade local e o Brasil foram capazes de equacionar de uma melhor maneira alguns dos problemas que aqui apresentamos. Para isso serve uma pesquisa. Para ajudar a que os sujeitos possam conhecer mais e melhor aquilo que acontece e, dessa forma, atuar com ainda mais propriedade para transformar a realidade em que estão imersos. Se tivermos contribuído, com pouco que seja, para isso, então esta é a melhor forma de agradecimento que podemos expressar pelas horas roubadas do sossego ou do trabalho de cada uma e de cada um.

PREFÁCIO

Este é um livro sobre o Matopiba, região situada na confluência dos quatro estados cujas siglas aparecem no acrônimo que forma seu nome. Uma região situada ali onde o Cerrado toca as bordas da Amazônia e da Caatinga. Naquela parte do Brasil em que a dinâmica socioeconômica que marcou a transformação do Centro-Oeste brasileiro em palco das modernas lavouras de grãos avança pelo Nordeste e pelo Norte, alterando a paisagem local, trazendo mudanças em estruturas sociais e econômicas que perduraram até então, por séculos.

Mas, qual é o resultado disso? Progresso e produção de riquezas, como defendem os entusiastas do agronegócio brasileiro? Ou degradação ambiental e desigualdades, como alegam os que denunciam este modelo de produção e uso do espaço? Estas são questões que esta publicação procura responder.

O leitor encontrará nas próximas páginas um diálogo crítico com ambas as perspectivas, assumindo, no entanto, o risco de desagradar a gregos e troianos.

Com efeito, durante a realização da pesquisa procurou-se ouvir os diversos setores, evidenciar todas as controvérsias. De fato, tem razão quem afirma existir ali situações de injustiça e de violência, sobretudo envolvendo a população mais pobre. E também estão certos os que enfatizam que a expansão da agropecuária trouxe consigo uma elevação da produção a uma região antes marcada pela precariedade. O livro revela como as duas faces se combinam e se mesclam garantindo os contornos atuais do território.

Mas, mesmo com essas ponderações, a conclusão está longe de ser neutra ou asséptica. A mensagem principal é que há mais pobreza e desigualdade do que riqueza e bem-estar no Matopiba. Não faria sentido, então, a narrativa dominante de que os problemas ambientais ou aqueles vividos pelas comunidades tradicionais locais seriam o custo do progresso. É a própria ideia de progresso que pode ser posta em xeque.

Se essa conclusão principal desagrada os entusiastas, uma constatação que a ela se segue tende a desagradar o lado oposto da contenda. As lutas sociais e as formas de resistência ao que se passa naquela região não têm conseguido, até aqui, fazer frente ao modelo que vai pouco a pouco se expandindo. Elas se concentram na defesa de direitos legítimos. Mas, apresentam dificuldade em alcançar

setores mais amplos da sociedade e oferecer um caminho diferente, que permita convencer a opinião pública de que é possível conciliar a expansão das bases do bem-estar da maior parte da população e, ao mesmo tempo, a conservação da natureza e o respeito aos modos de vida de quem recusa esta falsa promessa de progresso.

Em resumo, a palavra de ordem segundo a qual outro mundo é possível ainda soa pouco palpável para muitos. Isso ajuda a entender porque boa parte da sociedade brasileira segue vendo o modelo exportador de commodities como algo necessário e inescapável.

É neste ponto que o caso do Matopiba extrapola suas fronteiras. O que se revela a partir desta situação concreta é, na verdade, uma expressão clara da atualidade da questão agrária brasileira. E esta é outra contribuição que o livro busca oferecer. Uma reflexão cujas implicações vão além do que se passa naquela região, em particular.

Ora, dirá alguém, a questão agrária brasileira já foi resolvida. O país passou da condição de déficit na produção de alimentos para figurar entre os maiores exportadores mundiais no intervalo de uma geração. Além disso, o Brasil hoje é um país predominantemente urbano. Se nos meados do século passado três quartos da população viviam nas áreas rurais, hoje esse predomínio se inverteu. O não enfrentamento de uma questão agrária e sua redução a uma questão agrícola não impediu a industrialização, nem a urbanização do país, e nem mesmo a solução para o problema da produção de gêneros capazes de alimentar uma população em crescimento. Mas a forma como isso se fez teve consequências. O país perdeu a oportunidade, no passado, de realizar uma reforma agrária no momento em que a industrialização ocorria. Uma maior desconcentração da terra teria refreado o intenso e acelerado êxodo para as cidades e possivelmente evitaria o caos urbano que marca nossas metrópoles. Uma distribuição da terra naquele momento poderia ter levado a mesma autossuficiência na produção de alimentos, contudo, a partir de um modelo menos concentrador de renda. Tais condições constituiriam uma classe trabalhadora urbana mais bem remunerada, pois o mercado de trabalho industrial não estaria apoiado em uma abundância de oferta de trabalhadores, que só sairiam de suas terras mediante melhores pagamentos do que aqueles obtidos com o autoemprego.

Nada disso ocorreu. O Brasil tornou-se um dos maiores exportadores de commodities, sob um modelo fortemente desigual, intensivo em recursos naturais e com uma urbanização e industrialização incompletas e precárias. Tal como a personagem Inês de Castro, estaria, então, morta a questão agrária? Agora é tarde e de pouco adiantaria chorar esse defunto? Não exatamente.

As funções acima mencionadas e resolvidas pela via da chamada modernização conservadora haviam sido muito enfatizadas nos clássicos do marxismo sobre o tema, ou mesmo no pensamento estruturalista sobre a superação do subdesenvolvimento. Porém, há também outro aspecto que nos tempos atuais adquire a mais alta relevância. Ele envolve a tendência em curso de crescente mercantilização dos recursos naturais. Isto é, a questão agrária não diz respeito somente à terra, mas ao conjunto de recursos a ela associados, como a água e a biodiversidade, ou os serviços ecossistêmicos prestados pela natureza e dos quais dependem as sociedades humanas. Mais ainda em um contexto de mudanças climáticas e de aumento da desigualdade.

Dito de outra forma, o que importa saber é se o direito, o acesso, a posse e o uso da terra sob o capitalismo contemporâneo, têm ou não repercussão política e econômica. E o que esta pesquisa sobre o Matopiba deixa evidente é que a resposta para esta pergunta é, sim. E, se assim é, então a questão agrária se mostra atual.

A contrapartida da exuberância do agronegócio tem sido o aprofundamento da dependência externa e da mercantilização da terra, dos recursos naturais e do patrimônio biogenético. Os imperativos da conservação ambiental ou a possibilidade de se empreender outros usos econômicos da biodiversidade, estratégicos em longo prazo, ficam secundarizados perante a necessidade de viabilizar ganhos de curto prazo via produção de commodities e que permitam equilibrar ou minimizar os problemas da balança comercial do país.

A chamada internacionalização é a bola da vez: grupos internacionais ampliam sua presença e convertem esta base de recursos em ativos, para usar a linguagem dos investidores, resultando ainda em especulação imobiliária e na perda de soberania sobre o controle destes recursos. Pior: no caso brasileiro, com as conhecidas práticas de grilagem de terras e com a possibilidade de movimento de avanço da fronteira em direção ao interior da Amazônia, tais processos alimentam um ciclo vicioso bastante conhecido: reproduzem-se setores que usam a terra como mera fonte de valorização patrimonial e de poder político, sem

qualquer contrapartida social. Esta parte daquilo que se chama de agronegócio nem mereceria esse rótulo, pois se trata do mais típico patrimonialismo.

A desorganização do marco jurídico é a condição para que isso se faça. E se evidência, nos tempos atuais, pela pressão de grandes grupos econômicos a favor do afrouxamento da legislação que restringe a presença do capital internacional na aquisição de terras. Ou, pela revisão dos marcos de regulação sobre as terras étnicas, de indígenas e quilombolas, e sobre as áreas de recursos ambientais destinados à conservação, como prevê a Constituição de 1988.

Finalmente, alguém poderia retorquir afirmando que, se a região não ganha tanto, ainda assim os custos ambientais compensariam porque é a economia do país quem se beneficia. Mesmo isso, é apenas meia verdade. É certo que a balança comercial deve boa parte de seu desempenho atual ao agronegócio. Contudo, há outro lado da moeda que não pode ser desprezado. A especialização na produção de bens primários tem feito com que a participação da indústria de transformação nas exportações nacionais, que já foi de 21,8% nos anos 1980, esteja hoje no mesmo percentual dos anos 1950 do século passado: meros 11%! Qual é a consequência disso? Criação limitada de empregos, economia pouco sofisticada, o país mais vulnerável e dependente de poucos e voláteis mercados, submetido ao poder econômico e político do setor agroexportador — basta lembrar da chamada bancada ruralista —, dificultando a emergência de novos atores capazes de dinamizar o panorama produtivo e das forças sociais.

Não se trata de dizer que tudo de ruim se deve ao agronegócio. Mas, de chamar a atenção para o fato de que é ruim para o Brasil depender crescentemente desse setor. Sobretudo do agronegócio tal como ele veio se consolidando até aqui.

Vale lembrar Karl Polanyi: terra, trabalho e dinheiro não podem ser tomados como simples mercadorias porque eles têm implicação para o funcionamento e a coesão da sociedade como um todo. O reconhecimento de uma questão agrária não implica, portanto, necessariamente ou exclusivamente uma reforma agrária — a disciplinarização do uso da terra e dos recursos naturais é outra dimensão muito importante. E isto envolve uma dimensão legal, expressa nos dispositivos constitucionais e nos marcos regulatórios sobre a atividade agrícola, o regime de propriedade e usos da natureza. E envolve uma dimensão social, pois as leis são expressão de acordos e contratos tácitos e explícitos estabelecidos entre o conjunto das forças sociais.

Eis aqui a contribuição final que o livro procura apresentar. Chamar a atenção para o fato de que vivemos em uma encruzilhada histórica. A crise pela qual passa o país nesta segunda década do século XXI não é fiscal ou momentânea. Ela talvez seja expressão da crise de um contrato social em torno dos caminhos que a trajetória do país assumiu. Nossa posição de exportador de commodities nos moldes atuais terá crescentes dificuldades em dar as respostas para a criação de empregos, a diminuição da desigualdade e a conservação da natureza, requisitos fundamentais para as décadas que virão. Desse modo, não se trata de minimizar a importância da moderna agricultura comercial do país. E sim, de colocá-la em uma perspectiva mais ampla, de longo prazo, que implica repensar que posição o país quer ocupar na ordem internacional, com que grau de coesão interna, e sob que tipo de relações entre sociedade e natureza.

Os autores.

São Paulo, março de 2019.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Três cenas significativas	15
O que é o Matopiba	21
O argumento principal	32
1. UM POUCO DE TEORIA	41
2. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MATOPIBA COMO CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	52
Os cerrados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia antes do Matopiba	54
A modernização e a invenção do Matopiba	67
Matopiba hoje	75
Entre o hoje e o amanhã: uma nova etapa da formação territorial?	93
3. COMO O DINAMISMO ECONÔMICO SE TRADUZ EM INDICADORES DE RIQUEZA E BEM-ESTAR	104
A leitura de indicadores selecionados para o conjunto dos municípios do Matopiba	107
Esboço de uma tipologia	132
4. UM RETRATO DA HETEROGENEIDADE ESPACIAL	137
O que aconteceu nos dez municípios campeões de produção de soja e seu entorno	138
5. AGENTES E NARRATIVAS SOBRE O FUTURO DO MATOPIBA	229
CONCLUSÕES	241
BIBLIOGRAFIA	252
ANEXO - Recordatório de imagens – A terra, a gente, as coisas	259

INTRODUÇÃO

Três cenas significativas

Cena 1 – Piauí, janeiro de 2018

Na prefeitura de um dos municípios mais destacados na produção de soja das últimas décadas alguém menciona um distrito local, considerado símbolo de ocupação daquele território. Sua gênese remonta à vinda da primeira leva de agricultores sulistas: os *gaúchos*, como são chamados ali. O caso é narrado como uma típica história de empreendedorismo heroico. Algumas dezenas de famílias saíram do Rio Grande do Sul, onde o esgotamento da fronteira agrícola só deixava aos filhos de agricultores que queriam continuar nessa atividade a alternativa de migrar.

Contrariando conselhos de familiares que consideravam loucura abandonar a terra natal rumo a lugar desconhecido, distante e sem garantias, algumas dezenas deles embarcaram na aventura. Ao chegar, passaram certo tempo vivendo sob barracas de lona, abrindo, mais tarde, eles mesmos, escolas e estradas. Os lotes iniciais tinham 300 hectares. Hoje, a maioria dos que ainda estão no local têm entre 2 e 7 mil hectares, diz o relato. Por conta disso, o distrito é apresentado como exemplo daquilo que seria o espírito pioneiro dos cerrados do Nordeste.

Com o avançar do diálogo, o Secretário de Agricultura, um jovem agrônomo de pele clara e cabelos alourados, que destoa dos demais presentes na sala por seu biotipo, revela com orgulho ser de lá e, de forma muito prestativa, se oferece para viabilizar uma visita na tarde do mesmo dia.

A caminhonete 4x4 da prefeitura sai de um posto de gasolina às duas da tarde, sob sol inclemente. Serão aproximadamente duas horas de deslocamento, praticamente todo feito por estradas de terra em bom estado de conservação, ao longo de mais de 100 km.

O secretário usa uma camisa cujo bolso traz bordado o logotipo da fazenda do pai com a data da sua fundação, na década de 1990. Uma prima dele, que acaba de chegar de viagem, também vai de carona. Cursando o último ano da faculdade de veterinária no Rio Grande do Sul, ela veio conhecer a região, cogitando a possibilidade de se mudar em busca de boas oportunidades de emprego.

Ao longo do trajeto, várias vezes o secretário diminui o ritmo do veículo para inspecionar roçados de agricultores familiares para quem a prefeitura cedeu horas de serviço de um trator, verificando se o plantio foi feito ou não. Nos casos em que a resposta é negativa, há um praguejar em tom paternal, seguido da ameaça de uma reprimenda, logo acompanhada de um comentário, como se fosse preciso se justificar: *“A gente tenta ajudar o pessoal daqui com uma coisa ou outra, porque é tudo muito precário”*.

Uma hora e meia depois, cruzando com bem poucos carros pelo caminho, surgem os chamados chapadões, áreas altas e planas onde estão os imensos campos de soja. Questionada se o que vê é muito diferente do lugar de onde vem, a prima, até então calada, olhos vidrados na paisagem, toma fôlego e, com certo espanto, responde exclamativa: *“É muito diferente!”*. A extensão dos campos de soja é, de fato, impressionante. A expressão “até onde a vista alcança” parece ter sido cunhada ali. Só há três cores no horizonte: o marrom da terra da estrada num fio contínuo à frente, separando em duas metades o verde das plantações e, lá ao fim, o azul do céu, onde elas terminam.

Essa imagem se repete por muito tempo. A única exceção são os pequenos pontos mais escuros que surgem na paisagem vez ou outra e que só ganham nitidez quando ficam bem mais próximos: são as sedes das fazendas ou das grandes empresas que comercializam os grãos, os “ninhos de gaúchos”, como dizem jocosamente os moradores locais. Isso porque as construções ficam abrigadas num rodeado de eucaliptos, que servem para cortar o vento que sopra no descampado e, assim, protegem o terreno onde ficam a casa, a sede, o silo e o galpão, que guarda as máquinas.

Em geral, pode-se chegar a esses nichos saindo da estrada principal por um caminho secundário, de cerca de duzentos metros. A disposição das árvores também protege a área interna dos olhares de quem passa ao longe. Depois de dezenas de quilômetros de paisagem monótona, sem encontrar uma alma viva na estrada ou na lida das lavouras, a caminhonete deixa a estrada principal e dobra em uma dessas saídas.

O nicho formado pelos pés de eucalipto vai se tornando mais próximo e, só então, é possível distinguir o que há por detrás deles. Tudo ali parece protegido e abrigado. Há a sede da fazenda à direita, onde funciona a administração e, à esquerda, um campo de futebol de gramado impecável. Atrás da sede está o

galpão das máquinas e, ao lado, um silo para a armazenagem de grãos. Do lado oposto, encontram-se duas casas térreas grandes, avarandadas, aparentemente bem confortáveis. A muralha de árvores envolve esse arranjo de construções e não protege apenas dos ventos e da curiosidade externa. Isola também a paisagem desde dentro, deixando o olhar restrito a esse pequeno universo, quebrando a aridez e o horizonte opressivo do largo planalto que ficou do lado de fora. Há sombra e silêncio.

Diante da agradável varanda do edifício-sede vem o pedido para tirar os sapatos: *“O pai não gosta que leve poeira para dentro”*. Surge à porta um senhor grisalho, de olhos claros, aparentando pouco mais de 60 anos. Depois, se descobriria que, na verdade, é uma década mais jovem. Vestindo camisa igual à do filho, com o logotipo da fazenda, ele esboça o sorriso típico e acolhedor da gente da roça, um pouco contido.

Uma vez acomodados em simples, mas confortáveis cadeiras, esse proprietário fala de sua ascendência alemã, das razões da vinda do Sul e dos difíceis dias do começo, sem casa e água. Conta também como procuraram estabelecer laços de cooperação com os habitantes originais, o que levou a ajudá-los a construir uma igreja na comunidade vizinha e a escolherem o seu santo padroeiro.

A conversa então evolui para as dificuldades do agronegócio nos dias atuais. Uma ponta de preocupação surge no rosto do homem quando interrogado sobre como competir num quadro em que os custos estão cada vez maiores e os preços do mercado de soja menos atrativos do que na década passada, quando se viveu o chamado *boom* das commodities. Questionado sobre o receio de não conseguir se manter competitivo nesse contexto, uma expressão tranquila e segura substitui o ar apreensivo e a cabeça meneia serenamente em negativa. Então, qual seria a alternativa? *“Melhorar a gestão, escolher melhores insumos”*, responde ele. E do futuro, o que imagina? Um novo e discreto sorriso se forma e, após alguns segundos, vem uma resposta, simples e direta: *“Brilhante!”*.

Cena 2 – Tocantins, dezembro de 2017

É fim de tarde. O dia todo foi gasto percorrendo comunidades pobres situadas às margens das grandes fazendas de soja que hoje dominam o local, distantes cerca de uma hora e meia do núcleo urbano mais próximo. As histórias ouvidas repetem um mesmo roteiro: por gerações essas pessoas viveram ali, morando

principalmente nas partes mais baixas, por onde passam os cursos d'água, cultivando seus pequenos roçados e criando gado solto em áreas de uso comum. Até que, pouco mais de uma década atrás, o governo estadual resolveu implantar um projeto que prometia atrair investimentos externos.

De acordo com o que se conta, o suposto dono anterior das terras, apesar de improdutivas e praticamente sem benfeitorias, foi indenizado pelo Estado em valores muito superiores aos usuais. Os novos donos adquiriram as terras, então públicas, mediante o pagamento de um valor irrisório comparado aos preços praticados no mercado.

Como resultado, o antigo proprietário recebeu uma pequena fortuna por terras improdutivas, graças a indenizações polpudas. Os novos proprietários também ganharam uma enorme valorização patrimonial ao adquirir vastas extensões de terra a preços meramente simbólicos. Quem perdeu foi o Estado e, por conseguinte, a sociedade como um todo, pois praticamente foram transferidos recursos públicos a esses velhos e novos proprietários fundiários. Perderam ainda mais as populações locais, que seriam desde então privadas dos meios que sempre lhes garantiram a sobrevivência. Um típico caso de funcionamento do patrimonialismo que, ao longo de gerações, envolve as relações entre o público e o privado no Brasil.

Em casas de chão de terra batida e paredes de barro, cada morador narra as dificuldades da vida atual sob olhares por vezes tristes, por vezes atentos e curiosos das crianças que espreitam a conversa dos adultos. Não é apenas a menor disponibilidade de terra para trabalhar. A água dos pequenos riachos, que antes serviam para beber e de onde se podia pescar para a alimentação, agora estão mais escassas. Além disso, ninguém tem coragem de usá-la porque as plantações de soja estão a poucas dezenas de metros dali. Há contaminação pelo uso de agrotóxicos, todos sabem. Vez ou outra o veneno é despejado sobre a plantação com um avião e o vento se encarrega de levar parte dele para onde estão as comunidades. Dores de cabeça e, em alguns casos, doenças de pele, antes inexistentes, se tornaram mais frequentes. Quanto aos casos de depressão, não se sabe se ocorrem devido a isso ou se resultam de pura e simples desolação com a vida tão restritiva e sem perspectiva.

Uma dessas conversas acontece sob uma precária construção de laterais abertas e chão de terra, medindo menos de 20 m². O teto de palha, sustentado por finos

e rústicos troncos de madeira, cobre entre dez e doze carcomidas carteiras escolares. Pedacos de lona preta são feitas às vezes de parede, bloqueando um pouco a claridade do sol. Essa é a escola da comunidade. A poucos minutos de caminhada dali, está uma das modernas lavouras de soja, que em meses será colhida por grandes máquinas, das quais *“um simples espelho retrovisor custa mais de mil reais”*, como mencionaria depois um empregado de uma das fazendas.

Naquele mesmo campo de soja, bem no meio da plantação, um pequeno amontoado de árvores retorcidas sobressai na monotonia da paisagem. Um morador local esclarece: é o cemitério da comunidade. Para chegar até o local, não há caminho; é preciso literalmente se embrenhar entre os pés de soja. Pequenas cruces, duzentos metros adiante, algumas caídas, outras protegidas pelas árvores, estão ali talvez para impedir que as máquinas avancem e transformem o lugar, sagrado para alguns, em área cultivada. Outras comunidades não tiveram a mesma sorte, diz o morador. Quando foram reclamar, as máquinas já haviam transformado tudo em terra de plantio. Lá onde estão enterrados os ancestrais, cresce e viceja sobre os seus corpos uma imensa plantação. Não é uma metáfora.

Essas comunidades estão em litígio com os proprietários. Como é normal em regiões como essa, há controvérsias envolvendo a titulação da terra e o direito de posse. O pouco que lhes resta é reivindicado pelas fazendas para ser usado como área de reserva legal, como exige o Código Florestal Brasileiro, pois ali ainda há remanescentes da vegetação nativa.

Tudo isso é contado por uma liderança local, de tez morena, revelando se tratar de mais um mestiço, como tantos outros moradores locais. Sempre sem se exaltar, com a indignação calma dos sertanejos, ele explica as tentativas feitas na Justiça e a busca por apoio de outras organizações, principalmente de fora.

O resultado? Algumas famílias conquistaram o direito de continuar a morar ali, mas a falta de área suficiente para plantar ou criar praticamente impede que consigam viver adequadamente. Ao mesmo tempo, a chegada de novas pessoas é proibida. Com tantas restrições, muitos preferem ir embora.

Questionado sobre como imagina o futuro daquelas comunidades daqui a quinze ou vinte anos, um silêncio denso se forma. O olhar evita quem o interroga por instantes e se perde no horizonte ao cair da tarde, passeando pelas árvores em volta, talvez para evitar que o marejar dos olhos se transforme em lágrimas. Depois

de engolir a seco, vem a resposta, mais uma vez serena e tristemente resignada: *"Acho que nada disso vai existir mais. Nosso jeito de viver, de plantar, nossas comunidades... Tudo isso aqui vai acabar"*.

Cena 3 – Maranhão, janeiro de 2018

No remanso de um pequeno riacho, mesmo sob o castigo do sol do meio-dia, ela segue firme na labuta, água à altura dos joelhos. Ao seu lado, uma carriola, dessas usadas para transportar areia, pedra ou material de construção, transborda cheia de roupas. À sua frente há um tronco largo, caído, que é usado para bater as roupas depois de enxaguá-las. Suas próprias vestes estão encharcadas, um tanto por inevitavelmente se molhar com o trabalho que executa, mas em grande medida pelo suor do esforço. É uma mulher magra, mas forte, idade em torno dos trinta anos, cabelos longos e presos, por exigência da religião ou para facilitar a tarefa árdua.

Os movimentos são vigorosos e precisos. Cada peça de roupa enxaguada dá a volta por trás do corpo, é erguida acima da cabeça e golpeada com violência no tronco, de onde a água espirra em todas as direções. O gesto se repete seguidas vezes, rápida e metodicamente, até que nenhuma gota mais saia. Bater roupa assim faz lembrar uma passagem de Graciliano Ramos sobre as lavadeiras de Alagoas. Mas essa cena se passa no sul do Maranhão. Surge depois de quase duas horas após sair do núcleo urbano mais próximo, após se atravessar a imensidão dos campos de soja locais, nos arredores de um assentamento rural.

O diálogo começa pelas amenidades, mas logo adentra o terreno da vida concreta. Ao falar dos casos e dos problemas vividos nos tempos recentes por ela e seus vizinhos, o rosto da mulher muda. Até então sorridente, a expressão se torna mais carregada.

Ela conta que depois da chegada do agronegócio sua comunidade enfrenta dificuldades, porque onde se criava gado e se tirava fruto da floresta, tudo virou plantação. Aquele curso d'água onde ela se encontra, antes mais abundante, agora rareia. Para beber não serve mais, porque o veneno usado nas plantações de soja, distantes menos do que um quilômetro dali, desce para as águas. A única alternativa é tomar água de poço, mas não é a mesma coisa. O uso de agrotóxicos, muitas vezes despejado por aviões, também causa mal-estar, problemas na pele e de respiração.

O tom de lamento vai corroborando tudo o que já se ouviu a respeito dos efeitos destrutivos da expansão agropecuária para essas comunidades tradicionais. Mas ao ser perguntada sobre como era a vida antes da chegada do agronegócio a resposta vem rápido: “*Antes era pior*”. Notando a surpresa com a aparente contradição, complementa: “*É que agora tem um pouco de emprego*”. Mas para todo mundo ou pelo menos pra bastante gente? “*Não, é pouco. É só que agora tem mais coisas aqui. Mudou muito!*”, diz ela, com um sorriso ao mesmo tempo conformado e esperançoso.

O que é o Matopiba

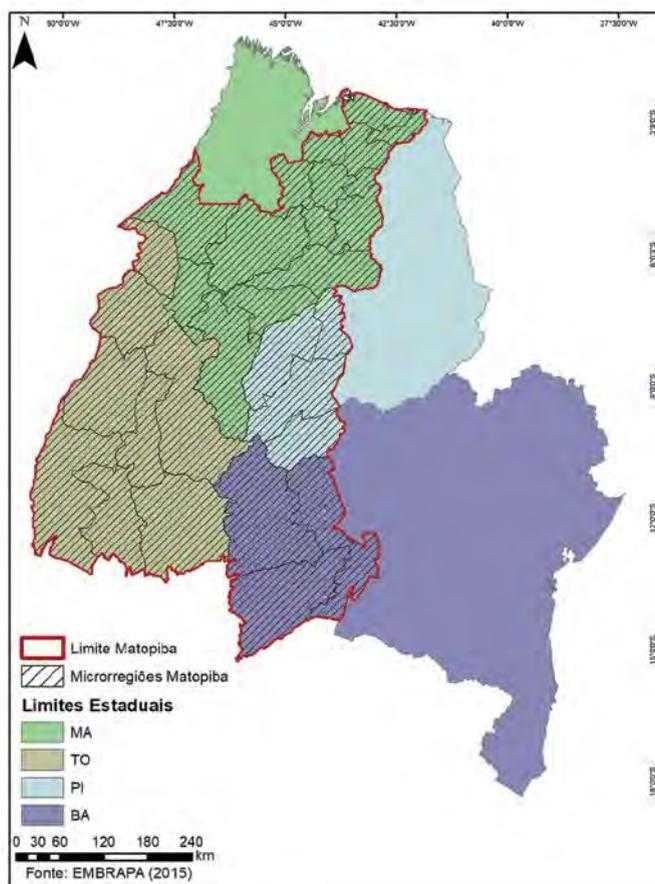
As três cenas anteriores se passam em áreas distintas, todas situadas no amplo espaço geográfico que vem sendo chamado de Matopiba: a vasta porção do Cerrado brasileiro e parte da Amazônia Legal que envolve todo o estado do Tocantins, mais o oeste baiano, o sul do Maranhão e do Piauí.

Ali está a principal fronteira de expansão da agropecuária brasileira, além da Amazônia. São 337 municípios em uma área total de 73 milhões de hectares. Com base nos dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011), viviam no local quase 6 milhões de pessoas. O Produto Interno Bruto estimado perfazia R\$ 53 bilhões no meio desta década (EMBRAPA, 2017).

A produção é, contudo, bastante concentrada: apenas sete das trinta e uma microrregiões perfaziam metade do PIB regional. Na safra de 2013/2014, a região produziu 18,6 milhões de toneladas de grãos. Ainda segundo a Embrapa, projeções indicam que esse número não para de crescer e deverá chegar a 22,6 milhões de toneladas no ciclo de 2023/2024, com área plantada entre 8,4 e 10,9 milhões de hectares.

Por conta dessa expansão, a incorporação de novas terras também vem sendo bastante acelerada. Somente entre 2013 e 2015 foram subtraídos 18.9 mil km² da cobertura original do Cerrado, boa parte disto no Matopiba. Isso significa que, a cada dois meses, desapareceu o equivalente à área da cidade de São Paulo em vegetação nativa.

Figura 1
Mapa de delimitação geográfica oficial do Matopiba



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados da Embrapa (2015).

A primeira das cenas descritas corresponde a uma das duas principais narrativas correntes sobre a região. Ela enaltece seu potencial produtivo, a rápida mudança na paisagem local, o dinamismo, o empreendedorismo, o heroísmo dos pioneiros *gaúchos* que transformaram as chapadas ou os chapadões — como são conhecidas as áreas altas e planas que foram cobertas por plantações de soja, milho e, em alguns casos, algodão — em um fenômeno de produção de riquezas e de competitividade nos mercados internacionais de commodities.

A segunda cena é a antítese e representa a outra narrativa dominante, a narrativa da contestação ao modelo. Ela se passa nas áreas dos chamados baixões – áreas

baixas, ao pé das chapadas, onde a produção de soja não está presente, mas seus efeitos sim. Nessas áreas, que não foram ocupadas pelas lavouras em função das condições de solo e relevo menos propícias, se concentram os remanescentes da vegetação nativa local. São habitadas pelas populações mais antigas, que ali estavam desde antes da chegada do agronegócio. Essas pessoas e grupos sociais — geraizeiros, moradores, agricultores familiares, quilombolas — são os portadores do discurso que, por sua vez, enfatiza os efeitos destrutivos da expansão da agropecuária sobre os modos de vida locais e a vegetação nativa.

A terceira cena não chega a ser uma síntese das duas anteriores. É, antes, uma amálgama. Porque reconhece que há efeitos deletérios, como narra a segunda cena, mas também fala da transformação no cotidiano das pessoas que vivem na região, como a primeira. Ela permite ver o sopro de mudança numa vida precária e monótona, mesmo que seus efeitos positivos sejam sabidamente limitados a poucos. Não é uma síntese das duas narrativas dominantes, no sentido sociológico do termo, porque não há superação daquelas visões antagônicas, independentemente da direção do conflito que se estabelece entre elas. Nada garante que o modo de vida da lavadeira ou dos agricultores de sua comunidade possam ser mantidos ou expandidos. Nem significa que não possa existir outro destino além daquele vivido sob o signo da precariedade.

Essa terceira cena é reveladora dos termos em que o senso comum organiza o antagonismo entre as narrativas favoráveis e contrárias a expansão do agronegócio na região. Ela não endeusa ou amaldiçoa o que se passa na área de fronteira. O que a trabalhadora maranhense ensina, em sua simplicidade e em seu pragmatismo, é que boa parte da população local não deseja um retorno ao passado, mesmo com as agruras do presente. Mas ela tampouco se satisfaz com a situação atual, considerada muito longe de ser minimamente satisfatória. Há resistência, escondida sob a aparente resignação.

O lamento sobre o passado e a reclamação sobre o presente evidenciam o quão longe se está de um equilíbrio de contrários e convida a pensar o futuro. Será preciso captar o que se insinua desde o ontem e o hoje para projetar o amanhã do Matopiba. Será necessário superar o raciocínio binário e, em seu lugar, explorar e operar com o movimento das contradições da vida social e econômica local, em vez de simplesmente tomar parte de um dos lados. Esse é o olhar que se pretende explorar no decorrer das próximas páginas.

O que diz a literatura sobre o Matopiba e qual a contribuição deste livro

Amazônia e Mata Atlântica são dois biomas que carregam o título de patrimônio nacional, consagrado na Constituição brasileira. Historicamente, receberam maior atenção ao mobilizar o imaginário de pessoas, organizações e governos quando se trata da crise ambiental e da necessidade de esforços voltados à sua conservação. Não tiveram a mesma sorte outros três biomas que abrangem 35% do território nacional: o Cerrado, a Caatinga e os Pampas. Essas regiões não têm o desmatamento monitorado, e o primeiro deles, em especial, sofre pesadamente os efeitos diretos da expansão da fronteira agrícola.

Parte dessa situação se deve a uma visão de senso comum sobre esses biomas já muito antiga. Por terem vegetação menos exuberante do que os dois primeiros, que gozam de maior proteção, imaginava-se que sua degradação seria menos problemática. Justamente por isso, houve menor destaque aos processos que, ao longo do tempo, transformaram esses espaços naquilo que a literatura vem chamando de *territórios de sacrifício*: áreas nas quais a perda da biodiversidade e a degradação da paisagem seriam supostamente compensadas pela geração de riqueza e pelo progresso econômico. Desses dois aspectos — o senso comum sobre um alegado baixo valor ambiental, junto com a promessa de compensação socioeconômica pela degradação —, emergiu certa aceitação em torno do modelo de apropriação e uso do solo típico do padrão dominante na modernização agrícola do país.

O caso do Cerrado, porém, é simplesmente alarmante. Embora guarde 5% de toda a biodiversidade mundial, aproximadamente 50% da cobertura vegetal original desse bioma já se perdeu. Isso aconteceu mais acentuadamente após a adaptação de tecnologias que levou à vertiginosa ampliação da produção de soja no Brasil central, avançando mais recentemente em direção ao Norte e Nordeste. Esse ritmo de destruição torna o Cerrado um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta. Algo extremamente preocupante num contexto de mudanças climáticas globais, erosão da biodiversidade e risco de escassez hídrica, lembrando que ali estão as nascentes de oito das doze bacias brasileiras. Sem mencionar os direitos das populações tradicionais, que têm seus modos de vida vitimados pela transformação da vegetação natural em pastagens e em vastas áreas de lavouras plantadas.

Figura 2

Mapas de evolução das áreas sob a influência da produção de soja no Brasil



Fonte: Reproduzido de JICA (2017)

Em grande medida por conta desses números, muitos trabalhos têm sido publicados nos anos mais recentes sobre o bioma, abordando parte desses problemas mencionados. Ao que parece, o Cerrado, e o Matopiba em particular, começam a ganhar crescente destaque. Esquemáticamente, o que diz esta literatura recente?

Entre os temas que mais despertam atenção está a presença de grupos estrangeiros atuando no mercado de terras, que estaria crescendo sobretudo após a crise econômica da primeira década deste século. Este é o caso de relatório produzido pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018). E é este também o tema tratado por um conjunto de outros autores como Alves (2009), Paula Júnior (2010), Frederico e Bühler (2015), Pereira e Pauli (2016), Bassi e Vendrame (2017), Dulci (2017) e Pitta *et al.* (2017). Grande atenção tem sido dada também aos impactos da expansão do agronegócio sobre o meio ambiente e as comunidades tradicionais, como no relatório publicado pela ActionAid (2017). Esta preocupação é também analisada em Alves (2015), entre outros. Nessa última referência, também há outros artigos que tratam de temas variados, como migrações, mudanças na rede de cidades e infraestrutura. Um terceiro grupo de trabalhos aborda a relação entre a agropecuária e a economia local, como em Buainain *et al.* (2017) e em uma série de estudos conduzidos no âmbito do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária —, que analisam as transformações produtivas locais e as perspectivas de expansão do setor.

Mas, se o crescimento da produção, as mudanças tecnológicas, a conseqüente alteração da paisagem, a perda de vegetação nativa e os conflitos socioambientais são aspectos razoavelmente conhecidos graças aos trabalhos mencionados acima, o que se pode dizer a respeito dos impactos territoriais da expansão da fronteira agropecuária sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios da região? O que acontece com o emprego, a pobreza, a desigualdade, entre outras dimensões da vida local? Pouco tem sido dito sobre isso, e talvez não seja errado afirmar que uma interpretação mais acurada desse fenômeno é atrapalhada pela polarização do debate público, que simplifica demasiadamente o que se passa ali. Dessa forma, se obscurece o caráter mais ambíguo e contraditório de tais processos e de como são percebidos e avaliados pela sociedade local.

De um lado, há o discurso dominante a respeito da expansão da cultura da soja no Matopiba, que tem como portadores as principais organizações e lideranças do setor empresarial ou a ele ligadas. Argumenta-se que tal atividade é fundamentalmente benéfica para a região, cujas características marcantes no período anterior à chegada dos investimentos na produção de soja eram justamente a baixa dinâmica econômica e a precariedade dos indicadores sociais.

A acentuada remoção da cobertura vegetal original, criticada por ambientalistas, é reconhecida nessa narrativa, mas apresentada como o custo inerente ao progresso, uma retórica coerente com a narrativa mais ampla sobre o uso dos recursos naturais nos biomas mais afetados no Brasil. Mais ainda, em resposta às denúncias de degradação ambiental essas lideranças reiteradamente afirmam que o setor cumpre o que está na lei, em referência à alegada observância de destinação de terras com vegetação nativa para a formação de reservas legais, a adoção de instrumentos como o licenciamento ambiental agropecuário, quando exigido, e o respeito às normas de uso de agrotóxicos e demais insumos químicos, entre outros temas. Os casos de desrespeito aos preceitos legais são tratados como mera exceção. E o posicionamento político das organizações do setor, reivindicando o afrouxamento de alguns desses marcos legais, tampouco aparece no discurso.

Essa narrativa encontra correspondentes no ambiente acadêmico. Autores como Vieira Filho e Gasques (2016) e boa parte dos artigos reunidos no volume organizado por Buainain *et al.* (2014) consideram que, apesar dos problemas econômicos, políticos e ambientais, o novo padrão de acumulação instalado na agricultura brasileira e praticado na fronteira de expansão do Cerrado é predomi-

nantemente positivo. Vários autores agregam, ainda, que estaria em curso uma mudança de comportamento no setor, com a crescente adesão a práticas de conservação como plantio direto, certa diversificação em rotação de cultivos e novas tecnologias poupadoras de recursos, nos marcos do que vem sendo chamado de agricultura de precisão. Essas tecnologias são apresentadas como o ajuste dos agentes locais às exigências impostas pela sociedade e pelos mercados em torno de práticas ambientalmente mais responsáveis.

Por outro lado, tendo como portadores parte significativa dos movimentos sociais e organizações ambientalistas, há o discurso oposto, em que os aspectos negativos são mais enfatizados. Nesta segunda narrativa, a ênfase tem sido posta nos efeitos da expansão agropecuária sobre o meio ambiente e as comunidades tradicionais. Além da perda da vegetação natural e da erosão da biodiversidade, a questão hídrica vem ganhando relevo crescente. No Matopiba, esses problemas alçaram o Cerrado ao primeiro plano da agenda socioambiental, já que nesta região está boa parte do que resta de flora nativa desse bioma. A imagem que sobressai é de uma área cujos recursos naturais vêm passando por um processo acentuado de depleção sob formas violentas, com enormes prejuízos para as comunidades que antes dependiam desses mesmos recursos para manter seu estilo de vida.

Nessa mesma narrativa aparece também o tema do crescente interesse internacional por investimentos no Matopiba, nos marcos de um processo mais amplo de valorização de terras como ativo financeiro, verificado nos anos recentes. Soma-se à imagem dos problemas ambientais a constatação de que o território estaria passando gradativamente para as mãos e para o controle de grupos transnacionais, diminuindo a soberania do país sobre uma base de recursos absolutamente estratégicos nos quadros de um futuro fortemente marcado por mudanças climáticas e risco de escassez de valiosos recursos disponíveis no local, como água, terra e biodiversidade.

Assim como a anterior, esta leitura das transformações territoriais encontra respaldo em uma produção expressiva de relatórios e estudos. No âmbito das organizações sociais, destacam-se aquelas publicadas pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018), ActionAid (2017), ou pelo CIMI (HECK & MENEZES, 2016). E entre os trabalhos científicos cabe mencionar, entre outros, Pitta *et al.* (2017).

Para além desta polarização, contudo, um olhar sobre os efeitos da expansão da agropecuária no Matopiba pede que se coloque ao menos mais um grão de sal

nessas duas versões que polarizam o debate público. Três aspectos poderiam ser mencionados nesse sentido.

De início, em um contraponto à narrativa dominante, pesquisas sobre a dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro na primeira década dos anos 2000 identificaram que, enquanto na maior parte do país houve redução da pobreza e da desigualdade até a crise dos anos recentes, naquela região houve, no mesmo período, estagnação, ou mesmo, intensificação da desigualdade em alguns municípios (FAVARETO *et al.*, 2012). Essa constatação é totalmente coerente com o que se conhece a respeito da dinâmica do setor de produção de soja e seus efeitos para o tecido regional, tomando como base áreas de ocupação mais antigas no Cerrado, como Mato Grosso.

No Matopiba, a literatura sugere que não só parece haver um movimento de concentração da propriedade fundiária com a constituição de grandes fazendas, onde antes havia um número significativo de unidades de produção ocupadas pela agricultura familiar e por populações tradicionais, como a atividade em si é altamente poupadora de mão de obra em função dos altos índices de mecanização. Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) apontavam que na atividade da produção de soja são necessários, em média, 200 hectares para gerar uma ocupação. Isso cria uma dinâmica de efeitos econômicos e produtivos inegáveis, mas concentrados.

Para muitos defensores do modelo praticado no Matopiba, esse seria um fenômeno natural, mas temporário. Frente ao baixo dinamismo econômico anteriormente existente na região, onde antes a vida econômica era débil, seria inevitável que em um primeiro momento ocorresse maior concentração, relacionada à chegada de novos investimentos e à criação de empregos que exigem maior qualificação profissional. Isso seria temporário porque, pouco a pouco, as ocupações perdidas com a concentração fundiária acabariam compensadas pela diversificação da economia local, por sua vez, impulsionada justamente pela geração de renda. A economia local passaria, então, a ser palco de incentivos para a criação de novas atividades no setor de comércio e serviços, tanto aqueles ligados à própria produção agropecuária como outros indiretos.

O problema é que evidências obtidas em casos similares (BERDEGUÉ *et al.*, 2015a, 2015b) sugerem que isso ocorre somente nos municípios centrais que polarizam a dinâmica regional. É raro que ocorra essa esperada irradiação dos benefícios e

a consequente diversificação da economia local para seu entorno. A maior parte das localidades resta condenada à condição de meros exportadores de commodities, produzidas em bases altamente mecanizadas, em uma paisagem repetitiva que na verdade esteriliza, em vez de fecundar e ativar o tecido social local. Isso porque a riqueza gerada não circula pela maior parte dos municípios produtores, à exceção dos municípios-polo, gerando um ciclo negativo, em que a baixa diversificação local não cria oportunidades suficientes de reinvestimento do excedente.

Na ausência desses novos negócios e de novos empregos, a renda continua a ser dirigida para outros circuitos de valorização ou de consumo fora do território onde é gerada (o mercado financeiro, a aquisição de propriedades em outras regiões, o consumo limitado aos municípios-polo ou praticado em centros regionais mais distantes). Essa é a dinâmica territorial típica de regiões de economia especializada e concentrada como o Matopiba.

Segundo contraponto ao discurso dominante: embora seja correto afirmar que houve diminuição no índice de pobreza na região e avanço nos indicadores de bem-estar, é preciso considerar também que esse foi um movimento geral vivido pelo Brasil interiorano na década passada e que tem relação com o padrão do gasto social do Estado brasileiro no período ou, a rigor, desde a Constituição de 1988 (FAVARETO *et al.*, 2012; NERI *et al.*, 2012; MENEZES & JANNUZZI, 2018).

Mais do que isso, poderia estar ocorrendo no Matopiba um fenômeno que encobre os efeitos negativos da expansão de soja. Em muitos locais, a população original dessas áreas estaria sendo simplesmente deslocada para municípios vizinhos, ou mesmo outras regiões, ocupando terrenos com maior declividade, menor fertilidade, débil disponibilidade de infraestrutura. Ou, ainda, migrando em busca de melhores empregos nos centros urbanos mais distantes e deixando para a agricultura empresarial as melhores áreas. Desta forma, não haveria uma redução da pobreza por consequência do dinamismo gerado com a nova atividade agropecuária, mas uma exportação dos mais pobres para outras áreas adjacentes ou remotas, resultando em certa ficção estatística na redução da pobreza em parte dos municípios produtores. Essa ideia também precisaria ser verificada sistematicamente no Matopiba.

O terceiro contraponto se dirige à narrativa crítica à trajetória recente do Matopiba. Certamente existem evidências de conflitos sociais, ambientais e trabalhistas naquela região. Alguns deles têm, inclusive, alcançado repercussão

nacional, como a mobilização ocorrida em Correntina em fins de 2017, motivada pelas restrições hídricas que, segundo lideranças populares, estariam associadas ao uso intensivo e excessivo desse recurso por parte dos empreendimentos agrícolas situados no município.

Na ocasião, moradores locais, num movimento organizado espontaneamente, invadiram a sede de uma das fazendas e destruíram parte dos seus equipamentos. Dias depois, uma passeata com milhares de pessoas ganhou as ruas da cidade. Esse caso é excepcional, mas pode se tornar mais frequente. Mas é preciso reconhecer que não se tem visto até aqui grandes mobilizações, ou uma reação organizada da sociedade civil para além das representações das comunidades tradicionais diretamente afetadas com a perda de terras, em contraponto ao modelo de desenvolvimento que toma forma na região.

Ao menos em parte isso pode ser creditado ao tamanho relativamente reduzido dessas populações mais diretamente afetadas em situações de confronto, frente ao total de habitantes que vivem nos municípios da região. Parte se deve também ao fato de que uma parcela de indivíduos aceita o discurso dominante, pois realmente houve transformação econômica local, como menciona a lavadeira maranhense da terceira cena descrita páginas atrás.

Não se diz aqui que o valor e a importância das comunidades tradicionais se mede pelo tamanho ou pela quantidade de pessoas que nelas vivem, obviamente, mas que o alcance e a amplificação dos conflitos experimentados acaba limitado perante a expectativa de benefícios vivida pelos demais grupos sociais locais que, embora críticos aos efeitos negativos, acabam aceitando a expansão da agropecuária na região pela ausência de uma alternativa melhor. Assim como os dois contrapontos anteriores, essa ideia também precisaria ser verificada através de análise empírica.

Essas ponderações sobre a dinâmica territorial, expressas nas três ideias aqui expostas e voltados a complexificar as narrativas dominantes, seja a que defende o modelo do Matopiba, seja aquela destinada a criticá-lo, não são, a rigor, algo totalmente inédito. O que há de relativamente novo no enfoque aqui esboçado para a análise da dinâmica territorial do Matopiba é a tentativa de ir além dos dualismos que marcam boa parte das interpretações, em alguns momentos isolando a dimensão ambiental da econômica, em outros opondo tradição e modernidade, ou, ainda, o caráter capitalista da produção de grãos praticada pelo agronegócio

a uma economia de supostas bases comunais e não mercantis das populações originais.

Autores clássicos como Martins (1997) e Fernandes (1960) já fizeram essa crítica a toda uma linhagem de estudos sobre as frentes de expansão e as frentes pioneiras décadas atrás, e ela ainda parece ser atual. Naquela porção do Cerrado brasileiro há, sem dúvida, a expansão de uma atividade econômica que altera as estruturas locais. Mas as populações já estavam submetidas a relações mercantis e a processos de sociabilidade típicos de uma ordem capitalista, ainda que de modo periférico, precário ou mesclado a laços de solidariedade localizados. Trata-se, isso sim, de entender a unidade de contrários que toma forma quando essa frente se mescla aos processos de resistência que encontra pelo caminho.

Mesmo com relação aos clássicos estudos de fronteira, há novidades no caso do Matopiba: são inteiramente novos alguns dos processos que fazem da antinomia entre *gaúchos* e *geraizeiros* ou similares uma antítese imperfeita. A presença crescente de agentes do capital financeiro internacional, as novas modalidades de concorrência capitalista que afetam, inclusive, parte dos agricultores pioneiros, e a presença de um número expressivo de organizações ambientalistas, tudo isso indica uma mudança qualitativa na dinâmica social, política e econômica, se comparada a um período anterior. Também não se trata mais do Estado autoritário que atuava no momento das frentes de expansão da agropecuária dos anos 1970. Em três dos quatro estados que formam o Matopiba, os partidos à frente do governo local eram avaliados como progressistas no momento em que nossa pesquisa se realizou. Apenas em um deles havia um governo conservador. Por fim, não são mais as mesmas coalizões de classes sociais do período da chamada “modernização conservadora”. Há outras alianças, problemas e narrativas. Com tudo isso, interpretar e analisar por meio deste território, o que se passa na fronteira da periferia, pode ser, como ensinava Florestan Fernandes, revelador do que acontece de novo no centro do capitalismo brasileiro e internacional. Tal condição se apresenta porque ali, naquela região, o dinamismo se confronta com resistências e é, justamente por isso, revelador das contradições e ambiguidades entre passado, presente e futuro, evidenciando assim o alcance e, também, os limites da promessa de progresso que ali se concretiza, assumindo aquela forma específica.

O argumento principal

Como decorrência do breve balanço que se fez da literatura sobre o Matopiba, exposto na seção anterior, pode-se agora explicitar qual é o objetivo e o argumento central a ser desenvolvido ao longo das próximas páginas deste livro.

O estudo que será aqui apresentado teve como ponto de partida a constatação de que era necessário ir além da polarização do debate público sobre o Matopiba. O que se pretendia era pôr sob suspeita a narrativa dominante a respeito dos custos e benefícios da expansão da soja no Matopiba – de maneira esquemática, questionar o argumento de que a degradação ambiental e os custos sociais seriam o custo do progresso - e, ao mesmo tempo, levar a perspectiva crítica a uma melhor consideração das contradições e ambiguidades existentes, condição necessária para um melhor encaminhamento de alternativas e a busca de soluções para os problemas elencados.

Dito de outra forma, o intuito era compreender os impactos da expansão da agropecuária sobre o conjunto do território, entendido em sua pluralidade, para além de um olhar dirigido a grupos sociais ou setores econômicos específicos. Essa intenção geral se traduziu numa hipótese inicial que guiou este trabalho de pesquisa. Esta hipótese foi formulada nos termos a seguir.

O que se pretendia demonstrar é que a análise aprofundada da dinâmica desencadeada com a expansão da soja não corroboraria o discurso predominante entre os agentes do setor e o senso comum, segundo o qual o desmatamento representa um custo inerente ao progresso econômico e social da região. Diferente disso é a própria ideia de progresso econômico e social no Matopiba que poderia ser colocada em questão, à medida que, juntamente com a elevação da produção e da renda — e, sobretudo, por conta do modelo econômico pelo qual isso se dá —, estaria ocorrendo um aumento da desigualdade, a geração de uma dinâmica econômica fortemente concentrada e especializada, com baixa resiliência ambiental, baixa capacidade de criação de empregos e laços econômicos locais. Além do custo ambiental, haveria, portanto, um custo econômico e social de longa duração, que estaria sendo mascarado por aparentes ganhos de curto prazo. Os ganhos de curto prazo, apesar de tudo, existem, embora sejam ignorados por parte das narrativas antagônicas. São eles que explicariam a aceitação da sociedade a essa via de desenvolvimento. Em outras palavras, a região estaria se

transformando em um enclave de produção de commodities, com efeitos positivos espacialmente limitados e sem benefícios duradouros para o tecido social do território, algo ainda oculto no julgamento do senso comum e à parte da literatura especializada.

Para chegar aos resultados almejados e testar a hipótese acima, o estudo foi realizado em duas grandes etapas. A primeira se apoiou predominantemente no uso de dados secundários. E a segunda envolveu intenso trabalho de campo em municípios selecionados do Matopiba, além de entrevistas com informantes-chave situados nas capitais dos quatro estados e em Brasília.

A primeira etapa, baseada em dados secundários, concentrou-se no segundo semestre de 2017 e foi composta pelos seguintes procedimentos:

- *Montagem e harmonização de bancos de dados* – O trabalho inicial consistiu em contrastar variáveis cobertas por bancos de dados já existentes ou organizados especificamente para esta pesquisa. Foram analisados dados e informações envolvendo a dinâmica econômica, com destaque para produção e renda; aspectos sociais relacionados a educação e saúde, além de informações sobre pobreza e desigualdade; e, finalmente, os dados sobre desmatamento. Isso permitiu analisar o desempenho do conjunto dos municípios do Matopiba, o que se fez confrontando os resultados obtidos para cada município com o desempenho médio dos municípios de cada um dos estados a que pertencem e com os quais partilham, portanto, características em comum. O intuito foi saber se e em que medida a atividade agropecuária, tão pujante no Matopiba, se faz acompanhar de melhoria geral ou parcial de indicadores socioeconômicos, para além daqueles diretamente ligados à produção setorial. Os dados de desmatamento, especificamente, não foram comparados com médias estaduais, o que não faria sentido em função das diferenças de bioma. Eles foram usados apenas para confrontar o que ocorreu em termos de indicadores sociais e econômicos nos municípios com maior ou menor perda de vegetação natural.
- *Construção da tipologia de municípios e definição de áreas para o aprofundamento da pesquisa com trabalho de campo* – Este tratamento dos dados estatísticos em base municipal permitiu que se chegasse a uma tipologia das dinâmicas territoriais experimentadas pelos municípios do Matopiba. Por meio desse procedimento foi possível analisar se os efeitos territoriais da expansão da

soja são unívocos ou se os efeitos mais benéficos, sob o ângulo dos indicadores sociais e econômicos, se encontrariam em alguns poucos municípios-polo. Foi identificado um grupo de municípios em que o aumento da produção se faz acompanhar de melhor desempenho em indicadores sociais. Mas também se identificou outras combinações nesses dois domínios. Há um grupo com desempenho ruim nos indicadores sociais, mesmo com forte dinamismo econômico. Outro grupo apresentou desempenho positivo dos indicadores sociais mesmo na ausência de significativo dinamismo econômico. E, finalmente, há o grupo onde não se tem nem dinamismo econômico, nem bons indicadores sociais. O tratamento dos dados estatísticos permitiu também identificar áreas onde seria possível observar efeitos recentes da expansão agropecuária e, em contraste, outras com efeitos já mais consolidados. Interessava saber que padrão de indicadores predomina em cada uma delas. Por fim, outro procedimento adicional foi adotado: uma leitura específica do que se passou com estes indicadores nos dez municípios campeões da produção de soja. Essa ênfase buscava evitar a crítica de que os dados reunidos para o conjunto dos municípios do Matopiba poderiam induzir a distorções, por se misturar dinâmicas novas e outras já consolidadas, ou municípios com produção forte e outros com penetração incipiente do modelo produtivo consagrado. O que se procurou fazer foi olhar para o conjunto do território, mas também, separadamente, para o que acontece no coração da região, onde o dinamismo já foi mais longe e os seus efeitos são mais visíveis.

Esses vários procedimentos levaram à seleção das áreas que foram posteriormente visitadas por uma equipe de pesquisadores especializados em análises territoriais. Essa segunda etapa se apoiou em análise qualitativa das dinâmicas locais. Foram realizadas entrevistas com informantes-chave, com base em dois procedimentos, brevemente descritos a seguir:

- *Pesquisa de campo em quatro territórios* – A tipologia descrita na etapa anterior indicou quatro conjuntos de municípios a serem visitados, um em cada estado. Nesse trabalho de campo, além da coleta de dados e informações gerais, foram entrevistados agricultores, membros do poder público, atores econômicos relevantes e representantes da sociedade local. Foram aproximadamente 7.000 km de estradas percorridas no Matopiba e treze municípios visitados. Isso permitiu um contraste de opiniões, visitas a áreas com características distintas e observação de várias dimensões da dinâmica territorial. Ao todo foram conduzidas em torno de 150 entrevistas entre os últimos meses de 2017 e início de 2018.

Os municípios visitados foram os seguintes. Em Tocantins: Arraias, Mateiros, Pedro Afonso e Campos Lindos. Na Bahia: Correntina, Formosa do Rio Preto, Barreiras/Luís Eduardo Magalhães. No Maranhão: Balsas, Carolina, Tasso Fragoso. E no Piauí: Uruçuí, Bom Jesus e Baixa Grande do Ribeiro. Esses aglomerados de municípios se situam nas microrregiões campeãs de produção de soja no Matopiba, à exceção do Tocantins, que não tem nenhum município figurando entre os mais destacados. Ali, o critério adotado foi buscar certa representatividade de novas áreas, mais consolidadas, e outras onde a expansão da soja ainda não chegou.

- *Entrevistas com informantes-chave situados fora dos territórios selecionados* – De forma complementar ao procedimento anterior, foram entrevistados informantes-chave nas capitais dos estados e em Brasília. Junto ao segmento empresarial, procurou-se identificar narrativas, estratégias e inovações idealizadas pelo setor. Com organizações da sociedade civil, destacadamente de representação dos trabalhadores e do movimento ambientalista, buscou-se mapear narrativas críticas e eventuais embriões de formas alternativas de uso dos recursos naturais, em contraponto ao modelo da monocultura da soja. E, finalmente, com gestores de dirigentes de órgãos públicos, procurou-se localizar discursos e práticas favoráveis à estratégia preconizada pelo agronegócio no Matopiba, ou leituras críticas e ações mitigadoras dos efeitos negativos desta atividade econômica. Estas entrevistas também foram realizadas entre fins de 2017 até março de 2018.

Como será demonstrado nas páginas a seguir, o balanço das hipóteses mostrou a adequação do seu sentido geral, mas também a necessidade de corrigir alguns dos argumentos inicialmente formulados.

Os dados obtidos confirmaram claramente a afirmação de que os impactos territoriais do agronegócio são bastante heterogêneos. É preciso não só visualizar como essa heterogeneidade se manifesta espacialmente, mas também o que ela sugere para o tipo de desenvolvimento que toma forma naquela região. Isso confirmou a crítica à narrativa dominante, já que os indicadores socioeconômicos sistematizados não sustentam a imagem de uma melhoria generalizada à esteira da modernização produtiva empreendida no Matopiba. Na maior parte dos municípios desse vasto território, os indicadores econômicos e sociais são inferiores às médias verificadas nos municípios dos respectivos estados. A combinação de elevados indicadores de produção com bons indicadores sociais é, como se ima-

ginava, restrita a uns poucos municípios-polo, e bem mais tênue, ou mesmo inexistente, nos municípios que não têm a mesma centralidade.

Pior ainda: ficou claro que, mesmo nas microrregiões campeãs de produção, é notável o padrão limitado e concentrado de ocorrência dos melhores indicadores. É simplesmente incorreto afirmar que municípios como Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, seriam representativos desta nova face do Cerrado, repetindo o exemplo de outros lugares, situados nas áreas produtoras mais conhecidas, como Sinop ou Lucas do Rio Verde, sempre lembrados com destaque na narrativa favorável ao modelo regional como típico do que se estariam produzindo naquela região, as chamadas cidades do agronegócio. Estas são, antes, a exceção.

E não se trata de uma mera questão de tempo até que os efeitos transbordem para o entorno, atingindo um grupo maior de localidades, como também se argumenta na narrativa dominante. Pois a análise empreendida nesta pesquisa mostra claramente como os termos em que ocorre o desenvolvimento territorial praticamente bloqueia o espriamento dos efeitos positivos. Esta é a principal contribuição da pesquisa: mostrar como o modelo de desenvolvimento territorial do Matopiba é intrinsecamente produtor de desigualdades, apesar da expressiva produção de riquezas. Em síntese, parece haver muito mais pobreza e desigualdade do que riqueza e bem-estar naquela região-modelo do agronegócio. Dessa forma, o desmatamento não seria o custo do progresso. É a própria ideia de progresso na fronteira da expansão agrícola do Cerrado que deve ser posta em xeque.

Por outro lado, é preciso admitir, algo da hipótese original não se confirmou diante dos dados: foi possível observar que não há exatamente uma “fuga da soja”, por parte dos agricultores locais, como se imaginava. A dinâmica demográfica revelou-se mais complexa e menos linear. Em parte, isso se explica pelo fato de que as áreas ocupadas pela soja — os chapadões — eram utilizados por populações tradicionais locais para a criação de gado, mas elas não residiam ali, e sim, predominantemente, nas partes baixas, onde em grande medida ainda permanecem. Foram, isso sim, afetadas com menor disponibilidade de área e, em vários casos, por conflitos com fazendeiros que reclamam suas terras atuais para transformá-las em áreas de reserva legal. Mas não ocorreu grande deslocamento espacial de domicílios.

A desigualdade também se revelou mais multifacetada do que inicialmente foi imaginado. Em muitos municípios, a desigualdade de renda diminuiu no período.

Mas é preciso muito cuidado ao avaliar este indicador. Em grande parte, isso se explica porque os proprietários das empresas e fazendas de produção de soja e outras culturas não residem nos municípios onde estão seus estabelecimentos, diluindo o efeito de concentração nas estatísticas municipais. A renda desse grupo é registrada em outro município, diferente daquele onde está a produção agropecuária. Isso só reforça a importância de se olhar para os dados em uma lógica territorial e relacional, observando as interdependências entre os municípios e grupos sociais.

Finalmente, ao menos outras quatro ideias, embora não presentes na formulação original das hipóteses, foram acrescentadas às conclusões. Porque são fundamentais para o entendimento das mudanças em curso no momento atual, cujo significado maior parece ser a emergência de uma nova etapa da formação territorial. E, também, porque sinalizam um cenário futuro de possível recrudescimento de certos tipos de conflitos envolvendo as grandes empresas, as populações tradicionais e o uso de recursos naturais.

A primeira é a constatação de que não se pode compreender a gênese do Matopiba somente como expressão do heroico empreendedorismo *gaúcho*, como se tenta afirmar nas narrativas do agronegócio. Hoje é comum encontrar discursos que associam o Estado brasileiro à inoperância e à ineficiência em prover infraestrutura mais adequada ou por supostamente onerar demasiadamente a agropecuária comercial nacional. Esta narrativa se esquece que a conquista do Cerrado pelos sojicultores teria sido simplesmente impossível sem decisiva atuação do Estado brasileiro em um conjunto de frentes: na produção e adaptação de tecnologias que tornaram certos cultivos viáveis naquele bioma e sob aquelas condições morfológicas; no financiamento do modelo de produção que permitiu a adoção destas tecnologias, entre outros aspectos. Isto não significa dizer que o setor privado não desempenhou papel destacado na conformação das feições atuais daquela região. O caso de algumas comunidades, sobretudo dos pioneiros que chegaram à região, foi, sim, marcado por dificuldades. Mas também por formas de apoio que fizeram deles, os principais beneficiados pelos incentivos à exploração econômica em larga escala dos recursos naturais locais.

A segunda dessas ideias tem a ver com aspecto que vem sendo crescentemente destacado na literatura: o crescimento de grupos estrangeiros no Matopiba. Os textos e relatórios que abordam esse tema o fazem dando ênfase para a perda de

controle sobre a terra e para o caráter especulativo da parte dos investimentos, o que é correto. Para o foco deste estudo, importa destacar, também, outras duas implicações. A presença dessas novas formas de investimento tem originado uma concentração de capitais e da propriedade fundiária em muitos dos centros de produção no Matopiba. Diante do aumento dos custos de produção e do freio nos preços alcançados pela soja no mercado internacional, comparativamente à década passada, uma parte expressiva de fazendeiros que, naquela região possuem terrenos considerados pequenos por terem áreas inferiores a cinco mil hectares, tem enfrentado dificuldades cada vez maiores em concorrer com aqueles que, por terem áreas mais extensas, conseguem reduzir sua estrutura de custos. A consequência disto é que aquela etapa histórica que corresponde à ocupação do Matopiba pelos *gaúchos*, imagem do empreendedorismo nacional na agropecuária, pode estar sendo sucedida por uma outra, comandada por outros tipos de agentes econômicos, alheios ao que se poderia chamar de interesse nacional.

O outro aspecto a se destacar deriva deste: com a concentração, a desigualdade e a dificuldade em reter parte da riqueza gerada no território, esses contrastes tendem a ser ainda maiores do que já se observa. A terceira ideia acrescida às hipóteses originais tem a ver com os conflitos socioambientais. Também em decorrência da compressão das margens de lucro, novas estratégias empresariais vêm sendo experimentadas. A integração lavoura-pecuária é uma delas. Ocorre que, em muitos lugares, considera-se a hipótese de realizar esse consórcio de atividades utilizando as áreas baixas para a pecuária, deixando as áreas altas para a produção de grãos. Os baixões, como são chamados, são os lugares para os quais se empurrou a produção da agricultura familiar e das populações tradicionais locais, agora impossibilitadas de usar as áreas altas das chapadas. Essas áreas baixas ainda não foram tão afetadas pelo desmatamento. É também nos baixões que correm os rios que abastecem as cidades da região e as áreas mais distantes. Nesses locais, a eventual expansão da agropecuária comercial terá um potencial explosivo, tanto em seus efeitos ambientais, como para esses grupos sociais locais. Uma nova onda de conflitos pode emergir caso isso aconteça. Daí ser fundamental a discussão sobre o padrão de ocupação territorial a ser experimentado nos próximos vinte anos. Cumprir a lei, desmatando dentro dos limites estabelecidos por propriedade, como reza o Código Florestal, é certamente necessário, mas insuficiente para dar conta dos novos desafios que se projetam no horizonte.

A quarta ideia acrescida às hipóteses originais envolve conflitos intraelites. Diferentemente do que se observa no senso comum e em parte da literatura especia-

lizada, é muito difícil — e, principalmente, conduz a equívocos — nominar todos os agentes do mundo empresarial do Matopiba como agronegócio. Esta é uma grande controvérsia na literatura especializada. Mas é muito claro que parte das pessoas e empresas reunidas sob essa denominação, na realidade, não vivem da realização do lucro por meio da atividade agropecuária, e sim da valorização patrimonial. Elas se situam em dois extremos: velhos grileiros que se valem de práticas patrimonialistas, e novos agentes de corporações internacionais adquirindo terras e transformando-as em ativos financeiros. Estes dois extremos se aproximam no funcionamento do mercado de terras da região. Mesmo no âmbito dos agentes do agronegócio, há atores muito distintos, como os tradicionais *gaúchos*, pioneiros da produção da soja na região e, de maneira crescente, grandes empresas que adquirem porções muito maiores de terras, com vínculos tênues com o território.

Esta heterogeneidade de atores se revela também sob o ângulo do comportamento em relação ao espaço e ao meio ambiente, onde há clivagens por todos os lados. Há os que consideram que o desmatamento é um direito, já que a sua possibilidade está inscrita na legislação. Há os que consideram que ele pode ser evitado, desde que a sociedade cubra o custo de oportunidade de não desmatar em nome da conservação ambiental, remunerando os produtores por isso. Há os que consideram que isso é pura ideologia voltada a diminuir a competitividade internacional do setor. E há, por fim, os que consideram que não haverá como continuar a produzir nos padrões atuais futuramente, seja por restrição ambiental ou por pressão dos mercados; temas como certificação e adoção de práticas sustentáveis teriam, nessa visão, que ser crescentemente incorporados como prática corrente. As tensões entre esses diferentes segmentos só não explodem porque a fronteira agrícola continua em movimento, funcionando como fator de estabilização desses conflitos intralites ao acomodar expectativas e minimizar os efeitos negativos da concorrência e da concentração.

Argumento corolário que decorre dos aspectos anteriores é que há, hoje, um conjunto de narrativas sobre o Matopiba e seu futuro, mas entre elas, o que prevalece são narrativas reativas, e não transformadoras. Sob o ângulo das organizações empresariais, predomina uma visão segundo a qual o padrão atual de configuração territorial representaria o que existe de mais moderno, não necessitando grandes revisões. Sob o viés das organizações críticas ao modelo, a ênfase recai na defesa de direitos de populações tradicionais e na contenção da expansão da fronteira. Mas pouco ou nada se fala de novas formas de uso dos recursos natu-

rais ou de formas de reestruturação produtiva que permitam diminuir a dependência perante o setor de produção de commodities.

Para demonstrar as evidências que permitiram chegar a este conjunto de conclusões esboçadas acima, o livro está organizado em cinco partes principais, além desta introdução e de uma pequena conclusão. O primeiro capítulo, a seguir, apresenta a base teórica a partir da qual a dinâmica territorial do Matopiba foi analisada. Já o segundo capítulo retoma de maneira esquemática os aspectos relativos à formação território. O terceiro capítulo expõe os principais resultados obtidos da análise de dados secundários aplicada ao conjunto de municípios que compõem o Matopiba, mostrando como os efeitos para o conjunto do território ainda estão longe da ideia de uma mudança generalizada e positiva dos indicadores. Para que não se diga que o retrato que emerge desta leitura é enviesado, o quarto capítulo se inicia com especial atenção aos dez municípios campeões de produção de soja. O quinto capítulo relata as principais narrativas que surgem dos mais destacados atores coletivos presentes no cenário político, visando extrair daí possíveis inferências sobre o futuro do Matopiba. Nas conclusões, por fim, são alinhavados os resultados a que se chegou, retomando as hipóteses e o diálogo com a literatura e com as narrativas, com especial atenção às implicações de tudo isso para os debates em torno das alternativas concorrentes sobre as rotas futuras daquela região.

1. UM POUCO DE TEORIA

O leitor menos interessado em discussões de caráter teórico pode simplesmente saltar este capítulo e ir direto para o seguinte, quando começam a ser apresentados dados e informações históricas sobre a formação espacial do Matopiba. Mas, para que fiquem claros os aspectos teóricos que fundamentam a análise que virá a seguir, é necessário explicitar qual base conceitual sustenta o olhar que guiará a análise das informações e evidências obtidas. Este capítulo é uma reprodução adaptada de um texto publicado anteriormente por Favareto *et al.* (2015).

A literatura sobre desenvolvimento territorial aplicada a regiões rurais ganhou força nos países da América Latina de forma marcante na virada dos anos 1990 para os anos 2000, em uma importação e na tentativa de traduzir para o contexto regional os debates que aconteciam na Europa, inaugurados pelo seminal trabalho de Bagnasco (1977) sobre a Terceira Itália e, depois, incorporados ao âmbito oficial da União Europeia com a icônica experiência do programa Leader (SARRACENO, 1999). Na América Latina, o trabalho mais influente foi publicado por Schejtman & Berdegué (2003). No caso do Brasil, os estudos de Veiga (1999) e Abramovay (2000) inauguraram um campo que viria a influenciar a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003, a partir de uma nova retórica que disseminou e influenciou toda uma geração de pesquisas e políticas públicas em estados brasileiros e outros países (FAVARETO, 2010a; SABOURIN & GRISA, 2018).

Entretanto, um dos traços marcantes da vasta literatura produzida sobre o tema desde então tem sido seu caráter fortemente normativo: os territórios rurais são tomados como unidades de planejamento e aplicação de políticas e investimentos, na maior parte das vezes sem uma interpretação crítica das tendências e estruturas constitutivas desses espaços. Visando contornar essa limitação, o programa de pesquisas Dinâmicas Territoriais Rurais foi realizado envolvendo dezenove casos em onze países da América Latina ao longo de cinco anos, entre 2008 e 2013 (BERDEGUÉ *et al.*, 2015a; 2015b).

Uma das principais conclusões daquele estudo foi a moldagem de uma teoria de médio alcance capaz de instrumentalizar o entendimento das dinâmicas territoriais de regiões rurais ou interioranas. Em termos analíticos, esse programa buscava responder a duas perguntas. A primeira delas levava em consideração

que, nos anos 1990, a marca predominante nas dinâmicas de desenvolvimento da América Latina era a persistência da pobreza, agravada por um contexto vivido por muitos países de estagnação econômica e com crescente desigualdade. Diante disso, era crucial saber se, nessa parte do continente, e nesse contexto adverso, havia municípios ou localidades que estavam conseguindo, simultaneamente, reduzir a pobreza e a desigualdade, além de experimentar crescimento econômico significativo. A segunda pergunta era saber quais fatores poderiam explicar a performance positiva nos locais em que isso eventualmente estivesse ocorrendo.

Sobre a primeira pergunta, a resposta foi positiva. Havia, mesmo no contexto dos anos 1990, localidades (municípios ou equivalentes, a depender da estrutura administrativa adotada em cada país) onde se podia encontrar uma convergência positiva na evolução dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade (CLICHE, 2017). Isso também valia para o caso brasileiro: dois em cada dez municípios haviam experimentado essa evolução positiva de indicadores (FAVARETO & ABRAMOVAY, 2012). Mas como se pode ver, tratava-se de situações excepcionais que estavam longe de ser a regra, o que tornava mais importante ainda a segunda pergunta.

Sobre a segunda pergunta, acerca das razões dessa performance positiva, o programa lançou uma hipótese relativamente inovadora. Certamente havia fatores exógenos aos territórios que impactaram a performance dos indicadores locais (investimentos privados, políticas governamentais, entre outros). Porém, se observou que não havia nenhuma homogeneidade quanto ao que acontece nesses territórios em termos de vantagens de localização ou efeitos de aglomeração capazes de potencializar esses investimentos externos, fatores geralmente destacados por velhos e novos clássicos da literatura especializada. Diferentemente disso, diante de um mesmo tipo de estímulos originados desde fora do território, alguns deles reagem de maneira distinta quanto à forma de absorver esses investimentos ou influências externas e traduzi-los em dinâmicas locais em um processo de diferenciação que não poderia ser explicado por aquele tipo de fatores. Isto é, a explicação aqui se desloca para o terreno das instituições distintas desses territórios ou, em outros termos, para as regras (formais e, sobretudo, informais) que governam o comportamento dos agentes e o uso dos recursos dentro dos territórios.

Uma nova pergunta se colocava: se instituições são uma variável-chave, o que explica a emergência de instituições mais favoráveis ao desenvolvimento ou à coesão social em um dado território?

A explicação mais usual sobre mudanças institucionais realça que elas ocorrem principalmente devido a forças exógenas que alteram o status quo, impulsionando novos arranjos. Mas essa é uma explicação incompleta porque não permite identificar o que direciona as mudanças para um determinado sentido — nesse caso de interesse, em alterações na configuração local compatíveis com maior coesão social (menores índices de pobreza e de desigualdade) e crescimento. Por isso, é importante ter em conta que a literatura aborda também o tema das mudanças institucionais endógenas, muitas vezes graduais (MAHONEY & THELEN, 2009; PIERSON, 2003). Estas envolvem a formação de coalizões sociais e outras formas de ação social que atuam sobre as oportunidades abertas por tensões e contradições nas instituições existentes, entre as instituições existentes ou, ainda, entre as instituições locais e os choques exógenos.

Essa é uma explicação já conhecida na literatura sobre desenvolvimento, e pode ser encontrada com nuances em trabalhos recentes e de amplo impacto como North *et al.* (2009), Acemoglu & Robinson (2012), Bresser-Pereira (2015). A vantagem é que ela evita a autonomização da variável institucional e traz a explicação para as interdependências entre coalizões de atores sociais e instituições. A novidade trazida pelo Programa DTR foi identificar cinco domínios críticos ou cinco instâncias empíricas fundamentais, típicas de regiões rurais ou interiores, cujas diferentes combinações podem facilitar ou dificultar a emergência de coalizões mais favoráveis a engendrar trajetórias de desenvolvimento marcadas por maior ou menor possibilidade de crescimento com coesão social; e que, por sua vez, também são afetadas por essas coalizões em um processo de causalção recíproca ou *path dependence*.

Esses temas ou instâncias empíricas podem ser esquematicamente apresentados da seguinte forma (Berdegú *et al.* 2015a, 2015b):

- a) *Estrutura de acesso e uso dos recursos naturais* – Naqueles territórios onde há formas abertas — vale dizer, menos concentradas —, de acesso a esses recursos, há maior probabilidade de que os níveis de desigualdade sejam menores. Mas essa não é uma condição suficiente para que haja crescimento econômico.

O que ocorre é que esse crescimento econômico tende a ser mais inclusivo onde o acesso à terra, à água e aos recursos florestais são menos concentrados.

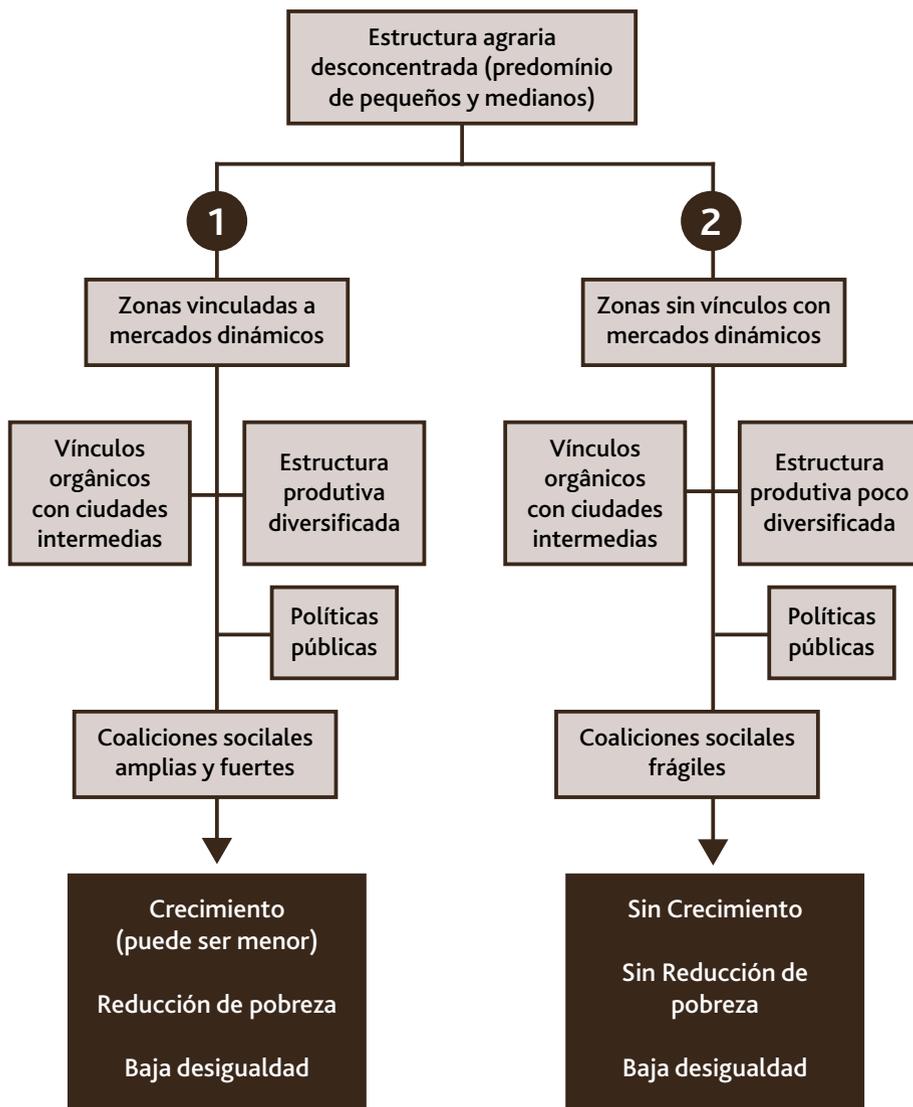
- b) *Mercados dinâmicos* – Nos territórios em que se logra acessar mercados dinâmicos, há possibilidade de captação de rendas externas que permitem um incremento na economia local. Sem esse acesso, os territórios podem até ser mais igualitários — caso daqueles em que a estrutura de acesso e uso dos recursos naturais é mais desconcentrado —, mas não apresentam bons padrões de vida. Os efeitos territoriais de acesso a mercados estão diretamente relacionados, portanto, à produção de riqueza, mas a relação entre riqueza e bem-estar decorre de duas outras estruturas: além da já mencionada forma de acesso e uso dos recursos naturais, deriva, também, de como a estrutura produtiva local se organiza, como mencionado a seguir.
- c) *Estrutura produtiva* – Naqueles territórios nos quais a estrutura produtiva que se constituiu ao longo do tempo se traduziu em maior especialização e concentração, é mais comum encontrar trajetórias de desenvolvimento marcadas pelo crescimento econômico, mas com alta desigualdade e mais vulnerável a choques externos (crises setoriais ou fatores ambientais, por exemplo). Por sua vez, é mais fácil que isso ocorra ali, onde a estrutura de acesso e o uso de recursos naturais também eram mais concentrados. Por outro lado, naqueles territórios onde a estrutura produtiva é mais desconcentrada e diversificada, ocorre maior possibilidade de participação social dos pequenos produtores rurais ou urbanos em elos importantes das cadeias de valor ou dos sistemas produtivos locais. Isso tende a ocorrer nos locais em que a estrutura de acesso e o uso dos recursos naturais foram menos concentrados historicamente, mas, a relação entre esses dois primeiros temas (recursos naturais e estrutura produtiva) não é linear. Ela depende da relação que se estabelece entre as áreas rurais e os centros urbanos.
- d) *Relações com as cidades* – Os territórios que lograram constituir um importante centro urbano em seu interior têm maiores chances de diversificar sua estrutura produtiva. Isso porque o centro urbano passa a funcionar como local de disponibilidade de serviços, além de outras estruturas e amenidades que não tornam obrigatória a migração de representantes dos setores intermediários e da elite local. Esses setores fazem do próprio território um espaço no qual podem ser investidos diferentes capitais (econômico, mas também político, simbólico e cultural), em vez de direcioná-los permanentemente

para fora. Onde não se constituem cidades, ou onde a relação do território ocorre prioritariamente com um centro urbano localizado fora dos seus contornos, há uma constante evasão de excedentes e capitais de diferentes tipos, limitando as possibilidades de reinvestimento e, com isso, de ampliação de oportunidades no território original.

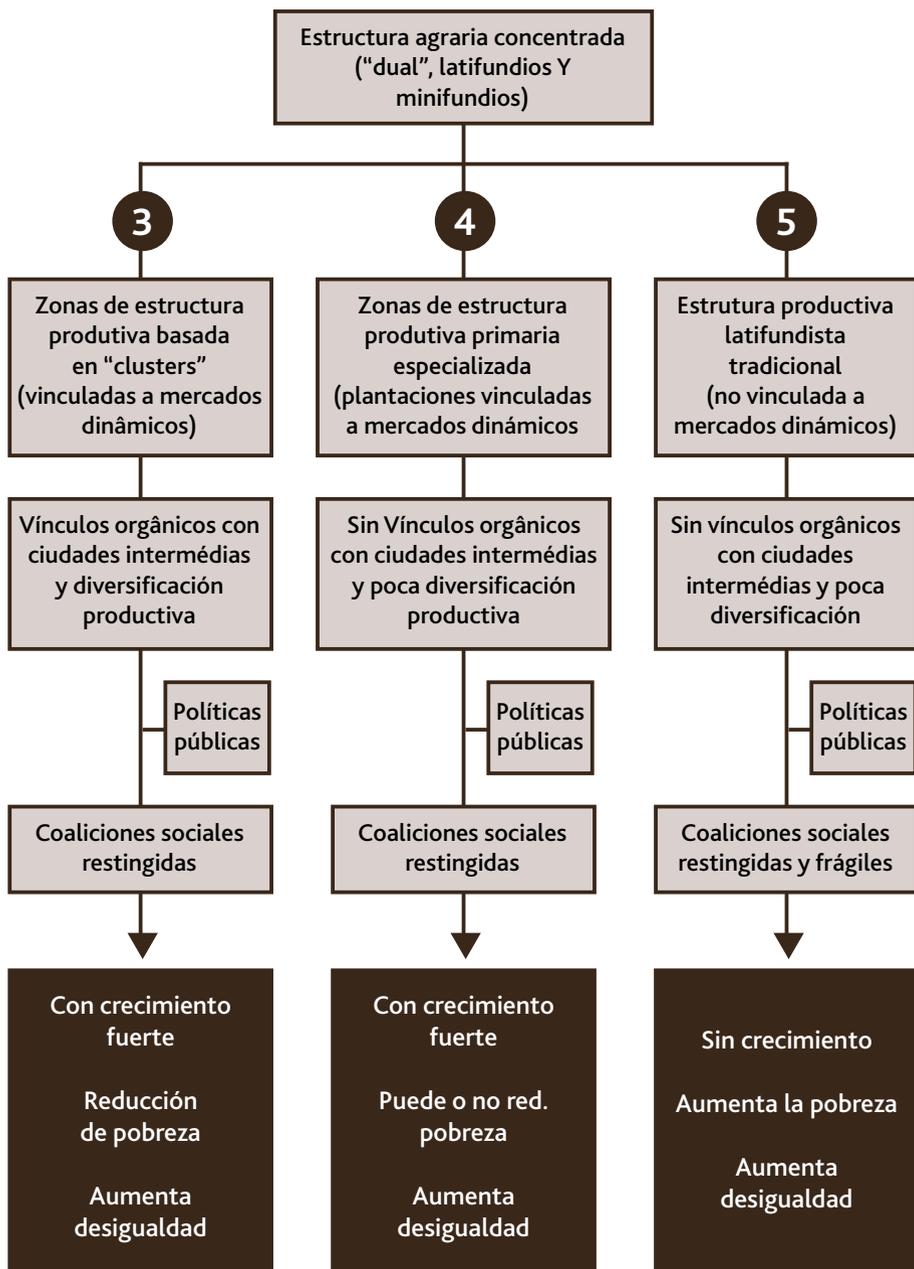
- e) *Políticas públicas* – Políticas e investimentos governamentais sempre atuam nos territórios, mas este sentido não é unívoco. Elas podem alterar ou reforçar as dinâmicas anteriores e, também, alterar a balança de poder entre grupos sociais presentes ou ausentes das coalizões de poder locais. Portanto, trata-se de uma variável não desprezível, mas, também, condicionada pelas anteriores e condicionando-as reciprocamente.

Como corolário, em um tipo extremo, quanto mais desconcentrado e diversificado é um território — algo que ocorre tendencialmente onde a forma de acesso aos recursos naturais se organizou de forma mais desconcentrada e onde se constituíram centros urbanos que favoreceram a endogeneização dos excedentes produzidos com o processo de acumulação local —, maiores são as chances de que se constituam coalizões amplas e que tenha na valorização do território uma base importante para a sua reprodução social. Enquanto, no outro extremo — naqueles territórios com estrutura mais concentrada e especializada —, as coalizões tendem a se formar, reunindo um leque mais estreito de atores e a orientar-se, sobretudo, para as modalidades de inserção externa, com menor preocupação com a coesão territorial. Em meio a esses dois extremos, outras combinações entre os cinco fatores são possíveis, e a elas correspondem distintas composições do desempenho dos territórios em termos de desigualdade, pobreza e crescimento econômico. A representação esquemática, a seguir, ilustra essas trajetórias tipificadas.

Figura 3
Representação esquemática das trajetórias-tipo



Fonte: Reproduzido de Favareto *et al.* (2015).



A identificação das trajetórias exemplares não implica que exista qualquer forma de condenação do território a determinado tipo de desempenho em crescimento, pobreza e desigualdade em função de suas condições iniciais, como o caso brasileiro dos anos 2000 bem o demonstra. O que é ressaltado é que há uma dependência de caminho que começa com as formas de apropriação dos recursos naturais na longa trajetória dos territórios, que repercute sobre a estrutura produtiva e a relação com os centros urbanos. Essas condições, por sua vez, oferecem um quadro de estruturas sociais que pesa sobre a formação de coalizões. Resta, contudo, um espaço aberto para que coalizões desafiem as forças socialmente dominantes ou que as forças externas alterem, ainda que parcialmente, essas estruturas ou os seus resultados. Isso é possível, como foi dito, porque as instituições não são totais e sempre há contradições entre elas e o contexto externo que podem ser exploradas pela ação social.

A grande vantagem dessa explicação é que ela fornece uma chave de compreensão para a heterogeneidade dos territórios latino-americanos, destacadamente para suas regiões rurais ou interioranas, sobre as quais há uma lacuna de elaboração. E o faz ao construir uma narrativa analítica que exhibe qual papel jogam, na trajetória dos territórios, as estruturas típicas dessas regiões, tais como as formas de acesso e o uso dos recursos naturais ou as relações entre o rural e os centros urbanos. Ao fazer isso, agrega uma leitura substantiva dos aspectos que importam nas formações territoriais. Isso é particularmente importante, pois algumas das mais influentes abordagens hoje utilizadas em estudos territoriais colocam mais ênfase em características gerais dos processos sociais, econômicos e políticos contemporâneos, como a ideia de financeirização ou de urbanização extensiva, tributárias de autores destacados como David Harvey ou Henri Lefebvre.

O que se quer dizer é que, embora tais processos sejam realmente centrais no mundo contemporâneo, eles não se concretizam de maneira homogênea nos territórios. Nesse sentido, pedem uma leitura complementar, como esta oferecida aqui, apoiada em características intrínsecas dos territórios. Além disso, trata-se de um *framework* que combina elementos inspirados por abordagens recentes e raramente postas em diálogo como a abordagem das capacitações (SEN, 1998), do institucionalismo (NORTH *et al.*, 2009), com abordagens que exploram as interdependências entre atores, ativos e instituições e seus resultados em termos de performance social e econômica (OSTROM, 2005; ACEMOGLU & ROBINSON, 2012; BRESSER-PEREIRA, 2015).

O caso do Matopiba pode ser classificado como um movimento de transformação da trajetória tipo número 5, marcada pela convivência entre latifúndios e minifúndios, sem acesso a mercados dinâmicos e sem relações virtuosas com cidades médias, por uma dinâmica que oscila, a depender do subespaço territorial de que se fala, entre os tipos 3 e 4 da figura esquemática apresentada na página anterior: há municípios que constituem vínculos com cidades médias, ou mesmo, que se transformam em cidades médias, e outros que restam distantes desses vínculos.

No primeiro caso, há alguma transformação das estruturas produtivas na direção de maior diversificação, levando a redução da pobreza. No segundo caso, a pobreza pode persistir, mesmo diante da alta geração de riquezas. A criação de elites fortes o suficiente para influenciar os rumos do território se faz presente, mas estas atuam sob a forma de coalizões muito restritas de atores; parte deles inclusive situando-se fora do território, o que faz com que os benefícios de sua atuação não incorporem os interesses do conjunto da sociedade local. Daí serem territórios produtores de desigualdade e com dificuldade para levar a inclusão social.

Os próximos capítulos tratam da articulação das dimensões analíticas apresentadas, tendo como objeto o território do Matopiba. A análise da configuração territorial parte da conformação das estruturas sociais sedimentadas na trajetória de longa duração da formação espacial. O texto avança destacando as mudanças exógenas mais importantes das décadas recentes como resultado das diferentes agendas implementadas pelo Estado no período. Em seguida, mostra como essas forças externas foram refratadas pelas estruturas sociais locais, mas, também, como as mesmas estruturas se alteraram, produzindo mudanças que se manifestam de forma heterogênea na espacialidade regional. O passo seguinte evidencia o movimento das contradições na atual etapa da história desse território; em especial, as contradições que cercam a constituição dos grupos sociais locais: seu comportamento, a constituição dos trunfos de que dispõem para a reprodução social, sua posição na hierarquia do espaço local, as coalizões. Tudo isso para, ao final, se voltar à pergunta inicial deste relatório, isto é, analisar a extensão dos impactos territoriais do agronegócio no Matopiba.





Foto: Marizilda Cruppe.

2. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MATOPIBA COMO CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Em entrevista recente, a economista Tania Bacelar, reconhecida especialista em desenvolvimento regional e agraciada com o título de Economista do Ano de 2018, afirmou de maneira irônica: “*Nossa elite é interessante; todos liberais e, no entanto, dependentes do Estado.*” (BACELAR, 2017). O discurso dominante sobre o Matopiba produziu alguns mitos que, se não são completamente desprovidos de verdade, no mínimo apresentam uma amnésia seletiva sobre aspectos determinantes da formação territorial. Em sua etapa mais recente, a região é apresentada como resultado do esforço empreendedor dos fazendeiros *gaúchos*. Denominação que, na verdade, abrange proprietários rurais com origem nos três estados do Sul do Brasil. Eles estariam transformando um vazio demográfico e fortemente marcado pela pobreza e precariedade em um oásis de modernização tecnológica e alta produtividade, beneficiando o país e a população local que agora, enfim, poderia experimentar mais e melhores oportunidades de inserção econômica. O Estado brasileiro, quando mencionado, é lembrado por sua ineficiência ao não prover adequada solução para a precária logística pela qual escoar a produção em direção aos distantes pontos de exportação, elevando o chamado custo Brasil que prejudica a competitividade internacional do setor ou, ainda, porque não provê a devida estabilidade e segurança jurídica aos produtores.

Este capítulo tem como principal intuito dialogar criticamente com essa versão e evidenciar algumas distorções desta narrativa, em especial no que diz respeito às etapas da formação territorial e ao papel desempenhado pelo Estado brasileiro e pelas elites econômicas e políticas.

É verdade que o Matopiba conta hoje com uma nova, poderosa e muito ativa elite econômica, parte dela bastante empreendedora. Mas também é verdade que ela só se constituiu enquanto tal graças ao que Mazzucato (2015) chamou de Estado empreendedor. Aquilo que a economista italiana radicada na Universidade de Sussex identificou como a característica marcante da moderna economia mundial — a presença do Estado criando condições necessárias para a posterior chegada dos investimentos privados, por exemplo na área da informática ou na química farmacêutica nos Estados Unidos — é algo que também se passou no Cerrado brasileiro. Mesmo autores conhecidos por exaltar os feitos desse setor também admitem isso, como Alves (2010), nos marcos do que ele chama de ino-

vações institucionais induzidas, com destaque para o papel da pesquisa científica conduzida pela Embrapa, em cooperação com outros centros situados sobretudo em universidades de destaque, e que tornou possível a adaptação de tecnologias para as condições biofísicas deste bioma.

Mais importante ainda do que reconhecer sua presença é destacar que, por aqui, o Estado tem suas peculiaridades e, como parte inseparável do Estado empreendedor, há também a presença e as heranças do velho Estado patrimonialista, em metamorfoses recentes daquilo que já foi retratado nos clássicos do pensamento social brasileiro, como Raymundo Faoro (1958), em *Os donos do poder*. As formas de apropriação da terra na região não ocorreram somente por meio de típicos mecanismos de mercado ou pela criação de condições infraestruturais de competitividade empresarial, mas obedecendo a modalidades muitas vezes escusas e questionáveis. É verdade que muitos dos fazendeiros empreendedores pagaram por suas terras e viveram agruras, tal como retratado no mito de origem do Matopiba. Também é igualmente verdade que a violência e a grilagem podem até não ser mais as práticas dominantes hoje em dia, mas ainda se fazem presentes de maneira difusa ou localizada, e foram fundamentais para que velhas elites políticas pudessem se beneficiar desse esforço modernizante.

Além de demonstrar essa ideia por meio da reconstituição esquemática das grandes etapas da formação territorial, este capítulo pretende ainda sugerir que estamos na atualidade em um terceiro momento da história da região, em que a formação de uma elite de modernos empreendedores nacionais na agropecuária vai sendo gradativamente deixada para trás. Em seu lugar, na nova etapa emergente, ocorre a entrada crescente de empresas transnacionais e a valorização da terra como ativo financeiro, e não mais predominantemente como ativo produtivo. Isso trará importantes consequências para o futuro da governança dos recursos naturais na região e para os impactos socioeconômicos das atividades ali realizadas.

O capítulo está organizado em três seções. Na primeira, são apresentados aspectos da formação territorial anteriores ao esforço de modernização empreendido pelo Estado brasileiro no final do século XX. Além de evidenciar que não existia exatamente um vazio demográfico como é prolapado, é demonstrado também como se constituiu ali um tecido social e econômico diverso, que precisa ser reconhecido caso se queira compreender por que os impactos territoriais da expansão da agropecuária comercial das últimas décadas são tão heterogêneos. Na segunda seção, é reconstituído esquematicamente o padrão de ação do Estado

brasileiro no esforço de modernização. A atuação do governo federal, por meio da pesquisa agropecuária, do crédito e da política fundiária, além da construção de infraestrutura, será retomada para que se compreenda de que maneira foi moldado um ambiente institucional que oferece guarida à narrativa dominante sobre o Matopiba, mas também a seus limites, omissões e ambiguidades. Na terceira parte são introduzidas informações sobre transformações locais recentes, situadas nos marcos dos movimentos mais gerais do capitalismo contemporâneo, caracterizado por crescente internacionalização e financeirização dos investimentos, e sobre a forma como isso repercutiu para a formação territorial.

Os cerrados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia antes do Matopiba

Examinar a ocupação do Cerrado em perspectiva de longo prazo implica identificar similaridades e heterogeneidades territoriais e analisar como o jogo entre essas duas condições expressa a condição atual do Matopiba. As diferenças internas são reveladoras das formas específicas que o movimento mais geral de ocupação da região assume em cada local, mostrando suas nuances, forças e incompletudes. Este é o objeto principal desta seção: evidenciar os traços marcantes comuns do conjunto do território e certas particularidades espaciais que ajudam a compreender como cada subespaço local tem reagido à inserção da agropecuária comercial.

Dentre as similaridades, há certos aspectos-chave: a forma de ocupação apoiada na expropriação dos recursos naturais e exploração da força de trabalho — escrava ou não — dos moradores locais em bases precárias; o uso dos rios como grandes eixos de locomoção, expansão e de estabelecimento de empreendimentos agropastoris e de núcleos populacionais que consolidaram entroncamentos comerciais, cidades e portos fluviais; a pecuária extensiva como principal atividade econômica, aliada à instituição da posse de terras, seja por meio da ocupação pura e simples ou pela grilagem. Todos esses são fatores que impulsionaram a expulsão ou subjugação de indígenas e comunidades tradicionais que ali habitavam. A violência física e simbólica prevalece nas formas de ocupação do sertão — entendido como lugar geográfico situado na porção interiorana do país, em oposição ao litoral — e nas relações sociais advindas dessa conquista, legando um tecido social que se traduziu em pouca diversidade, associada a uma hierarquização polarizada entre aqueles que concentravam prestígio, poder polí-

tico e econômico, e os demais, subordinados a esse domínio; e, por fim, em um distanciamento recorrente do Estado, que transferia seu papel de ordenamento da vida social e administrativa a prepostos que, em muitos casos, eram também intermediários na resolução de questões de fisco e da justiça.

Essas condições conduziram a uma realidade calcada em privilégios associados a um vínculo patriarcal em que poucas famílias exerceram controle social, político e econômico no território por séculos, fomentando e reforçando relações patrimonialistas em que os interesses privados assumiam preponderância no trato da coisa pública.

Como essas características enfatizadas nos clássicos da formação do Brasil se constituíram na região do Matopiba? Quais nuances espaciais elas apresentam?

A ocupação do sertão se concretizou a partir do século XVII e, como dito, esteve associada à lógica de expropriação de recursos naturais e humanos que pudessem ser lucrativos para a Coroa Portuguesa. Desde cedo, portanto, foram forjadas estruturas territoriais que bloquearam o acesso à terra e ao trabalho livre. Três desafios se impunham à ocupação territorial naquele momento: o primeiro, mais óbvio, o desconhecimento da geografia local e dos obstáculos a que estariam sujeitos os exploradores; o segundo se associava ao estabelecimento e à garantia de marcos de fronteira, pois estes eram sistematicamente ultrapassados pelos espanhóis e também por franceses, ingleses e holandeses que invadiam as terras com o intuito de se estabelecer e explorar metais preciosos; já o terceiro se relacionava ao trato dado aos indígenas, em um primeiro momento absorvidos como “almas a serem salvas” e mão de obra à disposição, mas pouco depois crescentemente vistos como incômodo a ser eliminado caso não se submetessem ao trabalho escravo ou se colocassem como empecilho aos avanços da conquista. Nesse meio se propagaram as missões religiosas, com interesses nem sempre harmônicos àqueles dos conquistadores, divergindo na forma de tratamento e aproveitamento dos indígenas.

Dentre as missões, destacaram-se as dos jesuítas e capuchinhos no Maranhão e Grão-Pará nos meados do século XVII, ou aquelas estabelecidas nas bacias dos rios Parnaíba, Mearim e Corda no Piauí e no Maranhão em fins do século XIX (OLIVEIRA, 2017). Em contraponto ao apoio na proteção contra invasores, na contratação de bandeiras para ampliar o conhecimento do território e subjugar tribos indígenas inimigas, a Coroa Portuguesa oferecia aos colonos um cardá-

pio de mercês combinadas: por um lado, cargos militares e da burocracia estatal, garantindo assim domínio político a seus receptores; e, de outro, sesmarias a serem exploradas economicamente, rendendo também domínio econômico. Desenhavam-se, assim, bases do patriarcalismo e do patrimonialismo típicos da sociabilidade brasileira, nos liames entre o poder senhorial e familiar e sua estreita ligação com o Estado (BRANDÃO, 1993; MOTA, 2007).

Dois bons exemplos do *modus operandi* dessas interdependências entre famílias e Estado na ocupação territorial do atual Matopiba são a Casa da Torre e a Casa da Ponte. A primeira, da família Garcia d'Ávila, estendeu seu domínio por cerca de 250 anos (séculos XVII a XIX) da Praia do Forte, sentido interior norte da Bahia, sul do Piauí — atravessando os rios Canindé, Gurgueia e, depois, Parnaíba — seguindo para o sul do Maranhão até a divisa com o Rio Tocantins. A segunda, igualmente poderosa, envolveu sesmarias da família de Antônio Guedes de Brito, denominadas tardiamente de Casa da Ponte, também muito influente durante séculos na vasta área desde o rio Jacuípe, entre os atuais municípios de Jacobina e Morro do Chapéu (BA), desdobrando-se sentido oeste e sudoeste baiano, até o Rio das Velhas em Minas Gerais.

A forma de ação dessas famílias, de seus descendentes e aliados se apoiava em três ações: no avanço constante de posse sobre as terras com vistas a ampliar a possibilidade de encontrar ouro e pedras preciosas, bem como dilatar as áreas de criação de gado; nos casamentos entre parentes, o que se consolidou numa "elite de primos" que dominava as relações políticas locais (SOUSA NETO, 2009); e, por fim, na violência física e simbólica sobre populações indígenas levando-as ao aprisionamento, à escravização e à comercialização no litoral, o que provocou o extermínio total das populações autóctones. A escravização negra também foi utilizada, embora menos frequente (MOTT, 1979, PESSOA, 2003; ALVEAL, 2012; BOMBARDI, 2014).

Consolidou-se uma forma de mandonismo que se desdobrou na prática dos coronéis do final do século XIX e início do século XX, decantados na literatura e em conhecidos estudos acadêmicos, como o livro clássico de Victor Nunes Leal (1948), *Coronelismo, enxada e voto*. A estrutura política que se erige a partir daí só poderia ter como marca a concentração e o domínio em bases tradicionais, algo bem distinto de uma vida política de maior dinamismo e permeável à constituição ou à influência de forças transformadoras e democratizantes.

A atividade econômica de destaque nessa forma de ocupação foi a pecuária extensiva, praticada primeiramente em currais itinerantes, estabelecidos nas proximidades dos rios a cargo de vaqueiros sob forma de arrendamento. Era uma atividade que se desenvolvia em campos abertos e sem o rigor da labuta da cultura agrícola, facilitando a inserção da mão de obra indígena e de seus descendentes em um regime análogo ao da escravidão negra que, ainda que em menor proporção, como dito, também teve espaço no sertão (MOTT, 1979).

Essas regiões estiveram à sombra da dinâmica da monocultura açucareira do litoral e exerceram uma atividade produtiva típica do que Prado Júnior (2008) chamou, em outro livro clássico do pensamento social brasileiro, de setor inorgânico da economia. Um setor voltado para um débil mercado interno, em especial por meio do consumo de carne, de força motriz animal e de couro, exercendo um papel subsidiário de apoio às atividades agrícolas e extrativistas do litoral, essas sim com inserção na política mercantil colonial portuguesa, o que ajuda a entender o baixo dinamismo econômico daquela vasta zona interiorana desde então.

Da pecuária derivou uma estrutura social, em que o sesmeiro ou o fazendeiro mantinham o controle de suas terras à distância. Seu preposto era o procurador, pessoa de sua confiança que se deslocava ao interior com vistas a manter a vigilância sobre terras e currais. Em posição inferior estava o vaqueiro, figura central no sertão, seja por garantir a produção em um sistema de dispersão espacial, por sua vestimenta típica que o identificava ou por seus modos de vida que tendiam ao isolamento. A forma de pagamento à lida na pecuária se fazia com gêneros de manutenção da criação, em especial, sal e filhotes do rebanho que se deixavam engordar e então eram vendidos, favorecendo alguma renda a esse trabalhador (RIBEIRO, 1995).

A locomoção do gado a ser comercializado ficava a cargo do boiadeiro, que recolhia de tempos em tempos os animais nas fazendas e os dirigia aos entroncamentos comerciais ou ao litoral. Além dessas figuras sociais, havia uma sorte de pequenos comerciantes, artesãos, barqueiros, remeiros, carpinteiros e outros que se alternavam no tecido social a depender das necessidades locais. No entorno das grandes fazendas e dos núcleos populacionais, agregavam-se populações pobres dedicadas à agricultura de subsistência. Estes eram geralmente ligados por laços de compadrio aos procuradores que lhes legavam um pedaço de terra para o plantio de pequenas roças em troca de apoio político e obediência (RIBEIRO, 1995; OLIVEIRA, 2014).

Durante séculos, a participação na vida social se resumia assim a esses poucos grupos, sempre a partir de formas de dominação e controle coerentes com a estrutura econômica e política de baixo dinamismo, o que ajuda a entender a ausência de forças sociais com força suficiente para reorientar os rumos do território ou de fazer frente à ação de forças exógenas.

Ocupação territorial do oeste da Bahia

A ocupação do oeste baiano se organizou por meio dos rios Grande, Preto e Corrente, que proporcionavam a ligação do Rio São Francisco a comunidades mais distantes, muitas vezes integradas às minas auríferas de Goiás. Outro fator de destaque foi a anexação da Comarca de São Francisco à província da Bahia (1827), favorecendo maior estabilidade político-administrativa à região. Ainda assim, havia no discurso da elite local uma narrativa que a associava a uma posição de isolamento e abandono pelos governantes baianos (FREITAS, 1999; BRANDÃO, 2010). Esse mesmo isolamento reforçava a dominação de famílias locais, cujo poder político e econômico se propagava em uma rede de influências que alcançava impacto regional.

A incorporação da área à dinâmica regional e aos interesses do governo da Bahia, em meados do século XIX, modificou algumas dessas condições. Uma primeira iniciativa de integração foi a inauguração da Companhia de Navegação a Vapor do Rio São Francisco (1873), que impulsionou a atividade comercial no oeste baiano, ligando-o de forma regular a Minas Gerais e Juazeiro (BA). Uma ligação mais veloz com a capital veio mais tarde por meio da estrada de ferro de Juazeiro a Salvador em 1896, preterindo as antigas "estradas de boiada", que confluíam de forma orgânica com as ligações fluviais, desintegrando os fluxos coloniais presentes até então (BRANDÃO, 2010; OLIVEIRA, 2014).

No final do século XIX, um novo impulso econômico se deu com a extração local da borracha de mangabeira. Embora esse ciclo não tenha dinamizado a economia como esperado, o crescimento populacional, com a migração de trabalhadores para essa atividade, propiciou a criação de diversos municípios no final do século XIX (Diniz, 1982), caso de Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória, Barreiras e Correntina, reordenando o espaço para além dos limites da Bahia e impactando Goiás e Minas Gerais (BRANDÃO, 2010).

Esse momento foi importante para a consolidação de uma estrutura social diversificada, com um comércio mais forte e iniciativas de mecanização e beneficiamento da produção pecuária, que seguiu sendo a principal força econômica. Paradoxalmente, algumas dessas iniciativas protoindustriais perderam força no meio do século XX, justamente com a maior integração comercial com as regiões vizinhas e os centros mais dinâmicos, facilitada pela expansão das vias rodoviárias. Como região, o oeste baiano só passou a ser motivo de interesse das autoridades estatais de forma mais acentuada após a segunda metade do século XX, justamente com as propostas de exploração econômica pela agropecuária comercial.

A ocupação territorial no sul do Piauí

No caso do sul piauiense, a ocupação dos cerrados caracterizou-se pela continuidade da expansão vinda do sertão da Bahia e de Pernambuco. Organizou-se por meio de sertanistas contratados ou por sesmeiros que já possuíam terras nas capitanias citadas. Além disso, foi estabelecida uma forma peculiar de colonização: do interior para o litoral, ao contrário do que se viu nas regiões mais a leste. Uma das primeiras investidas foi feita em 1674 por Domingos Afonso Mafrense, ou Domingos Sertão, um dos rendeiros da Casa da Torre, pelo vale do rio Canindé. Dali se propagou para as beiras dos rios Gurgueia e Piauí, chegando até o Rio Parnaíba, de maior importância, visto que corta o Piauí de sul a norte, desaguardo no Oceano Atlântico.

As condições para a pecuária eram mais favoráveis do que na Bahia, com abundância de terras na proximidade de rios, chuvas mais generosas e vales com melhores pastagens naturais que podiam ser consumidas praticamente durante o ano todo. Essas condições levaram a porção sul a ser logo ocupada por arrendatários que iam adentrando cada vez mais o interior do sertão (ALVES, 2003).

No começo do século XVII, o sul do Piauí já era o maior produtor de gado da colônia (MOTT, 1979), mas essa condição não se converteu em melhorias para a capitania. A pecuária extensiva, durante muito tempo itinerante, estava associada à concentração fundiária, fruto das gigantescas sesmarias. Mesmo depois de divididas, resultaram em grandes fazendas. A população empregada na pecuária, isolada e esparsa em torno de vales de rios e riachos, mais o absenteísmo dos fazendeiros, tudo isso se traduziu na pouca retenção das riquezas dessa região produtora. Era nas capitais litorâneas de outras capitanias, como Bahia e Per-

nambuco, que oportunidades e riquezas se mostravam presentes, o que podia ser compreendido através de edificações soberbas, vida faustosa de moradores e do volume de empreendimentos comerciais existentes.

Durante os séculos XVII e XVIII, o Piauí foi apenas espaço de criatório. O gado, quando pronto para a comercialização, viajava muitos quilômetros diretamente para as praças de Olinda, Salvador, e no século XVIII também para Caxias (MA), Belém (PA), ou para a Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro (BRANDÃO, 1993). Nesse quadro, conformaram-se poucos núcleos populacionais para além da Vila Mocha, maior aglomerado de pessoas que, com a criação da Capitania do Piauí (1758), tornou-se a capital e passou a denominar-se Oeiras.

No final do século XVIII e início do século XIX, houve declínio na atividade pecuária dessa capitania, em especial por causa das dificuldades enfrentadas pela crise do açúcar em outras localidades do Nordeste, ou pela concorrência do Rio Grande do Sul e do Maranhão. Essas instabilidades fizeram notar como o Piauí estava dependente do que acontecia fora dos seus domínios e o tamanho das dificuldades em reverter tal quadro diante da pouca diversidade econômica e social (ALVES, 2003).

Com vistas a minorar tal condição, duas ações governamentais coligadas foram postas em prática. A primeira foi a transferência da capital em 1852 para uma localidade a meio caminho do norte do Piauí e na confluência com o Maranhão, próximo à vila de Caxias, importante entroncamento comercial naquele momento. A presença de Teresina, às margens do Rio Parnaíba, estimulou a criação de diversos outros municípios, modificando as condições de isolamento e resultando em forte apoio para a segunda ação: a criação de uma empresa de navegação a vapor que circularia de sul a norte, convertendo o rio em eixo da economia e integração do Piauí ao mercado internacional por meio do extrativismo vegetal — maniçoba, carnaúba e babaçu (GANDARA, 2008).

Essa condição, contudo, não foi perene. A partir da década de 1950, a navegação fluvial também declinou com a valorização do transporte rodoviário no país. Ademais, nos anos 1950 foram realizados estudos para a instalação de uma usina hidrelétrica no Parnaíba, o que mudou as condições do transporte fluvial. A inauguração da usina hidrelétrica de Boa Esperança, em Guadalupe, ocorreu em 1970. Porém, sem a finalização das eclusas que possibilitariam a transposição da barragem, a navegabilidade está comprometida até os dias atuais.

Outros dois projetos ligados ao Rio Parnaíba foram apresentados pelos governos estadual e federal no fim do século XX, mas nenhum se concretizou até hoje. Um deles, planejado pela CHESF, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, entre 1982 e 1985, envolveu a avaliação dos potenciais hidroenergéticos para pequenas centrais elétricas, projetando a instalação de quatro UHEs no Rio Parnaíba. O outro agregou-se aos propósitos de retomar a navegabilidade do complexo Parnaíba/Balsas e começou a ser planejado na década de 1990 em um acordo técnico entre a Japan International Cooperation Agency (JICA) e a Secretaria de Planejamento do Piauí. O objetivo era estimular a agropecuária comercial por meio de melhores condições de transporte da produção realizada no sul do Piauí e Maranhão em direção ao mercado internacional, em especial japonês, nos marcos da expansão da soja, que naquele momento já começava a ocupar grandes áreas do que viria a ser chamado de Matopiba.

A ocupação territorial no sul do Maranhão

No Maranhão a ocupação portuguesa inicial foi conturbada. Além de dificuldades para a transposição da Serra de Ibiapaba (Ceará), o interior era ocupado por indígenas guerreiros. Isso fez com que diversas investidas resultassem na morte de conquistadores. A entrada marítima era igualmente difícil, pois a presença de corsários franceses, holandeses e ingleses no extremo norte, desde finais do século XVI, dificultaram a inserção da região no projeto de ocupação colonial.

Esses desafios levaram a duas frentes de expansão. A primeira se fez pelo litoral, visando a proteção marítima e a ocupação efetiva, em especial após a posse francesa da ilha de São Luís entre 1612 e 1615 (CARDOSO, 2002 e 2011; AZEVEDO, 2003). Essa frente expandiu-se no século XVII, partindo de São Luís e encaminhando-se pelos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré, junto aos quais a Coroa Portuguesa legou as sesmarias que, nos meados do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, se fortaleceram com o ciclo do algodão, cultivado como monocultura, concentrando terras e mão de obra escrava negra, e tendo, na maioria das vezes, o próprio fazendeiro associado ao comércio na Europa.

Essa condição se traduziu em crescente centralização de riqueza em mãos de elites familiares que difundiam seu poder por meio de relações de casamento, compadrio e aliança política. Uma das formas de expressão da opulência desse momento se apresentou nas requintadas edificações e nos modos de vida euro-

peizados presentes em Alcântara, onde residia a população abastada, e na capital, São Luís, moradia dos negociantes. O entorno, por sua vez, era a expressão da pobreza e do isolamento, revelando desmedida desigualdade socioeconômica (FERREIRA, 2008; MOTA, 2007; ARRUDA, 1980).

A outra frente de expansão abrangeu justamente a região onde predominam os cerrados, em área de transição para a Floresta Amazônica, no sul maranhense. A Coroa Portuguesa, associada à Companhia de Jesus, expandiu a ocupação na primeira metade do século XVIII, mas havia muita dificuldade em constituir aldeamentos frente à belicosidade dos grupos indígenas, o que barrou a empreitada. Até que, por volta de 1730, uma movimentação de sesmeiros provenientes da Bahia, Pernambuco e Piauí ocupou os campos com a produção pecuária extensiva, dando-lhes a denominação genérica de Pastos Bons, de onde, posteriormente, se formaram diversos municípios. Esse incremento da pecuária não contou com o apoio do Estado e da Igreja, e caracterizou-se como empreendimento de muita violência nas disputas com tribos indígenas (FERREIRA, 2008; CABRAL, 2008).

De forma indireta, a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756), embora voltada destacadamente ao comércio de algodão, deu o suporte mercantil à pecuária, legando certa dinamização à comercialização de peles junto ao mercado internacional. Com a expansão da pecuária, um século depois, o governo imperial criou algumas alternativas para facilitar o escoamento da produção por meio da articulação com o porto de São Luís. Dentre elas, destacou-se a ampliação da navegabilidade de rios que cortavam o sul do Maranhão — em especial os rios Tocantins, Manuel Alves Grande e Balsas —, associada à criação da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão (1856). Foram criadas, também, estradas terrestres que ligavam o sul do estado — por meio de Carolina, na divisa entre Maranhão e Goiás, em sua porção do atual Tocantins —, a diversas praças comerciais inter-regionais, incrementando seu papel de entreposto comercial (FERREIRA, 2008).

Com isso, ainda que precariamente, houve um encurtamento das distâncias e do tempo de viagem nas décadas finais do século XIX e início do século XX. Paralelamente a esse impulso, entrou em cena a exploração do novo recurso natural de interesse para o comércio internacional: o babaçu, que atingiu seu auge nos anos 1920, atraindo diversas empresas estrangeiras para exploração e comercialização (FERREIRA, 2008).

A interiorização, no entanto, manteve-se precária mesmo nas décadas seguintes, sendo que a ligação direta com São Luís apenas se confirmou no final dos anos 1960 ao se construir a rodovia BR-222, que interligou Fortaleza (CE) a Marabá (PA). Mesmo assim, o objetivo não estava focalizado no sul maranhense, mas em ligações com a rodovia Belém-Brasília, com a qual se visava o acesso a novos mercados proporcionados com a criação da nova capital federal (BEZERRA, 2010).

Ainda no que diz respeito às políticas governamentais, diante das secas continuadas no Nordeste e do grande número de flagelados que migravam fugindo dessa condição, foram criados diversos projetos de colonização entre 1942 e 1995 que envolveram o Maranhão e áreas do Tocantins e do Pará. Esses projetos — a cargo das empresas estatais Comarco (Companhia Maranhense de Colonização) e, depois, Iterma (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), e também do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) — foram apropriados por empreendimentos econômicos de madeireiras e de reflorestamento, ou incorporados na consolidação de áreas de agricultura, com o plantio de arroz e soja na região dos Gerais de Balsas. Reside naquele momento, entre os anos 1980 e 1990, a gênese dos empreendimentos que modificariam as dinâmicas territoriais no sul do Maranhão.

Obviamente, tais transformações não se fizeram isentas de conflito, destacando-se aqueles associados ao desmatamento, posse, grilagem e uso da terra, como é o caso, durante o longo período compreendido entre 1964 e 1985, dos vários casos de violência e morte na Serra do Papagaio, divisa do Maranhão e Tocantins.

Além dessas atividades de agricultura comercial, no sudoeste do Maranhão destacaram-se os programas de mineração e siderurgia — entre eles o Programa de Desenvolvimento Integrado da Amazônia Oriental, o Projeto Ferro Carajás S11D, e o Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) —, para os quais foi construída a estrada de ferro entre Carajás e São Luís, ampliando nesse corredor a oferta de energia elétrica e a instalação de dois portos especializados. Esse modal ferroviário, fundamental para o escoamento da produção siderúrgica, tem sido importante, também, para o escoamento de grãos do sul maranhense e do sudoeste piauiense (FERREIRA, 2008).

A ocupação territorial no Tocantins

O Cerrado tocantinense tem sua gênese na capitania de Goiás. O local, por se situar no Planalto Central, não apresentava obstáculos naturais muito difíceis de serem transpostos. Havia a hostilidade dos indígenas, muitos deles empurrados para a região pelas ofensivas a outras localidades em que estavam instalados. Ao lado da procura por ouro, a presença de índios em abundância era uma motivação importante para que os conquistadores se embrenhassem naquela área do sertão. Feitosa (2011) indicou dois movimentos exploratórios antagônicos: o primeiro, proveniente de São Paulo e capitaneado por bandeirantes, visava a exploração de minerais, além de capturar e escravizar indígenas; o segundo, proveniente do Pará, era conduzido por missões religiosas que almejavam a catequese. Dessa forma, os conflitos, aqui como em outras regiões, foram uma marca constante e violenta da formação territorial.

Desde 1722, com a descoberta do ouro, vários pontos do interior da capitania foram povoados, mas separados por áreas extensas. O empreendimento era lucrativo, mas requeria investimento, uma vez que o trabalho era árduo e, por isso, geralmente feito por mão de obra escrava. Além disso, havia uma pesada carga de impostos computados sem levar em consideração a diversidade de resultados na extração de ouro, portanto muito mais onerosa para as localidades com baixo índice de produção. Muitos núcleos só perduraram enquanto a produção aurífera esteve em expansão, havendo após isso um deslocamento em busca de novas oportunidades. Aqueles que insistiam em permanecer convertiam-se à economia de subsistência.

A região norte de Goiás era a área mais remota e aquela com menos jazidas. Também era motivo de revolta o isolamento imposto pela Metrópole, que impedia a criação de estradas, já que a proliferação de caminhos dificultaria a ação do fisco. Em 1730, o governo português determinou que houvesse apenas uma via de acesso para Goiás, a que ligava à capitania de São Paulo. Também era proibida a navegação fluvial para o norte. Entendia-se que, dessa maneira, os mineradores teriam que passar obrigatoriamente pelas casas de registro e, depois, pelas casas de fundição do ouro. Assim não poderiam burlar o pagamento dos impostos devidos (FEITOSA, 2011). Os mineradores localizados mais ao norte se sentiram desprestigiados e, por volta de 1736, ocorreram as primeiras revoltas a fim de separar Goiás em duas porções.

Com o intuito de minorar os problemas e acomodar interesses locais das elites mineradoras, no começo do século XIX foi adotado o mesmo sistema de pagamento de impostos de Minas Gerais, o quinto, enquanto a capitania foi dividida em duas comarcas — do sul e do norte. A do norte, que viria a se consolidar como o estado do Tocantins, tinha como sede administrativa a vila de São João das Duas Barras, localizada no extremo norte. Imaginava-se que a ligação com o Pará seria o melhor caminho para evitar o isolamento. Para tanto, foi permitida a navegação fluvial pelo Rio Tocantins com vistas ao povoamento daquela região. Os resultados não foram significativos e a sede da Comarca foi transferida para área mais central, em São João da Palma, em 1814. Essa divisão inicial não resolveu os problemas, mas, apesar de novas tentativas de separação, Goiás se manteve unido até as novas tentativas que se manifestariam no final do século XX.

Com a decadência da exploração aurífera no século XIX, Goiás voltou-se para a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva, que se valeu das mesmas condições encontradas nos demais territórios do Matopiba: concentração de terras sem títulos de propriedade, grilagem contínua sem estímulo à regularização fundiária, e controle político e econômico nas mãos de poucas famílias. Os pequenos produtores, conforme a necessidade de terra se evidenciava, eram impelidos pelas grandes fazendas a atuar como empregados, agregados ou rendeiros.

O norte de Goiás expressava maiores entraves para dinamizar a comercialização de suas atividades produtivas por lacunas na infraestrutura de mobilidade, distância de centros dinâmicos e frágil vinculação intrarregional. O isolamento era presente, com poucas oportunidades e restrito mercado local. A população se dispersou em terras devolutas do sertão, e dali estabelecia suas frágeis bases de organização socioeconômica (FEITOSA, 2011).

Nos anos 1930, duas ações governamentais que poderiam ter impacto importante no norte goiano acabaram por reproduzir o isolamento: a criação da capital Goiânia (1932-1935) na porção centro-sul do estado e a política nacional de colônias agrícolas que visavam a interiorização para regiões do território brasileiro, na denominada Marcha para o Oeste. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em vez de priorizar todo o estado, focalizou áreas centrais, próximas à localidade em que a capital estava sendo organizada. Tal condição estimulou a migração de populações da região ao norte, intensificando a ocupação de forma desordenada. Feitosa (2011) indica que essa situação foi rompida com ligações rodoviárias implementadas pelo governo federal apenas a partir da década de 1950, eviden-

ciando uma nova rota de transporte e comercialização, em especial por meio da rodovia Belém-Brasília. Essa nova condição intensificou o crescimento de alguns municípios localizados nas beiras da estrada na porção norte do estado, como Araguaína, Paraíso do Tocantins e Miracema. Com o passar do tempo, esses locais assumiram papel de polos comerciais e de serviços.

Foi nessa mesma década que o germe do separatismo reacendeu com o Movimento Pró Criação do Estado do Tocantins (1956). Porém, foi com a criação da Comissão de Estudos de Problemas do Norte Goiano (Conorte), em 1981, que a ideia da emancipação tomou corpo. Essa comissão, composta majoritariamente pela elite empresarial do norte goiano, tinha por objetivo identificar os potenciais econômicos e políticos da região, com o propósito de garantir sua autonomia em relação ao sul do estado. Entendia-se que era chegado o momento de “dividir para somar”, a fim de que duas regiões de um mesmo estado, mas com características diversas, pudessem ter espaço no cenário político e econômico nacional.

Notou-se que, mais do que apenas ideais separatistas de um discurso passado, o intuito era abrir espaço para uma nova realidade, à qual, de início, fundamentalmente mineiros e goianos estavam vinculados: os interesses agropecuaristas. Estes foram intensificados com a criação do estado do Tocantins em 1988. Desde então, o foco esteve concentrado em formas de garantir condições políticas, econômicas e ambientais para que as atividades associadas à agropecuária pudessem se acomodar no estado (AJARA *et al.*, 1991; LIMA, 2014).

Em síntese, estava moldada, nos termos de Berdegué *et al.* (2015a) e Favareto *et al.* (2015), uma trajetória de desenvolvimento territorial cujas condições iniciais foram marcadas por uma estrutura de acesso e uso de recursos naturais limitada a uma elite pouco numerosa e dependente dos seus vínculos de poder com o Estado colonial. Por ser uma economia de baixa densidade e produtividade, que só podia se reproduzir graças ao seu caráter extensivo sobre amplos domínios e por débeis vínculos com os mercados, houve dificuldade em gerar riquezas. As estruturas econômicas e sociais que se erigiram a partir disso, e de forma correspondente a esses atributos iniciais, seriam desde então marcadas por forte concentração e com acesso limitado para setores dominados, em geral excluídos dos mercados de trabalho e de consumo e, portanto, com igualmente limitadas possibilidades de participar da vida social e política local.

No que diz respeito às diferenças, o oeste baiano despontou como uma área onde historicamente houve embriões de dinamismo, posteriormente arrefecidos e só

reativados com os investimentos que culminaram na ascensão do Matopiba, já nos fins do século XX. O sul do Piauí e o sul do Maranhão se mantiveram em condição de maior isolamento e precariedade. Já o Tocantins se transformou em estado justamente por buscar a tradução do poder econômico e dos interesses das elites pecuaristas em projeção política, fundamental para aumentar sua influência sobre o ambiente institucional e os mecanismos de regulação e de incentivo da exploração econômica e do controle territorial. A partir de toda a transformação territorial que ocorre com a chegada da soja, essas diferenças aparentemente sutis vão se traduzir em dinâmicas relativamente distintas e, sobretudo, na constituição de atores diferentes nos quatro estados, como se verá a seguir.

A modernização e a invenção do Matopiba

Os primórdios da onda de modernização que tomou conta da região na virada do século XX para o século XXI remontam ao período desenvolvimentista, quando a integração regional passou a ser uma prioridade do Estado brasileiro. Destacam-se dois momentos. Um primeiro, com iniciativas que têm início na década de 1960 sob o governo de Juscelino Kubitschek, mas intensificado na década de 1970, já sob o regime militar, especialmente com o Programa de Integração Nacional (PIN), que levou ao incremento da infraestrutura com foco na implantação de rodovias interligadas nas regiões Norte e Nordeste, voltadas a incentivar a expansão das frentes comerciais. Grande parte das rodovias que cortam os cerrados começaram a ser construídas nesse período, como é o caso da BR-153, Belém-Brasília, e a BR-020, Brasília-Fortaleza.

Um segundo momento envolveu duas ações que impulsionariam o desenvolvimento da agricultura modernizada no oeste baiano: o lançamento pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado, em parceria com a JICA, do Prodecer II (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) — segunda etapa do programa, cuja primeira versão fora implantada nos estados da região Centro-Oeste (BAHIA, 1985); e a implantação da Estação Experimental da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), nas proximidades de Mimoso do Oeste, onde ocorreram os primeiros plantios da soja (BAHIA, 2002).

Para entender o significado e as modalidades de funcionamento do Prodecer II, é preciso situar esquematicamente as bases em que se organizou o intenso processo de modernização que a agropecuária brasileira experimentou no último terço do século XX. Suas origens remontam à solução encontrada pelo regime

militar, instituído com o golpe de 1964, momento em que o Brasil apresentava déficits na produção de alimentos.

Um dos conflitos mais agudos postos na agenda do país dizia respeito justamente à questão fundiária. Movimentos sociais rurais estavam entre as forças sociais mais importantes do país à época. A proposta de uma reforma agrária estava entre as ações propostas pelo então presidente João Goulart, que viria a ser deposto pelos militares naquele ano. Como resposta às pressões, o governo ditatorial que se instituiu após o golpe promoveu um relativamente rápido processo que ficaria conhecido como a modernização conservadora da agricultura brasileira (PIRES & RAMOS, 2009), numa adaptação do termo clássico usado por Barrington Moore Jr. (1983) em seu conhecido livro *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Para os militares, era necessário dar uma resposta aos crescentes conflitos agrários e, ao mesmo tempo, impulsionar a produção e a produtividade nesse setor, de forma a diminuir a dependência externa e aumentar a oferta de alimentos — algo importante em um contexto de urbanização acelerada e de aumento dos custos de reprodução social do trabalho pelo qual passava o país. Tudo isso, porém, deveria ser feito sem levar adiante as transformações estruturais reivindicadas pelas forças progressistas à época, como a distribuição da propriedade fundiária.

Dois grandes conjuntos de iniciativas deram forma a esse projeto. Um primeiro conjunto de medidas envolveu, ainda nos anos 1960, a formação de todo um aparato legal para que a questão agrária pudesse ser regulada pelo Estado em um contexto de autoritarismo (NOVAES, 1997; MEDEIROS, 1988). Exemplos disso foram a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) — por meio do qual se reconheciam alguns dos direitos fundamentais desses trabalhadores, mas também estabelecendo diferenças entre o mercado de trabalho rural e urbano —, e do Estatuto da Terra, que disciplinou o uso e a ocupação da propriedade fundiária no país.

Esse marco legal era relativamente avançado para aquele momento. Previa-se a classificação dos estabelecimentos agropecuários e era reconhecido que o Estado deveria garantir o acesso à terra a agricultores dotados de áreas insuficientes para o próprio sustento. Esse aparato legal esteve na base da criação do Incra, anos mais tarde. Mas uma verdadeira reforma agrária, como se sabe, nunca foi feita.

A forma de controlar os conflitos fundiários no Brasil consistiu, principalmente, em transpor para o interior da Amazônia, em áreas distantes e sem infraestrutura,

agricultores que reivindicavam terras no Sul do Brasil. Se por um lado pode parecer paradoxal a adoção de tais medidas por um governo ditatorial e conservador, por outro é preciso reconhecer que se tratava de um esforço de modernização e de absorção dos conflitos sociais por dentro do Estado, cujo sentido maior consistia em limitar a capacidade de mobilização dos trabalhadores e impedir a contestação da estrutura agrária.

Um segundo conjunto a compor a política agrícola e agrária do período militar foi a constituição dos complexos agroindustriais (CAIs) como estratégia de modernização agrícola (SORJ, 1984), que teve como instrumentos principais:

- a) *A formação de capacidades em pesquisa tecnológica e difusão* – Visando elevar a produtividade da agricultura brasileira, o Estado investiu pesadamente em pesquisa tecnológica com a criação da Embrapa e o fortalecimento de centros de excelência em agronomia em universidades públicas, além de um sistema de assistência técnica e extensão rural de grande capilaridade, capitaneado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), envolvendo instituições estaduais similares. Garantia-se, assim, que as soluções encontradas pela pesquisa de ponta chegassem rapidamente aos agricultores. Um grande número de técnicos foi enviado para o exterior, e protocolos de cooperação internacional foram estabelecidos com países como os Estados Unidos e o Japão.

- b) *A integração de capitais visando a incorporação do capital fundiário a um ambiente de negócios e, simultaneamente, a criação de oportunidades de investimento para o capital industrial e financeiro* – O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi criado e financiou a transição de parte dos velhos latifúndios para a condição de empresas agrícolas altamente tecnificadas, absorvendo as novas tecnologias geradas e difundidas pelos sistemas de pesquisa e assistência técnica. Mais do que isso, em alguns dos setores mais dinâmicos da produção agropecuária, paulatinamente foram sendo criadas condições para que os capitais agrário, industrial e financeiro se integrassem em empreendimentos agroindustriais. Por meio desse processo, houve forte capitalização, a formação de um setor empresarial moderno e a integração entre circuitos de produção e distribuição dinâmicos. Além disso, gradativamente foram sendo criados, também, setores de bens de produção para a agricultura (máquinas e equipamentos), insumos (fertilizantes e agrotóxicos) e serviços (financeiros e técnicos), formando os complexos intersetoriais agroindustriais.

c) *A formação e a indução de condições externas ao setor agropecuário* – Um último aspecto que não pode ser negligenciado é o fato de que certas condições externas ao setor agropecuário favoreceram sua expansão. Aqui estão medidas fiscais e cambiais que privilegiaram o setor agropecuário e contribuíram para sua competitividade. Há, também, aspectos indiretos, como o forte processo de urbanização visto no período. No intervalo de uma geração, a proporção de habitantes rurais e urbanos simplesmente se inverteu, com três quartos dos brasileiros vivendo nas cidades na virada de 1980 para os anos 1990. De um lado, isso permitiu que as cidades absorvessem um amplo contingente de trabalhadores descartados dos campos pela introdução de novas tecnologias, minimizando os conflitos gerados pela modernização da agricultura. De outro, facilitou a constituição de um mercado de trabalho urbano em patamares rebaixados, em função da enorme disponibilidade de mão de obra, que se tornou possível graças aos pacotes tecnológicos presentes no meio rural.

O Prodecer foi expressão desse modelo. Ele tomou forma com o acordo de cooperação entre os governos brasileiro e japonês em 1974 (MUELLER, 1990). O programa tinha entre os seus principais objetivos aumentar a oferta de produtos agrícolas, com destaque para a soja, e estimular o desenvolvimento dos cerrados brasileiros, na época uma fronteira agrícola do país. O acordo envolveu a criação de uma *holding* no Japão e outra no Brasil que, juntas, formaram uma empresa responsável pela implantação do programa. Coube à Embrapa a adaptação de cultivares para baixas latitudes e solos mais ácidos, permitindo a enorme ampliação de lavouras nas terras do Brasil central. Posteriormente, se esboçou ainda uma terceira versão do programa, atingindo a parte setentrional do país com a expansão da soja nas bordas da Amazônia.

Os principais beneficiários dos investimentos realizados foram os agricultores de médio e grande porte, que passaram por um intenso processo de capitalização e tecnificação, apoiando-se nos instrumentos de política agrícola criados no período. Mas também foi beneficiado um segmento de agricultores familiares relativamente capitalizados, sobretudo do Sul do Brasil, onde a fronteira agrícola estava se esgotando. Os filhos dos agricultores familiares daquela região, marcada pelo predomínio de pequenos estabelecimentos agropecuários, viram na nova fronteira agrícola do Cerrado e das bordas da Amazônia a possibilidade de adquirir novas terras a preços mais baixos do que em suas regiões de origem. Estabeleceu-se, assim, um forte processo de diferenciação social com a constituição de um segmento de produtores familiares bem estruturados em grandes áreas no Brasil central.

Embora mais conhecido, o Prodecer não foi o único programa público implementado nas áreas de cerrados dos quatro estados que compõem o Matopiba. O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), foi implementado em 1971 em áreas sob atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), de 1974, abrangeu os estados de Mato Grosso, Goiás e o atual Tocantins. Já o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), criado em 1975, teve como objetivo desenvolver e a modernizar as atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais. Já nos anos 1980, cabe mencionar o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (Profir), de 1982, que incentivou a implantação da moderna irrigação nas áreas do Cerrado. Mas, entre os programas produtivos, o maior destaque sempre é dado ao Prodecer, pois pretendia ser demonstrativo e multiplicador de um novo modelo agrícola de ocupação dos cerrados, com a criação de fazendas de grande porte, articulação de agricultores em torno de cooperativas, oferta de suporte empresarial e capacitação para a adoção de tecnologias intensivas em capital.

Foi com base nesse tipo de incentivos que as áreas dos cerrados do Matopiba começaram a ser ocupadas pelos novos agentes, ainda que sob modalidades muitas vezes distintas umas das outras. Um agricultor paranaense que hoje planta cerca de 80 mil hectares de soja, milho e algodão conta como foi a chegada em 1986: adquiriram de partida 300 hectares, plantados inicialmente com soja e arroz, aproveitando o conhecimento já acumulado com os cultivos no seu estado de origem. E por que na Bahia? *“Disponibilidade de terra barata e água”*, diz ele, contando que, à época, um hectare no Sul do Brasil custava o equivalente a cem sacas de soja. Na Bahia, a mesma área podia ser adquirida pelo equivalente a três sacas: trinta e três vezes menos. Naquele momento os estados do Centro-Oeste, segunda fronteira de expansão da soja, onde aquela cultura foi introduzida graças às inovações produzidas nas duas décadas anteriores, já tinham preços em um patamar intermediário. Além do preço convidativo das terras adquiridas de proprietários particulares, havia outras qualidades, como a possibilidade de irrigação, que permite que se retarde o plantio. Com menos chuvas na época da colheita, o produto adquire qualidade superior e alcança melhores preços no mercado. Essas mesmas condições locais também permitem a realização de uma safra anual e uma safrinha, aumentando os rendimentos e contribuindo para a forte competitividade regional. É assim que o empreendedorismo sulista encon-

trou a mão invisível; não a do mercado, mas a do Estado, e, também, condições naturais para se traduzir em um exemplo de sucesso.

Algumas dessas terras foram adquiridas de terceiros, isto é, não se tratava de proprietários originais, mas de pessoas que de diferentes maneiras e, por vezes, por caminhos tortuosos, apresentavam-se como os donos legais e as vendiam aos interessados de fora, atraídos pelo movimento da fronteira. Esse outro lado do processo de modernização não é visto nos documentos oficiais, mas é conhecido nas obras de sociologia do mundo rural brasileiro. Uma de suas faces mais perversas é a grilagem de terras e as práticas de violência a isso associadas. Os grileiros adquiriam pequenas posses de terras de moradores locais. Posteriormente, acumulando uma boa quantidade dessas posses, as reuniam em uma só matrícula, para que fossem registradas nos cartórios como sua propriedade. Em outros casos, documentos eram simplesmente forjados, atestando a propriedade de terras devolutas ou que se encontravam em usucapião por moradores antigos.

O termo *grilagem* vem justamente da prática de colocar documentos em caixas com grilos para que adquirissem tonalidade amarelada e dessem a impressão de terem sido emitidos muito tempo atrás. Muitas vezes a prática contava, e ainda conta, com a cumplicidade de donos de cartório de pequenas cidades que, mesmo sabendo da fragilidade da documentação, aceitavam emitir registros posteriormente utilizados em ações judiciais para ratificar a validade da propriedade. A reclamação dessas propriedades não raro vinha acompanhada de ações violentas para retirar da terra os moradores que, muitas vezes, eram os proprietários legais, dando origem a uma enormidade de conflitos.

Não se sabe com precisão quantos títulos de propriedade atuais são integralmente legais e quantos apresentam um passivo questionável juridicamente. O fato é que as terras altas e planas, próprias à mecanização, foram ocupadas dessa forma. Não se tratava, como muitas vezes se diz nos discursos oficiais, de vazios demográficos. As áreas das chapadas eram utilizadas por populações locais, quase sempre residentes nas partes baixas, para lá soltar o gado durante parte do ano. Também nas partes altas caçavam e colhiam frutos e raízes que compunham parte fundamental dos seus meios de vida e de reprodução social. Com a transformação das matas em lavouras, parte desta população migrou para outras áreas. Algumas para centros urbanos distantes. Outras se limitaram aos baixões, onde ainda hoje se concentram, mas agora com mais restrição de terras para produzir.

No mesmo oeste da Bahia, uma história recente — a que envolve a Fazenda Estrondo, em Formosa do Rio Preto, um dos municípios campeões nacionais de produção de soja — é exemplar desse tipo de conflito. Tudo começa quase quatro décadas atrás, quando o empresário gaúcho Ronald Levinsohn, radicado no Rio de Janeiro e ex-presidente da caderneta de poupança e crédito imobiliário Delfin, comprou uma grande porção de terras, adquirindo títulos de posse de vários moradores locais. No período mais recente, os herdeiros dos donos anteriores passaram a contestar a compra, a ponto de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) intervir no embate judicial, determinando o congelamento de uma matrícula que totaliza nada menos do que 405 mil hectares. Em um dos vários momentos de disputa por essas terras os conflitos resultaram em mortes e trocas de tiros na frente da residência do juiz da comarca local.

Em outra situação envolvendo a mesma empresa, comunidades geraizeiras obtiveram decisão liminar favorável em ação de manutenção da posse movida por elas contra as empresas Delfin S/A Crédito Imobiliário, Companhia de Melhoramentos do Oeste da Bahia (CMOB) e Colina Paulista, que administram o empreendimento Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo, nome da pessoa jurídica responsável pela fazenda de mesmo nome. A medida liminar foi publicada em maio de 2017, mas no final do ano os proprietários ainda não haviam sido citados. Embora a Justiça reconheça existir documentação que comprova a posse das comunidades tradicionais há mais de cem anos, os acessos à parte da área que seria delas por direito estão bloqueados por guaritas guardadas por homens armados. A estrada que atravessa a área foi obstruída por valetas abertas, segundo relatos de moradores, pelo próprio empreendimento, de forma a obrigar quem quiser passar a submeter-se ao bloqueio. Ali precisam se identificar e podem ou não ter a passagem liberada, em caso flagrante de abuso de poder. E as denúncias não param por aí: vão desde agressão, ameaças de morte, até sequestro de lideranças comunitárias.

A coexistência do esforço empreendedor com práticas ilegais e conivência do Estado está por todos os lados no Matopiba. No sul do Piauí a história remonta aos anos 1970, quando o governo estadual criou uma empresa de economia mista para distribuir terras ao setor privado. Em 1976, áreas extensas foram alienadas. Calcula-se algo em torno de dois milhões de hectares em cinco diferentes frentes naquela região. Essas áreas foram repassadas a particulares em glebas de até três mil hectares para pessoas físicas, e até vinte e cinco mil hectares para pessoas jurídicas. A motivação inicial alegada era transformar aquela porção do território,

até então com baixa dinâmica econômica ligada à pecuária extensiva, em polos de produção e beneficiamento de caju e produção de madeira.

Ambos os projetos econômicos nunca foram adiante. Serviram apenas para colocar no mercado um amplo estoque de terras e viabilizar o acesso de fazendeiros e empresários a recursos subsidiados de bancos públicos, que emprestaram dinheiro sob condições muito favoráveis, sem nunca receber de volta boa parte daquelas operações. Anos mais tarde foi criado também o Instituto de Terras do Piauí (Interpi) para fazer a distribuição de áreas menores nas partes baixas. Quando chega o movimento de expansão da fronteira agropecuária, uma a duas décadas depois, a região vive um emaranhado de posses e títulos, emitidos por ao menos cinco atores públicos diferentes: a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí (Codepi), os cartórios dos municípios, as prefeituras municipais, o Interpi, além do próprio Judiciário. Grandes empresas como a SLC Agrícola, SLC LandCo e a Radar S/A possuem terras no sul do Piauí (REDE DE JUSTIÇA, 2018). A Radar Propriedades Agrícolas é uma empresa resultante da sociedade entre a Cosan e o fundo de pensão TIAA-CREF (Teachers Insurance and Annuity Association of America-College Retirement Equities Fund). A SLC Agrícola S/A, sigla da Schneider Logemann & Cia, atua em todo o Matopiba. A SLC LandCo é o braço imobiliário da SLC Agrícola, em sociedade com o fundo de investimento inglês Valiance. Essas empresas adquiriram terras na última década e meia, a partir de fazendas formadas no período anterior por colonizadoras que respondem a processos judiciais por grilagem, como é o caso da Codeca (Colonizadora De Carli), muito atuante no sul do Maranhão (ACTION AID, 2017). Tais acusações são refutadas pelos acusados, muitas vezes sob o argumento de que agiram de boa-fé ao adquirir as propriedades e não podem ser responsabilizados pelo passivo anterior existente por trás daqueles títulos.

É tênue, embora exista, a linha que separa o imbróglgio mencionado acima dos casos de comunidades como a do distrito de Nova Santa Rosa em Uruçuí, ou dos pioneiros de Bom Jesus, lugares onde dezenas de pequenos agricultores gaúchos chegaram duas décadas atrás, organizados em cooperativas, a maior parte deles ainda residentes do local. Estes produtores pagaram por suas terras e construíram, muitas vezes com recursos próprios, parte significativa da infraestrutura local como escolas e estradas. Todo o cipoal jurídico e político, entretanto, faz com que as duas situações sejam partes de um mesmo processo de ocupação espacial. Casos similares podem ser encontrados também no Maranhão e em Tocantins.

É assim que se constituiu o Matopiba, acumulando conflitos e contradições. Em um período de duas a três décadas, uma região de baixo dinamismo econômico constituiu-se em fronteira cobiçada, responsável por aproximadamente 10% da produção nacional de grãos. Ali estão dez dos cem maiores municípios produtores de soja do país e algumas das cidades que mais crescem em tamanho de população. Está ali, também, uma das maiores frentes de destruição de vegetação nativa dos cerrados e situações flagrantes de pobreza e violência.

Sob o ângulo econômico, seu auge ocorreu na década passada, quando a explosão do preço das commodities no mercado internacional se transformou em um impulso ainda maior para a expansão territorial e produtiva. Sob o ângulo político, o auge da construção social do Matopiba foi o Decreto Presidencial 8.447 de 2015, assinado pela então presidente Dilma Rousseff e pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu, ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e atual presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET), estado onde tem suas bases políticas e onde estão suas empresas de criação de gado e, claro, de soja. Aquele decreto estabeleceu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba) e anunciou a criação de uma agência de desenvolvimento para a região, ainda no papel, assim como a elaboração de um plano diretor para orientar os investimentos no local.

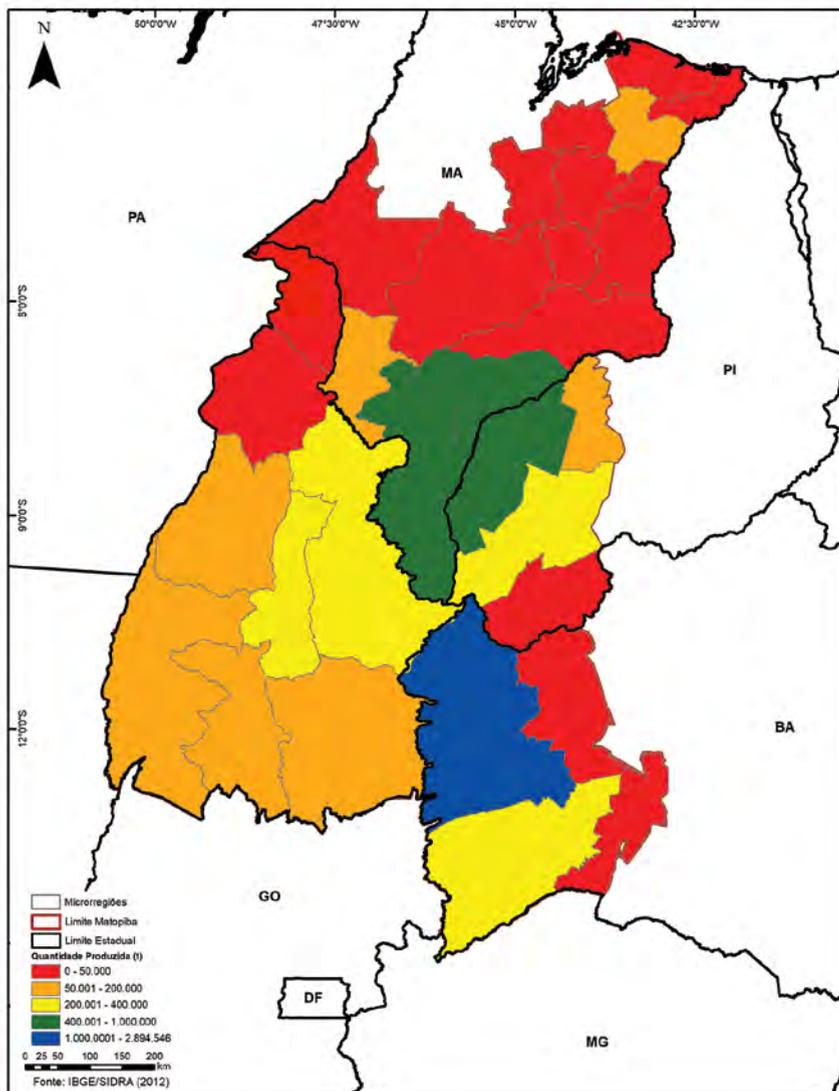
Matopiba hoje

De acordo com a Embrapa (2017), o Matopiba, tal como delimitado no decreto presidencial, abrange nada menos do que dez mesorregiões, quatro delas parcialmente, e envolve trinta e uma microrregiões. São 337 municípios em uma área total de 73 milhões de hectares. Com base nos dados do Censo Demográfico 2010 viviam ali 5,9 milhões de pessoas (IBGE, 2011). O PIB estimado perfazia R\$ 53 bilhões, com valor per capita de R\$ 9 mil. Em alguns municípios, como Luís Eduardo Magalhães, esse valor podia chegar a R\$ 46 mil, patamar próximo ao da cidade de São Paulo e acima de outras ricas capitais como Porto Alegre.

A produção é, contudo, bastante concentrada. Os dados da Embrapa (2017) apontam que apenas treze das trinta e uma microrregiões produziam 76,9% do PIB total. Na safra de 2013 a 2014, a região produziu 18,6 milhões de toneladas de grãos. Projeções daquela instituição indicam que o número seguirá aumentando e deverá chegar a 22,6 milhões de toneladas de grãos no ciclo de 2023 a 2024, com área plantada entre 8,4 e 10,9 milhões de hectares. A concentração

também é expressiva. A microrregião de Barreiras responde por quase 40% do total da produção de soja e de milho, perto dos 75% da produção de algodão, principais produtos da agricultura regional.

Figura 4
Mapa de distribuição da produção de soja entre as microrregiões do Matopiba (2012)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados do IBGE/SIDRA (2012).

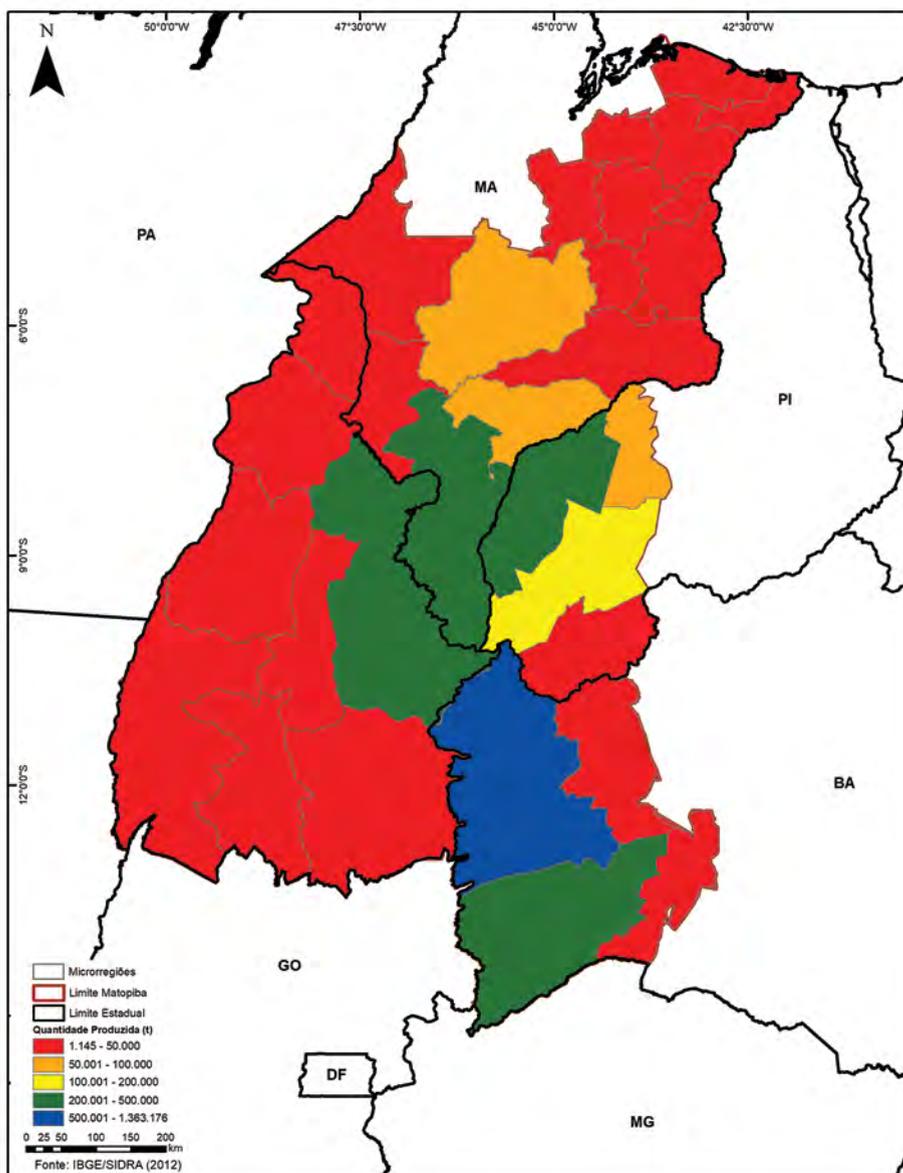
Figura 5

Distribuição da produção de soja entre as microrregiões do Matopiba (2012)

Microrregião	UF	Quantidade produzida (t)	% Relativa	% Acumulada
Barreiras	BA	2.894.546	39,29%	39,29%
Gerais de Balsas	MA	986.166	13,38%	52,67%
Alto Parnaíba Piauiense	PI	800.987	10,87%	63,54%
Chapada das Mangabeiras	MA	406.111	5,51%	69,05%
Alto Médio Gurguéia	PI	361.578	4,91%	73,96%
Jalapão	TO	358.490	4,87%	78,83%
Santa Maria Vitória	BA	310.752	4,22%	83,04%
Porto Nacional	TO	285.460	3,87%	86,92%
Gurupi	TO	185.267	2,51%	89,43%
Dianópolis	TO	170.464	2,31%	91,75%
Rio Formoso	TO	130.576	1,77%	93,52%
Miracema do Tocantins	TO	106.530	1,45%	94,97%
Chapadinha	MA	93.900	1,27%	96,24%
Porto Franco	MA	92.866	1,26%	97,50%
Bertolínia	PI	65.365	0,89%	98,39%
Chapada do Alto Itapecuru	MA	23.946	0,33%	98,71%
Araguaína	TO	22.261	0,30%	99,01%
Alto Mearim e Grajaú	MA	18.530	0,25%	99,27%
Bico do Papagaio	TO	17.880	0,24%	99,51%
Baixa Parnaíba Maranhense	MA	14.062	0,19%	99,70%
Chapadas do Estremos Sul Piauiense	PI	10.054	0,14%	99,84%
Bom Jesus da Lapa	BA	7.491	0,10%	99,94%
Caxias	MA	2.775	0,04%	99,98%
Coelho Neto	MA	1.125	0,02%	99,99%
Imperatriz	MA	596	0,01%	100,00%
Presidente Dutra	MA	106	0,00%	100,00%
Lençóis Maranhenses	MA			
Itapecuru Mirim	MA			
Médio Mearim	MA			
Codó	MA			
Cotegipe	BA			
TOTAL		7.367.884		

Fonte: Reproduzido de Embrapa (2017).

Figura 6
Mapa de distribuição da produção de milho entre as microrregiões do Matopiba (2012)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados do IBGE/SIDRA (2012).

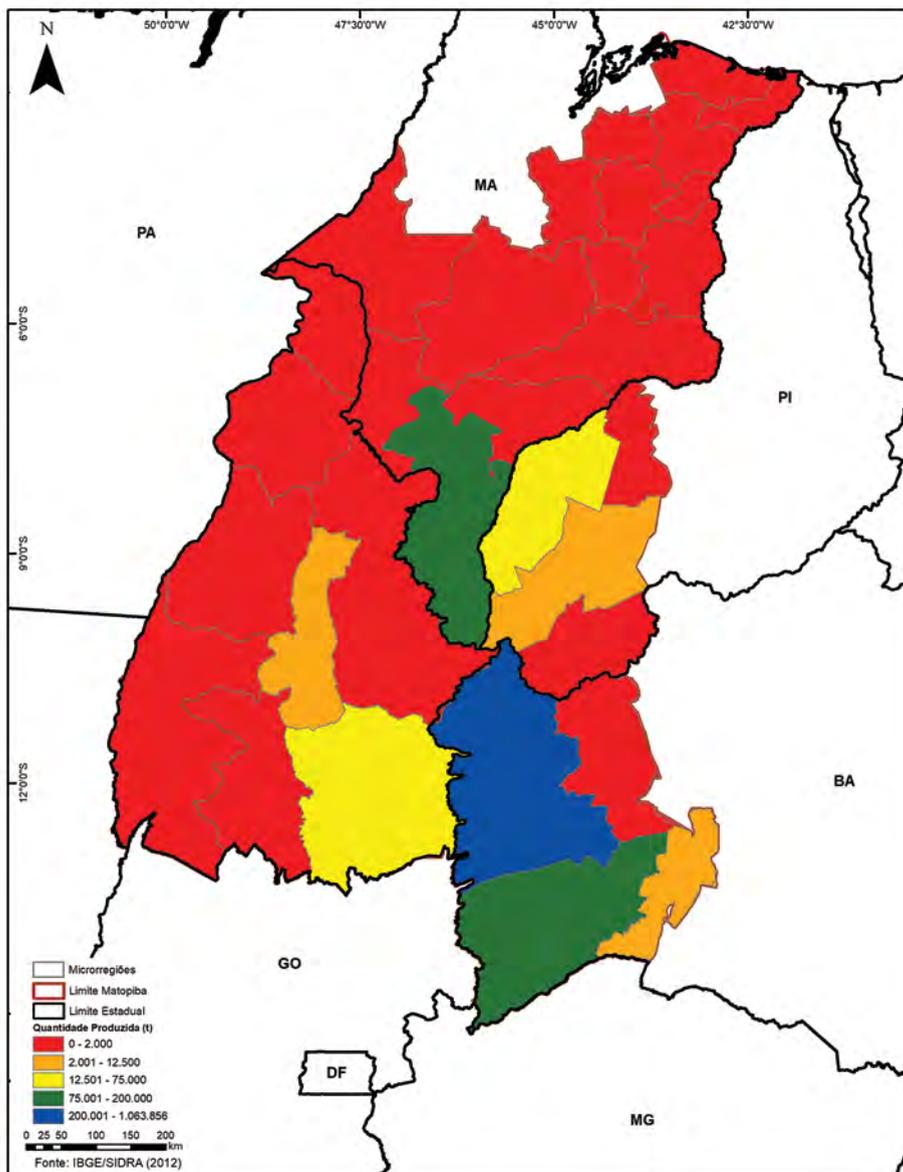
Figura 7

Distribuição da produção de milho entre as microrregiões do Matopiba (2012)

Microrregião	UF	Quantidade produzida (t)	% Relativa	% Acumulada
Barreiras	BA	1.363.176	38,82%	38,32%
Alto Parnaíba Piauiense	PI	468.705	13,35%	52,16%
Santa Maria Vitória	BA	394.716	11,24%	63,40%
Gerais de Balsas	MA	334.775	9,53%	72,93%
Jalapão	TO	205.120	5,84%	78,77%
Alto Médio Gurguéia	PI	198.764	5,66%	84,83%
Chapada das Mangabeiras	MA	94.609	2,69%	87,13%
Bertolínia	PI	69.184	1,97%	80,10%
Alto Mearim e Grajaú	MA	55.363	1,58%	90,67%
Porto Nacional	TO	49.242	1,40%	92,08%
Dianópolis	TO	42.635	1,21%	93,29%
Porto Franco	MA	29.524	0,84%	94,13%
Chapada do Alto Itapecuru	MA	25.094	0,71%	94,85%
Médio Mearim	MA	19.731	0,56%	95,41%
Presidente Dutra	MA	19.641	0,56%	95,97%
Imperatriz	MA	19.318	0,55%	96,52%
Bico do Papagaio	TO	19.308	0,55%	97,07%
Gurupi	TO	18.352	0,52%	97,59%
Miracema do Tocantins	TO	14.038	0,40%	97,99%
Araguaína	TO	11.593	0,33%	98,32%
Bom Jesus da Lapa	BA	10.656	0,30%	98,62%
Rio Formoso	TO	10.652	0,30%	98,93%
Cotegipe	BA	10.302	0,29%	99,22%
Codó	MA	7.757	0,22%	99,44%
Itapecuru Mirim	MA	5.693	0,16%	99,60%
Caxias	MA	4.032	0,11%	99,72%
Chapadinha	MA	2.719	0,08%	99,79%
Chapadas do Estremos Sul Piauiense	PI	2.648	0,08%	99,87%
Coelho Neto	MA	1.765	0,05%	99,92%
Lençóis Maranhenses	MA	1.661	0,05%	99,97%
Baixa Parnaíba Maranhense	MA	1.145	0,03%	100,00%
TOTAL		3.511.918		

Fonte: Reproduzido de Embrapa (2017).

Figura 8
Mapa de distribuição da produção de algodão entre as microrregiões do Matopiba (2012)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados do IBGE/SIDRA (2012).

Figura 9

Distribuição da produção de algodão entre as microrregiões do Matopiba (2012)

Microrregião	UF	Quantidade produzida (t)	% Relativa	% Acumulada
Barreiras	BA	1.063.856	74,74%	74,74%
Santa Maria Vitória	BA	181.115	12,72%	87,47%
Gerais de Balsas	MA	75.059	5,27%	92,74%
Alto Parnaíba Piauiense	PI	67.435	4,74%	97,48%
Dianópolis	TO	12.508	0,88%	98,36%
Porto Nacional	TO	8.370	0,59%	98,95%
Alto Médio Gurguéia	PI	7.277	0,51%	99,46%
Bom Jesus da Lapa	BA	6.283	0,44%	99,90%
Rio Formoso	TO	1.440	0,10%	100,00%
Bico do Papagaio	TO			
Araguaína	TO			
Miracema do Tocantins	TO			
Gurupi	TO			
Jalapão	TO			
Lençóis Maranhenses	MA			
Itapecuru Mirim	MA			
Imperatriz	MA			
Médio Mearim	MA			
Alto Mearim e Grajaú	MA			
Presidente Dutra	MA			
Baixa Parnaíba Maranhense	MA			
Chapadinha	MA			
Codó	MA			
Coelho Neto	MA			
Caxias	MA			
Chapada do Alto Itapecuru	MA			
Porto Franco	MA			
Chapada das Mangabeiras	MA			
Bertolândia	PI			
Chapadas do Estremos Sul Piauiense	PI			
Cotegipe	BA			
TOTAL		1.423.343		

Fonte: Reproduzido de Embrapa (2017).

A contribuição da agropecuária é crescente na economia dos quatro estados, representando, segundo valores do Censo Agropecuário (IBGE, 2007), aproximadamente 40% do valor total da produção em seu conjunto. Em 1996, esse percentual era de 35,05%. Segundo a mesma fonte, em 1996, a produção animal contribuía com 45% ante 54% da produção vegetal. Em 2006, ocorreu uma inversão e a produção vegetal passou a contribuir com 87%, enquanto a produção animal foi reduzida para 12,6%, indicando a importância crescente das lavouras de grãos.

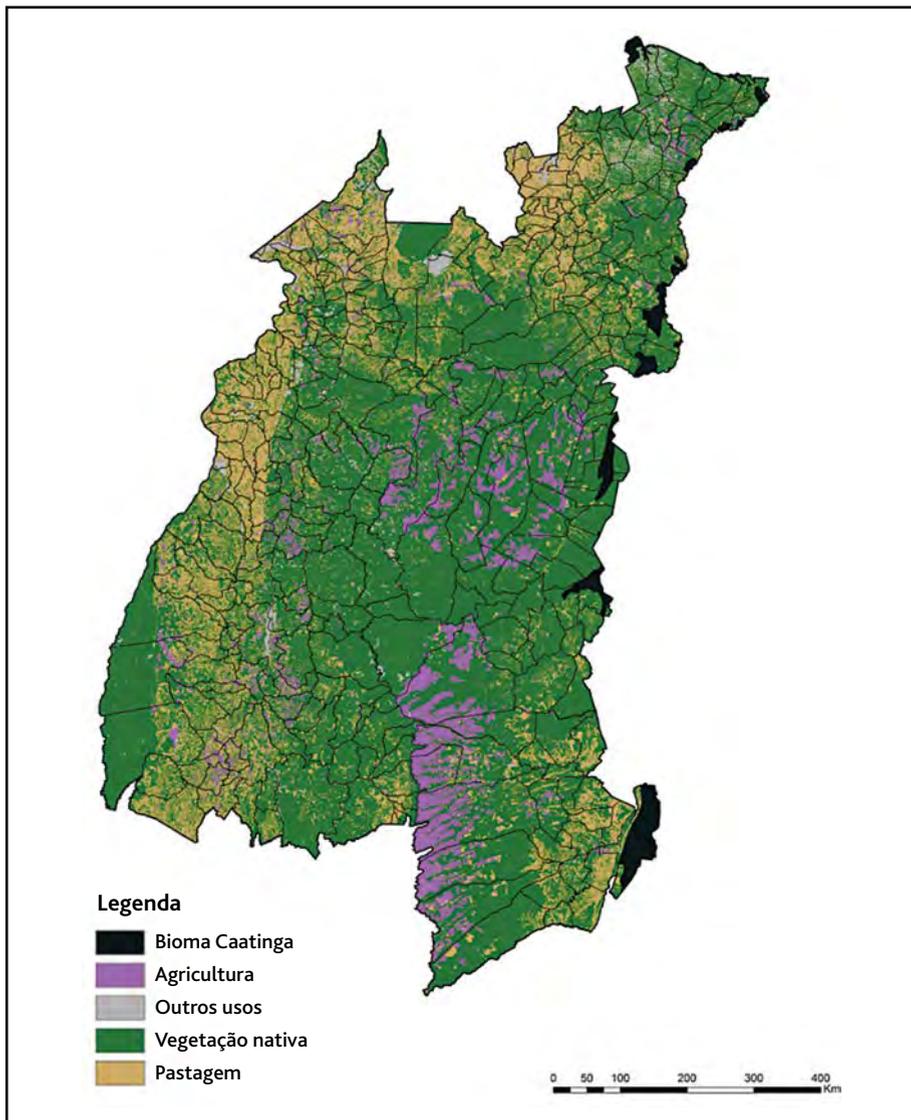
Figura 10
Participação da produção agrícola do Matopiba no conjunto dos estados da região (1996-2006)

Entidade Geográfica	ANO	Valor total (Mil R\$) (TOTVA)
Conjunto dos quatro Estados	1996	3.499.026,68
MATOPIBA	1996	1.226.405,46
% de contribuição da região do MATOPIBA no valor total da produção agrícola no conjunto dos quatro Estados, no ano de 1996		35,05%
Conjunto dos quatro Estados	2006	12.612.638,30
MATOPIBA	2006	5.102.407,19
% de contribuição da região do MATOPIBA no valor total da produção agrícola no conjunto dos quatro Estados, no ano de 2006		40,45% ↑

Fonte: Reproduzido de Embrapa (2017).

Embora a produtividade da soja na região tenha triplicado entre 1991 e 2011, passando de menos de uma tonelada por hectare para três toneladas na mesma área (Embrapa, 2017), estudos recentes afirmam que a expansão de área cultivada ainda é um vetor fundamental do crescimento da produção. Entre 2000 e 2014, a área de soja aumentou de 1 para 3,4 milhões de hectares, um crescimento de 253% no período. A maior parte dessa expansão se deu sobre vegetação nativa: 68% (0,78 milhão de hectares) entre 2000 e 2007, e 62% (1,3 milhão de hectares) no período seguinte, entre 2007 e 2014, principalmente no Maranhão e no Piauí, indicando a direção do movimento da fronteira (CARNEIRO FILHO & COSTA, 2016). A figura 11, a seguir, apresenta a atual situação da cobertura e uso do solo na região.

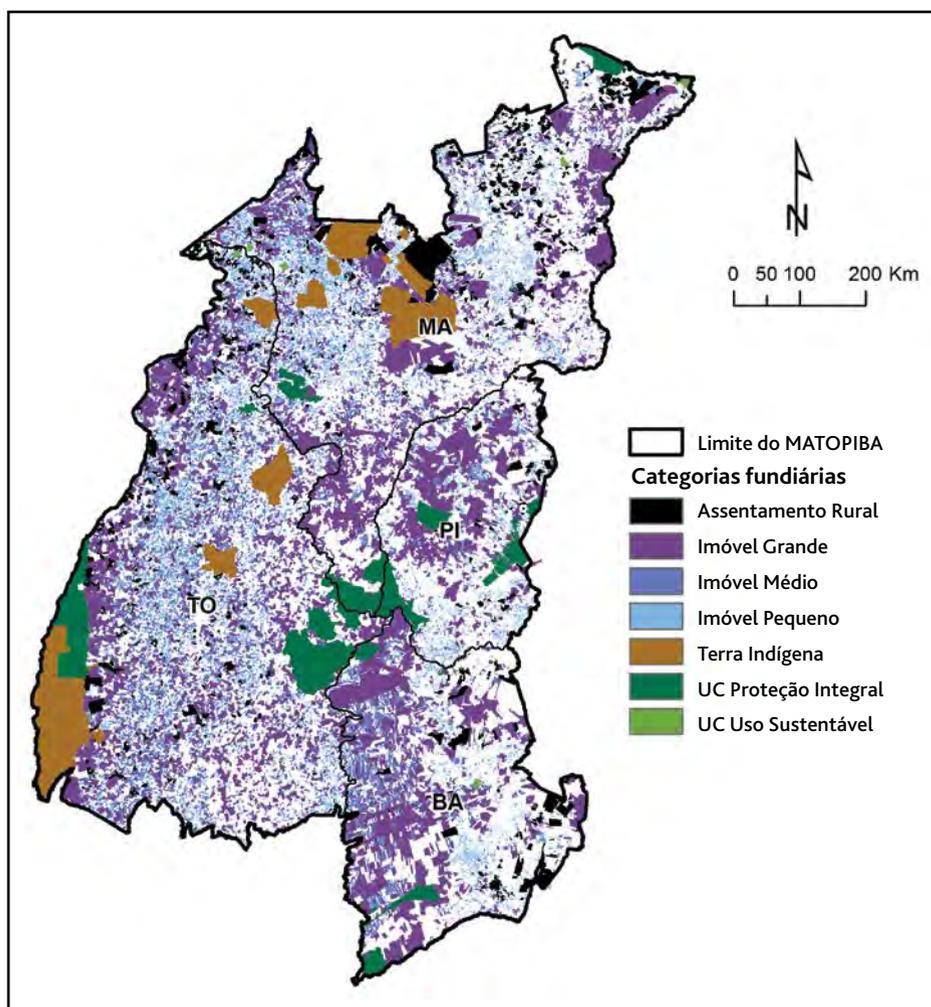
Figura 11
Mapa da cobertura e uso do solo no Matopiba (2017)



Fonte: Elaborado por Piatto e Inakake, reproduzido de Buzato *et al.* (2018).

Toda essa produção é muito concentrada não somente em termos regionais, mas também no que diz respeito aos segmentos que compõem a estrutura agrária do Matopiba. A figura 12 mostra como o território é ocupado pelas diferentes classes de imóveis: grandes, médios e pequenos, e onde estão as áreas de conservação e terras indígenas.

Figura 12
Mapa com imóveis rurais, terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos rurais no Matopiba (2017)



Fonte: Elaborado por Piatto e Inakake, reproduzido de Buzato *et al.* (2018).

Alves e Souza, citados em publicação da Embrapa (2017), destacam, com base nos dados do Censo Agropecuário 2006, que existem na região 250.238 estabelecimentos no Matopiba, o que corresponde a 5,7% do total de estabelecimentos existentes no Brasil. Destes, 15% têm menos do que 100 hectares, e os outros 85% têm mais do que 100 hectares. Os autores dividem esses estabelecimentos em três classes:

- *Classe 1* – Formada pelo que chamam de estabelecimentos *muito pobres*. São 80% do total e geram apenas 5,22% da renda monetária bruta da região. Estão presentes em todos os 337 municípios.
- *Classe 2* – Formada pelo que os mesmos autores chamam de estabelecimentos *pobres*. São 14% do total e geram 8,35% da renda monetária bruta da região. Estão presentes em 330 municípios.
- *Classe 3* – Formada por um segmento intermediário, chamado de *classe média*. São apenas 5,79% do total e geram 26,74% da renda monetária bruta. Estão mais concentrados em algumas microrregiões.
- *Classe 4* – Formada pelo que os autores chamam de *classe rica*. Reúne apenas 0,42% dos estabelecimentos, 1.051 produtores e respondem por 59,78% da renda monetária bruta da região. Ali, a renda bruta mensal é superior a 200 salários mínimos.

A concentração é tão expressiva que, segundo a mesma fonte, se fosse possível multiplicar o padrão experimentado no grupo 4, apenas 1.709 produtores poderiam gerar toda a renda produzida no Matopiba; e, deve-se acrescentar, também se apropriar dela.

Quanto aos demais tipos de imóveis, estabelecimentos e áreas protegidas, existem 46 unidades de conservação na região ocupando uma área de 8,3 milhões de hectares (MMA, 2017). Também estão nesse território 35 terras indígenas demarcadas, conformando área de 4,1 milhões de hectares (Funai, 2017). No mesmo local, há 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas, cobrindo outros 3 milhões de hectares (Incra, 2017). No total, são 13,9 milhões de hectares de áreas legalmente atribuídas para unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos agrários e quilombolas, excluídas as sobreposições territoriais. Mas é preciso lembrar que nas unidades de conservação, consideradas de uso

sustentável, pode ocorrer a presença de assentamentos da reforma agrária e, também, sobreposições territoriais entre essas unidades e terras indígenas. Sem mencionar as sobreposições com áreas reivindicadas como terras de propriedade privada sem restrições de uso. Descontadas as sobreposições territoriais, o conjunto de áreas legalmente atribuídas representa 21% da área total do Matopiba.

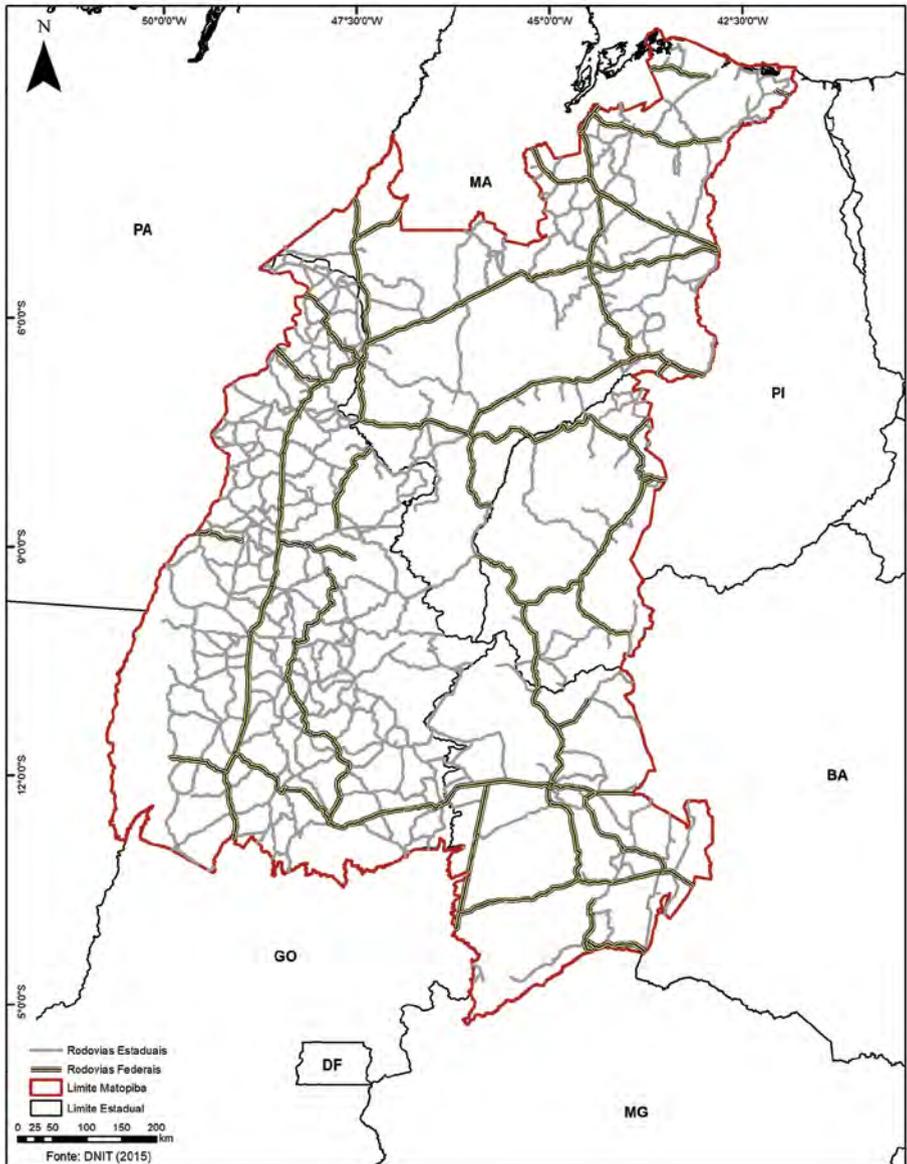
A infraestrutura ainda é bastante precária, o que encarece os custos de transporte para os produtores e dificulta os deslocamentos e a mobilidade da população local. Embora as principais estradas estejam em bom estado de conservação, a quase totalidade delas é de pista única, o que reduz a velocidade média e aumenta o risco de acidentes. As estradas secundárias e algumas das principais, como trechos da Transcerrado e rodovias estaduais do Tocantins, são quase todas em terra. O movimento de caminhões é intenso, mesmo fora dos períodos de colheita. Após certo furor com os anunciados investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na década passada, há vários projetos no papel ou em ritmo reduzido de implantação desde a crise dos anos 2010. Todos eles estão voltados a melhorar a conectividade inter-regional por meio de rodovias, ferrovias e hidrovias, ligando a região aos portos de onde a soja, sobretudo, é exportada, ou às grandes capitais do Nordeste, em cujas regiões metropolitanas se instalaram grandes indústrias de carne, abastecidas com o milho produzido no Matopiba.

Por isso, a produção local é escoada em diferentes direções: parte segue para o porto de Itaqui, em São Luís, pelo interior do Maranhão, parte segue para os portos da Bahia ou de São Paulo, em direção ao mercado internacional, e outra parte, ainda, se dirige a Pernambuco ou Ceará, onde abastecem granjas de pequenos animais. Não aparece nos documentos oficiais uma estratégia de investimento para aumentar a conectividade intrarregional, o que poderia beneficiar mais diretamente a população local ou contribuir para um movimento endógeno de interiorização da riqueza produzida.

Outro ponto de estrangulamento é o fornecimento de energia elétrica, aqui com sinal invertido: enquanto na década passada o programa Luz para Todos praticamente universalizou o acesso para o consumo domiciliar, ainda há restrições para uso de redes de alta voltagem, importantes para as atividades de beneficiamento ou irrigação. Em muitas das regiões essa é uma das principais reivindicações do segmento empresarial.

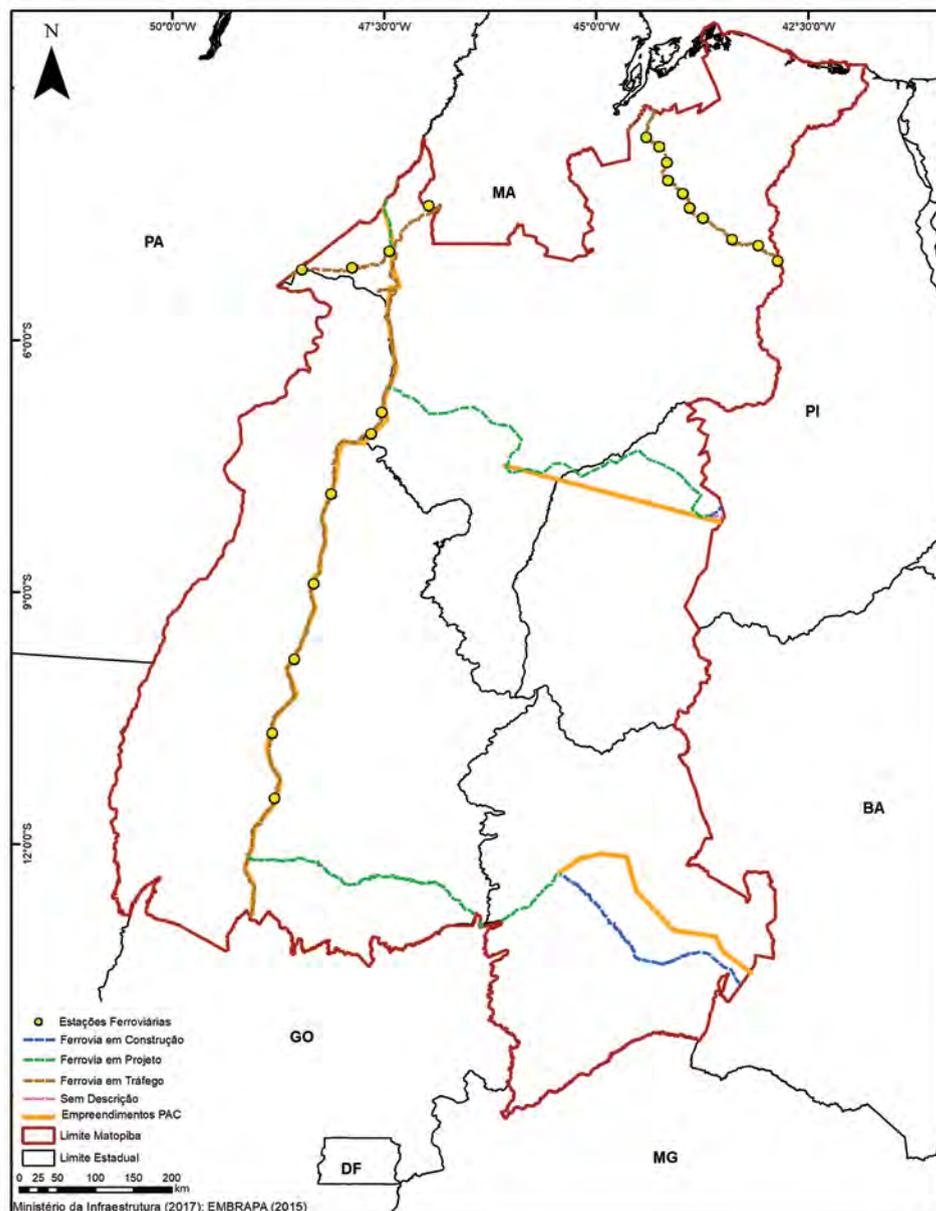
As figuras com os mapas a seguir dão uma boa mostra da infraestrutura existente e planejada na região.

Figura 13
Mapa com rede de rodovias estaduais e federais no Matopiba (2015)



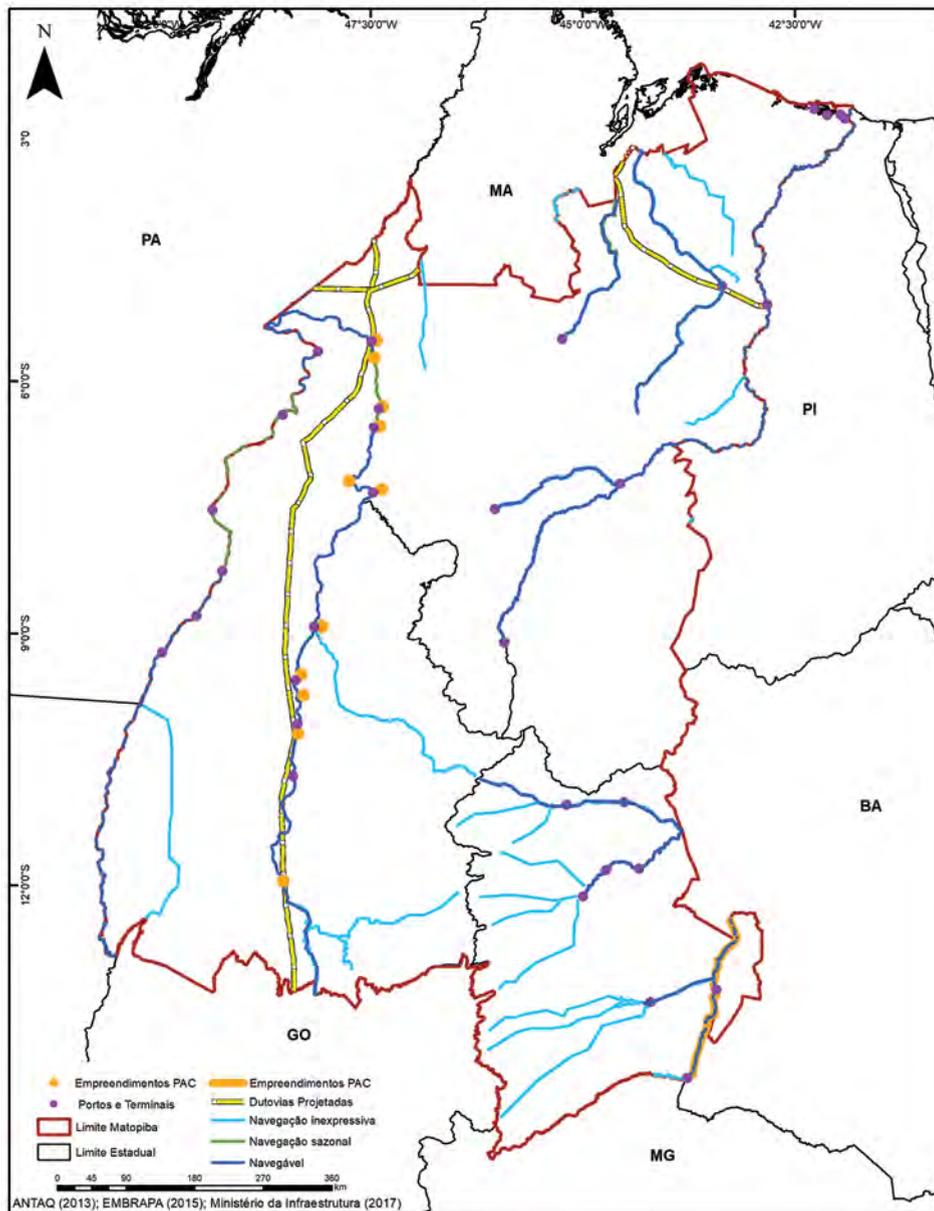
Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados do DNIT (2015).

Figura 14
Mapa com rede de ferrovias existentes, projetadas ou em construção no Matopiba (2017)



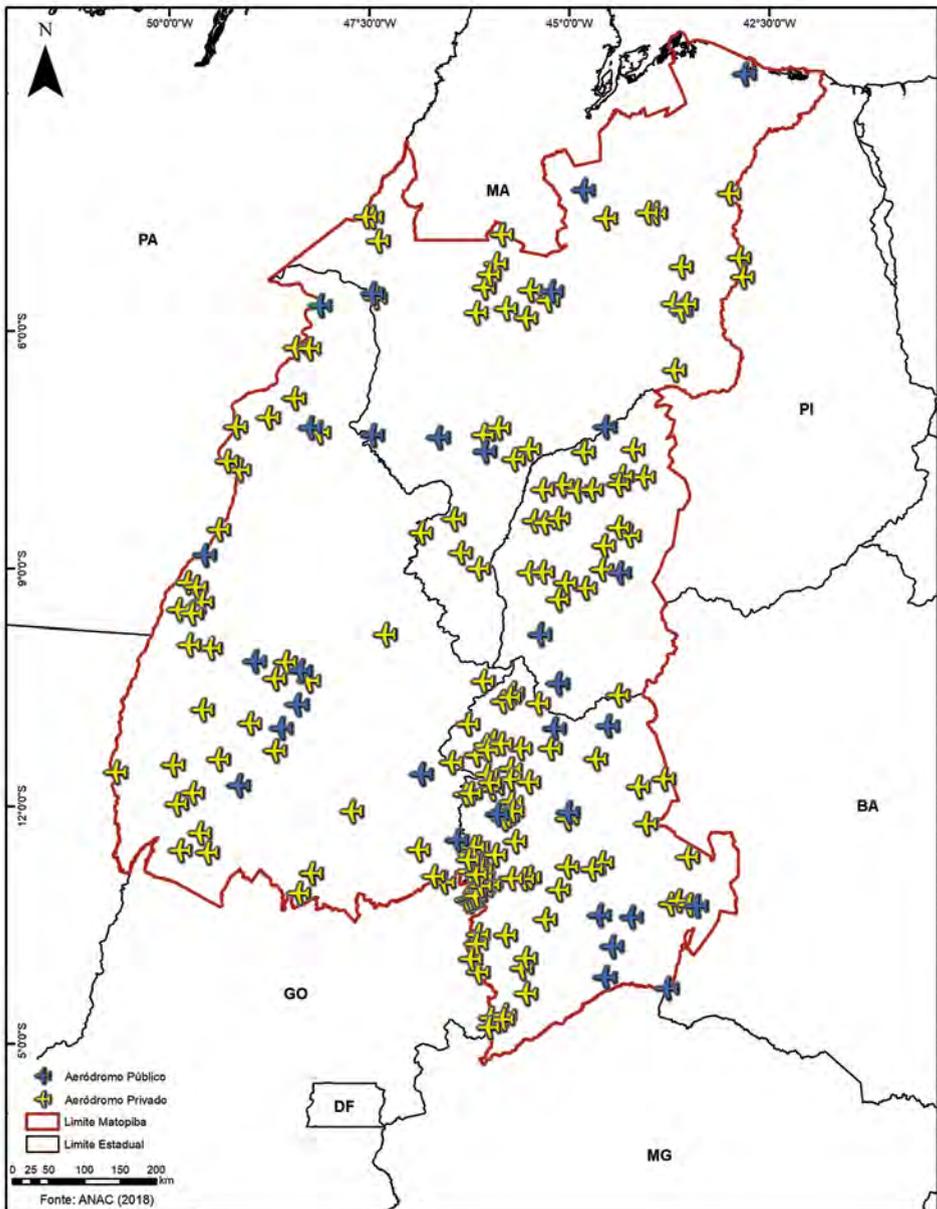
Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados da Embrapa (2015) e Ministério da Infraestrutura (2017).

Figura 15
Mapa com hidrovias, portos e terminais no Matopiba (2017)



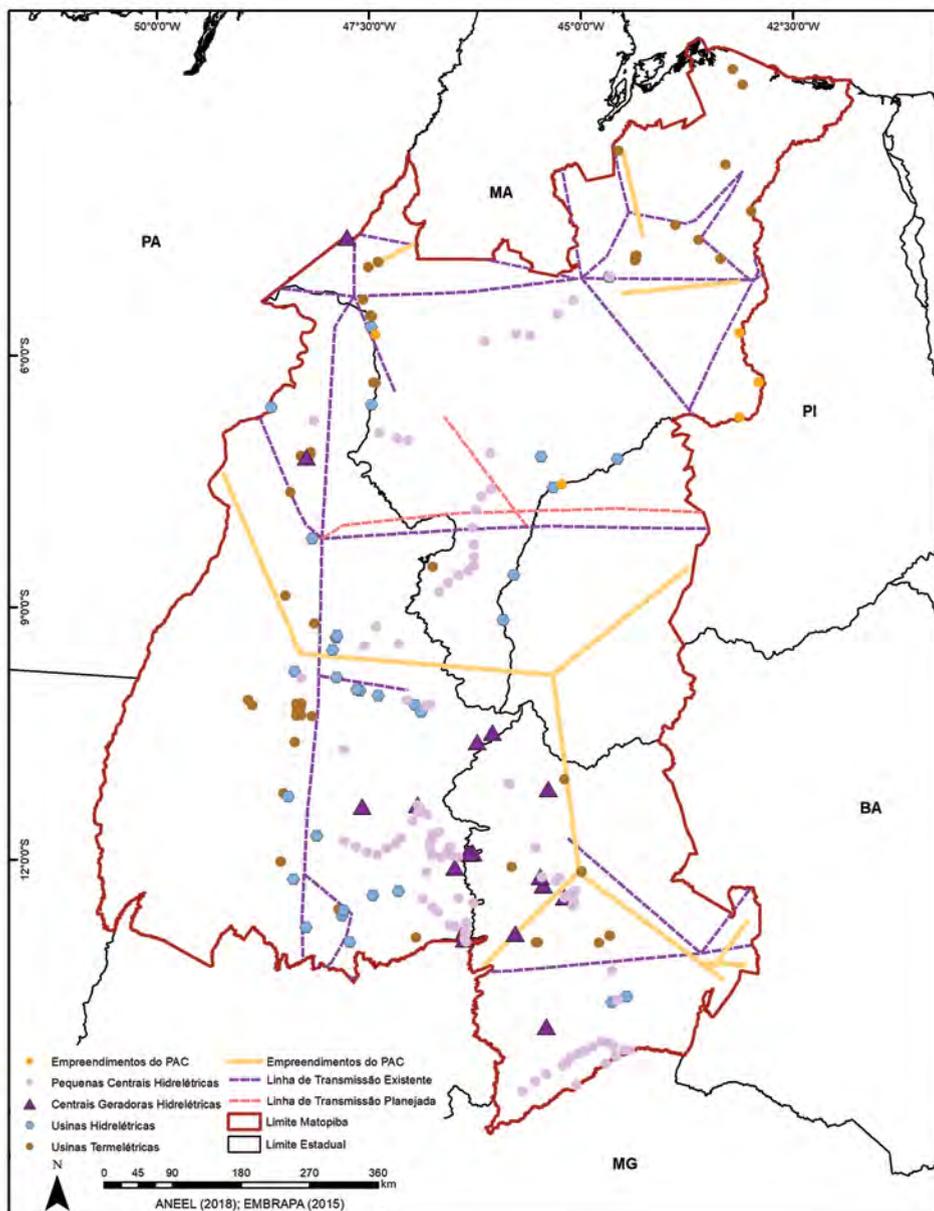
Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados da ANTAQ (2013), Embrapa (2015) e Ministério da Infraestrutura (2017).

Figura 16
Mapa de localização dos aeródromos públicos e privados
no Matopiba (2018)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados da ANAC (2018).

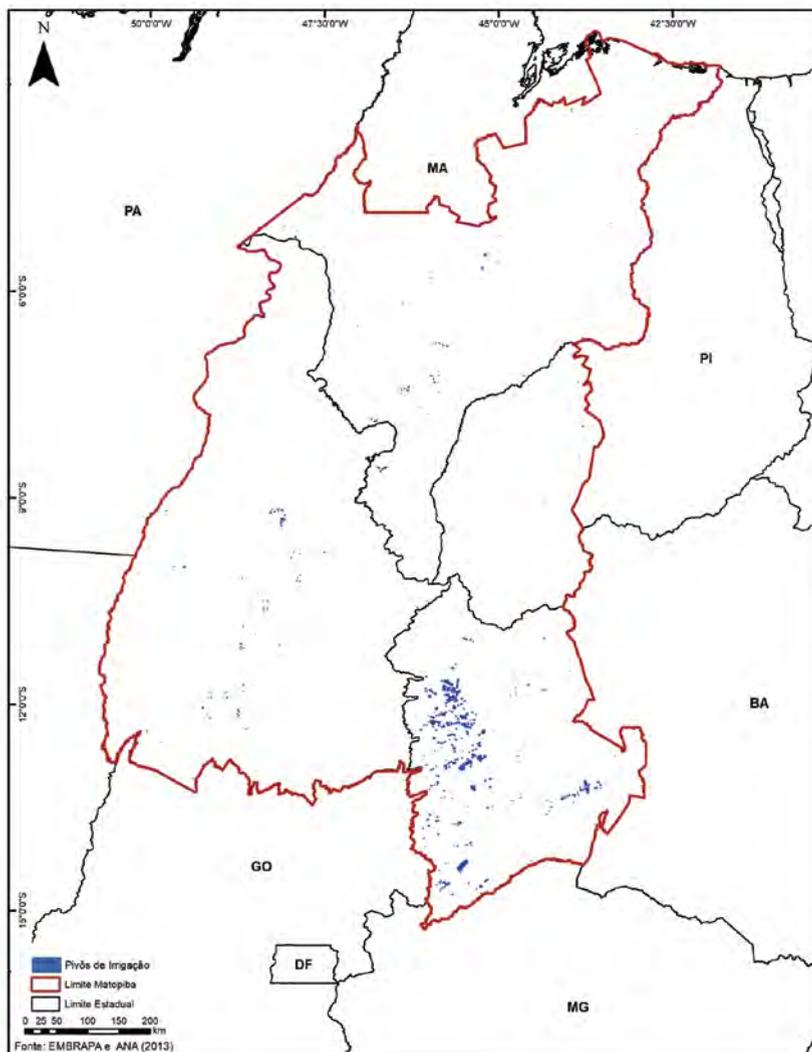
Figura 17
Mapa com redes e pontos de geração e transmissão de energia
no Matopiba (2018)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados da Embrapa (2015) e ANEEL (2018).

Ainda no que diz respeito à infraestrutura, a irrigação é um tema sensível no Matopiba. 87% da área irrigada por pivôs está no oeste da Bahia. Ali estão 130 mil dos 150 mil hectares irrigados na região. Nessa porção do território a produção é altamente dependente do uso dos recursos hídricos locais. Outros 10 mil hectares estão em diferentes microrregiões do Tocantins. E o restante no Piauí e Maranhão.

Figura 18
Mapa de áreas irrigadas por pivôs no Matopiba (2013)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base em dados da ANA (2013) e Embrapa (2013).

Figura 19
Áreas irrigadas por pivôs no Matopiba (2017)

Microrregião	Área dos pivôs (ha)	Área Acumulada	% Relativa	% Acumulada
Barreiras, BA	94.400,91	94.400,91	62,83%	62,83%
Santa Maria Vitória, BA	30.963,19	125.364,10	20,61%	83,44%
Porto Nacional, TO	6.211,41	131.575,51	4,13%	87,57%
Bom Jesus da Lapa, BA	5.421,74	136.997,25	3,61%	91,18%
Gerais de Balsas, MA	3.910,44	140.907,69	2,60%	93,78%
Gurupi, TO	2.873,65	143.781,34	1,91%	95,70%
Alto Mearim e Grajaú, MA	1.687,76	145.469,10	1,12%	96,82%
Chapada das Mangabeiras, MA	1.008,60	146.477,69	0,67%	97,49%
Rio Formoso, TO	997,79	147.475,48	0,66%	97,49%
Cotegipe, BA	803,84	148.279,32	0,54%	98,69%
Jalapão, TO	586,62	148.865,94	0,39%	99,08%
Imperatriz, MA	307,17	149.173,11	0,20%	99,29%
Itapecuru Mirim, MA	211,77	149.384,87	0,14%	99,43%
Alto Médio Gurguéia, PI	203,03	149.587,91	0,14%	99,56%
Porto Franco, MA	198,63	149.786,54	0,13%	99,69%
Bertolínia, PI	167,76	149.954,31	0,11%	99,81%
Chapadinha, MA	110,21	150.064,51	0,07%	99,88%
Caxias, MA	96,83	150.161,35	0,06%	99,94%
Miracema do Tocantins, TO	70,90	150.232,24	0,05%	99,99%
Bico do Papagaio, TO	14,29	150.246,54	0,01%	100,00%
TOTAL	150.043,51			

Fonte: Reproduzido de Embrapa (2017).

Entre o hoje e o amanhã: uma nova etapa da formação territorial?

De maneira silenciosa, ou nem tanto, a imagem de uma região marcada por uma elite agropecuária nacional que alcança índices de produtividade compatíveis com aqueles alcançados nos países de tecnologia mais avançada vai dando lugar a outra sensivelmente diferente. No final da segunda década do século XXI, quando este texto é escrito, são outros os processos sociais que vão moldando a

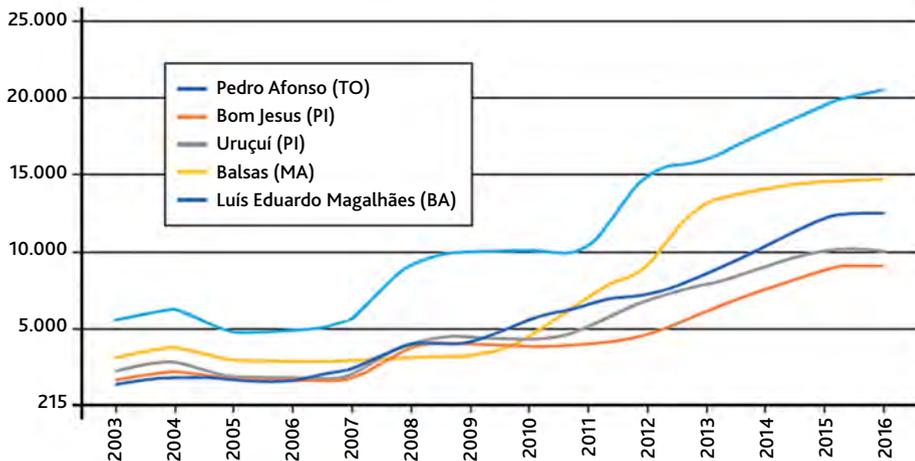
configuração territorial local. Em especial, quatro vetores precisam ser observados. O primeiro deles é a manifestação local dos processos de internacionalização e financeirização da economia. O segundo são os conflitos socioambientais, tendo como protagonistas populações tradicionais mais diretamente afetadas pela expansão da produção, com potencial para envolver setores mais amplos da sociedade local. O terceiro são as disputas em torno das formas de regulação social do uso dos recursos naturais locais, seja pelo Estado, como é mais usual, seja por formas de governança pública, mas não necessariamente comandadas pelos governos. O quarto e último vetor envolve as novas estratégias empresariais que começam a se moldar nos marcos dessa transformação regional.

Desses, o mais evidente e até aqui mais forte processo é aquele representado pela internacionalização e pela financeirização do capitalismo contemporâneo. Em 2015, o jornal *The New York Times* publicou uma matéria de página inteira sobre um fundo que congrega investimentos de vários fundos de pensão do Estados Unidos e de outros países, como a Suécia e o Canadá — o TIAA-CREF, já mencionado. A matéria acusava o fundo de adquirir terras de um empresário brasileiro tido como típico grileiro, envolvido em ações violentas e fraudes para se apossar das áreas sob seu domínio, antes pertencentes a agricultores familiares, burlando assim a legislação nacional que limita a presença de investimentos estrangeiros na compra de terras. Consta que as opções de investimento desse fundo somavam entre US\$ 2 e 3 bilhões voltados à aquisição de terras e estabelecimentos agroindustriais por meio de empresas subsidiárias em países como Brasil, Austrália, Polônia, Romênia, Estados Unidos, Chile, Nova Zelândia, entre outros. O relatório produzido por organizações da sociedade civil e que deu base à matéria aponta que, além das aquisições fraudulentas há outras violações, como a especulação de terras, o desmatamento ilegal e a superexploração de trabalho.

Pitta *et al.* (2017), mas também Sauer e Leite (2012), entre outros, têm destacado que o crescente interesse de empresas transnacionais em investir na aquisição de terras como ativo financeiro é um dos traços marcantes no Brasil rural dos tempos atuais. Os autores chamam a atenção para certo descolamento verificado na curva do preço da terra em relação ao preço das commodities. Após o ciclo de alta que ocorreu no período compreendido entre 2002 a 2012 e que despertou o interesse de investidores, a procura continua crescente, estimulando a elevação dos preços dos ativos, mesmo diante da falta de perspectivas de rentabilidade da produção nos mesmos patamares de outrora. Parte desse descolamento se sustenta no baixo custo relativo de formação das fazendas nas áreas novas. Outra

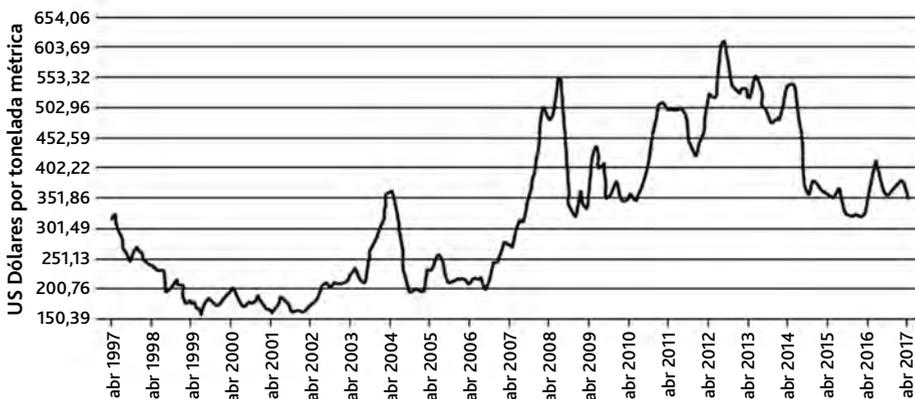
parte, complementar à anterior, se explica por expectativas de ganhos futuros que podem ou não se concretizar. Os dois gráficos, a seguir, reproduzidos de Pitta *et al.* (2017) Ilustram esse descolamento.

Figura 20
Preços de terra de alta produtividade no Matopiba em reais por hectares (2003-2016)



Fonte: Reproduzido de Pitta *et al.* (2017), elaboração original de Débora Lima, a partir do Informa Economics/FNP. Preços corrigidos pelo IGP-M para abril de 2015. Atualização para os anos de 2015 e 2016 por Tim Steinweg e Hilde van Dijkhorst (AidEnvironment-Holanda).

Figura 21
Evolução anual do preço da soja na bolsa de Chicago em dólares americanos (1997-2017)



Fonte: Reproduzido de Pitta *et al.* (2017) com base em dados do Banco Mundial.

Mas o que há de novo nesse processo? Segundo Dulci (2017), pelo menos duas características particularizam a situação atual. De um lado, o *boom* de investimentos em terras em diferentes partes do mundo. De outro, percebe-se que isso está associado à multiplicidade de instrumentos financeiros disponíveis para a sua realização e de agentes envolvidos nas transações. A autora lembra que esse cenário acontece junto com as crises hídrica, energética e climática e com o avanço das preocupações com a segurança e a soberania alimentar das nações, questões cada vez mais presentes na agenda internacional. E é preciso ainda ter em mente os desdobramentos da enorme instabilidade provocada pela crise financeira que eclodiu entre 2007 e 2008, com destaque para a reorientação de parte dos investimentos financeiros em direção a mercados e opções mais seguras, associadas a ativos materiais.

Dados de 2010 do Banco Mundial mencionados pela autora apontam que antes de 2008 a comercialização de terras crescia, em média, 4 milhões de hectares por ano. Entre 2008 e 2009, a demanda cresceu e mais de 56 milhões de hectares agrícolas foram comercializados, mais de 70% deles na África. São números que podem estar subdimensionados, já que os governos têm frágil controle sobre as práticas de aquisição indireta, que contornam as legislações nacionais.

Esses fenômenos guardam, portanto, interdependência com os preços das commodities agrícolas e, conseqüentemente, das terras. Mas os preços na atualidade refletem mais do que a relação entre oferta e demanda dos produtos. Eles espelham as condições e os custos de transporte, armazenagem, financiamento, a atuação de grandes empresas no processamento e na comercialização e, também, as oscilações dos mercados de preços futuros. Informações sobre riscos, retornos e incertezas são fundamentais na montagem das carteiras de investimentos que, como aponta Dulci (2017), se comportam hoje como verdadeiros mosaicos de ativos financeiros. Os mercados futuros e as operações de securitizações (*hedgings*) já são o cotidiano do comércio das safras de commodities agrícolas a nível global. E é aí, segundo a autora, que se apresenta a dimensão especulativa. Em suas palavras, à medida que é fator de produção, mas também reserva de valor, a terra cria riquezas por meio de um processo de apreciação passiva que lhe confere simultaneamente as características de ativo produtivo e financeiro.

Se a interdependência dos cultivos agrícolas com demais atividades dos complexos agroalimentares já é realidade desde o alavancar do processo de moderniza-

ção da agricultura e da integração de capitais promovida desde então, o que se destaca no período recente é a participação crescente de setores não originalmente ligados ao agro, cada vez mais atraídos por essa valorização, como é o caso do capital imobiliário, dos já citados fundos de investimento, e das empresas de promoção de serviços ambientais, para citar apenas alguns.

As consequências são dramáticas para as populações tradicionais, para as condições de segurança e soberania alimentar das nações, para as formas de regulação e controle sobre recursos naturais estratégicos, para as sociedades locais e para os países. Mas importam também para os impactos econômicos e sociais da atividade agropecuária no território onde se inserem. São muito diferentes os fluxos criados e sustentados por uma rede de produtores que, mesmo cultivando em larga escala, residem no território e mantém laços com a população, com o comércio ou com o poder local, comparativamente àqueles que se estabelecem a partir de grandes conglomerados, cuja relação com o espaço de produção é de mera extração de rendas que não ativam a economia dos municípios. O resultado tende a ser uma ainda maior concentração, não só da produção e da propriedade, como da riqueza e dos efeitos sociais positivos.

O segundo vetor que molda a configuração territorial do Matopiba nos tempos atuais é justamente a dinâmica de conflitos em torno das formas de apropriação e uso do território, que devem ser compreendidos assim, no plural. Há os tradicionais conflitos fundiários envolvendo populações tradicionais, grileiros e fazendeiros. Há os recentes e potencialmente explosivos conflitos em torno do acesso e uso da água. E há, por fim, os conflitos intraétnicos. Em geral, apenas o primeiro tipo é mais tratado na literatura. Os outros dois permanecem relativamente invisíveis.

Quanto aos conflitos fundiários, estudo recentemente publicado pela ActionAid (2017) traz amplo panorama sobre como comunidades tradicionais localizadas nesse bioma são afetadas pela expansão da agropecuária. Várias delas estão representadas na Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que articula organizações locais, regionais e nacionais em torno da necessidade de sua preservação. Essa campanha surgiu a partir das demandas apresentadas justamente pelas comunidades tradicionais que ali vivem. Sob o mote de sensibilizar a sociedade para a importância de se preservar o Cerrado, a ação pretende destacar os impactos dos grandes projetos do agronegócio e da mineração sobre o meio ambiente e os povos que dependem dos recursos naturais da região para viver. Essas comuni-

dades são apresentadas como guardiãs da biodiversidade e portadoras de modos de vida que representam um patrimônio ecológico e cultural. No momento de elaboração deste estudo a iniciativa reunia cinquenta organizações, movimentos sociais e órgãos pastorais de atuação nacional e internacional.

É verdade que esses conflitos fundiários foram ainda mais ruidosos no passado. Basta mencionar a região conhecida como Bico do Papagaio, no norte do Tocantins, que por muito tempo foi símbolo de violência associada à disputa por terras. Mas ainda hoje é possível elencar exemplos destes confrontos nos quatro cantos do Matopiba: é o caso da Fazenda Estrondo no oeste baiano, da situação da comunidade Forquilha na divisa entre Piauí e Maranhão, dos enfrentamentos entre comunidades tradicionais e proprietários das fazendas em Campos Lindos, Tocantins, sem falar do Maranhão, que é campeão nacional em conflitos agrários segundo o sistemático levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016).

Quanto aos conflitos em torno do acesso a recursos hídricos, até aqui eles têm mobilizado, principalmente, comunidades tradicionais. Elas vêm sendo impedidas de ter acesso a recursos fundamentais para sua sobrevivência e são afetadas por menor disponibilidade ou pior qualidade da água. Esses recursos têm se tornado escassos em função do alegado uso excessivo na irrigação das lavouras, como se acusou no episódio ocorrido em Correntina, no segundo semestre de 2017. Riachos e cursos d'água estão secando, e muitos deles podem estar contaminados por agrotóxicos usados nas lavouras. No caso de Correntina, parte da população urbana local apoiou o movimento dos agricultores, pois a escassez e o comprometimento da qualidade da água já são sentidos na cidade. Isso mostra o potencial que existe em trazer estes segmentos para a mesma coalizão de que já fazem parte comunidades tradicionais e ambientalistas.

A melhor prova de que se trata de um tema explosivo é o fato de que as próprias organizações patronais, como a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), estão promovendo — com recursos de um fundo público criado a partir de renúncia fiscal, o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro) — um estudo conduzido pela Universidade de Nebraska (EUA) sobre a disponibilidade do Aquífero Uruçuia, que tem sua maior porção situada em território baiano e do qual dependem seus associados para a prática da irrigação.

Por fim, é preciso mencionar o terceiro tipo, em geral o menos enfatizado na literatura: os conflitos intraelites. Este tema é, em geral, negligenciado por várias

razões. Uma delas é a tendência dos analistas críticos em homogeneizar o comportamento dos setores vinculados aos diferentes segmentos do grande capital. Numa visão de corte funcionalista e dualista, as nuances e contradições internas ao mundo empresarial são minimizadas em função da oposição fundamental que separa os interesses deste grupo social daqueles que afetam os mais pobres ou o conjunto mais amplo da sociedade. Outra razão é o fato de que aqueles segmentos dominantes da economia local vêm conseguindo, até aqui, formar uma grande coalizão, combinando bem seus interesses e apresentando-se como “o agronegócio”, independentemente de se incluir sob esse rótulo modernos produtores que adotam práticas orientadas à conservação, ainda que com limites, produtores convencionais, além de velhos latifundiários, ou mesmo grileiros.

Apesar de apresentarem-se como um setor único, ou de serem assim tratados mesmo pelos críticos, todo o processo que envolve esses distintos agentes está longe de ser isento de contradições. Aqui, a novidade é que justamente no seu acirramento podem estar surgindo brechas que podem ser exploradas na direção de uma outra narrativa sobre o futuro do Matopiba. Dito de outra forma, ao longo das décadas recentes não houve conflitos abertos entre o setor produtivo e o setor financeiro ou especulativo. Isso porque se constituíram aberturas e válvulas de escape da pressão e dos atritos entre eles, que acabaram por dotar os setores menos poderosos do agronegócio brasileiro de alternativas para se recompor no padrão de acumulação que foi se constituindo ao longo do tempo.

Por exemplo, nos primórdios da modernização conservadora da agricultura brasileira, amplos setores do empresariado foram beneficiados com crédito farto e barato para promover a atualização dos seus investimentos produtivos, adotando inovações que vinham sendo produzidas em maquinários, técnicas de produção e insumos. Mais tarde, aqueles que não conseguiram acompanhar o esforço modernizante foram compensados por meio do perdão de dívidas e outros subterfúgios. Assim, se mantiveram como produtores mesmo quando as condições de competitividade deveriam lhes obrigar a deixar o mercado.

Paralelamente a tudo isso, os setores menos capitalizados têm na contínua expansão da fronteira agropecuária a oportunidade de adquirir terras mais baratas, vendendo aos setores mais endinheirados terras crescentemente valorizadas nas regiões já estruturadas. Mas o que pode acontecer se a fronteira for fechada ou sua expansão fortemente limitada? E se o Estado brasileiro deixar de tratar como agronegócio o velho setor latifundista, que abusa das benesses governa-

mentais para transformar o poder político, que vem da dominação da propriedade fundiária, em votos para barganhar compensações econômicas?

Para os que acham que esses conflitos são ilusórios, basta lembrar que parte do setor empresarial é favorável a algum tipo de restrição à aquisição de terras por estrangeiros, mesmo hoje, quando a fronteira ainda é aberta e novas terras são postas no mercado cotidianamente. Indo mais além, vale lembrar que mesmo lideranças identificadas com o capital industrial no Brasil em mais de uma ocasião já cogitaram a necessidade de cobrar impostos pelas exportações de commodities. E é preciso lembrar, ainda, que muitos prefeitos das pequenas cidades onde predomina o agronegócio reclamam a necessidade de uma reforma tributária, já que a chamada Lei Kandir não permite que sejam cobrados impostos locais (ICMS) sobre produtos destinados à exportação, o que resulta em brutal perda de arrecadação.

Assim, como no caso dos conflitos agrários, exemplos dos conflitos intralites podem ser vistos por todos os lados. O próprio esforço em torno da criação do decreto que delimita o Matopiba e prevê um conjunto de ações voltados à expansão da soja na região foi posto em suspensão quando um representante das elites mato-grossenses, Blairo Maggi, substituiu no Ministério da Agricultura, durante o governo de Michel Temer, sua colega de agronegócio, Kátia Abreu, esta mais identificada com os interesses das elites ligadas a pecuaristas e ao estado do Tocantins. Em negociações envolvendo formas de limitar o desmatamento, as organizações pecuaristas, ou mesmo associações como a Aprosoja, têm se manifestado de maneira mais restritiva do que outras lideranças empresariais, para quem o assunto é discutível, desde que se viabilizem compensações e incentivos que cubram os custos de oportunidade dos produtores. Vale mencionar o caso da Fapcen, que segundo sua dirigente, considera que a adesão a normas de certificação e a busca por bônus associados a práticas ambientalmente corretas representam o futuro do setor.

A Lei Kandir e a isenção do ICMS para os produtos primários de exportação

A chamada Lei Kandir regulamenta a aplicação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Produzida durante a gestão do então ministro do Planejamento Antônio Kandir, transformou-se na Lei Complementar 87/96, posteriormente alterada por vários outros dispositivos. Uma das normas prevê a isenção do pagamento do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Até hoje, isso provoca grande polêmica entre os governadores dos estados exportadores, que alegam perda de arrecadação. Até 2003, a Lei Kandir garantiu aos estados o repasse de valores a título de compensação por perdas decorrentes da isenção de ICMS. A partir de 2004, a Lei Complementar 115/06 manteve o direito à compensação, mas deixou de fixar o valor, que passou a ser negociado a cada ano com o Poder Executivo Federal. O mesmo vale para os municípios afetados. As informações são do site do Senado. Em matérias publicadas nos grandes jornais, vários estados reclamam a defasagem entre as perdas e compensações recebidas. No caso do estado do Pará, fala-se em R\$ 13,5 bilhões de perdas acumuladas em uma década. No caso do Rio Grande do Sul, o valor chegaria a R\$ 50 bilhões desde a existência da lei. No caso de Minas Gerais, a cifra alcançaria a impressionante casa dos R\$ 135 bilhões.

O terceiro vetor, que se soma à internacionalização e aos conflitos em curso, é o desdobramento dos dois primeiros sobre as instituições que conformam as regras do jogo no Matopiba. Pode ser que perdure o ambiente institucional atual, marcado por uma legislação favorável aos setores financeiro e de exportação de commodities produzidas segundo o padrão convencional. Porém, o modelo que se estrutura a partir desses setores é pouco promissor para a inclusão social e mesmo para os fazendeiros pioneiros. A experiência histórica recente mostra que sistemas com essas características mais cedo ou mais tarde são objeto de questionamento em regimes democráticos. Algum tipo de reorientação é exigido pela população que, via de regra, pouco se beneficia dos ganhos concentrados produzidos no local. Toda a questão é saber se os setores que perdem serão capazes de armar uma coalizão de confronto ampla e forte o suficiente e, principalmente,

portadora de outra narrativa sobre como dispor dos recursos naturais e do fundo público na promoção de um modelo de desenvolvimento diferente.

Se houver, o novo caminho pode se estruturar em torno de novas modalidades de atuação do Estado, combinando seu aparato legal, novos sistemas de incentivo, sistemas de comando e controle em torno da aplicação de leis. Pode também se estruturar, ao menos parcialmente, de acordo com formas de regulação pública não estatal. O caso recente da Amazônia brasileira mostrou justamente que, durante determinado período, entre 2003 e 2012, vigorou um padrão em que se mesclaram aspectos das duas formas de regulação: estatal, com o aumento da fiscalização e do controle de áreas desmatadas, e privada, e iniciativas como a Moratória da Soja, adotada por grupos empresariais em diálogo com organizações ambientalistas.

Outro exemplo de como novas instituições podem surgir é a iniciativa capitaneada pela Vara Agrária de Bom Jesus, no Piauí, que através de um interessante embora controverso programa de regularização fundiária tenta separar o joio do trigo nos conflitos do sul daquele estado. Os movimentos sociais e os atores empresariais se dividem diante da iniciativa em mais uma demonstração de como as clivagens tradicionais podem encobrir as verdadeiras contradições a equacionar.

O quarto e último vetor envolve as estratégias empresariais nos marcos dessas transformações em curso no modelo regional. Destacadamente, um aspecto pode vir a ter efeito desencadeador de demandas e reacomodações sobre os três vetores anteriores. Várias pressões incidem sobre essas estratégias: o movimento de financeirização e internacionalização que introduz novos *players* no mercado de terras e no mercado de produção de commodities; a compressão das margens de lucro, sobretudo de produtores pequenos e médios, resultante do crescente custo de produção em contraste com a estabilização dos preços da soja praticados no período posterior ao *boom* da primeira década do século XXI; a pressão de movimentos ambientalistas e consumidores com relação aos efeitos ambientais da expansão agropecuária no quadro das mudanças climáticas globais.

Um desdobramento otimista dessas pressões pode ser, como já vem ocorrendo, a internalização de algumas dessas exigências por meio de práticas ambientalmente mais amigáveis: a agricultura de precisão, o plantio direto, a diversificação e rotação de culturas e certa abertura para se discutir os incentivos financeiros à conservação. Embora crescente, isso ainda é algo restrito.

Outro desdobramento, este menos otimista, tem se traduzido na busca por estratégias de redução de custos, pura e simplesmente em uma perspectiva de sobrevivência à concorrência cada vez mais apertada com os grandes grupos. Nessa direção, em muitos lugares se começa a cogitar uma nova onda de investimentos dos produtores já estabelecidos, agora voltada a expandir suas atividades, antes restritas às chapadas, em direção aos baixões. Essas áreas, até aqui menos cobiçadas pelas condições de solo e relevo e menos aptas à mecanização, podem vir a ser objeto de criação de gado, num consórcio entre lavoura e pecuária, ou mesmo de adaptação para o cultivo de outras espécies. Se isso ocorrer, o potencial de conflitos fundiários e hídricos é enorme, pois nos baixões vivem as populações tradicionais e a agricultura familiar. Ali correm os rios que abastecem boa parte dos estados do Nordeste e do Centro-Oeste. E nessa parte do território são encontrados os maiores remanescentes de vegetação nativa.

Por tudo o que foi dito, é possível sustentar que os tempos atuais representam uma nova transição na história dos cerrados do Matopiba. Os contornos dessa nova etapa dependerão de como irão se comportar as coalizões de atores sociais, diante do novo quadro que vai se delineando. O núcleo central de todas as contradições e tensões apontadas é uma espécie de conflito distributivo: quem ganha e quem perde com o modelo de desenvolvimento regional ali experimentado e, principalmente, com os rumos e as metamorfoses do modelo que vão se projetando gradativamente. Tudo isso ainda é pouco percebido pelos atores locais e não se traduz nas narrativas dominantes, favoráveis ou críticas ao modelo experimentado no Matopiba. O próximo capítulo é dedicado a uma das faces desse conflito distributivo, a que envolve as contrapartidas sociais do dinamismo econômico experimentado naquela região.

3. COMO O DINAMISMO ECONÔMICO SE TRADUZ EM INDICADORES DE RIQUEZA E BEM-ESTAR

O capítulo anterior apresentou ao leitor a formação do território do Matopiba e suas metamorfoses ao longo do tempo até os dias atuais. Através dele, pôde-se compreender a forma heterogênea como ocorreu o processo de sua construção histórica e como um conjunto de incentivos estatais, mesclados ao empreendedorismo privado e aos conflitos sociais inerentes ao modelo de desenvolvimento regional, ajudaram a delinear o que hoje é a região e o que se projeta nos próximos anos.

Este capítulo busca agora apresentar o que se passou nos municípios do Matopiba. O objetivo é, mais precisamente, interrogar em que medida a inegável expansão da produção verificada se traduz em indicadores sociais e econômicos positivos nessas localidades.

Ao fazer isso, pretende-se demonstrar que a produção de riquezas e a expansão do bem-estar não estão diretamente relacionadas. Pelo contrário, o que se verá é que as estruturas econômicas, políticas e sociais descritas no capítulo anterior moldam um padrão de desenvolvimento territorial em que os efeitos do crescimento econômico sobre a qualidade de vida das pessoas são muito limitados. E se isso é verdade, então não faz sentido argumentar que a depleção dos recursos naturais deveria ser encarada como um custo do progresso, como fazem os defensores do modelo implementado no Matopiba

Para verificar o desempenho dos municípios em temas sociais e econômicos, foram selecionados nove indicadores: demografia, PIB, emprego e ocupação, mortalidade infantil, esperança de vida, taxa líquida de matrícula no ensino médio de jovens, taxa de população em condição de pobreza, renda per capita e desigualdade de renda. Em cada um deles se avaliou e contrastou o desempenho médio dos municípios do Matopiba, dos municípios dos respectivos estados, e dos municípios do conjunto do país.

Antes de passar à exposição dos dados cabe um esclarecimento. Por que foram selecionados justamente estes indicadores? A resposta não é simples e, na verdade, envolve outras duas questões bastante controversas na literatura: como medir bem estar e sustentabilidade?

De partida é preciso reconhecer que há uma ausência grave, que impede que se use a expressão sustentabilidade para o quadro que será apresentado a seguir. A razão disto é muito simples: não existem bons indicadores ou dados secundários disponíveis que permitam abordar, em escala municipal, a dimensão ambiental. E sem isso, não existe sustentabilidade. Apenas por esta razão, e jamais por considerar que o tema é menos importante, fez-se a opção de priorizar os impactos sociais e econômicos da expansão da agropecuária no Matopiba. Outras pesquisas, já produzidas ou em curso, se somam a este esforço para a moldagem de um quadro mais abrangente, como é necessário.

Quanto ao bem estar, há várias definições na literatura. O relatório da chamada Comissão Sen-Stiglitz-Fitoussi (2012), sumarizado em Favareto (2018), faz um bom apanhado e um conjunto de proposições que deveria ser observado em qualquer esforço nessa direção:

- Medidas subjetivas do bem estar fornecem informações importantes sobre a qualidade de vida. Portanto, seria preciso tomar em conta avaliações que as pessoas fazem de suas próprias vidas e prioridades.
- Qualidade de vida também depende de condições e oportunidades objetivas. Portanto, é necessário melhorar e monitorar oito dimensões chave: saúde, educação, atividades pessoais, voz política, conexões sociais, condições ambientais, insegurança social e insegurança econômica.
- Desigualdades são relevantes e devem ser avaliadas de forma abrangente para as oito dimensões acima mencionadas.
- Pesquisas devem ser conduzidas para avaliar interdependências e vínculos entre essas dimensões, especialmente visando o desenho, a implementação e a coordenação de políticas em cada área.
- Instituições estatísticas deveriam fornecer informações sobre as distintas dimensões mencionadas da qualidade de vida, permitindo a construção de diferentes e combinados índices sintéticos ou tipologias que possam subsidiar a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas.
- Os mínimos a serem garantidos em cada dimensão, assim como as prioridades a serem estabelecidas no tratamento a ser dado a cada dimensão, preci-

sam resultar de algum tipo de contratualização em cada sociedade, em vez de se apoiarem em decisões arbitrárias ou puramente tecnocráticas.

Como se pode observar, algumas destas indicações são de difícil operacionalização em esforços de pesquisa individuais e dependem de como estão organizadas as próprias bases de informações.

Nesse estudo foram utilizados indicadores de renda monetária, não por considerar que são os melhores, mas porque aquilo que se poderia chamar de opinião pública dá muita atenção a isso. E era importante mostrar como, mesmo nesta dimensão, os efeitos do modelo econômico do Matopiba são concentrados. Mas a leitura empreendida não se restringiu a essa dimensão mais tradicional. São abordados indicadores de ocupação e emprego, mortalidade infantil, expectativa de vida e acesso à educação, buscando chegar mais perto das oito dimensões chave sugeridas pelos autores. Há grande concordância em afirmar que o que se deveria buscar é uma condição na qual seja possível melhorar a renda dos mais pobres e permitir que o conjunto da sociedade local tenha uma vida mais saudável.

Avaliações subjetivas de bem estar não foram utilizadas, tanto por conta das restrições de tempo e recursos, como pelo fato de que o intuito geral do estudo era olhar sobre os efeitos para o conjunto do território. Vale lembrar que outros relatórios já foram produzidos olhando para o que se passa especificamente com as comunidades tradicionais. É claro que alguém poderia argumentar que certas comunidades tradicionais não querem renda, e sim viver como seus antepassados. A resposta a essa objeção é que cada pessoa deve ter o direito e as condições para escolher como quer viver. O que não se pode aceitar é que elas sejam condenadas a viver de uma determinada maneira. No modelo atual do Matopiba, seja nas áreas comandadas pelo agronegócio, seja nas outras onde ele não chegou, a maior parte das pessoas têm poucas oportunidades de escolher como querem viver. Aumentar sua liberdade de escolher é o que se deve buscar. Alguns chamam isso de bem viver, outros de desenvolvimento genuíno. O nome importa menos. Importa mais o sentido. E o sentido do que está acontecendo no Matopiba não vai nessa direção. É isso que se demonstra a seguir.

A leitura de indicadores selecionados para o conjunto dos municípios do Matopiba

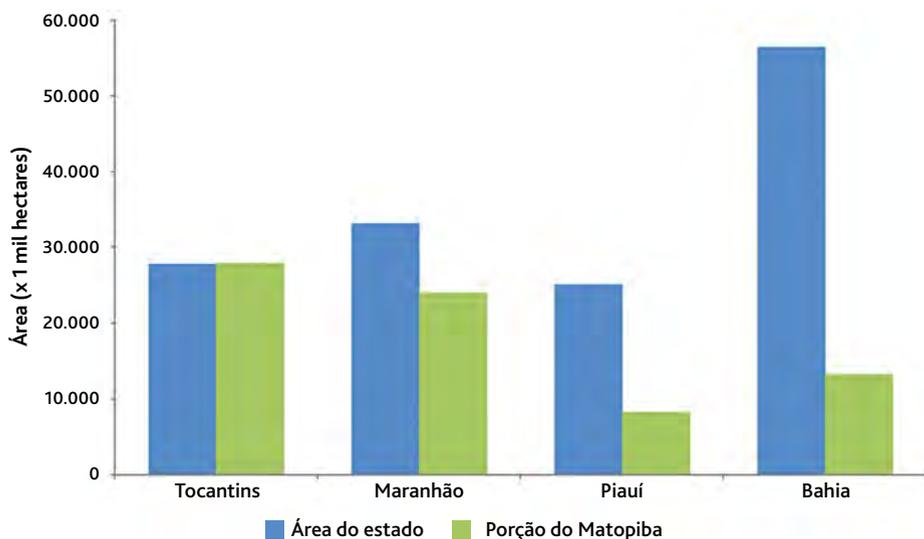
Demografia

De início, é importante destacar o contraste entre a dimensão populacional do Matopiba e a dimensão espacial. Como se vê na figura 22, o território engloba todo o estado do Tocantins (100%), partes significativas do Maranhão (72% da área do estado) e porções menores do Piauí (32%) e da Bahia (23%). Enquanto o território representa 51% da área total dos estados que o compõem, sua população representa 23% do total desses estados. Após o Tocantins com 100% de sua população no Matopiba, a maior participação relativa da população está no Maranhão (que tem no Matopiba 53% da sua população total), seguido da Bahia (com 5% da população total baiana) e do Piauí (com 8% da população do estado residindo no Matopiba). Levando em consideração, ainda, que a participação da região no valor agropecuário produzido é da ordem de 40% do total dos quatro estados, fica evidente a distância entre o tamanho da população local, a área e o valor da produção.

Entre outras coisas, isso significa que algumas das microrregiões do Matopiba apresentam dificuldades para transformar o poder econômico em representação política nos respectivos estados, em função do número relativamente reduzido de eleitores. Com efeito, um aspecto observado é que somente na Bahia e no Tocantins as regiões produtoras de soja tinham representantes eleitos no Legislativo estadual e nacional. No Maranhão e no Piauí, eram as velhas elites pecuaristas que mantinham uma representação mais forte na política institucional estadual. Um argumento apresentado pelos atores locais é sempre este: *“A gente produz riqueza, mas não tem voto”*.

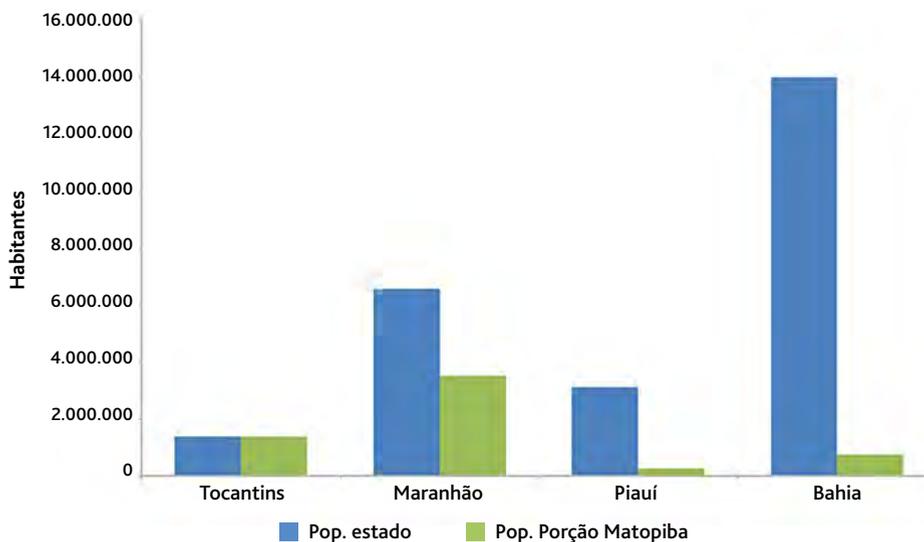
O crescimento populacional mais acentuado no Matopiba, comparativamente à média brasileira do último período vem contribuindo para arrefecer um pouco essa discrepância. Mas engendra outro problema, aquele relativo ao crescimento demasiadamente acelerado de algumas cidades sem o devido investimento em infraestrutura. E mesmo esse crescimento populacional não é uniforme: 17% dos municípios do Matopiba perderam população no período, percentual inferior àquele verificado no conjunto do país, com 27% dos municípios perdendo população.

Figura 22
Áreas das porções estaduais situadas no Matopiba (2010)



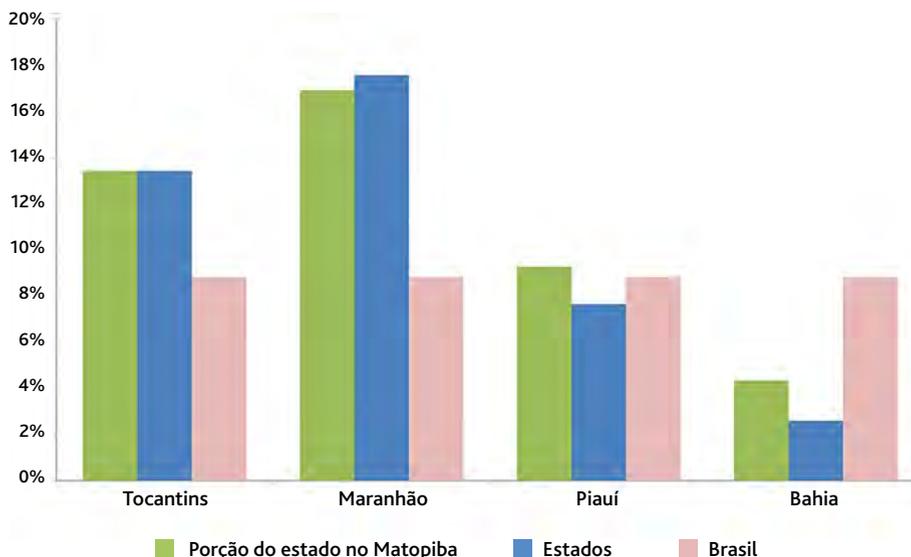
Fonte: Elaboração dos autores com base em dados de IBGE (2011).

Figura 23
Populações das porções estaduais situadas no Matopiba (2010)



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados de IBGE (2011).

Figura 24
Variação da população do Matopiba, estados e Brasil (2000-2010)



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados de IBGE (2011).

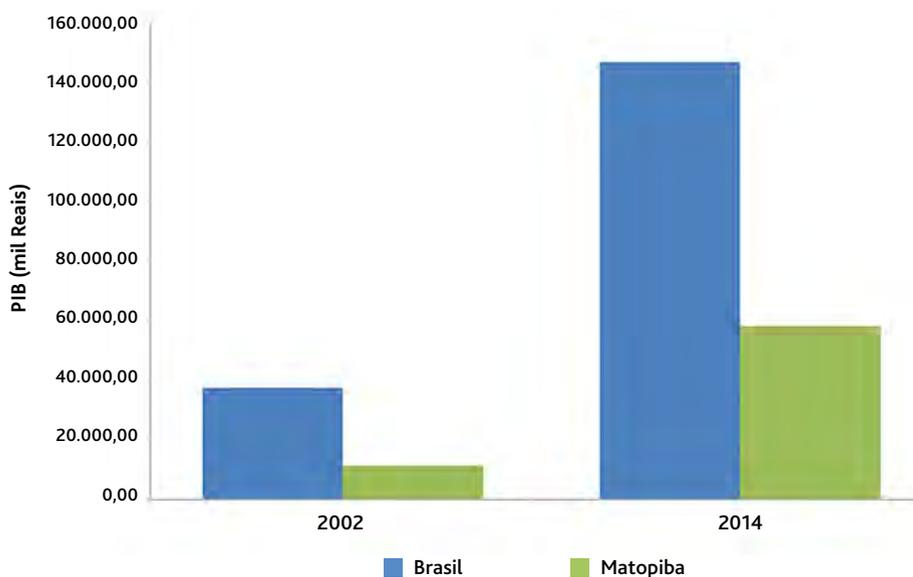
PIB

É evidente que o PIB regional cresceu significativamente no período recente, por se tratar de uma fronteira da expansão agropecuária. Mas um primeiro ponto a destacar é que a média do PIB per capita dos municípios do Matopiba ainda está longe de superar a média do restante do país. É verdade que a discrepância entre a média regional e a nacional diminuiu entre 2002 e 2014. Também é verdade que há diferenças internas que precisam ser consideradas, já que a produção é muito concentrada, como se mostrou no capítulo anterior. De toda forma, importa destacar que, apesar de todos os avanços na produção e na produtividade, em termos agregados, o Matopiba ainda produz um PIB per capita que representa algo em torno de 40% do PIB per capita nacional.

Já quando a comparação é realizada com os respectivos estados, a região supera as médias das unidades da federação onde estão inseridos. Grande parte do montante vem do valor adicionado a preços correntes do setor agropecuário, que em 2014 era o único componente do PIB regional que superava o respectivo número

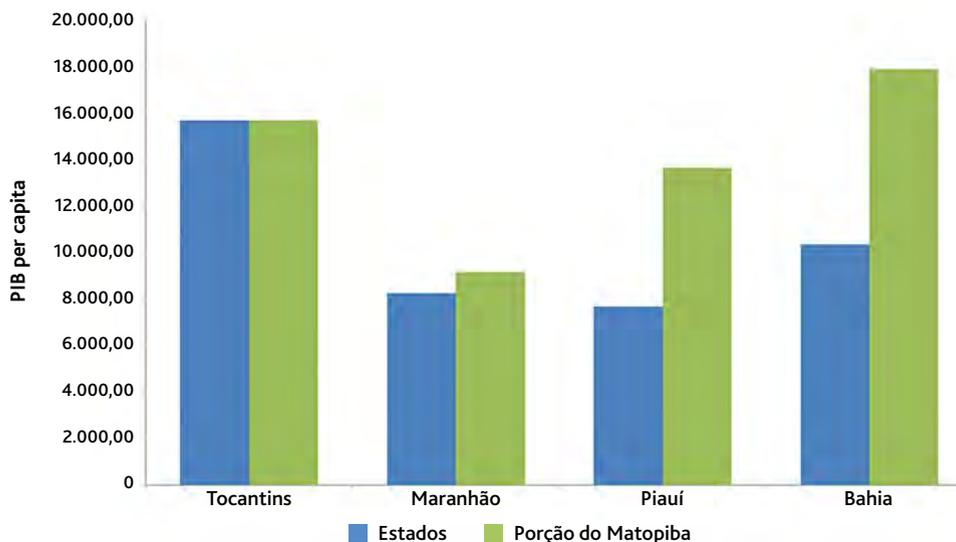
na escala nacional. Por essa leitura, se poderia supor que o setor agropecuário foi o que mais cresceu no período de análise, mas não é isso que ocorre. No período, foi o setor que menos cresceu, sendo superado por todos os outros componentes. Esse dado é impressionante, pois se trata justamente da década do *boom* das commodities. Ele reforça um argumento fundamental para se interpretar a dinâmica territorial recente em todo o Brasil interiorano, incluindo o Matopiba. Não se pode desprezar o papel desempenhado pelas transferências de renda do Estado nacional para os municípios e seus habitantes sob as mais variadas formas, do Programa Bolsa Família e da Previdência Social aos repasses constitucionais da União aos municípios. Parte do dinamismo dos outros setores deriva da circulação de riquezas geradas com a agropecuária, mas parte significativa deve ser atribuída aos gastos governamentais. As figuras a seguir ilustram justamente a participação do setor público e do setor de serviços na economia local, dividindo o protagonismo com a agropecuária.

Figura 25
PIB dos municípios a preços correntes (2002-2014)



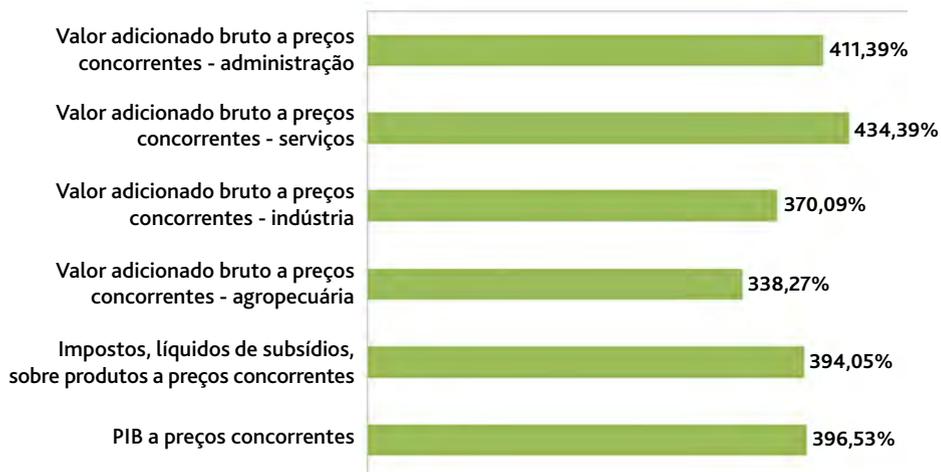
Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE (2018)

Figura 26
PIB per capita a preços correntes nos estados e em suas porções no Matopiba (2014)



Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE (2018)

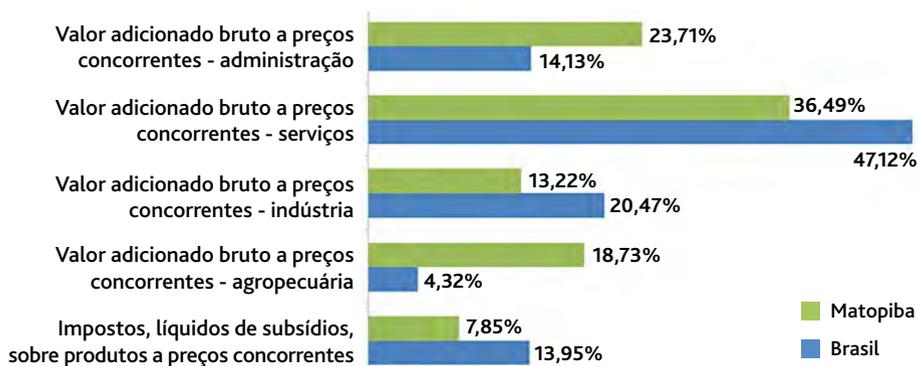
Figura 27
Varição média do PIB municipal e seus componentes setoriais a preços correntes no Matopiba (2002 e 2014)



Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE (2018)

Figura 28

Participação setorial na composição do PIB no Brasil e no Matopiba (2014)



Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE (2018)

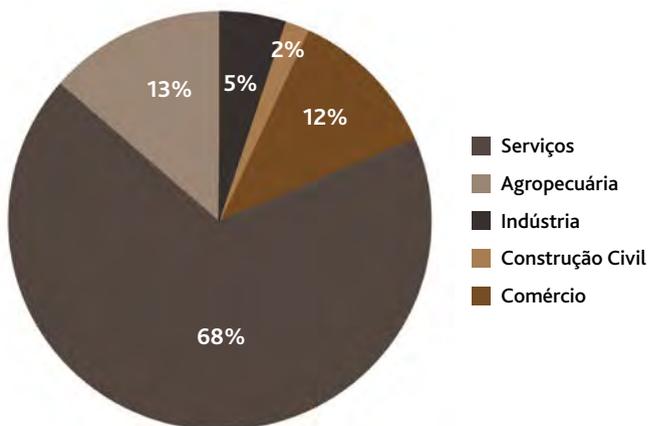
Ocupação e emprego

As informações do tópico anterior não devem ser vistas como uma tentativa de minorar a participação da agropecuária que é, sem dúvida, o carro-chefe da transformação regional. Trata-se de um alerta para a importância de se observar as interdependências entre esse e outros vetores na dinâmica territorial. O mesmo pode ser dito a respeito dos indicadores de ocupação e emprego. Quando se considera exclusivamente o emprego formal, não é na agropecuária que se concentram os vínculos. Quem prevalece é o setor de serviços, que em 2014 concentrava 68% dos empregos, em média, nos municípios. É preciso lembrar que os vínculos formais são apenas uma parte da estrutura de ocupação do trabalho. Quando a variável tomada para análise é a ocupação, e não o emprego, o retrato é bem diferente: há clara prevalência do grupo de ocupação que engloba a agropecuária, com 39% das ocupações no Matopiba ante 32% no restante do Brasil.

Essa diferença entre os números de vínculo empregatício (baixos) e ocupação de trabalho (alta) na agropecuária regional aponta para a importância das formas não assalariadas, como a agricultura familiar e outras formas de trabalho por conta própria, o que envolve as populações tradicionais em suas mais variadas denominações (geraizeiros, comunidades de fundo e fecho de pasto, entre outros). A figura 31 mostra como a ocorrência desta variável para os municípios do Matopiba não guarda diferença significativa perante as médias observadas

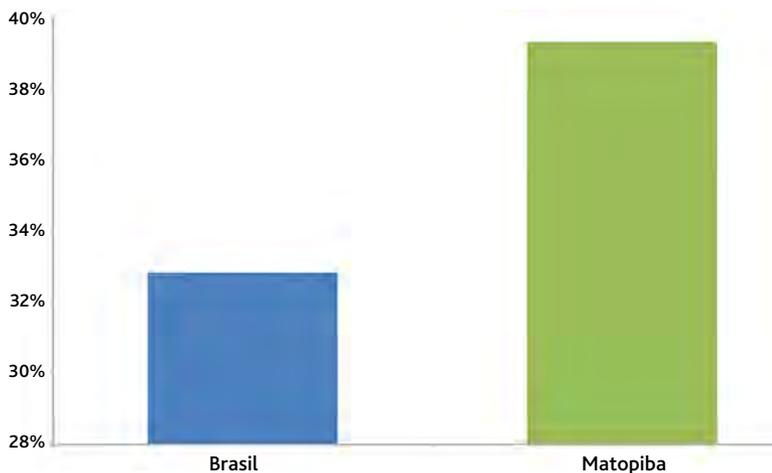
nos respectivos estados, revelando como o segmento não empresarial da agricultura naquela região ainda é importante sob esse ângulo, apesar do domínio das grandes empresas. Trata-se, no entanto, de um segmento bastante pauperizado, como se poderá observar mais adiante.

Figura 29
Vínculos formais de emprego por setor no Matopiba (2014)



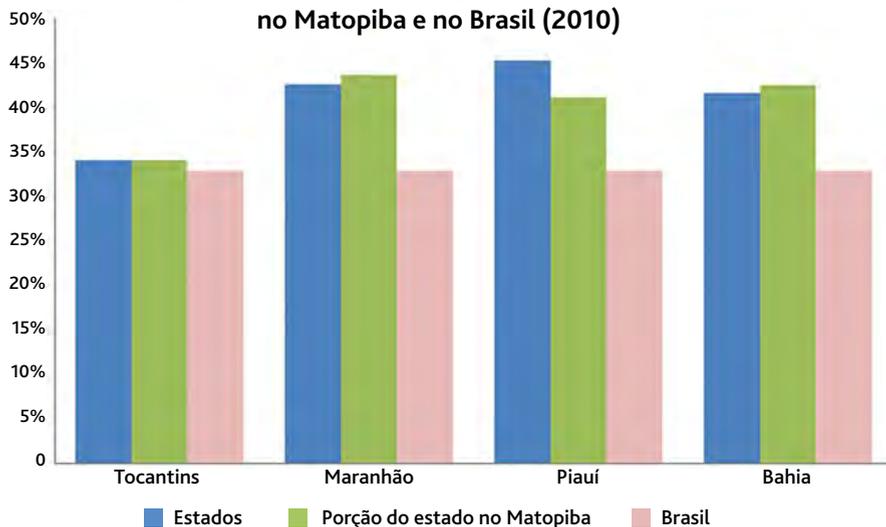
Fonte: Elaboração dos autores a partir de RAIS (2018)

Figura 30
Ocupações relacionadas à agropecuária no Brasil e no Matopiba (2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de IBGE (2011)

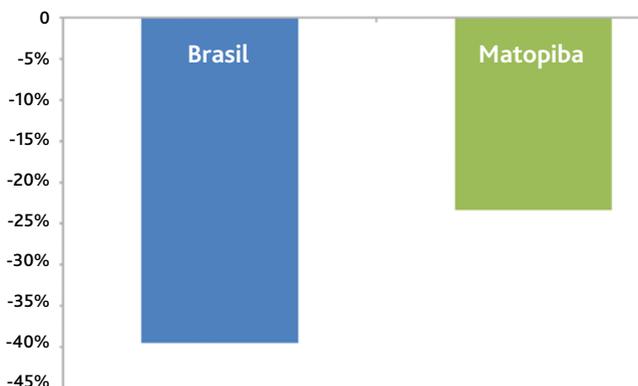
Figura 31
Ocupações relacionadas à agropecuária nos estados,
no Matopiba e no Brasil (2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de IBGE (2011)

No que diz respeito às taxas de desemprego, nos municípios do Matopiba a diminuição foi menor do que a média nacional para o período em análise. É interessante notar que, em 2000, as taxas médias eram praticamente iguais, separadas por apenas 0,2%. Em 2010 essa diferença subiu para 1,6%.

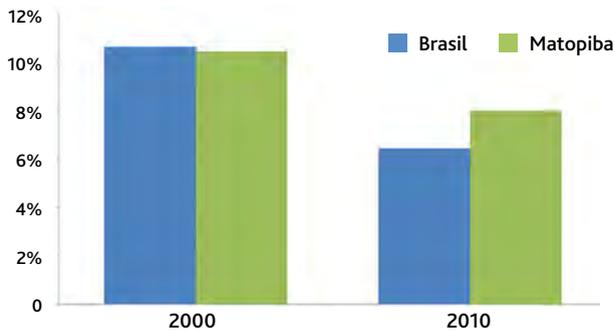
Figura 32
Variação da taxa de pessoas desempregadas
no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 33

Taxa de pessoas desempregadas no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)

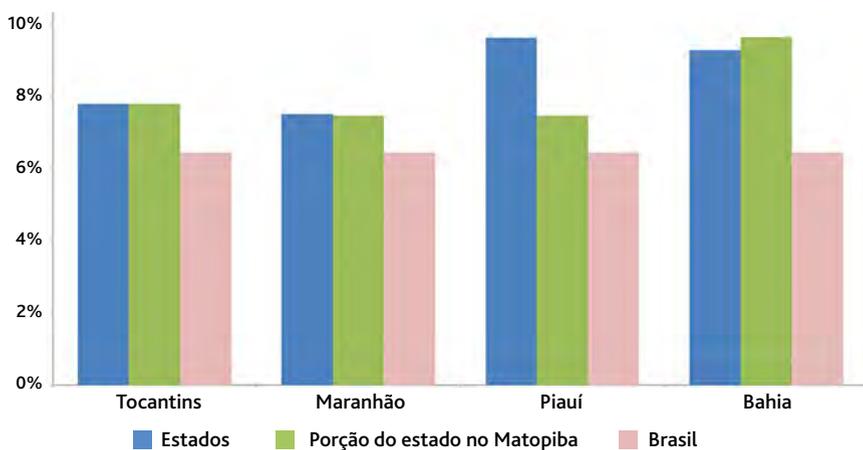


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Tomando as porções do Matopiba separadamente, vê-se que em todos os estados a taxa de desemprego é superior à média nacional. Nota-se, também, que no Maranhão e no Tocantins as taxas nos municípios que compõem o Matopiba e no restante do estado são praticamente similares. No caso do Tocantins há uma redundância, já que a correspondência será sempre total, pois todo o estado está na delimitação do Matopiba. Na Bahia e no Piauí há diferenças: no primeiro estado, a porção situada no Matopiba apresenta taxa de desemprego média superior ao resto do estado, enquanto no Piauí a taxa de desemprego na área situada no Matopiba é inferior ao resto do estado.

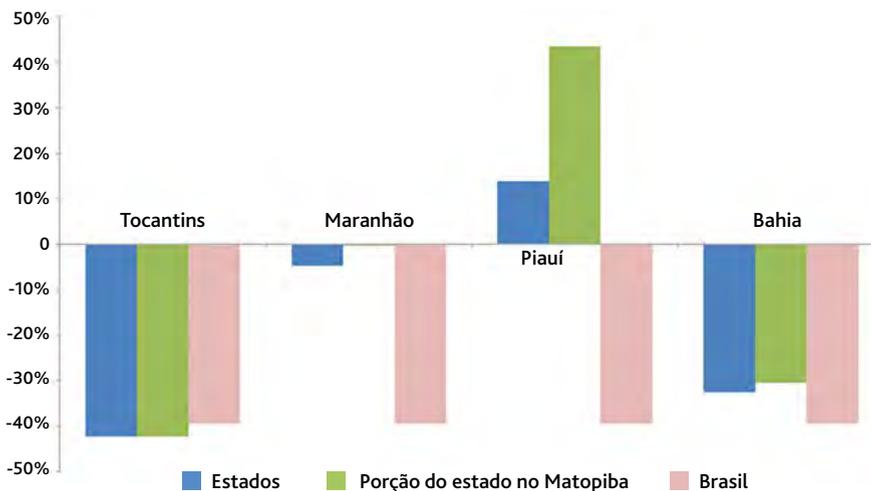
Figura 34

Taxa de pessoas desempregadas nos estados, no Matopiba e no Brasil (2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 35
Variação da taxa de pessoas desempregadas nos estados,
no Matopiba e no Brasil (2000 e 2010)

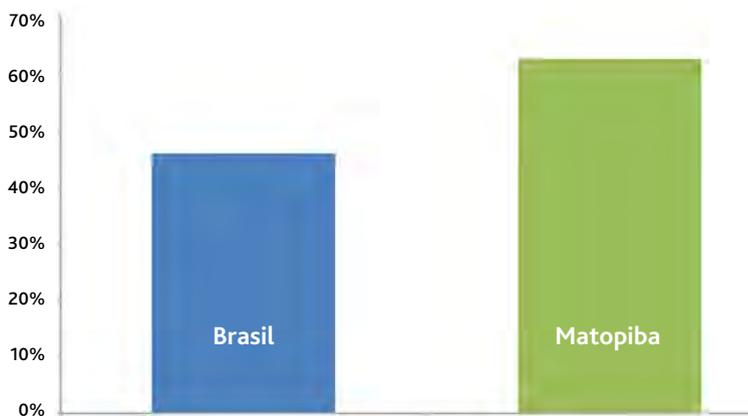


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Renda

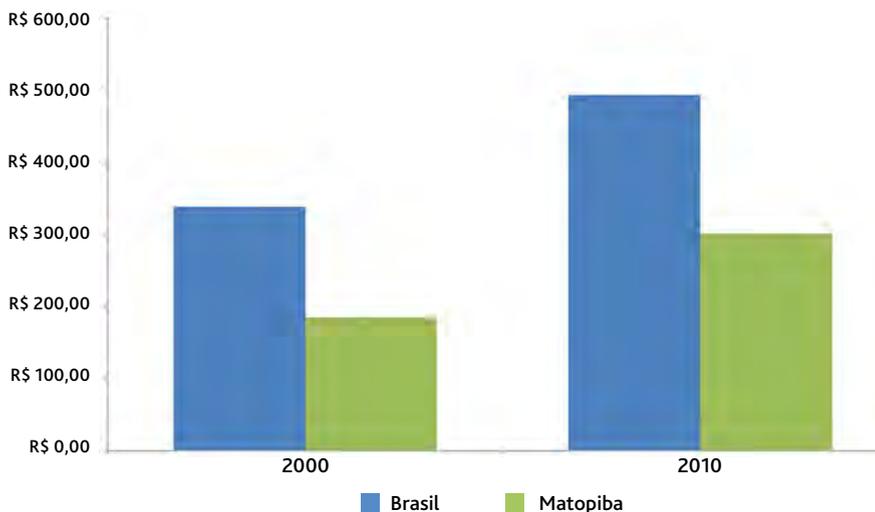
A renda per capita média nos municípios do Matopiba ainda é bem inferior à média obtida para o conjunto dos municípios brasileiros, mas essa distância diminuiu bastante ao longo da última década, como mostram as figuras 36 e 37 a seguir. Tocantins é o estado em que os valores são mais elevados, aproximando-se da média nacional, algo distorcido por se tratar do estado inteiro, diferentemente dos demais. Quando se trata de comparar os valores médios dos municípios do Matopiba com as médias dos seus respectivos estados, vê-se que no caso do Piauí e do Maranhão esses valores são um pouco maiores, enquanto na Bahia a média da renda é menor no Matopiba do que no restante do estado.

Figura 36
Variação da renda per capita no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



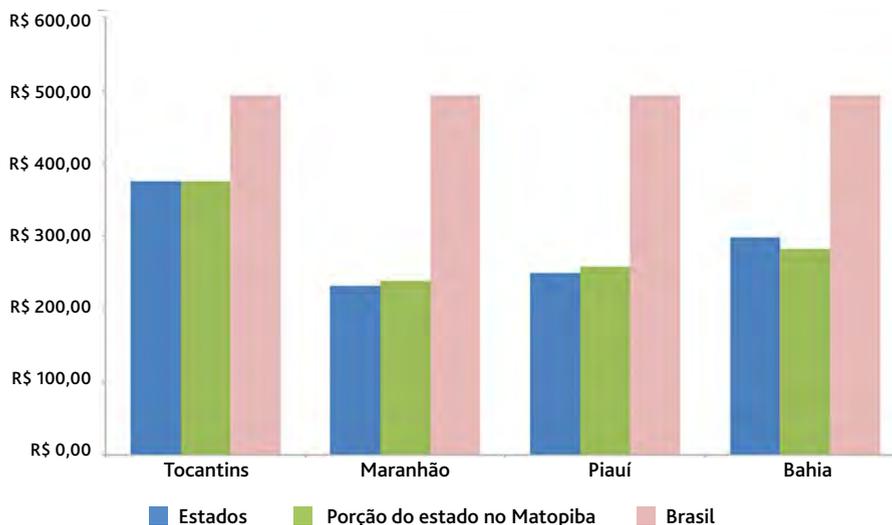
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 37
Renda per capita no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



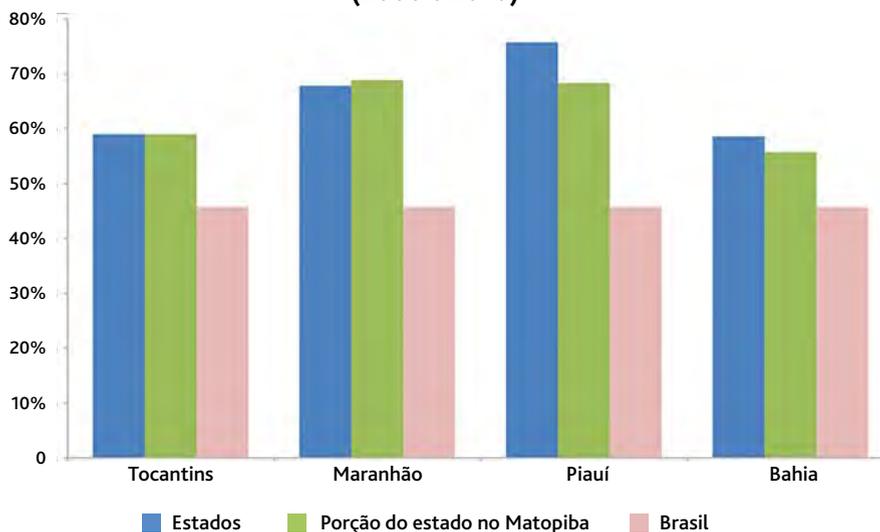
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 38
Renda per capita nos estados, no Matopiba e no Brasil (2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 39
Varição da renda per capita nos estados, no Matopiba e no Brasil (2000 e 2010)

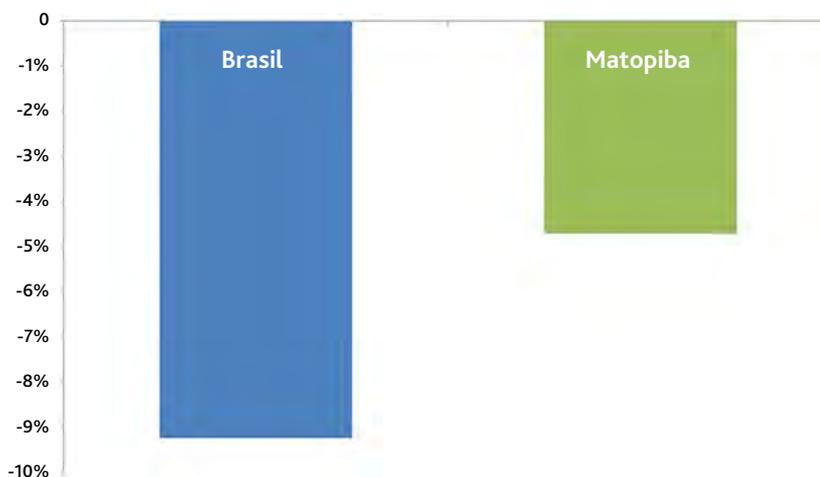


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Desigualdade de renda

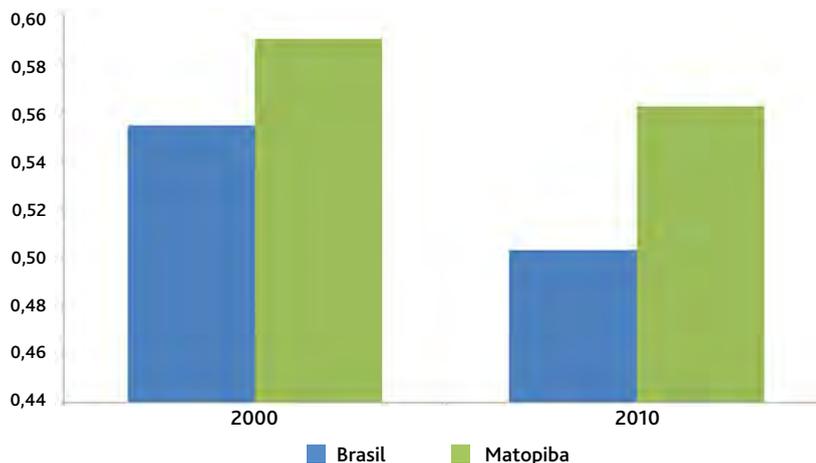
No que diz respeito à desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini, observa-se que os municípios do Matopiba não só apresentam média de desigualdade maior do que a observada para o restante dos municípios do país, como o ritmo de diminuição na década passada foi inferior ao ritmo médio dos demais municípios brasileiros. No caso do Piauí, ocorreu inclusive o inverso: o aumento da desigualdade, na contramão do que ocorreu na maior parte do Brasil. É importante reforçar que, mesmo quando comparado com as médias dos municípios do próprio estado, o desempenho dos municípios situados no Matopiba é pior, com desigualdade mais alta, como mostram as figuras a seguir.

Figura 40
Varição da desigualdade de renda (Índice de Gini) no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



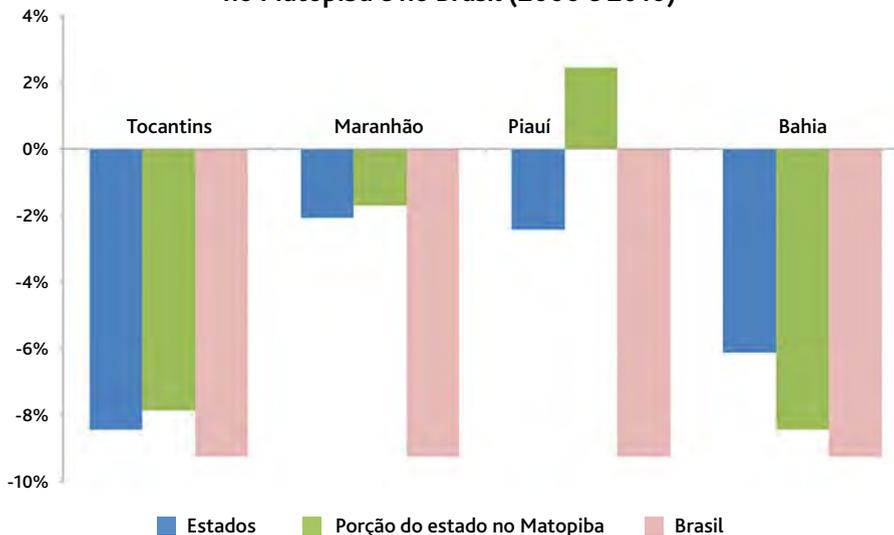
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 41
Desigualdade de renda (Índice de Gini) no Brasil
e no Matopiba (2000 e 2010)



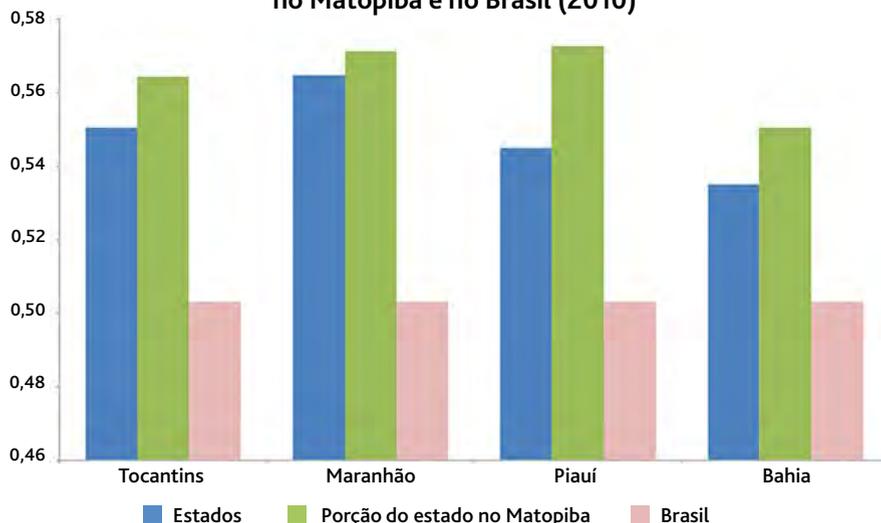
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 42
Variação da desigualdade de renda (Índice de Gini) nos estados,
no Matopiba e no Brasil (2000 e 2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 43
Desigualdade de renda (Índice de Gini) nos estados,
no Matopiba e no Brasil (2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

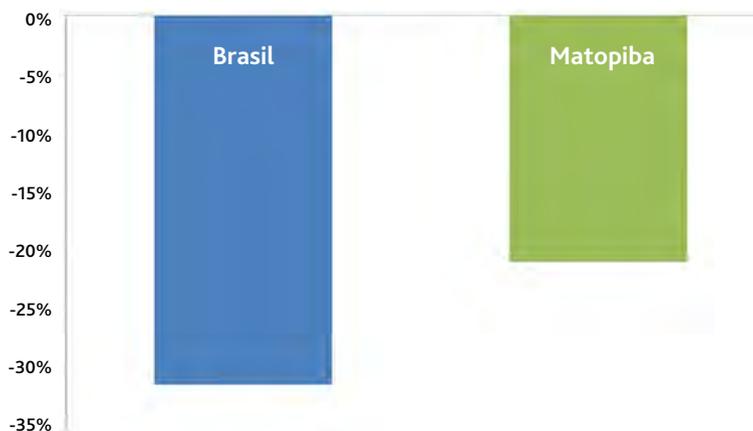
Pobreza

Os dados sobre pobreza nos municípios do Matopiba são igualmente preocupantes sob vários aspectos: primeiro, porque se observa que a média municipal das pessoas vulneráveis à pobreza medida pela renda monetária era, em 2010, cerca de 73% maior do que a média dos municípios brasileiros. Segundo, enquanto a diminuição desse indicador entre 2000 e 2010 no Brasil foi de 31,58%, no Matopiba o ritmo foi mais lento, de 20,79%.

Nenhuma das porções do Matopiba e, mesmo os estados que compõem a região, apresentou indicadores superiores aos números obtidos para o conjunto do país, como pode ser visto a seguir. Quando se compara o desempenho dos municípios do Matopiba com os demais no respectivo estado, somente no Maranhão a variação da taxa de pobreza foi ligeiramente melhor no Matopiba do que no resto do estado. É também naquele estado que o percentual de pessoas vivendo no Matopiba em condição de vulnerabilidade à pobreza é ligeiramente menor do que na média do restante do estado. Em todos os demais, os municípios do Matopiba apresentam desempenho inferior à média dos municípios brasileiros e, também, à média dos seus respectivos estados.

Figura 44

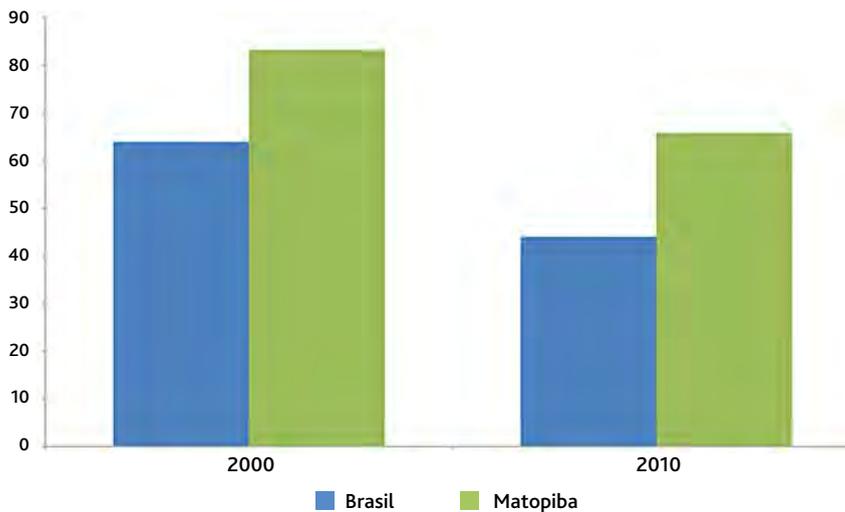
Varição da pobreza monetária no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

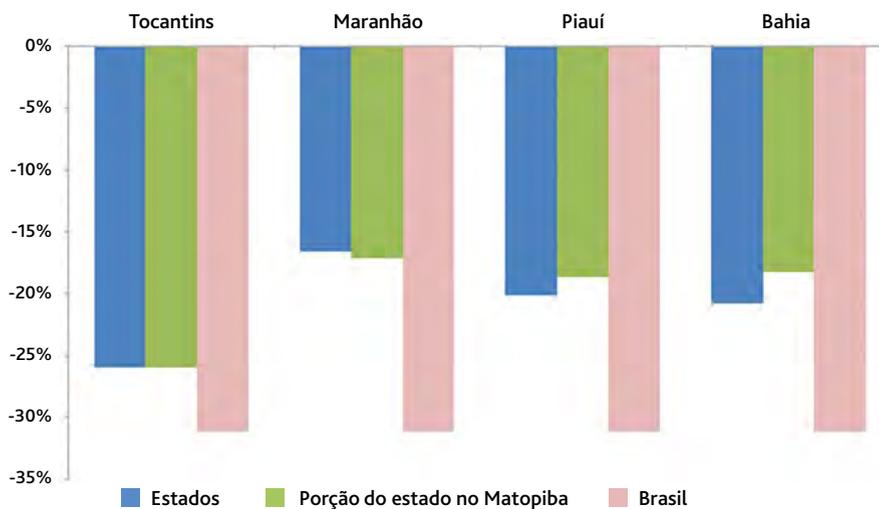
Figura 45

Pobreza monetária no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



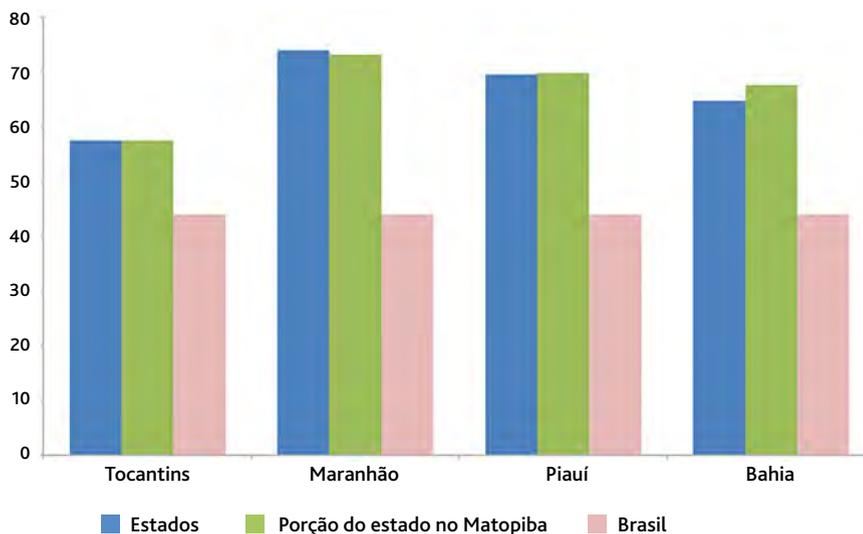
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 46
Varição da pobreza monetária nos estados, no Matopiba e no Brasil (2000 e 2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 47
Pobreza monetária nos estados, no Matopiba e no Brasil (2010)

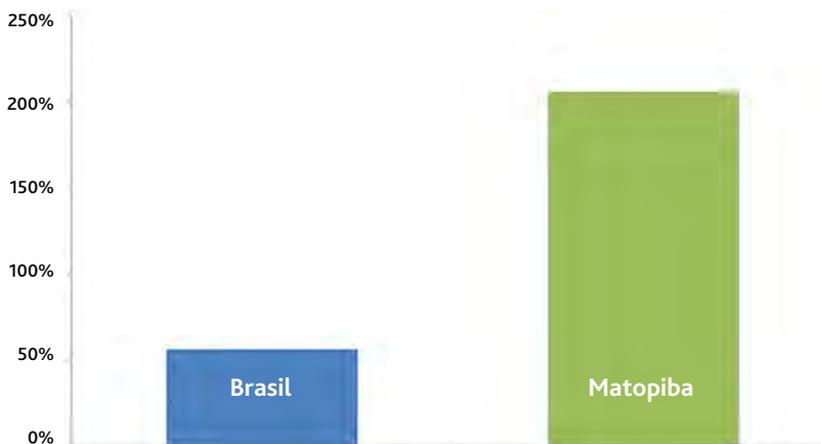


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Matrículas no ensino médio

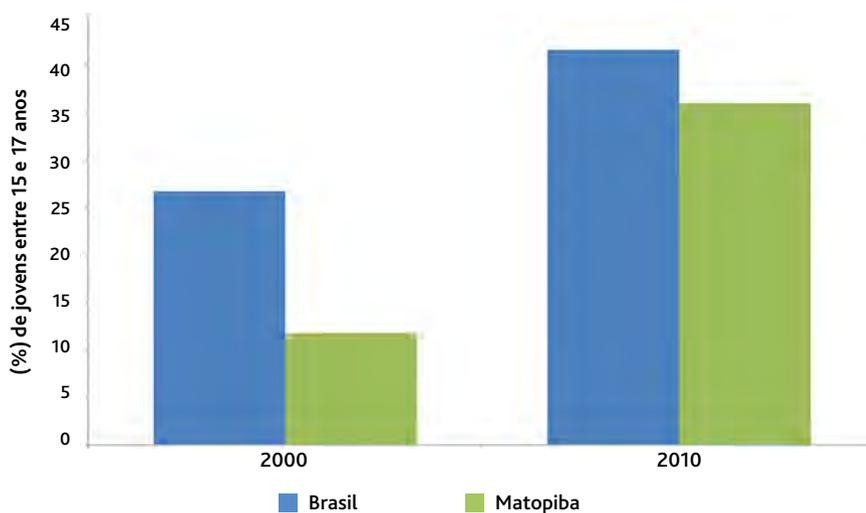
A razão de se adotar o número de matrículas no ensino médio perante a idade dos jovens é simples: considera-se que, no Brasil, o acesso à escola no ensino fundamental está praticamente universalizado e que a grande barreira de acesso, neste momento, está no ensino médio. No caso do Matopiba, o que se observa é que a taxa líquida de matrícula está 6 p.p. abaixo da média obtida para o restante do país. Porém, houve expressivo incremento de 205% no último período, contra 55% no país. É uma variação bastante significativa que coloca a região na direção de uma convergência com os números nacionais. A variação nos municípios do Matopiba, comparativamente às médias dos respectivos estados, revela que somente no Piauí o desempenho da região foi pior do que no resto do estado. Os dados mostram, também, que no Piauí e no Maranhão a média atual das taxas de matrícula no ensino médio nos municípios do Matopiba são ligeiramente inferiores ao observado para o restante dos municípios desses dois estados.

Figura 48
Varição das matrículas no ensino médio no Brasil
e no Matopiba (2000 e 2010)



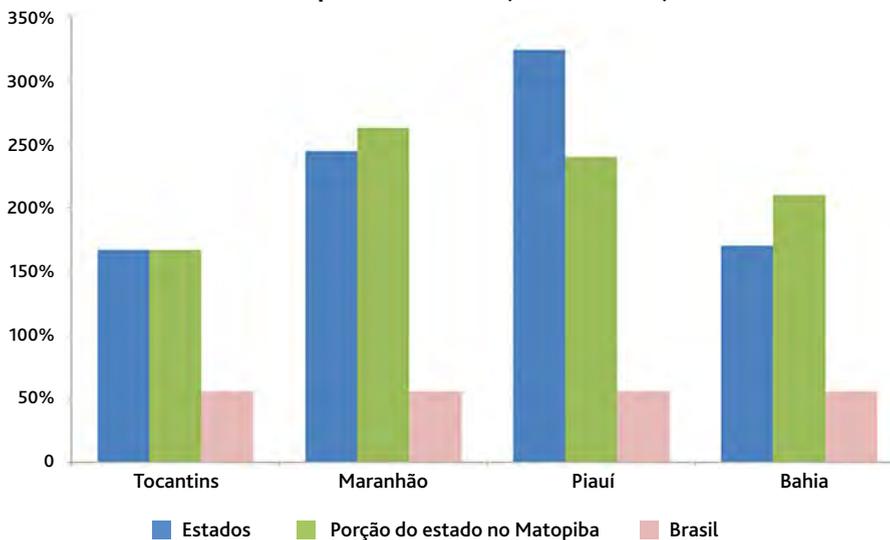
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 49
Matrículas no ensino médio no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



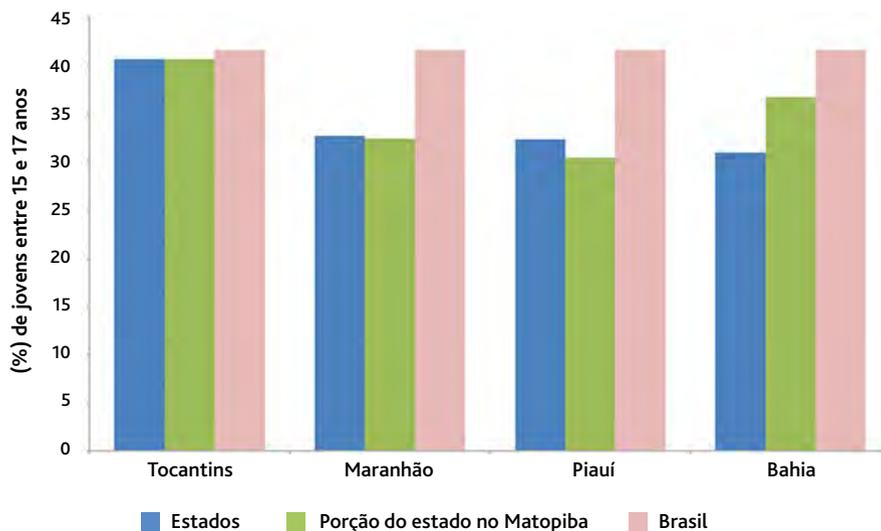
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 50
Varição das matrículas no ensino médio nos estados, no Matopiba e no Brasil (2000 e 2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 51
Matrículas no ensino médio nos estados,
no Matopiba e no Brasil (2000 e 2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Expectativa de vida

No indicador de esperança de vida houve comportamento similar ao anterior. Esse indicador funciona como uma espécie de síntese de um conjunto de outras dimensões relacionadas às condições de vida e de saúde. Onde esses indicadores mais específicos são melhores, também costuma ser mais longa a expectativa de vida. Por isso o indicador aqui utilizado costuma substituir um conjunto maior com os quais há forte correlação.

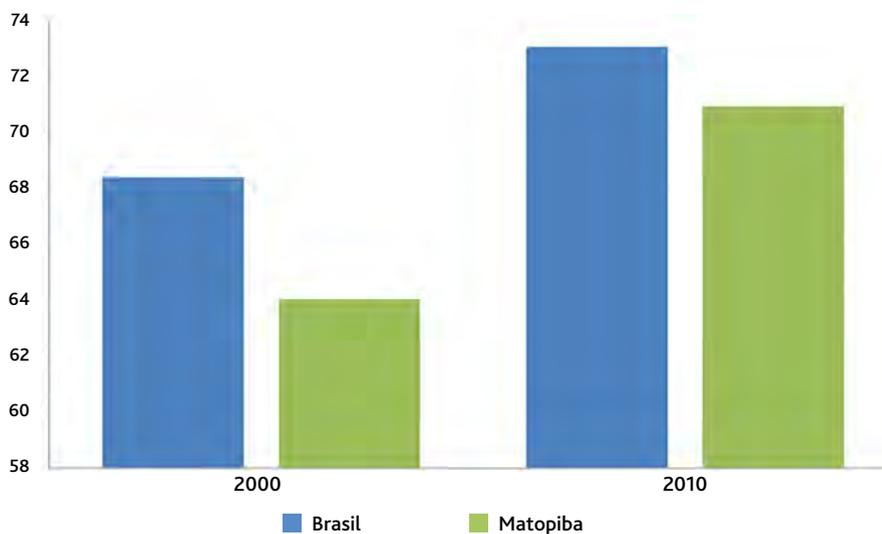
Embora ainda abaixo dos valores médios nacionais, o Matopiba apresentou uma variação bastante positiva no período recente nesse aspecto. Mais uma vez é o Tocantins que mais se aproxima da média nacional. Em todos os estados, os municípios situados na porção do Matopiba apresentaram médias melhores do que os demais municípios dos respectivos estados. Em parte por isso, nesses municípios que compõem o Matopiba a melhoria do indicador foi mais modesta do que nos demais municípios dos mesmos estados.

Figura 52
Variação da expectativa de vida no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



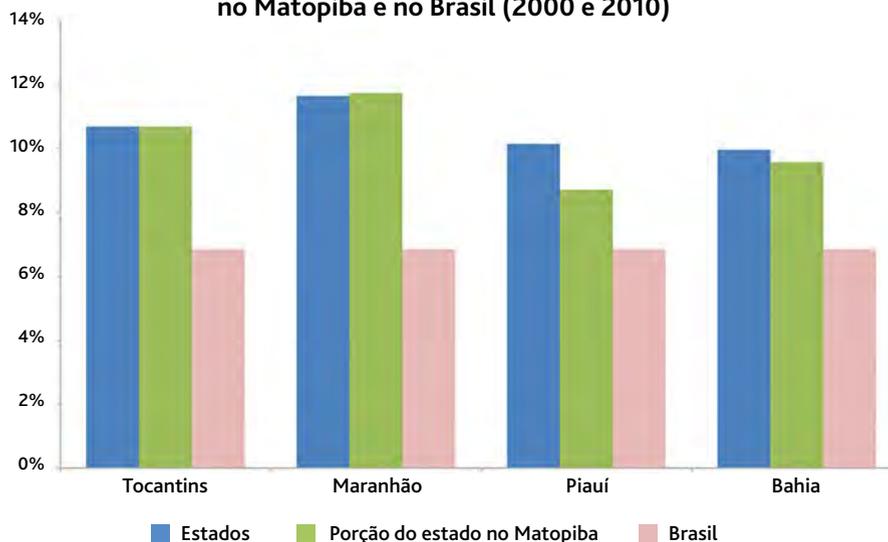
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 53
Expectativa de vida no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



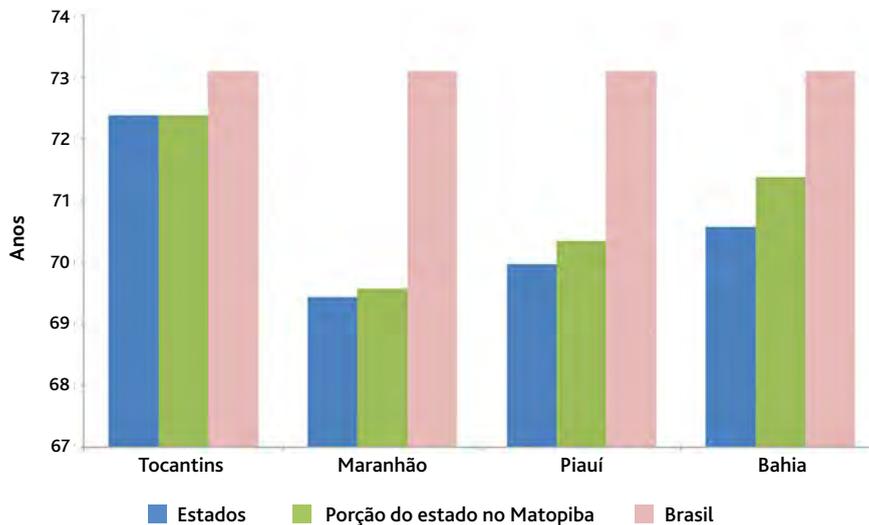
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 54
Variação da expectativa de vida nos estados,
no Matopiba e no Brasil (2000 e 2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 55
Expectativa de vida nos estados, no Matopiba e no Brasil (2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Mortalidade infantil

Por fim, observando-se a mortalidade infantil, o que se nota mais uma vez é um quadro no qual os valores regionais são piores do que a média nacional, mas com uma melhoria significativa no período recente. Isso se repete para quase todos os indicadores não monetários. Nesse caso, a taxa de mortalidade infantil é maior em todos os estados e nos municípios do Matopiba, comparando-se com a média dos municípios brasileiros. Mais uma vez, Tocantins fica mais próximo da média nacional. Além disso, é onde o progresso foi maior. Em comparação com os respectivos estados, o desempenho de 2010 do grupo de municípios situados no Matopiba é melhor do que o dos respectivos dos estados, com destaque para a porção baiana, que apresentou praticamente 25 óbitos por mil nascidos vivos, taxa menor do que aquela verificada no conjunto do estado. Em geral, os municípios do Matopiba apresentam taxa de mortalidade infantil ligeiramente melhor do que o restante dos municípios dos respectivos estados. Apenas no Piauí o progresso dos municípios que não pertencem ao Matopiba foi melhor do que o dos municípios que estão naquela região.

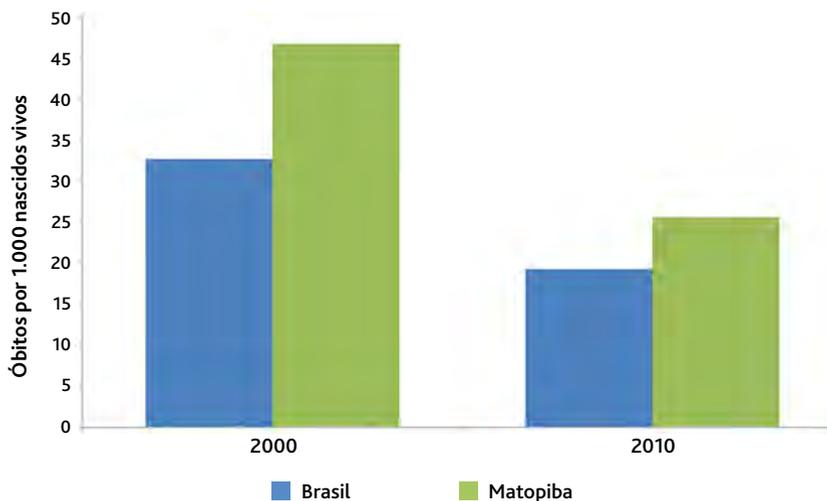
Figura 56

Varição da mortalidade infantil no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



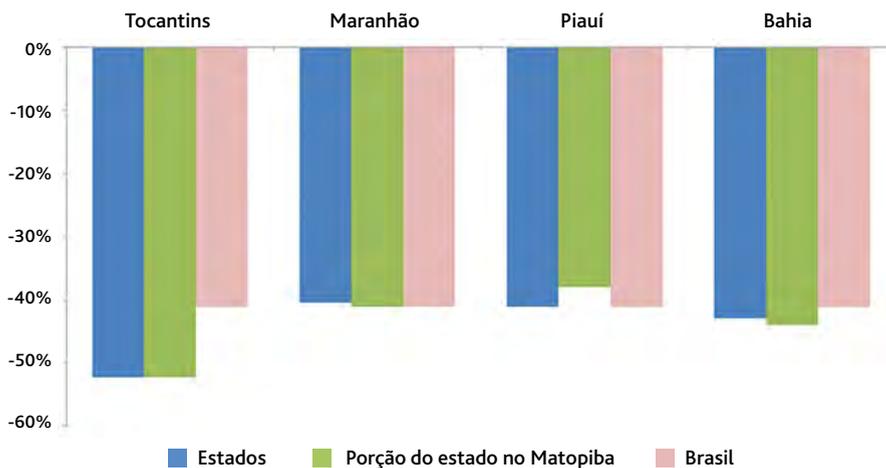
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 57
Mortalidade infantil no Brasil e no Matopiba (2000 e 2010)



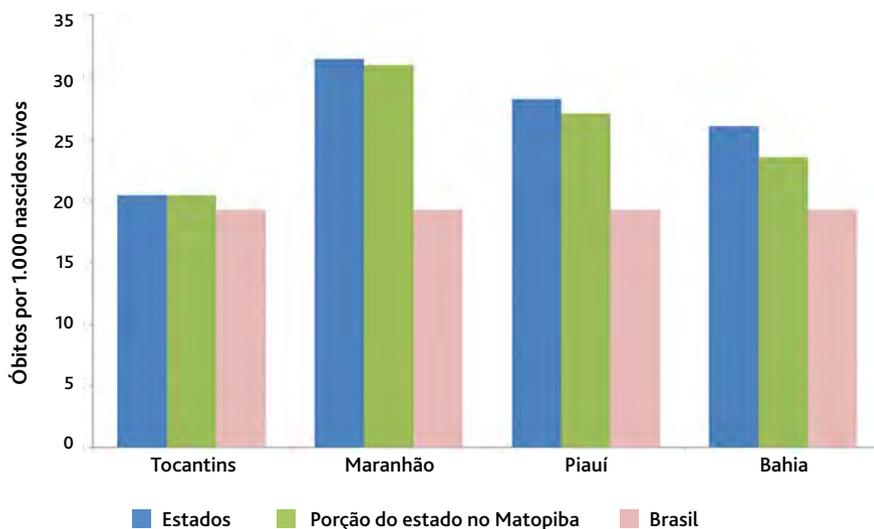
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 58
Variação da mortalidade infantil nos estados, no Matopiba e no Brasil (2000 e 2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 59
Mortalidade infantil nos estados, no Matopiba e no Brasil (2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Análise de conjunto dos indicadores

O que os indicadores apresentados até aqui sugerem? É muito difícil estabelecer relações de causalidade ou interdependência a partir do que foi exposto, mas algumas considerações e inferências podem ser feitas.

A primeira delas diz respeito à produção. Já havia ficado claro no capítulo anterior que ela é muito concentrada. O que se observou por meio da análise do PIB para os municípios do Matopiba é coerente com aquela constatação: o caráter localizado da produção agropecuária faz com que outros setores, em especial o terciário e o público, desempenhem um papel fundamental nas economias locais.

A segunda consideração diz respeito aos indicadores de emprego e ocupação. A atividade agropecuária é concentrada e, mais do que isso, altamente mecanizada e tecnicada. Os empregos formais também estão concentrados no setor terciário. Já quando se olha mais amplamente para a ocupação, a agropecuária volta a ter destaque, pois passa a entrar na conta as formas não assalariadas de trabalho, típicas da agricultura familiar e das demais denominações usadas para

as comunidades tradicionais. É mais um elemento revelador das desigualdades territoriais.

A terceira consideração envolve a separação entre o que acontece com os indicadores socioeconômicos monetários e aqueles que dependem mais diretamente da extensão da rede de equipamentos e serviços públicos, como a educação e a saúde. No caso dos indicadores monetários como a vulnerabilidade à pobreza e a desigualdade de renda, o desempenho dos municípios do Matopiba é altamente preocupante, o que denota a dificuldade em fazer com que os benefícios da produção da riqueza local sejam acessados pela maior parte da população. Não só esses indicadores são ruins como melhoraram em ritmo inferior ao observado para o conjunto do país na década passada. Já os indicadores relacionados à saúde e à educação, embora bem abaixo da média nacional, tiveram um desempenho muito positivo, apontando que poderia haver uma convergência em um futuro não tão distante. Obviamente, esta última ponderação não leva em consideração a possível mudança no padrão do gasto social do Estado brasileiro após a crise política de 2015, quando uma das primeiras medidas foi justamente a introdução de emenda constitucional limitando esses gastos, mesmo diante da eventual retomada do crescimento econômico. Algo cujos resultados só serão captados pelas estatísticas futuras.

O padrão de desenvolvimento territorial nos municípios do Matopiba se revela, portanto, concentrado, economicamente dinâmico, mas, também, altamente dependente do Estado sob vários aspectos.

Por fim, é importante observar como os indicadores aparecem combinados em *clusters*. Isto é, para além da identificação do que acontece nas médias dos municípios, é interessante interrogar quantos e onde estão os municípios que conseguem bons desempenhos nessas várias dimensões e onde estão os que têm dificuldade em conjugar bom desempenho produtivo e bons indicadores sociais. A isto é dedicada a próxima seção.

Esboço de uma tipologia

De forma um tanto esquemática, pode-se dizer que há ao menos quatro tipos de municípios no Matopiba: i) aqueles em que o desempenho na produção de riquezas (medido pelo PIB per capita) se traduz em bons indicadores socioeconômicos para o conjunto da população (medidos pela renda per capita, incidência

de extrema pobreza, mortalidade infantil e acesso ao ensino médio, comparativamente à média dos respectivos estados); ii) aqueles em que o desempenho na produção de riquezas não se traduz em bons indicadores socioeconômicos; iii) aqueles em que tanto os indicadores de produção quanto os socioeconômicos são piores do que as médias estaduais; iv) uns poucos municípios em que, apesar de os indicadores de produção serem inferiores à média estadual, há bom desempenho nos indicadores socioeconômicos.

As variáveis selecionadas para classificar os municípios nos quatro grandes grupos mencionados foram as seguintes: na dimensão produção de riquezas foi adotado o valor do PIB per capita municipal no ano de 2014; na dimensão bem-estar, foi adotada uma composição dos indicadores de esperança de vida, a taxa líquida de matrícula no ensino médio de jovens entre 15 e 17 anos e a taxa de pessoas em condição de vulnerabilidade à pobreza, todos com base no Censo Demográfico 2010.

Estabeleceu-se, então, um corte para o desempenho de cada município, situando-os acima ou abaixo da média dos municípios do estado ao qual cada um pertence. Com isso, pretendeu-se evitar o uso de médias nacionais que podem levar a distorções de comparação pela discrepância de realidades. Em vez disso, considerou-se que a média dos respectivos estados é mais coerente por se tratar de um universo de municípios submetidos a um conjunto mais similar de políticas e marcos institucionais. No caso da dimensão bem-estar, o desempenho foi considerado positivo quando os três indicadores dessa dimensão tiveram desempenho superior ao da média verificada nos demais municípios do mesmo estado.

Com base nesses procedimentos, os grupos foram formados desta maneira:

- *Grupo A* – Municípios com alta produção e indicadores sociais acima da média. Serão chamados aqui de *municípios ricos* porque sua característica é justamente a riqueza, ainda que concentrada. Não são, por isso, considerados desenvolvidos ou de boa qualidade de vida. Apenas se destaca que, neles, o desempenho dos indicadores está acima da média verificada em relação aos demais municípios do estado onde se situam.
- *Grupo B* – Municípios com alta produção e indicadores sociais abaixo da média. Serão chamados aqui de *municípios injustos*, pois a principal característica é justamente o fato de que, embora ricos, isso não se traduz em bem-estar para a população que vive no local.

- *Grupo C* – Municípios com baixa produção e indicadores sociais acima da média. Serão chamados de *municípios remediados*, denominados assim porque há melhores condições de bem-estar, mesmo na ausência de riqueza acima da média.
- *Grupo D* – Municípios com baixa produção e indicadores sociais abaixo da média. Serão chamados de *municípios pobres*, pois sua principal característica é ser o exato oposto dos municípios ricos: aqui, todos os indicadores apresentam desempenho inferior àqueles verificados nos demais municípios que lhes servem de comparação.

A figura a seguir, mostra a quantidade de municípios classificados em cada um dos tipos descritos acima. Na continuação, se pode visualizar sua distribuição espacial no território do Matopiba.

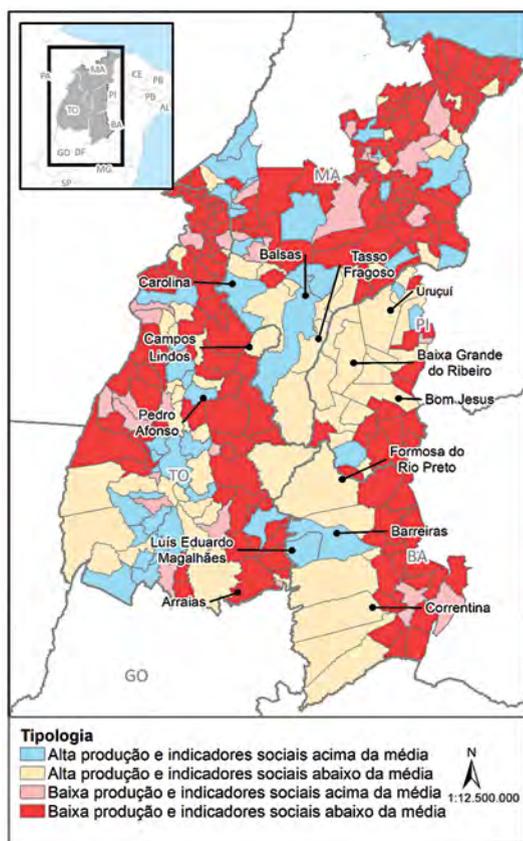
Figura 60
Tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em um conjunto selecionado de indicadores de riqueza e bem-estar

Tipo	Matopiba	Tocantins	Maranhão	Piauí	Bahia
A – Ricos	45	21	19	3	2
B – Injustos	67	27	18	15	7
C – Remediados	29	15	10	1	3
D – Pobres	196	76	88	14	18
Total de municípios	337	139	135	33	30

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

Figura 61

Mapa de tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em um conjunto selecionado de indicadores de riqueza e bem-estar

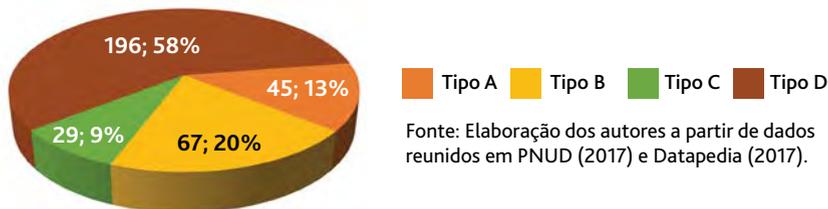


Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do PNUD (2017) e Datapedia (2017).

O que se nota é que o Grupo A, dos municípios ricos, que corresponde à imagem ideal do Matopiba — aquela onde a alta produção seria acompanhada da expansão do bem-estar — é a que reúne apenas 45 dos 337 municípios. Entre os municípios que apresentam alta produção, a maior parte tem indicadores sociais ruins, conformando o grupo B (dos municípios injustos): ali estão 67. O grupo mais numeroso é o D, dos municípios pobres, em que tanto a produção como os indicadores sociais são sofríveis: o grupo reúne 196 municípios, quase dois terços do total. Nota-se, por fim, que o grupo C, dos municípios remediados, é composto por meros 29 municípios. Neste grupo os indicadores sociais são positivos, apesar da ausência de uma produção significativa.

Figura 62

Percentual dos municípios por tipo de desempenho nos indicadores de desenvolvimento territorial no Matopiba (números absolutos e percentuais)



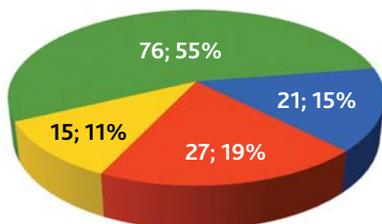
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados reunidos em PNUD (2017) e Datapedia (2017).

O conjunto de gráficos, a seguir, mostra as diferenças entre os estados. Cabe destacar que no Piauí está a maior proporção de municípios injustos entre os quatro estados. E que no Maranhão está a maior proporção de municípios pobres. Na Bahia, a proporção de municípios ricos é a menor dos quatro estados, e ali a proporção dos municípios pobres quase se iguala à do Maranhão. Tocantins, por sua vez, tem o perfil mais distribuído nas quatro faixas, apesar da prevalência do grupo dos municípios pobres.

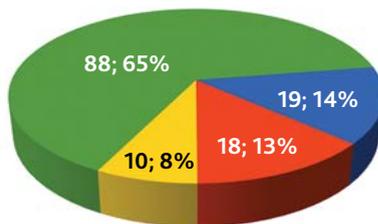
Figura 63

**Distribuição dos municípios segundo seus tipos em
1) Tocantins, 2) Maranhão, 3) Piauí e 4) Bahia
(números absolutos e percentuais)**

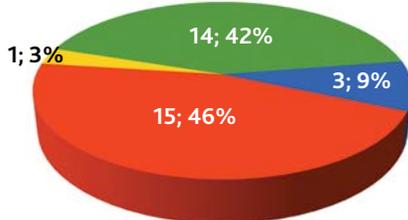
Distribuição dos municípios de Tocantins segundo os tipos identificados



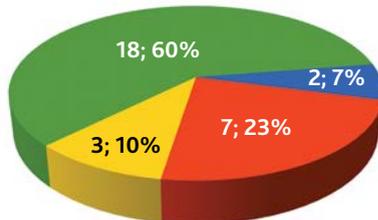
Distribuição dos Municípios de Maranhão segundo os tipos identificados



Distribuição dos municípios de Piauí segundo os tipos identificados



Distribuição dos municípios da Bahia segundo os tipos identificados



■ Tipo A ■ Tipo B ■ Tipo C ■ Tipo D

Fonte: Elaboração dos autores com base de dados IBGE (2010).

4. UM RETRATO DA HETEROGENEIDADE ESPACIAL

O capítulo anterior evidenciou que a imagem presente na narrativa dominante sobre o Matopiba infelizmente só corresponde a uma pequena fração dos municípios que compõem o território. Uma crítica possível a essa conclusão envolveria o fator tempo. Alguém poderia argumentar que esse retrato está em mudança, que seria preciso ver a realidade em movimento para decantar o que deve ser atribuído a um peso remanescente das heranças do passado e o que é a feição do futuro que estaria ali se esboçando. Em tal leitura, o grupo dos municípios ricos — onde os indicadores de produção de riquezas são acompanhados de melhores indicadores sociais — não tardaria a se espriar para o seu entorno, onde hoje estão os municípios injustos, nos quais a riqueza não resulta em maior bem-estar, ou mesmo, mais além, em direção aos municípios pobres, um pouco mais distantes.

A rigor, a própria tipologia já busca se proteger dessa crítica quando separa as duas dimensões em quatro grupos, mostrando que em uma parte dos que já têm produção significativa o desempenho não é tão unívoco no que diz respeito ao bem-estar. Algo, portanto, precisa ser explicado para além da presença ou não de uma pujante produção de soja. Esse algo a mais não é o fator tempo, porque estão no grupo dos municípios injustos alguns que começaram a produzir riquezas na mesma época de outros que estão no grupo dos municípios ricos. A explicação está na dinâmica territorial. É isso o que se pretende demonstrar neste capítulo: o próprio modelo de consolidação das estruturas sociais e econômicas bloqueia que efeitos positivos transbordem de municípios-polo para o seu entorno.

Essa ideia já foi adiantada páginas atrás. Agora ela será demonstrada por meio de uma análise qualitativa, com a descrição de características do tecido social de um conjunto selecionado de municípios. Para isso, nada melhor do que começar pelos dez campeões de produção de soja no Matopiba. Inicialmente, o desempenho dos municípios é apresentado em um conjunto selecionado de indicadores. Em seguida, na parte mais extensa, encontra-se um relato baseado na visita a treze municípios dos quatro estados do Matopiba. Entre eles, estão os campeões de produção de soja, seu entorno, e outros que foram incluídos para permitir um contraste entre as situações identificadas na tipologia. Isso permitirá que o leitor compreenda de que forma se estrutura a interdependência entre distintos tipos de municípios nos marcos da dinâmica territorial local.

O que aconteceu nos dez municípios campeões de produção de soja e seu entorno

De acordo com dados divulgados pela CNA em 2016, entre os 100 municípios com maior produção de soja no país, dez estavam situados no Matopiba. São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Correntina, Luís Eduardo Magalhães, Rio Real, Jaborandi, todos na Bahia. Balsas e Tasso Fragoso, no Maranhão. Baixa Grande do Ribeiro, no Piauí. Nenhum se localizava no Tocantins.

A tabela, a seguir, sintetiza o desempenho de cada um desses dez municípios comparativamente à média das unidades da federação a que pertencem em cinco indicadores: produção, renda per capita, pobreza extrema, mortalidade infantil e taxa média de frequência no ensino médio medida pela proporção de jovens de 15 a 17 anos matriculadas nessa etapa de escolarização.

Como é possível observar, o único indicador no qual o desempenho dos municípios é inequivocamente superior às médias estaduais é o produto bruto *per capita*. Já a renda familiar per capita só é superior à média estadual em três municípios, justamente aqueles que exercem a função de municípios-polo regionais (Balsas, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras). Não por acaso, o indicador de pobreza extrema também só é melhor do que a média estadual nos mesmos três municípios. Em alguns, a pobreza é espantosamente alta, chegando a quase um terço da população. O indicador de acesso ao ensino médio também só é superior nesses mesmos três municípios e em Formosa do Rio Preto.

Por sua vez, os indicadores de desigualdade de renda e de mortalidade infantil não apresentaram um padrão claro. O caso da desigualdade de renda é explicado pelo fato de que, nos municípios que não são polos regionais, trata-se de uma igualdade “por baixo”. Isso quer dizer que, como a renda gerada não circula no município, não há um setor muito rico, o que não significa que os mais pobres melhorem de vida.

No geral, o que se pode afirmar é que há uma dupla condição: a dos municípios-polo, em que os bons indicadores de produção se traduzem também em melhores indicadores sociais, e o restante, em que pouco ou quase nada da riqueza produzida é revertida em melhores condições de vida.

Figura 64

Os dez municípios com maiores indicadores de produção de soja do Matopiba (desempenho em indicadores socioeconômicos selecionados)

Municípios	PIB per capita	Renda per capita em reais	Pobreza extrema % da população total	Desigualdade de renda (índice de Gini)	Mortalidade infantil (número de mortes no 1º ano de vida em cada mil nascidos vivos)	Ensino médio % da população de jovens de 15 a 17 anos
São Desidério	61,4 mil	302	25,7%	0,57	28,9	25,1%
Formosa do Rio Preto	47 mil	287	30,2%	0,60	25	41,1%
Barreiras	19 mil	602	5,5%	0,56	18,1	43,1%
Correntina	33,1 mil	285	30,5%	0,58	20,4	25,6%
Luís Eduardo Magalhães	46 mil	871	2,9%	0,62	15,5	35,8%
Rio Real	17,9 mil	274	20,4%	0,53	31,4	28,2%
Jaborandi	31,7 mil	281	33,4%	0,62	20,5	31%
Médias BA	13,5 mil	496	13,7%	0,62	21,7	32,6%
Balsas	28,2 mil	531	8,5%	0,58	19,5	42%
Tasso Fragoso	88,4 mil	264	27,4%	0,58	24,5	31,2%
Médias MA	9,9 mil	360	22,4%	0,62	28	38,1%
B. Grande do Ribeiro	27 mil	225	30,2%	0,56	27,6	20,3%
Médias PI	9,8 mil	416	18,7%	0,61	23	37,8%

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: Elaboração dos autores. Foram utilizados os dados mais recentes em escala municipal para a montagem da tabela acima. O ano de referência varia para cada indicador por conta das distintas bases de dados consultadas de forma a obter o valor mais atualizado. Os dados de educação, saúde e PIB são de 2014. Os demais têm origem no Censo Demográfico de 2010.

As páginas a seguir trazem uma descrição qualitativa, apoiada em dados estatísticos reveladores dos processos socioeconômicos que se passam nos municípios campeões de produção de soja e seu entorno.

Dos municípios ricos que compõem o grupo A e que estão entre os *top 10* da soja no Matopiba serão analisados Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. Estes serão comentados de forma conjunta, por conta do desmembramento do primeiro em relação ao segundo; juntos, esses dois municípios polarizam o oeste da Bahia. Já

Balsas, polariza todo o sul do Maranhão. Embora não figurem entre os dez campeões da soja, outros municípios do grupo A foram incluídos nesta análise. É o caso de Pedro Afonso, no Tocantins, porque tem produção destacada e não havia nenhum município daquele estado entre os dez maiores do Matopiba. Carolina, no Maranhão, foi incluída por também ser um município do grupo A, mas contrastando com os demais por ter bons indicadores econômicos e sociais sem ser um campeão da soja, além de apresentar, em período recente, a recuperação de sua vegetação nativa.

Dos municípios injustos, que compõem o grupo B e que também estão entre os *top 10* do Matopiba, foram incluídos: Uruçuí e Bom Jesus, que disputam a polarização da região sul do Piauí, e Baixa Grande do Ribeiro, também naquele estado; da Bahia foram incluídos Correntina e Formosa do Rio Preto; e no Maranhão, Tasso Fragoso. Embora não sejam campeões da soja na região, foram incluídos no grupo de municípios injustos Mateiros e Campos Lindos, porque se destacam na produção do estado do Tocantins, mesmo sem figurar entre os dez principais.

Do grupo D, referente aos municípios pobres, nos quais a riqueza é baixa e os indicadores sociais são sofríveis, foi incluído um caso: o de Arraias, no Tocantins, para servir de contraponto aos demais. Dos municípios remediados, não foi incluído nenhum caso exemplar, uma vez que tal fator é absoluta exceção no quadro regional.

Finalmente, três dos municípios que constam nesta tabela não foram visitados na pesquisa de campo: São Desidério, Jaborandi e Rio Real. O último, por não pertencer formalmente ao Matopiba, e os outros dois para evitar a concentração de municípios baianos.

As figuras dos mapas a seguir permitem ao leitor situar a localização desse conjunto de municípios em seus respectivos estados e no conjunto do Matopiba, e também visualizar o padrão de uso do solo e a dinâmica recente do desmatamento. Como pode ser observado, trata-se de municípios que estão no coração da região e que, por isso, podem ser tomados como a manifestação mais madura e avançada dos processos sociais que ali ocorrem.

A descrição de cada um deles busca dar cores e textura àquilo que os dados estatísticos já insinuaram: a conformação de uma fronteira de expansão da agropecuária com efeitos contraditórios, em que as formas de relação entre sociedade e natureza vão se metamorfoseando e dando origem a um padrão de desenvolvimento territorial impressionantemente dinâmico, mas brutalmente desigual.

Figura 65

Mapa de localização dos municípios analisados no Matopiba

Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base de dados do IBGE (2017).

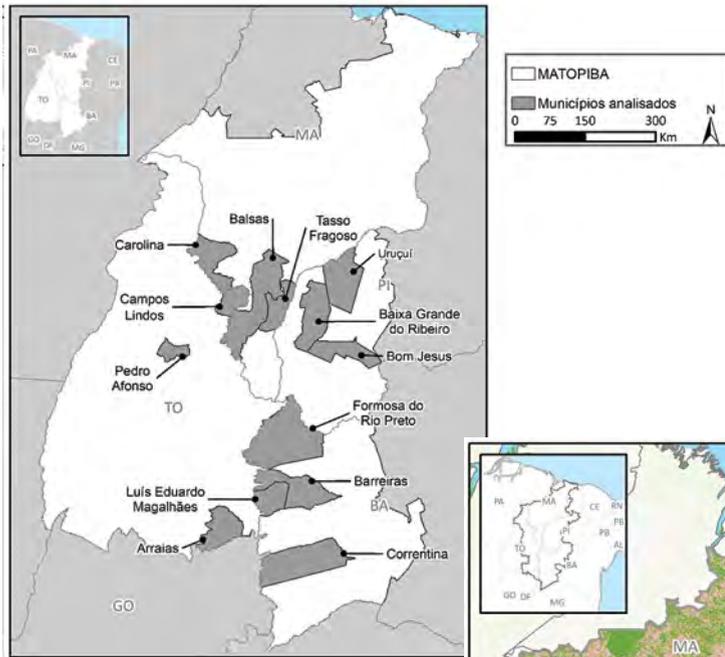


Figura 66

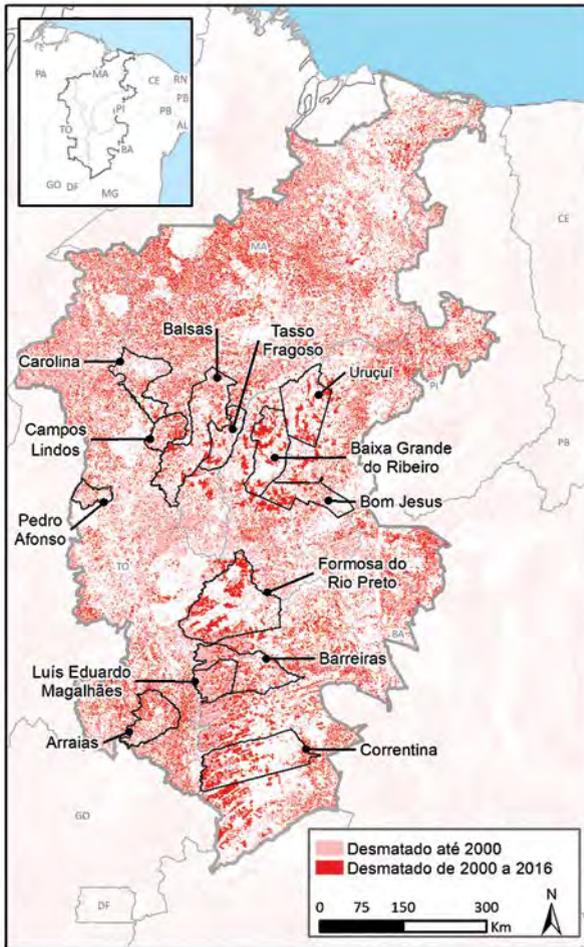
Mapa de uso do solo e municípios selecionados no Matopiba (2017)

Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do MapBiomas (2017).



Figura 67

Mapa de desmatamento e municípios selecionados no Matopiba (2000-2016)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Barreiras/Luís Eduardo Magalhães – BA

Barreiras e Luís Eduardo Magalhães formam, juntos, o centro político e econômico do oeste da Bahia. Barreiras é um município que se expandiu no final do século XIX, impulsionado pela exploração do látex de mangabeira. A extração e o escoamento do produto favoreceram o crescimento do núcleo urbano (SANTOS, 2000; CARDOSO, 2014). Marcas da época são os casarões de arquitetura eclética

que ainda podem ser encontrados no centro antigo da cidade, próximo ao rio, onde surgiu o povoamento original.

Nos anos de 1920, foi construída naquele município a segunda usina hidrelétrica da Bahia, patrocinada por duas famílias da elite pecuarista local. Havia o projeto de diversificar a economia com o beneficiamento da carne bovina produzida na região. O provimento de energia acabou por fomentar o surgimento de outras empresas de beneficiamento de cereais e algodão, uma fábrica de tecidos e fios de algodão e um curtume industrial.

Desde os anos 1930, foi instalado também um aeroporto. Assim, o contato com Salvador foi intensificado, o mesmo ocorrendo com outros estados, como Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Isso estimulou o comércio de produtos industrializados, como tecidos, calçados, remédios e gêneros alimentícios (CARDOSO, 2014). Barreiras se transformou num polo econômico, influenciando a formação de uma classe política local com destaque no cenário regional, estadual e nacional.

Ao longo da história, quatro foram os ciclos migratórios que a cidade vivenciou. O primeiro em 1870, com a já mencionada extração da borracha da mangabeira. O segundo no final da década de 1950, com a chegada dos trabalhadores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), para abrir a estrada Fortaleza-Brasília. O terceiro em 1970, com a chegada do 4º Batalhão de Engenharia e Construção (4º BEC) do Exército Brasileiro, para a construção da estrada Brasília-Ibotirama. Na década de 1980 se inicia o quarto ciclo, o principal marco na história e na economia do município, com a vinda de agricultores do Sul do país para implantar a cultura da soja, transformando o oeste baiano na nova fronteira agrícola do Brasil.

Com o desenvolvimento de culturas irrigadas e o fortalecimento da pecuária o agronegócio ganhou força. Atualmente o município de Barreiras é um dos dez maiores produtores de soja do Matopiba e está entre os cem maiores do Brasil. Nesse município concentra-se boa parte dos órgãos públicos do oeste da Bahia, divisa com Tocantins, assim como a sede da poderosa AIBA, que representa o setor patronal do agronegócio regional.

Toda essa trajetória local está muito ligada ao Rio Grande, que nasce nas partes altas do município, na divisa do estado, e deságua no Rio São Francisco, a partir do qual se organizavam conexões com outras regiões ao longo das etapas da for-

mação socioespacial local. Hoje, essas ligações se fazem predominantemente por meio das três rodovias que se cruzam no novo centro da cidade. A oeste, a BR-020 liga Barreiras a Luís Eduardo Magalhães, município que se emancipou em 2000, e de lá segue a Brasília, cortando parte do Tocantins e de Goiás. A leste, a BR-242 corta horizontalmente todo o estado na direção de Salvador. Longitudinalmente, a cidade é atravessada pela BR-135, que conecta todo o oeste da Bahia ao norte com o Piauí e, no sentido oposto, com Minas Gerais, passando por vários municípios produtores. Há, ainda, uma quarta estrada que em direção nordeste liga Barreiras aos municípios do norte da Bahia, completando a malha viária.

O movimento de caminhões cortando a cidade é permanente. A sensação de estar em uma cidade de fronteira é nítida. Apesar do vigor e da relativa sofisticação do comércio local, o viajante encontra em um quarto de hotel um aviso, quase um pedido de desculpas, apontando que a cidade é muito empoeirada e que, por conta disso, são disponibilizados panos para limpar os sapatos.

Nos últimos anos também foram instaladas faculdades particulares e a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). A população, que em 1970 era de meros 20 mil habitantes, número que pouco variou no decorrer das oito décadas anteriores, saltou para 41 mil em 1980. Em 1991, no intervalo de uma década apenas, dobrou novamente para 92 mil. Nos dez anos seguintes o crescimento diminuiu um pouco de ritmo, mas ainda foi intenso, alcançando 130 mil pessoas em 2000. Na década passada o crescimento se manteve, chegando a 190 mil habitantes em 2010.

A parte baixa da cidade, às margens do rio, ainda guarda resquícios do primeiro terço do século XX, com casarões e construções imponentes, como o antigo mercado local, as instalações abandonadas que já abrigaram o Legislativo municipal (Casa dos Conselhos) e as fábricas emblemáticas, provenientes do esforço de industrialização local, hoje em ruínas.

À medida que se sobe para a parte hoje mais central, cortada pela rodovia, as construções vão se tornando mais novas. Isso espelha o forte processo de crescimento econômico e populacional das últimas três décadas, impulsionado pela produção de soja. Há um comércio bastante diversificado, com marcas conhecidas nos grandes centros e grande volume de carros relativamente novos, indicando que há expressiva circulação de riqueza por ali. Nessa parte da cidade, estão a maioria dos órgãos públicos estaduais e, também, a sede da atuante Diocese da Igreja Católica.

Nas extremidades, como em quase todas as cidades, são encontradas casas mais simples e pobres, mas quase todas em alvenaria. Em geral, elas são habitadas por pessoas que migraram e se deslocaram para esses locais em busca de emprego.

De qualquer ponto da cidade é possível avistar a oeste uma elevação de topo achatado, que marca o início dos chapadões, as áreas planas nas quais se concentrou a produção de soja, por conta das condições topográficas mais favoráveis à mecanização. Aquela parte alta do município, de forma semelhante ao que ocorre no restante do oeste baiano, era utilizada como terras de uso comum por criadores de gado e populações tradicionais que, vivendo na parte baixa às margens do rio, soltavam os animais durante uma parte do ano, de acordo com o regime de chuvas.

A pujança econômica derivada da agricultura levou, de forma inicial, à restrição do uso comum do solo para as pastagens, gradativamente substituídas pelas lavouras de milho, algodão e, principalmente, soja. A agricultura familiar ficou restrita à parte baixa do município, onde muitas áreas foram destinadas à reserva legal obrigatória dos grandes empreendimentos situados na parte alta. Isso diminuiu a disponibilidade de áreas comuns e de uso livre, tão importantes para as práticas tradicionais de cultivo itinerante e de criação em pastagens naturais utilizadas pelas populações originais.

Figura 68

Barreiras, vista parcial do município e da chapada ao fundo

Foto: Arilson Favareto



Figura 69
Barreiras, vista parcial de via central



Foto: Arilson Favareto

Basta chegar àquela parte alta e plana de Barreiras para que a paisagem se transforme por completo. A vegetação natural dá lugar à imensidão de plantações de grãos e algodão. Um pouco mais a oeste, em direção à divisa da Bahia com o Tocantins e em meio aos campos de soja, surge uma moderna cidade. O que antes era um pequeno distrito se emancipou em 2000 e ganhou o nome do falecido senador Luís Eduardo Magalhães, filho do tradicional e emblemático político conservador Antônio Carlos Magalhães, apoiador do regime militar, ex-governador da Bahia, senador da República e ministro em várias ocasiões.

Luís Eduardo Magalhães é apelidada de LEM por seus próprios moradores. A área urbana do município é cortada no sentido latitudinal pela rodovia BR-242, que

liga Salvador a Sorriso, outra cidade expoente do agronegócio situada no Mato Grosso. Nas proximidades há uma bifurcação que conduz à ligação de LEM com Brasília, por meio da BR-020.

As grandes instalações comerciais às margens da estrada, no coração do núcleo urbano do município, chamam a atenção do viajante. Ali estão as lojas das grandes concessionárias de tratores existentes no país, representantes de máquinas e veículos de grande porte, implementos agrícolas e insumos.

Em um eixo, a cidade se estende ao longo da rodovia com esse tipo de comércio. No outro, no sentido norte-sul, há nas quadras imediatamente próximas da rodovia um comércio voltado para os moradores, composto de lojas de grife, grandes lojas de varejo do sul do país e a promessa da inauguração de um shopping, nos moldes daqueles encontrados em regiões metropolitanas abastadas. Em seguida, são encontradas as áreas residenciais, e em um dos extremos, as residências populares de trabalhadores do setor de comércio e serviços e de empregados fixos na agricultura comercial. Parte das áreas residenciais habitadas por pessoas de maior renda comportam condomínios com casas luxuosas e jardins gramados frontais imitando o estilo de ricos subúrbios americanos.

Residem em Luís Eduardo Magalhães boa parte dos produtores com terras no próprio município, mas também quem tem propriedades em Barreiras, São Desidério e Formosa do Rio Preto, três dos outros principais produtores de soja do estado. Também habitam o município boa parte dos quadros técnicos mais qualificados que atuam na região. Isso permite uma razoável circulação monetária que ativa o comércio local.

No município situa-se também a sede do sindicato patronal de agricultores de Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Correntina, Jaborandi, Baianópolis, Cristópolis, São Desidério e Angical, todos municípios com expressiva produção da soja, indicando mais uma vez a vocação exercida pelo município como polo econômico e local de moradia da elite regional.

Segundo informações locais, Luís Eduardo Magalhães guarda uma das maiores proporções de aviões particulares e veículos SUV de luxo do país. Em menos de duas décadas de existência, o município já conta com mais 80 mil habitantes e ostenta dois títulos nas propagandas públicas: a *capital do agronegócio*, e a *cidade que mais cresce no Brasil*.

Figura 70
Luís Eduardo Magalhães, vista aérea

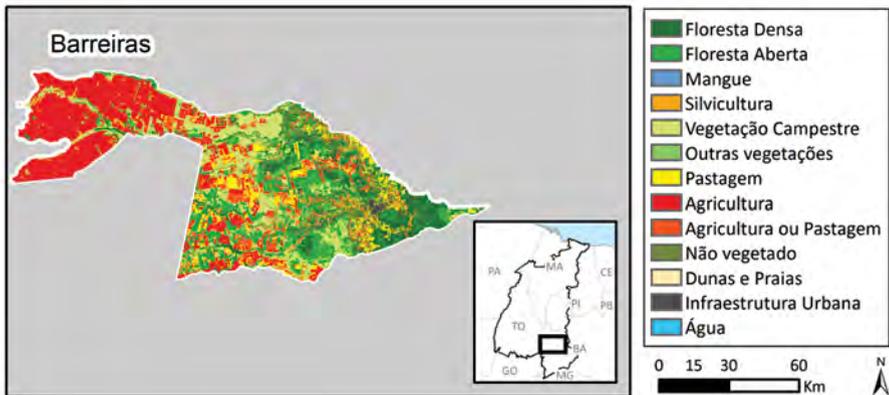


Foto: Autor desconhecido, reproduzido de G1 Portal de Notícias.

Mais de vinte empresas multinacionais ligadas ao agronegócio estão instaladas em Luís Eduardo Magalhães, que sedia alguns dos principais eventos e feiras do setor. Há uma espécie de divisão de poderes com Barreiras, município do qual se emancipou. Parte das terras altas continuaram a pertencer ao município de origem, que manteve também o aeroporto regional, as agências e os órgãos públicos. No município emancipado, concentram-se o comércio de alto padrão e as residências da elite regional. Vale mencionar que o prefeito de Luís Eduardo Magalhães no momento de realização deste estudo, ligado ao agronegócio, já está em seu terceiro mandato e foi deputado federal. Sua esposa, por sua vez, foi prefeita de Barreiras, deputada estadual, e em 2018 era a secretária estadual de Desenvolvimento Urbano da Bahia, ilustrando a forte influência que as novas elites regionais exercem na vida política local e no estado.

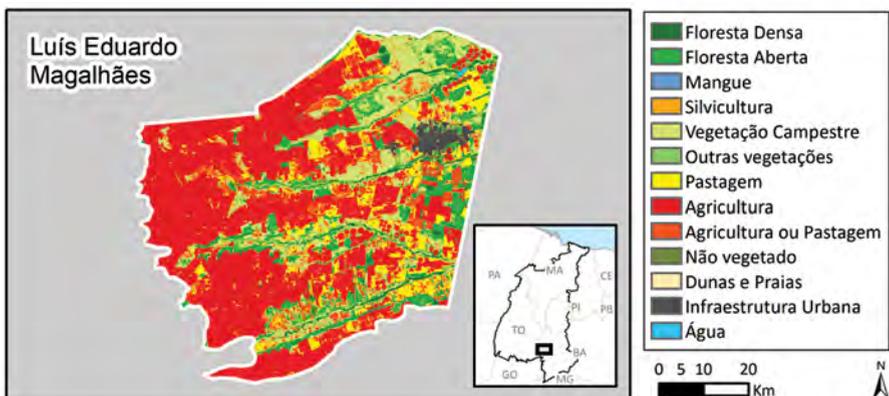
Juntas, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras formam a imagem de modernização e dinamismo que a propaganda e o senso comum associam ao oeste baiano. Algo como a nova expressão do que já se encontra em cidades consagradas como símbolos do agronegócio no Centro-Oeste do Brasil, caso de Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde, cidades de Mato Grosso e vitrines deste modelo de desenvolvimento.

Figura 71
Mapa de ocupação do solo em Barreiras (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 72
Mapa de ocupação do solo em Luís Eduardo Magalhães (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

De fato, os indicadores socioeconômicos corroboram essa imagem em boa medida. O PIB per capita de Luís Eduardo Magalhães em 2013 era de R\$ 46 mil contra R\$ 26 mil da média nacional, em franco contraste com os R\$ 13 mil da média baiana. No que diz respeito à renda, as diferenças já não são tão gritantes, revelando a distância que existe entre o que é produzido e o que se transforma em renda para as famílias locais: a renda familiar per capita mensal local era de R\$ 871 em 2010, enquanto no Brasil o valor ficava em R\$ 793 e, na média do estado, em R\$ 496. O Índice de Gini da renda domiciliar per capita também é revelador da alta desigualdade local: 0,62 em LEM, exatamente o mesmo número verificado para o conjunto da Bahia, e acima do valor relativo ao conjunto do país: 0,60.

Apesar da alta desigualdade, o percentual de pessoas vulneráveis à pobreza era inferior ao número verificado para o conjunto do estado: 31% em LEM e 52% na Bahia. O mesmo vale para o percentual de pessoas em situação de pobreza extrema: 3% da população em LEM contra 13% no conjunto da Bahia. A situação se repete nos demais indicadores sociais. LEM tinha 3% dos domicílios com acesso à água e saneamento inadequados contra 9% da média baiana. A expectativa de vida é de 74 anos contra 72 anos da média estadual. 15 em cada mil nascidos vivos não completam o primeiro ano de vida, contra 21 no conjunto do estado. No caso da taxa de frequência líquida no ensino médio, LEM também apresenta um desempenho ligeiramente superior ao da Bahia: 35% contra 32%, mas ainda assim, muito inferior à média nacional, de 43%.

Em Barreiras, o padrão se repete em parte, ainda que sem a mesma vitalidade de LEM e com contrastes menos agudos com o restante da Bahia. Embora menor do que aquele aferido em LEM, o PIB per capita de Barreiras é bem superior à média baiana: R\$ 19 mil contra R\$ 13 mil, e muito inferior à média brasileira, de R\$ 26 mil.

Com a renda familiar per capita, ocorre o mesmo: R\$ 602 em Barreiras, R\$ 496 no estado da Bahia e R\$ 793 na média do país. O Índice de Gini da renda familiar é inferior à média estadual e nacional, o que indica menor desigualdade: 0,56 em Barreiras, 0,62 na Bahia e 0,60 no conjunto do país. O percentual de pessoas vulneráveis à pobreza, embora alto, é menor do que a média estadual: 40% contra 52%. O mesmo ocorre com as pessoas em situação de pobreza extrema: 5% da população local, 13% no conjunto da Bahia.

A taxa líquida de frequência no ensino médio encontra-se no mesmo patamar nacional de 43%, enquanto no conjunto do estado esse número é de apenas

32,6%. Finalmente, a mortalidade infantil, embora menor do que a média estadual, é pior do que o número nacional: a cada mil nascidos vivos, 18 em Barreiras contra 21 na média estadual e 16 na média nacional.

Ao que parece, nos dois municípios centrais do oeste da Bahia, o dinamismo impulsionado pela produção de soja vem se traduzindo em melhores indicadores econômicos e sociais. Mesmo o forte movimento migratório é absorvido pela dinâmica local. Em Luís Eduardo Magalhães, embora 81% da população local tenha uma renda inferior a dois salários mínimos, esse número é apenas ligeiramente superior à média nacional, de 79%, segundo valores de 2010. O número de pessoas que vivem com menos do que um salário mínimo no mesmo ano era de 53% em Luís Eduardo Magalhães contra 55% na média do país. E o número de pessoas sem qualquer rendimento era similar em Luís Eduardo Magalhães e na média do Brasil: 4%. No caso de Barreiras, a situação era um pouco pior: 84% da população vivia com menos do que dois salários mínimos e 64% com menos do que um salário mínimo. Mas o número de pessoas sem renda era de apenas 3%. Apesar disso, todos os indicadores locais eram superiores às médias do estado da Bahia.

Por conta desse quadro, a população local, dos entusiastas aos críticos do modelo econômico local, afirma que é impossível pensar o futuro da região sem o agronegócio. A melhoria experimentada pela sociedade local ao longo das duas últimas décadas é irrefutável, apesar de problemas tidos como pontuais e localizados.

Um dos mais importantes líderes empresariais locais, quando indagado sobre o que seria o futuro da região dentro de dez ou vinte anos, não hesitou em dizer: "*Seremos como os Estados Unidos*". Obviamente essa resposta ignorava, consciente ou inconscientemente, o enorme crescimento de desigualdade no país norte-americano. O que se projetava na descrição que se seguiu em sua narrativa era a imagem de uma localidade com alta e moderna produção e elevada renda e padrão de consumo.

Os dados para Barreiras e Luís Eduardo Magalhães parecem confirmar esse discurso no que diz respeito à produção. Sobre a renda, o consumo e os indicadores sociais, ainda é cedo para dizer. Houve significativa melhora, desempenho superior à média estadual, mas ainda longe do padrão almejado, muitas vezes mais próximo das médias nacionais. O que parece ser altamente questionável é a capacidade de que o padrão que vem sendo experimentado nas cidades centrais

possa se repetir nas demais, inclusive nos municípios vizinhos, também campeões de produção. É o que será demonstrado nos dois casos a seguir: Formosa do Rio Preto e Correntina.

Figura 73
Indicadores socioeconômicos selecionados para
Barreiras e Bahia (2010)

Indicador	Barreiras	Bahia
Renda <i>per capita</i>	R\$ 602	R\$ 496
Gini da renda	0,56	0,62
Extrema pobreza	5,5%	13,7%
Água e saneamento	3,7%	9,3%
Mortalidade infantil	18	21

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Figura 74
Indicadores socioeconômicos selecionados para
Luís Eduardo Magalhães e Bahia (2010)

Indicador	Luís Eduardo Magalhães	Bahia
Renda <i>per capita</i>	R\$ 871	R\$ 496
Gini da renda	0,62	0,62
Extrema pobreza	2,9%	13,7%
Água e saneamento	3,7%	9,3%
Mortalidade infantil	15	21

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Formosa do Rio Preto – BA

Ao norte de Barreiras, na tríplex divisa da Bahia com o Tocantins e o Piauí, está Formosa do Rio Preto, situada às margens do rio que dá nome à cidade, e que nasce nas cabeceiras do Chapadão Oriental da Bahia. A região, que originalmente era ocupada por indígenas aimorés, foi palco de uma tentativa frustrada de ocupação por colonos portugueses em 1628, o que só ocorreria de fato bem mais tarde, a partir do século XIX quando foi instalada a fazenda de um fidalgo degredado, que recebeu terras que compunham toda aquela área (IBGE, 2018).

A região integrava um caminho que ligava o Rio São Francisco a localidades do atual Tocantins, notadamente a região do Jalapão. O caminho se organizava pelo Rio Preto, com algumas paradas em que se mantinham relações comerciais para a compra de produtos agropecuários e a venda de produtos de armarinho, tecidos e outros itens provenientes de cidades maiores na Bahia, como Barra e Juazeiro.

Hoje, Formosa do Rio Preto é o maior município em extensão territorial do estado, o maior produtor de soja da Bahia e o quinto do país. Apesar de tudo, o município conta com meros 25 mil habitantes de população estimada, número que não variou muito nas últimas décadas, ao contrário do que se passou em Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. Eram 15 mil em 1991, 18 mil em 2000 e 22 mil em 2010.

O contraste com os municípios-polo não se limita ao tamanho da população. Não existem aqui as luxuosas concessionárias de máquinas e implementos agrícolas, os automóveis de alto padrão, nem as lojas de marcas consagradas.

Chegando à Formosa do Rio Preto vindo de Barreiras, o visitante deixa a rodovia e acessa a cidade por meio de uma larga avenida de pouco mais de mil metros, em paralelo ao rio. Nela, estão três pequenos hotéis, um no andar superior do posto de gasolina da rodovia, outro sobre uma borracharia, e um terceiro, embora pequeno, numa construção mais recente. Um pouco mais adiante, uma construção maior se destaca: não por acaso é ocupada pelo serviço de seguridade social. Entre os estabelecimentos, vários terrenos baldios. Do lado oposto da avenida há também muitos terrenos vazios onde pastam uns poucos animais solitários, o prédio do serviço de assistência social local e um grande parque de vaquejada. No interior do parque funcionam uma pequena Unidade Básica de Saúde e a Secretaria Municipal de Agricultura. Ao fundo do parque passa o rio Preto, onde uma mulher repete o gesto de gerações anteriores à sua, lavando uma enorme trouxa de roupas.

Casas pequenas e simples vão surgindo à medida que se chega próximo à pequena praça da igreja matriz, ao fim da avenida que saíra da rodovia. Nela, está a recém-reformada sede da Prefeitura municipal e um pequeno restaurante familiar, aparentemente o único no pequeno núcleo urbano, em nada parecido com as grandes churrascarias de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Também não há lanchonetes, sorveterias ou cafés, facilmente encontráveis nas cidades-polo. Apenas pequenas mercearias comercializam gêneros de uso cotidiano de populações de menor renda.

No sentido latitudinal, a cidade se resume a oito quadras. Depois delas a continuação da larga avenida da entrada se transforma, após a praça da igreja matriz, na rodovia que liga Formosa do Rio Preto ao norte da Bahia. No sentido longitudinal são aproximadamente vinte quadras, formando um desenho quase perfeitamente reticulado. O precário comércio local se concentra em uma única rua, em somente duas quadras. Por todo lado, predominam as pequenas casas rústicas, com janelas e portas sem recuo, muitas vezes abertas e posicionadas diretamente na calçada. Não há edifícios altos nem casarões. Com o pouco movimento de carros, pode-se caminhar tranquilamente pelo meio da rua.

O contraste entre o tamanho dos prédios onde funcionam os serviços sociais, talvez os maiores do município, e a ausência de comércio mais sofisticado, ou mesmo de escritórios empresariais, são indicativos de que pouco da enorme riqueza gerada na agricultura circula efetivamente no local. O fato é que o viajante mais desavisado dificilmente diria que está num dos municípios campeões nacionais da produção de soja.

Figura 75

Formosa do Rio Preto, vista parcial do casario na entrada da cidade

Foto: Arilson Favareto



Figura 76
Formosa do Rio Preto, lavadeira às margens do rio



Foto: Arilson Favareto

As grandes plantações ficam distantes do núcleo urbano, assim como em Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, na parte alta do município, em direção à divisa com Tocantins. A população local e até mesmo os gestores públicos dizem desconhecer quem são boa parte dos proprietários. Mencionam em tom quase folclórico uma comunidade coreana que se instalou ali, embora ninguém saiba ao certo com que propósito. Poucos sabem mencionar quem são ou onde vivem os grandes produtores. Entre as exceções sempre mencionadas estão as grandes empresas transnacionais do setor, como a Cargill e a Bunge. Exceção também sempre lembrada é o Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo, empresa

que, segundo muitos, é detentora de mais de 400 mil hectares de terras, tornando-se famosa pelo expressivo conflito fundiário envolvendo comunidades tradicionais locais.

Segundo afirmações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), de lideranças comunitárias e também de membros do poder público local, a empresa se apropriou de terras antes utilizadas por essas comunidades para a prática dos roçados e a criação de gado, destinando-as como reserva legal de vegetação nativa nos termos exigidos pela legislação atual. Para impedir o acesso dos agricultores à área disputada, a empresa chegou a danificar a estrada pública que corta a área com a abertura de valetas que impedem a passagem de veículos e obrigam qualquer um que precise passar pelo local a tomar uma estrada particular paralela, por ela construída, onde foram instaladas guaritas de controle. Qualquer cidadão precisa se identificar aos seguranças privados que guardam o local, podendo ter sua passagem simplesmente recusada por se tratar de propriedade individual. À noite a guarita fica fechada, impedindo inclusive a locomoção de pessoas que vivem em comunidades que só podem ter acesso ao núcleo urbano pela estrada.

Como as comunidades locais possuem documentos da terra, estas conseguiram ganho de causa da justiça local. Entretanto, após vários meses os oficiais de justiça não haviam cumprido a tarefa de notificar os responsáveis. Dessa maneira, a situação se arrastava. Enquanto isso, vários eram os relatos de constrangimento e violência praticados pelos seguranças contra os membros das comunidades. Parte do gado dos agricultores ficou retido na área reivindicada pela empresa, causando também prejuízo material aos pequenos produtores. Quando interrogado, o poder público municipal afirma que nada pode fazer além de deixar o caso nas mãos do Judiciário.

Os indicadores socioeconômicos traduzem bem a condição local. O PIB per capita é mesmo superior ao dos municípios-polo regionais. Em Formosa do Rio Preto, o valor chega a R\$ 47 mil, lembrando que o valor para o Brasil é de R\$ 26 mil, e para a Bahia R\$ 13 mil. A parte dessa riqueza que se converte em renda local é, no entanto, muito pequena: a renda familiar per capita no município é de apenas R\$ 289, quando a média nacional é de R\$ 793, e na Bahia R\$ 496. O Índice de Gini apresenta valor igual ao nacional de 0,60, ligeiramente melhor do que aquele apresentado pelo estado da Bahia, de 0,62. Detalhando um pouco mais o que acontece com a renda no município, em 2010, 95% da população local vivia com menos do que dois salários mínimos. No caso do Brasil, o percentual era, no

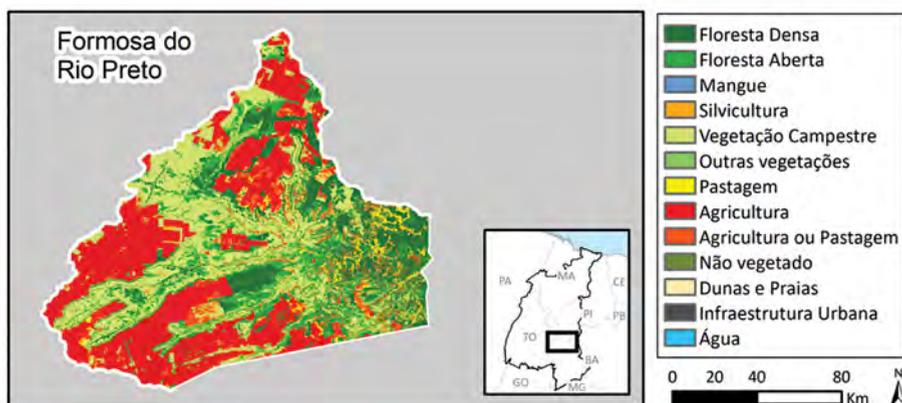
mesmo ano, de 79%. Em Formosa do Rio Preto, 85% viviam com menos do que um salário mínimo, contra 55% na média nacional. 12% não tinham qualquer renda, contra 3% da média nacional. Por isso, ao contrário de LEM e Barreiras, que apresentam percentual de famílias pobres inferior à média estadual, em Formosa do Rio Preto o percentual é maior: 65% da população está em situação de vulnerabilidade à pobreza contra 52% da média estadual. O mesmo acontece com a extrema pobreza: 30% da população estava nessa condição em 2010, contra 13% da média estadual.

No que diz respeito ao saneamento básico, 9% dos domicílios encontravam-se em situação inadequada, mesma média da Bahia, mas o triplo do verificado em LEM e Barreiras. A taxa líquida de frequência no ensino médio não destoava tanto da média nacional ou dos municípios-polo: era 41% no município, contra 43% na média do país, ambas acima da média do estado da Bahia, em 32%. A expectativa de vida é de 70 anos, em contraste com os 72 anos da população baiana e com os 73 da média nacional. Já a mortalidade infantil, por fim, também é mais alta do que a média estadual e a nacional: 25 a cada mil nascidos vivos em Formosa do Rio Preto, número que fica em 21 na Bahia e 16 no Brasil.

Como pode ser observado, os indicadores sociais são, em geral, piores do que as médias estadual e nacional. Mas os maiores contrastes ocorrem mesmo nos indicadores de renda. No caso dos indicadores sociais, aparentemente a situação só não é mais dramática porque incidem sobre estes problemas as políticas governamentais estruturadas em torno dos sistemas nacionais de educação e saúde. Ainda que executadas na escala municipal, elas são financiadas por fundos nacionais. É preciso lembrar que desde a Constituição de 1988, e mais acentuadamente na década passada, houve uma ampliação na destinação de recursos às políticas sociais. Com a emenda constitucional que congelou os gastos públicos por vinte anos desde 2016, a repercussão dessa medida sobre a realidade dos municípios com as mesmas características encontradas em Formosa do Rio Preto ainda será conhecida nos próximos anos. Os indicadores de renda, contudo, já indicam uma clara situação em que a enorme riqueza gerada tem uma contrapartida infima na dinamização da vida econômica local e no impacto sobre a questão social. Não por acaso, quando indagados sobre como imaginavam o futuro do município daqui a dez ou vinte anos ninguém invocou o sonho americano, como fez a liderança empresarial de Barreiras. Bem ao contrário, e de forma assustadoramente realista, as respostas eram unânimes: todos consideravam que tudo permanecerá como está.

Figura 77

Mapa de ocupação do solo em Formosa do Rio Preto (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 78

Indicadores socioeconômicos selecionados para Formosa do Rio Preto e Bahia (2010)

Indicador	Formosa do Rio Preto	Bahia
Renda <i>per capita</i>	R\$ 289	R\$ 496
Gini da renda	0,60	0,62
Extrema pobreza	30,2%	13,7%
Água e saneamento	9%	9,3%
Mortalidade infantil	25	21

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Correntina – BA

Enquanto Formosa do Rio Preto está ao norte de Barreiras e LEM, Correntina está ao sul dos municípios-polo regionais. Trata-se de mais um campeão na produção da soja. A geografia local também se repete, com o núcleo urbano original situado na parte baixa, e as áreas de produção de soja situadas nos chapadões planos, mais próximos da divisa com o Tocantins, a oeste.

Correntina tem sua origem ligada à extração de ouro no Rio; das Águas, conhecido como Rio Rico, em 1792. Com essa atividade e a chegada de migrantes, especialmente goianos, formou-se um pequeno centro comercial em meio a diversos

rios — das Éguas, Arrojado, Guará e do Meio — e a meia distância entre o Rio São Francisco e as áreas do Planalto Central dos atuais estados de Goiás e Tocantins. A vila foi criada em 1866 com terras desmembradas de Carinhonha, com a denominação de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas. Em 1891, recebeu o nome de Correntina.

Durante o século XX, com o declínio da mineração, sua economia esteve voltada à subsistência, além da pequena exploração industrial apoiada na extração de óleos vegetais e atividades oleiras (PINHEIRO, 2012; IBGE, 2018). Assim como nos demais municípios da região, a dinâmica de uso e ocupação do solo se transformou a partir da década de 1970, com a chegada de migrantes do Sul do país, impulsionados pela carência de terras em sua região de origem e incentivados pelos investimentos governamentais por meio de programas como o Polocentro e o Prodecer.

Historicamente marcada pelas conexões fluviais, Correntina conta hoje com duas rodovias para estabelecer relações com o Brasil central e o restante da Bahia. Uma delas atravessa longitudinalmente o município e o conecta com Barreiras ao norte, Santa Maria da Vitória ao leste e Cocos ao sul. Outra rodovia sai do município em direção à parte alta, mais a oeste, na direção da divisa com Tocantins, onde estão situadas as plantações de soja, distantes uma hora de deslocamento de carro aproximadamente.

A sede do município está muito longe do dinamismo de Barreiras, mas é mais bem estruturada e dispõe de mais serviços do que Formosa do Rio Preto, provavelmente por ser um município mais antigo e com um passado econômico de maior vitalidade em períodos anteriores à expansão agropecuária do final do século XX.

Hoje, vivem no local 33 mil habitantes, número que variou pouco ao longo das décadas mais recentes. O comércio é simples e de pequeno porte, mas bastante dinâmico, com estabelecimentos diversificados se estendendo ao longo de uma avenida formada na confluência das duas rodovias, na qual se situam ao menos dois pequenos hotéis numa rua que sai da praça central e se alonga em direção leste, em cujo extremo oposto está a nova sede da prefeitura municipal. Nessas mesmas vias, há vários bares e restaurantes pequenos e médios. Já na parte mais antiga da cidade, próxima da praça central, além do Rio das Éguas, servem de referência as grandes instalações do antigo mercado municipal e a igreja matriz da praça central, ao redor do qual ainda se encontra um casario razoavelmente bem conservado.

O movimento é intenso nas ruas comerciais durante todo o dia. No rio cristalino que corta a zona central e que, segundo os moradores, era bem mais volumoso no passado, ainda é possível encontrar lavadeiras batendo roupas nas pedras em dias comuns, isoladas ou em pequenos grupos. O rio é também espaço de lazer dos moradores, que nadam em suas piscinas naturais em torno de um restaurante tradicional projetado em uma das ilhotas, tudo isso na área central do núcleo urbano. Ao final do dia, moradores locais tomam banho nesse mesmo rio. Com o cair da tarde, também é comum encontrar pessoas repetindo o velho hábito de se sentar em cadeiras na calçada para observar o movimento ou conversar com vizinhos e transeuntes.

Às quartas-feiras dezenas de barracas tomam a praça do mercado com agricultores familiares vendendo diretamente os seus produtos. A feira é uma iniciativa recente do prefeito local, filiado ao PCdoB, pequeno comerciante e dono de uma lotérica. A prefeitura cede as barracas e custeia o transporte dos agricultores. Com música ao vivo e venda de comidas e bebidas, essa é mais do que simples oportunidade de comercializar os excedentes dos pequenos produtores. A feira se tornou um evento que atrai centenas de moradores semanalmente.

Figura 79
Correntina, feira de agricultores familiares

Foto: Arilson Favareto



Figura 80
Correntina, moradores nas calçadas em fim de tarde

Foto: Arilson Favareto



Figura 81
Correntina, lavadeiras à beira do rio na zona central da cidade

Foto: Arilson Favareto



Na parte alta do município a paisagem é completamente diferente. Enquanto na parte baixa se concentram os agricultores familiares e as áreas de reserva legal das grandes propriedades, no chamado chapadão, em direção oeste, à medida que a sede de Correntina fica para trás vão se alternando áreas de pastagens, manchas de florestas de cerrados e, mais à frente, plantações de soja que passam a dominar a paisagem de maneira praticamente contínua em um eixo que atravessa todo o planalto ao longo da divisa com Tocantins.

Nesta parte alta está o distrito municipal de Rosário, que em movimento análogo ao que aconteceu em Luís Eduardo Magalhães quase vinte anos atrás, vai aos poucos ganhando corpo e já reivindica autonomia. Nesse distrito, o viajante encontra algumas concessionárias ao longo da rodovia, um enorme loteamento e uma pequena base de serviços. No posto de combustível local, uma moderna churrascaria de grande porte tem à sua porta dezenas de carros estacionados, todos utilitários de luxo ou caminhonetes de cabine dupla e tração nas quatro rodas. Nas plantações de soja, altamente mecanizadas, poucos funcionários são vistos operando máquinas. Nas áreas de pastagens, nem isso; apenas o gado disperso.

Correntina ganhou as páginas do noticiário nacional em 2017, por conta de uma manifestação organizada por pequenos agricultores e populações tradicionais locais. No dia 2 de novembro de 2017, entre quinhentas e mil pessoas tomaram a sede de uma das fazendas locais e destruíram as instalações elétricas usadas no bombeamento de água para os sistemas de irrigação das plantações, atearam fogo em um galpão e em tratores. Duas semanas depois, uma manifestação no centro da cidade reuniu cerca de cinco mil pessoas. Esses atos aconteceram após meses de reivindicações não atendidas envolvendo as outorgas concedidas às fazendas para extração de água e sua utilização na irrigação das lavouras. Os manifestantes argumentavam que o uso excessivo de água do subsolo pelos grandes fazendeiros vinha afetando a formação dos riachos e rios locais, utilizados tanto no abastecimento destinado ao uso humano como à criação de animais.

A população local é unânime em atestar a diminuição do volume de água no leito dos rios e o desaparecimento de pequenos riachos e cursos d'água. Outras denúncias envolvem a contaminação da água por agrotóxicos utilizados nas lavouras. Os grandes produtores se defendem afirmando que estão dentro da lei e que a diminuição do volume hídrico se deve a problemas cíclicos do meio ambiente, como menor disponibilidade ou atraso dos períodos de chuva. O órgão ambiental estadual afirmou que a fazenda ocupada pelos manifestantes havia

sido autorizada a captar 180 mil litros de água por dia. Já os manifestantes afirmavam que a captação superava a casa do 1 milhão de litros.

O episódio de Correntina é ilustrativo de uma nova face de conflitos socioambientais que envolvem a expansão da agropecuária na região. Se em um primeiro momento os conflitos se concentravam em temas fundiários, que ainda continuam a ocorrer como foi mencionado no caso de Formosa do Rio Preto, ao menos no caso da Bahia, hoje, parte dos questionamentos da sociedade local dizem respeito justamente à questão hídrica. Esta alcança grande visibilidade porque, diferentemente da questão fundiária que afeta de maneira mais direta as comunidades tradicionais, no caso da água é toda a população desses municípios quem sofre com os problemas.

Nessa região, em especial, as águas guardam uma simbologia especial, pois os rios estão na base do surgimento desses povoados e cidades. E, também, porque os mesmos rios afluem para o Rio São Francisco, principal rio regional brasileiro e que já foi objeto de muitas campanhas públicas, inclusive uma relativamente recente e que alcançou repercussão nacional, liderada pelo bispo Dom Luís Flávio Cappio, que permaneceu durante algumas semanas em greve de fome contra a obra de transposição das águas do rio para regiões secas de outros estados nordestinos.

Diante desses conflitos o poder público se divide. Recentemente o governo estadual havia retirado dos municípios a atribuição de fazer o licenciamento ambiental das atividades agropecuárias, atendendo a uma reivindicação do setor empresarial, que reclamava por maior agilidade diante das dificuldades de estrutura e pessoal nos municípios. Foi instituído um sistema estadual de licenciamento, em que os produtores passaram a obter licenças por meio de procedimentos feitos remotamente, através do preenchimento de formulários declaratórios on-line. Essa solução foi questionada pelos órgãos de controle estaduais que a declararam nula, levando a situação para uma condição de insegurança jurídica. Diante dos potenciais efeitos dessa decisão, os produtores locais estavam voltando atrás e aceitando que o licenciamento voltasse para a esfera municipal.

No âmbito do governo estadual prevalecia uma posição mais favorável às reivindicações dos grandes produtores. Afinal, o oeste da Bahia tem uma contribuição decisiva para a economia do estado, dependente de uns poucos polos produtores além de Salvador, como o polo turístico litorâneo, o polo petroquímico de Camaçari, o polo de fruticultura irrigada de Juazeiro, o polo de produção de eucalipto e

celulose do sul do estado, e o polo de produção de soja, milho e algodão justamente nos cerrados do oeste. No interior do governo havia também uma Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), de menor expressão, mas organizada para dar conta dos interesses da agricultura familiar e das comunidades tradicionais do estado.

Mas a melhor síntese da ambiguidade assimétrica do poder público ou de sua resignação diante das externalidades negativas criadas com a agropecuária local era a posição da prefeitura municipal de Correntina. Embora declaradamente favorável aos interesses das comunidades tradicionais e afirmando considerar que há, sim, problemas no uso dos recursos naturais locais por parte das grandes fazendas, o poder público municipal afirmava não ser possível confrontar abertamente os interesses do agronegócio por conta da forte dependência que a economia municipal tem desse setor.

Os impostos gerados vinham permitindo que a prefeitura implante programas considerados importantes como o piso salarial municipal para professores e outros. E se considera que a população da cidade também não endossa uma ruptura ou confrontação aberta com o setor, já que parte das famílias encontra empregos ligados a esta atividade.

A saída, segundo palavras de um gestor, é buscar evitar os excessos de parte a parte, o que implicou na condenação de atos violentos e de crime contra o patrimônio por parte dos manifestantes, mas também na busca por maior fiscalização e conscientização dos produtores quanto aos efeitos de suas práticas produtivas.

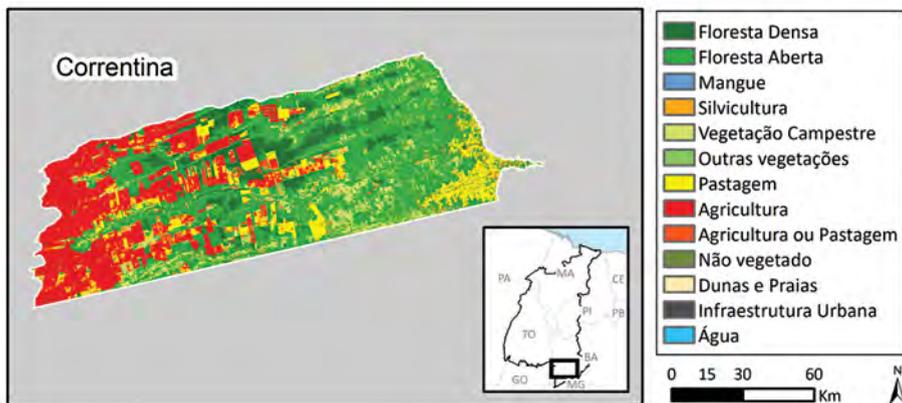
A respeito dos indicadores socioeconômicos Correntina reproduz um padrão similar àquele encontrado em Formosa do Rio Preto. O PIB per capita, embora mais baixo do que em Formosa e Luís Eduardo Magalhães era, em 2013, superior aos valores observados para a Bahia e o Brasil: R\$ 33 mil em Correntina, R\$ 26 mil no Brasil e R\$ 13 mil na Bahia. O contraste entre produção e renda também se repete: enquanto no Brasil a renda familiar per capita média era de, como já foi dito, R\$ 793, e na Bahia de R\$ 496, em Correntina o mesmo valor ficava em R\$ 285. A desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini é de 0,58, melhor do que o número obtido para o Brasil, 0,60, e para a Bahia, 0,62. Como se vê mais uma vez, a riqueza expressiva da produção local não se traduz em similar desempenho dos indicadores sociais. Especificamente no que diz respeito aos rendimentos, nada menos do que 95% da população vivia com menos de dois salários mínimos, em comparação com 79% da média nacional. 81% vivia com menos do

que um salário mínimo, ante 53% no conjunto do país, e 6% da população que não tinha renda alguma, contra 4% na média do Brasil.

Quanto à pobreza, ao contrário do que ocorre em Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, e similar ao que acontece em Formosa do Rio Preto, os índices são superiores à média estadual. Em Correntina 63% da população é vulnerável à pobreza, enquanto a média estadual é de 52%. No caso da pobreza extrema, 30% da população se encontra nessa condição, ante 13% da média estadual. Situação diferente é observada no saneamento: 6% dos domicílios apresentaram condições inadequadas de saneamento ou acesso à água no município, contra 9% da média baiana. A expectativa de vida é similar à média estadual: 72 anos para a Bahia e também para Correntina. A mortalidade infantil também apresenta pouca discrepância com a média estadual: 20 mortos para cada mil nascidos vivos em Correntina, contra 21 na Bahia, algo no entanto bem acima da média nacional, de 16 mortes. Finalmente, no caso do ensino médio, o número é bem pior: enquanto no Brasil a taxa líquida de frequência é de 43% da população em idade escolar correspondente, na Bahia esse valor é de 32% e, em Correntina, de apenas 25%.

São dados que, mais uma vez, confirmam que a pujança econômica só se traduz em indicadores melhores do que a média estadual nos municípios-polo, com baixa capacidade de irradiação para seu entorno. LEM e Barreiras mostram ser a exceção, não a regra. Como se verá a seguir, esse padrão não é restrito à Bahia. Ele se repete do outro lado da fronteira, no Tocantins.

Figura 82
Mapa de ocupação do solo em Correntina (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 83

Indicadores socioeconômicos selecionados para Correntina e Bahia (2010)

Indicador	Correntina	Bahia
Renda <i>per capita</i>	R\$ 285,90	R\$ 496
Gini da renda	0,58	0,62
Extrema pobreza	30,7%	13,7%
Água e saneamento	6%	9,3%
Mortalidade infantil	20,4	21

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Pedro Afonso – TO

Situado bem na confluência dos rios Sono e Tocantins, o município de Pedro Afonso teve como núcleo original um povoado denominado Travessia dos Gêntios, criado para ser um centro missionário de catequese dos capuchinhos junto aos povos indígenas Xerente e Krahô. A iniciativa não teve sucesso devido à dificuldade de adaptação dos indígenas. O local se transformou posteriormente em entreposto comercial. Migrantes provenientes do Maranhão se fixaram no povoado que foi elevado a vila em 1880, ainda pequena.

Nas primeiras décadas do século XX, com a expansão da produção e exportação da borracha, tornou-se um importante ponto de ligação entre o Norte e Nordeste do país. Além disso, nos anos 1930, havia em Pedro Afonso um pequeno campo de pouso para aviões do Correio Aéreo Nacional (CAN), permitindo, inclusive, a ligação de Belém com Buenos Aires. Nos anos 1960, a abertura da rodovia Belém-Brasília incentivou o transporte terrestre em detrimento do fluvial. Essa ação, juntamente com a chegada do abastecimento de água encanada, fez o município dar as costas para o rio, diferente do que ocorre em Correntina, por exemplo (OLIVEIRA, 2005). Hoje, as principais referências são as rodovias. Se ao norte os limites do município são marcados pela junção dos dois rios mencionados, ao sul o limite é marcado pela confluência de duas rodovias: uma que corta o estado do Tocantins no sentido latitudinal, e outra que liga o município à parte meridional do estado, onde está situada a capital.

Vindo de Palmas, aproximadamente 160 km separam a capital de Pedro Afonso. Distância que pode ser percorrida em duas horas e meia pelo caminho mais

curto. O acesso é realizado por meio das rodovias TO-336, que segue em direção a Belém, e pela TO-010, interligando o município com Bom Jesus e Santa Maria. Destaca-se, no contexto de obras de infraestrutura realizadas pelo estado do Tocantins, a ponte de 1.600 metros sobre o Rio Tocantins, ligando Pedro Afonso a Tupirama. Construída em 2007, com o intuito de fazer a ligação com o norte e o oeste do Tocantins, e também com a região Norte do país, segundo gestores locais e associações ligadas à agricultura comercial essa foi a mola propulsora para que o município saísse do isolamento, uma vez que permitiu a ligação entre três rodovias federais: BR-153, BR-010 e BR-235.

Sem a presença das chapadas que marcam o oeste da Bahia, o caminho é plano e, em algumas dezenas de quilômetros antes de se chegar ao núcleo urbano de Pedro Afonso, as pastagens e áreas de vegetação nativa vão sendo gradativamente substituídas por plantações de soja e cana de açúcar. São extensões a perder de vista, pontilhadas pelos silos das grandes fazendas ou das empresas multinacionais, sempre presentes nas diferentes regiões produtoras.

Na entrada da cidade, destaca-se a moderna sede da Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (Coapa), cujas origens remontam à época de implantação do Prodecer na região, no final dos anos 1980. Criada em apoio à estruturação dos migrantes sulistas na região, o intuito era diversificar a produção com fruticultura e rizicultura, mas é com a soja que o município e a própria cooperativa vêm alcançando mais sucesso. Atualmente a Coapa atende cooperados de treze municípios do entorno, viabilizando a compra e a venda da produção. A maior parte dos grãos é encaminhada para o entroncamento modal de Porto Franco e, daquele ponto, segue para os portos de São Luís e Belém (LIMA, 2014).

Nas ruas principais já quase não se encontram mais casas antigas com janelas e portas junto ao arruamento. Elas vão sendo substituídas por moradias que nada têm de luxuosas, mas apresentam características mais parecidas com as que se encontram em bairros periféricos das grandes cidades, com grades e muros altos. Boa parte ainda está sem reboque e pintura, indicando que se tratam de reformas e construções recentes.

No comércio local, bastante ativo e movimentado, predominam lojas de materiais de construção e eletrodomésticos, mais uma vez atestando o processo de transformação das habitações. Todas as ruas centrais são asfaltadas e o fluxo de automóveis é significativo. Uma grande churrascaria de proprietários sulistas e

outros restaurantes de menor porte também dão indícios de que pessoas de fora ou uma camada de consumidores desse tipo de serviço circula pela sede do município, algo raramente vistos em cidades menores dos arredores.

Figura 84
Pedro Afonso, vista aérea parcial



Foto: Reproduzido de Prefeitura Municipal de Pedro Afonso

Figura 85
Pedro Afonso, lavouras na área rural do município



Foto: Reproduzido de COAPA

Embora em 1991 o município contasse praticamente com a mesma população de hoje, pouco mais de 13 mil habitantes, os dados oficiais registram que esse número caiu para pouco mais de 8 mil em 1996. Desde então, só tem aumentado progressivamente. Isso ocorre devido à intensa expansão de produção agropecuária. O PIB municipal, que em 2010 era de R\$ 15 mil per capita, saltou no ano seguinte para R\$ 27 mil. Em 2012 avançou para R\$ 28 mil. E em 2013 alcançou R\$ 33 mil reais, valor bem superior aos R\$ 26 mil da média brasileira e mais do que o dobro da média estadual, de R\$ 16 mil.

É interessante notar que há maior retenção de renda nesse município, similar ao que acontece em Luís Eduardo Magalhães, e diferente do que ocorre em outros municípios analisados como Formosa do Rio Preto e Correntina. A renda familiar per capita em Pedro Afonso era de R\$ 618, um pouco superior à média estadual de R\$ 584, ainda que abaixo da média nacional, de R\$ 793. O Índice de Gini, em 0,50, é bem mais baixo do que os valores obtidos para o Brasil e Tocantins, ambos em 0,60. 83% da população vivia com menos de dois salários mínimos, percentual que, no caso do Brasil, é de 79% e, no Tocantins, de 85,7%. O percentual de pessoas vivendo com menos de um salário mínimo em Pedro Afonso é de 60%, quando no Brasil o número é de 55% e, no estado do Tocantins, 68%. No que diz respeito à pobreza, até 2000 Pedro Afonso repetia o padrão dos pequenos municípios, com percentual de pessoas vulneráveis à pobreza superior à média do estado. Mas em 2010 isso se inverte: no município, esse percentual cai para 31%, número inferior à média do estado, que está em 44%. O número de pessoas em situação de extrema pobreza também é menor do que a média estadual: 4% no município ante 10% no conjunto do estado.

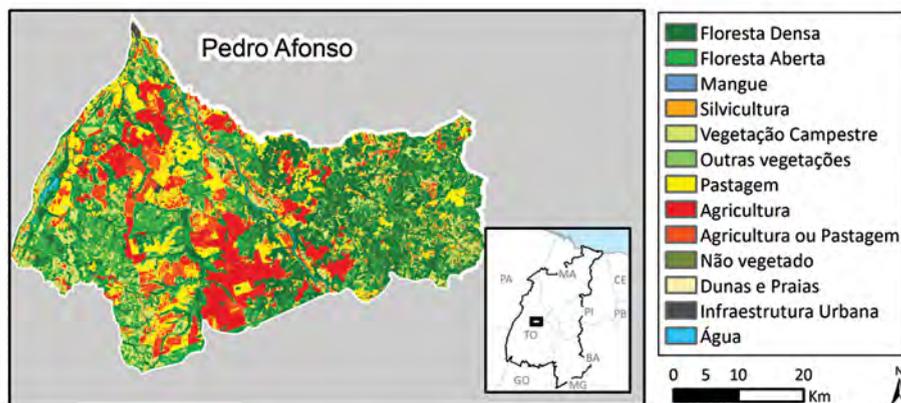
Em Pedro Afonso, apenas 1,5% dos domicílios apresentam condições inadequadas de saneamento e acesso à água, ante 8% no conjunto do estado. A expectativa de vida, de 75 anos é superior à dos brasileiros em geral, que é de 73 anos, e do conjunto de tocantinenses, que é de 72 anos. O mesmo ocorre com a mortalidade infantil, com 12 mortos para cada mil nascidos vivos em Pedro Afonso, ante 16 no caso do Brasil como um todo, e 19 no caso do estado do Tocantins. Finalmente, também na taxa líquida de frequência no ensino médio, o valor é superior às médias estadual e nacional: 45% em Pedro Afonso, 43% no Brasil, mesmo número observado para o conjunto do Tocantins.

É cedo para dizer se Pedro Afonso caminha na mesma direção de Luís Eduardo Magalhães, que em pouco tempo acabou se constituindo como um pequeno oásis

da elite rural do oeste baiano. Primeiro porque, no caso do município tocantinense, há uma relativa proximidade com um grande centro urbano, Palmas, onde parte das necessidades da elite podem ser satisfeitas, algo que não acontecia no caso do oeste baiano, cujas grandes cidades estavam situadas a várias centenas de quilômetros de distância. Segundo porque o tamanho do núcleo urbano do município ainda é muito diminuto, não resultando em atrativo para investimentos mais volumosos por parte de empresas interessadas em seu potencial consumidor.

De toda forma, assim como no caso do par Luís Eduardo Magalhães/Barreiras, é preciso perguntar se esses bons indicadores socioeconômicos são também experimentados por outros municípios com significativa produção de soja. Para o caso tocantinense, infelizmente, a resposta parece ser negativa, como mostram os casos de Mateiros e Campos Lindos, apresentados a seguir.

Figura 86
Mapa de ocupação do solo de Pedro Afonso (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 87
Indicadores socioeconômicos selecionados para Pedro Afonso e Tocantins (2010)

Indicador	Pedro Afonso	Bahia
Renda <i>per capita</i>	R\$ 618	R\$ 496
Gini da renda	0,50	0,62
Extrema pobreza	4%	13,7%
Água e saneamento	1,5%	9,3%
Mortalidade infantil	12,4	21

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Mateiros – TO

Localizado na parte leste do Tocantins, o município de Mateiros faz fronteira com o Maranhão, o Piauí e, principalmente, com a Bahia. É um município muito recente, criado em 1991, desmembrado de Ponte Alta do Tocantins. Sua denominação está associada a grande quantidade de veados-mateiros existentes na região. Com o estado da Bahia, há uma disputa territorial envolvendo uma faixa de terra na parte alta do município, na divisa com Formosa do Rio Preto, justamente onde se concentram grandes fazendas produtoras de soja.

O viajante que vem da Bahia, após cruzar esta área alta onde estão as grandes plantações, enfrenta um forte declive em estradas de terra, passando por trechos ainda cobertos de vegetação nativa, até chegar a sede do município, na parte baixa. Outra estrada, em que é comum haver problemas com carros que não possuem tração especial, liga Mateiros ao centro do estado, onde estão Pedro Afonso e, mais ao sul, a capital Palmas. Pelo caminho mais curto são 274 km de distância até a capital, que tomam em torno de quatro horas de viagem. Essa segunda estrada atravessa o Parque Estadual do Jalapão, crescentemente visitado por turistas e que tem tornado Mateiros cada vez mais conhecido. Parte expressiva do território municipal é ocupada por unidades de conservação ambiental, que compõem um mosaico de parques e áreas de proteção gerenciadas por estruturas governamentais diversas, tanto de âmbito estadual como federal, e que constituem a área denominada popularmente como Jalapão.

Em Mateiros vivem apenas 2,6 mil habitantes. Uma rua larga corta a cidade ao longo de meia dúzia de quadras. Apenas em um trecho há calçamento. O restante são ruas de terra. Há mais pedestres e pessoas utilizando bicicletas do que automóveis. O movimento dos carros é esparso e limitado a poucos veículos, boa parte deles com visitantes ou transportando pessoal para pousadas e agências de turismo. Em um fim de tarde, era possível ver um boiadeiro moderno, vestido como qualquer jovem da periferia das grandes cidades, com sua motocicleta em vez de um cavalo, tocando quinze ou vinte bois pela rua central enquanto fala ao celular.

Apesar do apelo turístico, o comércio também é incipiente. Há umas poucas pousadas e para uma refeição é preciso recorrer a alguns bares locais ou ao único restaurante que fica fora do núcleo urbano. Segundo a prefeitura municipal, uma das razões disso é que os pacotes de serviços destinados aos turistas são opera-

dos por agências da capital do estado, pouco repercutem sobre a economia local. Por conta disso, em 2017 foi aprovada uma legislação inspirada em outros polos turísticos do Brasil central instituindo a cobrança de uma taxa de permanência dos turistas, que atualmente é aplicada junto às operadoras de viagens. A medida causou forte controvérsia entre a população local, temerosa de que o efeito acabasse por afastar os turistas, cujo número começa a crescer.

Além do Parque Estadual do Jalapão, um dos atrativos da cidade é a produção artesanal que utiliza o capim dourado como matéria-prima, atividade que teve origem na comunidade quilombola Mumbuca, cerca de 30 km distante da sede do município. Lá vivem mais de cem famílias, todas descendentes dos mesmos fundadores do povoado, que se instalaram na região há mais de duzentos anos. Relatos locais atestam que Dona Miúda e Mãe Guilhermina foram as precursoras do artesanato com capim dourado, que ganhou bastante fama na década de 1990 e abriu a possibilidade de incrementar a renda das famílias da região.

Apesar de produzirem alimentos em suas roças e venderem o excedente, a colheita do capim dourado passou a ser a principal fonte de ganho da comunidade. Desde meados dos anos 2000 o artesanato tem sido exportado para os outros estados, inclusive para fora do país. As famílias que trabalham com o capim dourado respeitam o período de colheita, que ocorre somente de setembro a novembro. A empresa ambiental estadual, Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), é responsável por cadastrar as pessoas aptas a fazer a colheita e por fiscalizar os campos onde cresce o capim.

Figura 88
Mateiros, vista parcial da rua principal

Foto: Arilson Favareto



Figura 89
Mateiros, boiadeiro em motocicleta na área central do município

Foto: Arilson Favareto



Figura 90
Mateiros, estrada no Parque do Jalapão

Foto: Arilson Favareto

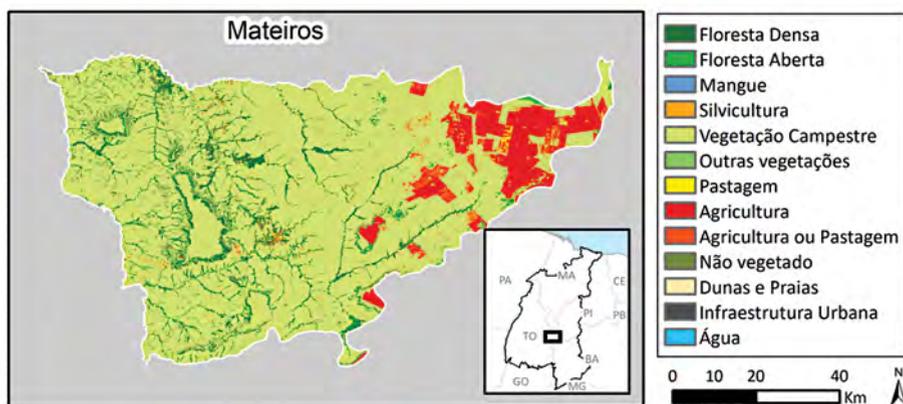


Por conta da pequena população e da presença de grandes lavouras de soja, o PIB municipal per capita é quase o triplo daquele verificado para o conjunto do estado do Tocantins: em Mateiros, o valor é de R\$ 46 mil, ante R\$ 16 mil para o conjunto do estado e R\$ 26 mil no país. A desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini é baixa: 0,52, contra 0,60 no Tocantins e no Brasil, algo que se explica pelo fato de que os proprietários que ganham com a atividade da soja não residem no município. Justamente por isso a renda familiar per capita é baixa: R\$ 307 em Mateiros, quase metade da renda média verificada no estado, que é de R\$ 586, e muito abaixo da média brasileira, de R\$ 793. Ali, 94% da população vive com menos de dois salários mínimos, enquanto no conjunto do Tocantins este percentual é de 85% e, no Brasil, de 79%. 80,4% da população vivem com menos de um salário mínimo, ante 55% dos brasileiros e 68% dos tocantinenses. O percentual de pessoas vulneráveis à pobreza é maior do que no conjunto do estado: 64% em Mateiros e 44% no Tocantins. O mesmo vale para a extrema pobreza: 15% da população no município ante 10% no conjunto do estado.

Os domicílios com acesso à água e saneamento inadequados perfazem 3%, percentual menor do que os 8% da média estadual. A esperança de vida está ligeiramente acima das médias estadual e nacional: 74 anos em Mateiros, 73 no Brasil, 72 no Tocantins. A mortalidade infantil também apresenta indicadores um pouco melhores: 15 mortos para cada mil nascidos vivos, ante 16 no caso brasileiro, e 19 no conjunto do estado.

Quando interrogados sobre o futuro do município, tanto a população local como gestores públicos sempre mencionam a atividade turística como o vetor potencialmente mais promissor. Embora a Embrapa considere Mateiros um dos principais locais potenciais para a expansão da soja no estado, ao que parece tanto as estratégias empresariais como as governamentais envolvendo a produção agropecuária são ignoradas pelos atores locais. A agricultura comercial é vista como algo distante, com pouca repercussão local. Os proprietários não são conhecidos e não há arrecadação de impostos significativa.

Figura 91
Mapa de ocupação do solo em Mateiros (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 92
Indicadores socioeconômicos selecionados para Mateiros e Tocantins (2010)

Indicador	Mateiros	Tocantins
Renda <i>per capita</i>	R\$ 307	R\$ 584
Gini da renda	0,52	0,60
Extrema pobreza	15,9%	10%
Água e saneamento	3%	8%
Mortalidade infantil	15,3	19,5

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Campos Lindos – TO

Campos Lindos está situada na porção norte do Tocantins, exatamente na divisa com o Maranhão. O município foi criado em 1989, na mesma época da criação do estado. Ali vivem quase 10 mil pessoas (IBGE, 2017). Os 490 km de distância da capital só são vencidos em pelo menos seis horas de cansativa viagem, com vários trechos em terra. Por esse motivo, são mais comuns os vínculos funcionais com Araguaína, cidade de 175 mil habitantes situada a noroeste, que se pode acessar por estrada asfaltada em aproximadamente três horas de deslocamento de automóvel. Ainda mais próximo está o município de Balsas, de 95 mil habitantes, já em território maranhense, a leste, mas com vias de acesso bem piores e, justamente por isso, exigindo tempo similar de viagem.

Logo na chegada a Campos Lindos, o viajante se depara com um grande conjunto habitacional popular. As casas iguais, enfileiradas e recém-construídas, estão dispostas fora do quadrilátero formado pelo arruamento original, construído na época da criação da cidade, numa prova de que nem tudo sai como planejado. Na ponta do quadrilátero está o único e pequeno hotel da cidade, de proprietários sulistas, que antes tiveram negócios com lavoura e pecuária em Goiás e de lá se mudaram, atraídos pelas terras mais baratas. Algum problema na transação das terras fez com que deixassem a atividade original e passassem a se dedicar ao estabelecimento hoteleiro como fonte de renda. Os hóspedes, poucos, mas frequentes, são via de regra funcionários de empresas de insumos agropecuários e de maquinário.

No extremo oposto do quadrilátero, a uns 800 metros de distância, está a prefeitura, a qual se chega por duas largas avenidas que cortam ruas menores no sentido latitudinal e longitudinal, algumas asfaltadas, outras não. As casas são simples, muitas delas de barro batido, sem muros, protegidas apenas por cercas de arame ou com janelas e portas dando diretamente na calçada.

Quase não há movimento de carros. Um pequeno comércio formado por umas poucas lojas populares se avizinha da igreja católica, de uma igreja protestante e de dois ou três pequenos bares que, à noite, colocam mesas plásticas na calçada.

Próximo da prefeitura há um enorme galpão abandonado, construído pelo governo estadual para funcionar como estrutura de armazenagem, agora em deterioração. Diante da sede do poder público municipal, uma construção simples de um único pavimento e que até pouco tempo não contava com serviço de internet próprio, há uma grande praça, praticamente vazia, formada por um gramado irregular e nada mais.

Rodeiam esse quadrilátero do arruamento, que forma o diminuto e precário núcleo urbano do município, pastos e pequenas roças. Mais ao fundo na paisagem, pode-se avistar a Serra do Centro, para os lados onde, a alguns quilômetros de distância, estão as modernas lavouras de soja, que começaram a ser implantadas no município nos últimos dez anos.

Diante da precariedade local, é difícil acreditar de que se trata do segundo município onde mais se produz soja no Tocantins. Paradoxalmente, mas de maneira sintomática, sequer havia agência bancária local.

Figura 93
Campos Lindos, rua do núcleo urbano principal

Foto: Arilson Favareto



Figura 94
Campos Lindos, imigrantes russas no núcleo urbano do município

Foto: Arilson Favareto



Figura 95
Campos Lindos, lavouras de soja



Foto: Arilson Favareto

Anos atrás, a chegada da soja anos foi acompanhada de uma denúncia, que fez o Ministério Público qualificar o caso como uma situação de “grilagem pública” de terras e envolveu ninguém menos do que uma das principais lideranças do agronegócio no Brasil: a ex-ministra da Agricultura, ex-presidente da CNA e presidente da Federação da Agricultura do Tocantins (FAET), senadora Kátia Abreu. Dizem os registros que, em 1996, o então governador Siqueira Campos — tradicional político que esteve à frente da criação do estado, da construção de Palmas e Campos Lindos, e que foi senador e governador seguidas vezes — publicou um decreto declarando de ser de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 105 mil hectares. O valor de R\$ 10 mil por hectare foi pago a 27 produtores da região, mas a desapropriação afetou ao menos outras 80 famílias de pequenos agricultores, que ocupavam as mesmas terras a pelo menos quatro décadas. Pouco depois, em 1999, quatro pessoas foram contempladas com terras do projeto ao custo de R\$ 8 o hectare.

Os dados são de uma reportagem de novembro de 2009, de Leandro Fortes. Consta que a lista foi preparada pela FAET à época —organização que era, assim como hoje, presidida por Kátia Abreu — e teve o apoio da Companhia de Promoção Agrícola (Campo), entidade fundada em 1978, fruto do acordo entre consórcios que implantaram o Prodecer, em parceria com o Banco do Brasil e com cooperativas de produtores. Entre os beneficiados, estavam a presidente da FAET, que adquiriu 1,2 mil hectares, seu irmão, Luiz Alfredo Abreu, com área de igual tamanho, e o presidente da Campo, Emiliano Botelho, que teria ficado com 1,7 mil hectares.

Os posseiros, cuja ação de usucapião estava ajuizada e acompanhada da devida documentação, tiveram suas posses convertidas em área de reserva legal, em regime de condomínio, sob o controle dos fazendeiros e dos grandes produtores de soja. Na prática, passaram a viver como refugiados em suas próprias posses. Parte deles teve o direito reconhecido posteriormente sobre uma fração das terras, enquanto outros vivem sob constante ameaça de despejo.

Chega-se a uma dessas comunidades após cruzar os campos de soja. Neles, o único trabalhador avistado ao longo de vários quilômetros pilotava uma grande máquina, utilizada para pulverizar a lavoura. Depois das plantações, num pequeno declive, uma placa indica o início de uma área de reserva legal. Mais alguns minutos, agora já entre vegetação nativa, e chega-se a uma casa com paredes de barro batido, chão de terra e coberta de lona, onde vive uma família de moradores tradicionais.

A água que utilizam é de poço, apesar da proximidade com um riacho que antes os abastecia e agora se suspeita estar contaminado pelos agrotóxicos que vêm da plantação vizinha, situada a menos de 500 metros dali. Segundo os moradores, de tempos em tempos um pequeno avião despeja o produto, o que causa irritação na pele e dores de cabeça nos moradores.

As outras edificações que conformam o minúsculo núcleo de moradores sobreviventes da exclusão não diferem muito. As mulheres lavam roupas em baldes que anteriormente serviram de embalagem para agrotóxicos. O lazer se resume a uma mesa de bilhar e, para as crianças, uns poucos brinquedos de plástico, como carrinhos e bonecas, muito simples. Uma antena parabólica os liga fragilmente ao mundo exterior.

Ao lado dos casebres uma instalação formada por frágeis pilares de madeira, coberta com plástico preto cobre menos de uma dezena de carteiras escolares carcomidas, muito desgastadas pela exposição ao tempo, sobre o chão de terra. Nesse espaço absurdamente precário, de menos de dez metros quadrados, funciona a escola para as crianças da comunidade. A menos de um quilômetro dali está uma das mais modernas fazendas da região.

Para além dessas imagens, o que mostram os indicadores socioeconômicos de Campos Lindos? O PIB per capita traduz a enorme expansão produtiva que o município experimenta: R\$ 31 mil, o dobro do valor do Tocantins, R\$ 16 mil, e também acima do valor verificado para o país, de R\$ 26 mil. Repetindo o padrão visto em outros grandes municípios produtores, mas que não são polos regionais, com a renda familiar per capita se passa exatamente o contrário: R\$ 292 em Campos Lindos, ante R\$ 593 no Tocantins e R\$ 793 no conjunto do país. O Índice de Gini para a renda, em 0,67, está muito acima do valor para o Brasil e o Tocantins, ambos em 0,60. Em Campos Lindos, nada menos do que 95% da população vive com menos de dois salários mínimos, percentual que, no caso do Brasil, é de 79% e, no Tocantins, de 85%. 89% vivem com menos de um salário mínimo, percentual que no país é de 55% e, no Tocantins, 68%. Ali, 17% não tem nenhuma renda, ante 5% no caso do estado e 4% no caso do país. 75% da população local está em condição de vulnerabilidade à pobreza, percentual que no conjunto do estado é de 44%. 31% da população está na situação de extrema pobreza, o triplo do percentual estadual, que é de 10%.

A respeito da expectativa de vida, a do morador de Campos Lindos não passa de 69 anos, enquanto no Brasil se vive 73 anos, e na média de Tocantins, 72. A mortalidade infantil é assustadoramente mais alta do que no conjunto do estado ou do país: 28 para cada mil nascidos vivos no município, valor que no Tocantins é de 19 por mil nascidos vivos e, no Brasil, 16. A taxa de frequência líquida no ensino médio é de apenas 17% contra 43% no estado e no país.

O quadro revelado por esses indicadores sociais, em flagrante contraste com a opulência da produção agrícola, não é menos triste do que os relatos das comunidades locais quando narram os conflitos com os grandes produtores. E quando interrogadas sobre seu futuro, vem a manifestação consciente de que o futuro não é mais alentador do que a precariedade do presente. Tudo se resume a desolação e silêncio.

Figura 96
Mapa de ocupação do solo em Campos Lindos (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 97
Indicadores socioeconômicos selecionados para Campos Lindos e Tocantins (2010)

Indicador	Campos Lindos	Tocantins
Renda <i>per capita</i>	R\$ 292	R\$ 584
Gini da renda	0,67	0,60
Extrema pobreza	31%	10%
Água e saneamento	3%	8%
Mortalidade infantil	28,9	19,5

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Arraias – TO

Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, juntamente com Pedro Afonso, perfazem um primeiro tipo de municípios do Matopiba, os municípios ricos, nos quais os indicadores, tanto econômicos como sociais, superam a média, materializando a imagem de prosperidade, geralmente associada à frente de expansão da soja. Campos Lindos, Mateiros, Formosa do Rio Preto e Correntina, os demais também apresentados até aqui, confirmam apenas em parte a mesma imagem: apresentam bons indicadores de produção, mas em compensação têm indicadores sociais sofríveis, sugerindo que os efeitos positivos dificilmente se irradiam para o entorno daquelas cidades centrais do primeiro grupo. Arraias, relatado a seguir,

pertence a um outro grupo, com precários indicadores, tanto econômicos como sociais. Trata-se de um pequeno e tradicional município da fronteira entre Tocantins e Goiás. O objetivo é justamente oferecer um retrato de contraponto, mostrando como se comportam os indicadores onde a soja ainda não chegou com força. Arraias é o Matopiba sem soja. Olhar para essa localidade ajuda a entender a aceitação que a expansão do agronegócio provoca nas populações locais.

Arraias é um dos municípios mais antigos da antiga capitania de Goiás. Sua origem se associa à descoberta do ouro em uma região denominada Chapada dos Negros. O afluxo de migrantes, notadamente baianos, para aquela localidade, ocorreu por volta de 1740. Mas as jazidas eram pequenas e rapidamente o povoado entrou em declínio. Posteriormente veio o ciclo da pecuária extensiva. Àquela altura as terras já estavam concentradas nas mãos de poucas famílias. O núcleo urbano foi instalado por volta de 1807, aos pés das colinas que o cercam. A arquitetura com resquícios coloniais denota sua antiguidade. O título de município foi conferido oficialmente apenas em 1914 (COSTA, 2008). Em Arraias vivem hoje cerca de 11 mil habitantes.

Figura 98
Arraias, vista parcial da praça central

Foto: Arilson Favareto



Figura 99
Arraias, vista parcial de bairro popular

Foto: Arilson Favareto



A sudeste do município está Brasília, a noroeste Palmas. Mas é para Luís Eduardo Magalhães, a nordeste, que se voltam os olhares. O asfaltamento da estrada que liga Arraias ao oeste baiano é uma das principais aspirações dos prefeitos da região, algo visto como muito promissor, tanto porque se acredita que poderia facilitar a expansão dos investimentos agropecuários para o município, como também porque deve diminuir o custo da chegada do milho lá produzido, importante para a alimentação do gado de Arraias.

Outra reivindicação das autoridades municipais junto ao governo do estado é a melhoria da fiscalização na fronteira com Goiás, ao sul. Apesar dos números significativos da criação animal no município, a arrecadação é quase nula porque os animais são abatidos em frigoríficos no estado vizinho e, em geral, transportados para lá clandestinamente por estradas secundárias, evitando, dessa forma, o fisco local.

As modalidades de uso da terra com a produção pecuária ainda guardam conflitos. Recentemente cartórios locais foram fechados e seus responsáveis presos em um escândalo de adulteração de títulos de terra, típico da grilagem.

O turismo, sempre apontado como potencial, resta apenas como uma possibilidade ainda abstrata, embora de fato existam atrativos, tanto no clima mais ameno e no relevo acidentado, contrastando com o que predomina no restante

do estado, como em eventos culturais como festas religiosas ou o tradicional carnaval local, ou ainda na existência de locais de importância histórica, arqueológica e ambiental, como a Gruta da Fazenda Furnas, as ruínas da Chapada dos Negros, as comunidades quilombolas.

Diferentemente dos núcleos urbanos mais recentes, que muitas vezes se estruturam em torno da rodovia, no caso de Arraias a estrada contorna a cidade, deixando o centro histórico com características ainda remanescentes do período áureo da cidade. Uma típica praça interiorana com bancos e jardins é rodeada pelo casario com traços coloniais, com a presença de alguns casarões que trazem no frontispício o ano da construção ou iniciais das famílias proprietárias, além da antiga igreja local.

À medida que se afasta do pequeno centro as moradias vão se tornando mais simples, mas a maioria é de alvenaria e somente nas extremidades do núcleo urbano as ruas não têm asfalto ou calçamento.

Por conta desse tecido econômico, o PIB per capita é baixo: R\$ 14 mil, inferior ao valor obtido no conjunto do país, de R\$ 26 mil, ou do Tocantins, R\$ 16 mil. A renda familiar per capita também é mais baixa: R\$ 418 em Arraias, ante R\$ 586 no estado e R\$ 793 no país. A desigualdade de renda é similar: 0,61, contra 0,60 no estado e no país. Nove em cada dez habitantes vivem com menos do que dois salários mínimos, percentual superior àqueles verificados para o conjunto do estado, 85%, ou do país, 79%. O número de pessoas que vive com menos de um salário mínimo é de 78%, contra 55% no país e 68% no Tocantins. O percentual de pessoas vulneráveis à pobreza também é maior do que no restante do estado: 56% contra 44,7%. E o número de pessoas em situação de extrema pobreza é de 18%, ante 10% no conjunto do estado. Em Arraias, 10% da população não tem nenhuma renda, número que, no caso brasileiro, é de 4% e, no Tocantins, 5%.

A esperança de vida, no entanto, é um pouco mais alta: 74 anos em Arraias, 72 no Tocantins e 73 no Brasil. A mortalidade infantil também tem indicadores melhores do que aqueles vistos para o conjunto do estado ou do Brasil: 14 mortes para cada mil nascidos vivos, ante 16 no caso brasileiro e 19 no caso tocantinense.

No caso da taxa líquida de frequência no ensino médio, o bom desempenho não se repete: o percentual é de 37% em Arraias, ante 43% para Tocantins e Brasil. Na área da educação, destaca-se a instalação recente de um campus universitário da Universidade Federal do Tocantins (UFT), cuja sede foi inaugurada em 2017, com

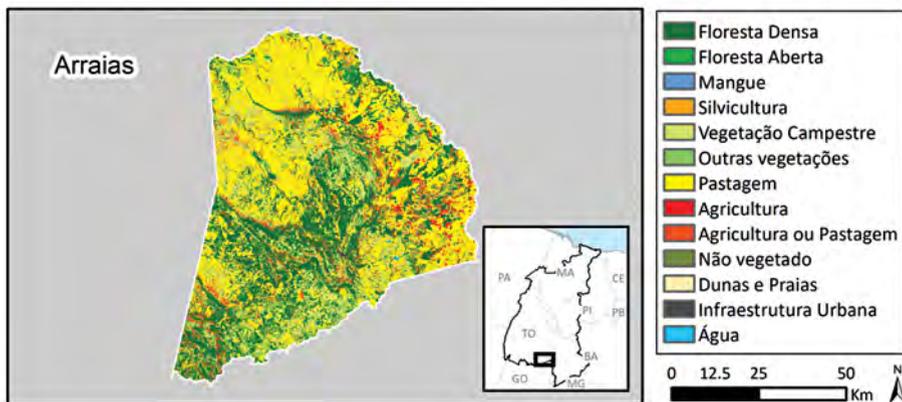
cursos voltados para a área de licenciatura em pedagogia, matemática e turismo socioambiental e patrimonial.

Em síntese, tem-se ali produção baixa e pouco dinamismo econômico, saúde razoável quando comparada às médias do estado e do Brasil, renda e educação ruins. Muitos jovens ainda saem do município. Sobretudo os que conseguem maior escolaridade buscam emprego nas zonas produtoras de soja próximas. São ocupações muitas vezes itinerantes e temporárias, mas que permitem deixar para trás a precariedade da vida econômica e social local. Não por acaso, a população local vinha caindo, na contramão do que acontece no restante do país e, principalmente, em regiões produtoras.

Arraias, que já teve cidadãos seus eleitos deputados federais seguidamente, na época do auge da atividade pecuária, e até mesmo um vice-governador, hoje não tem forças para eleger representantes no Legislativo estadual ou federal, muito menos no Poder Executivo. O município perdeu protagonismo e hoje é periferia daqueles que despontam com a produção da soja e que passam a liderar não só a economia, mas também a política no estado.

A visão de futuro dos atores locais se resume a esperar que os efeitos positivos da expansão da soja nos polos já produtores possam alcançar também esse município, ainda que sem a mesma força. Não há mais expectativas de alterar sua condição hoje periférica e reviver os dias de glória de outrora.

Figura 100
Mapa de ocupação do solo em Arraias (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 101

Indicadores socioeconômicos selecionados para Arraias e Tocantins (2010)

Indicador	Arraias	Tocantins
Renda <i>per capita</i>	R\$ 418	R\$ 584
Gini da renda	0,61	0,60
Extrema pobreza	18,3%	10%
Água e saneamento	8%	8%
Mortalidade infantil	14,5	19,5

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Uruçuí – PI

No sul piauiense, a cidade com a maior população, na casa dos 70 mil habitantes é Picos. Oeiras, de grande relevância histórica, tem pouco mais de 35 mil habitantes. E Floriano, com pouco mais do que 50 mil, é considerada um centro regional importante. Mas nelas a produção de soja não é marcante. Por isso, Uruçuí e Bom Jesus, onde se instalaram os *gaúchos* e, depois, as grandes *tradings*, é que disputam a condição de centros emergentes do agronegócio local. Assim como no caso de Pedro Afonso no Tocantins, e da dupla Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, são esses os dois municípios que apresentam indicadores econômicos e sociais acima da média entre os produtores de soja do estado.

O município de Uruçuí foi instalado em 1902, desmembrado de Aparecida, atual Bertolinia. Como boa parte dos municípios piauienses, sua atividade econômica esteve ligada à proximidade do Rio Parnaíba, que circunda o núcleo urbano. É o quarto município com a maior área do Piauí. Foi formado originalmente a partir de uma vila de migrantes, atraídos pelas possibilidades de criação de gado. Está localizado a 453 km de Teresina, de onde se chega por estradas de pista única, mas em bom estado de conservação.

A partir da década de 1970 intensificou-se o processo de ocupação de terras, a partir de dois fatores combinados: o baixo preço da terra, entre R\$ 100 e R\$ 150 o hectare a preços de 1999 (REYDON; MONTEIRO, 2006), e generosos incentivos governamentais, através de bancos públicos de desenvolvimento, para o plantio de eucalipto e caju.

O plantio de caju foi estimulado pelo programa de distribuição de terras organizada pelo governo do Piauí em 1976, por meio da Companhia de Desenvolvi-

mento do Piauí (Comdepi). Nos marcos desta iniciativa, foram distribuídas grandes áreas de terras públicas destinadas a pessoas físicas (até 3 mil hectares) e jurídicas (até 25 mil hectares) para plantio. A justificativa do programa era incentivar a instalação de um polo de cajucultura no qual, além do plantio em larga escala, previa-se o beneficiamento industrial da polpa e da castanha. Essas terras estavam situadas nas áreas altas, os chapadões. Além da transferência das terras, os beneficiados receberam vultosas somas de recursos financeiros por meio dos bancos públicos de desenvolvimento. Segundo relatos locais os projetos não foram adiante e os empreendimentos em nada alteraram a estrutura produtiva. Mas, agora, as terras “tinham donos”. Os empréstimos subsidiados foram tomados, as plantações foram posteriormente abandonadas, e o resultado foi somente concentração fundiária e transferência de terras e de renda a elites locais financiadas pelo Estado. Era a primeira e principal onda que favoreceu a grilagem de terras e a expropriação de populações locais. Fenômeno semelhante aconteceu em outros municípios do entorno, pois tratou-se de política governamental para toda aquela região.

Com o início da produção de soja comercial nas áreas das chapadas, na década de 1980, essas terras começaram a ser comercializadas para plantio, realizado inicialmente por agricultores provenientes do Sul do país. Os antigos proprietários dessas vastas terras negociaram as propriedades. As áreas dessas amplas superfícies tabulares planas ou levemente onduladas, limitadas por escarpas abruptas que podem atingir até 600 metros de altura, passaram a ser ocupadas e a ser objeto de forte valorização. Não somente os *gaúchos*, mas também outros segmentos empresariais foram se instalando ali em grandes unidades produtivas. Nos anos 1990, acompanhando a tendência dos cerrados do Nordeste, iniciada no oeste baiano, se intensificam os investimentos e a paisagem local se altera definitivamente (RODRIGUES, 2015; MONTEIRO, 2017).

Uruçuí conta com pouco mais de 21 mil habitantes (IBGE, 2017). A maioria vive no núcleo urbano, que conta com quatro vezes mais domicílios do que as áreas rurais (IBGE, 2011). Quem chega ao local vindo de Teresina precisa de sete horas para vencer os 500 km de distância, boa parte em asfalto de boas condições, apesar da pista estreita e do tráfego intenso, sobretudo na saída da capital.

Alguns quilômetros distantes da sede do município, antes de iniciar a descida em direção ao Rio Parnaíba, à margem do qual está o núcleo urbano, na divisa com o Maranhão, o viajante que vem da capital atravessa parte dos campos de soja.

A paisagem não difere do que se vê nos outros estados: extensas plantações, pontilhadas apenas de tempos em tempos pelas sedes das fazendas ou pelos enormes silos das grandes empresas. Essa parte do município, em especial, é marcada hoje pela presença das maiores fazendas, cujo tamanho se mede na casa das dezenas de milhares de hectares, diferente do que se encontra na porção mais ao sul do município, onde, está por exemplo, o distrito de Nova Santa Rosa, a caminho de Bom Jesus. Lá predominam o que na linguagem local se chama de pequenos produtores, os pioneiros que ao chegar vindos do Sul compraram lotes de aproximadamente 300 hectares, e cujas fazendas atualmente tem, em sua maioria, em torno de dois a cinco mil hectares.

Uma das grandes propriedades do município é a Fazenda Progresso, de 47 mil hectares, divididos entre área de conservação ambiental e cultivada. Essa fazenda é tida como um modelo: foi a primeira no estado a receber a certificação internacional da *Roundtable on Responsible Soy* (RTRS), que atesta o manejo da propriedade com diferentes sistemas de plantio e tecnologias voltadas a gerar menor impacto socioambiental. Também são sempre mencionados investimentos em ações sociais nas comunidades do entorno. Os proprietários são considerados como exemplo de empreendedorismo. Em mais de uma ocasião, receberam a visita do governador ou de secretários do governo, como no início de 2018, para a inauguração de uma usina de energia solar construída por eles.

Curiosamente, à beira da rodovia que leva à entrada dessa mesma fazenda, quase ao lado de grandes outdoors que trazem a imagem de uma família vestida com camisetas com o nome da empresa modelo, caminhando feliz por ensolarados campos de soja, ainda se veem placas de empresas especializadas em serviços de desmatamento. Algumas delas, em um rasgo de realismo e de mau gosto publicitário, trazem como símbolo o desenho de um “correntão”, uma das técnicas de desmatamento mais agressivas e controversas. Consiste na retirada rápida da vegetação nativa por meio da utilização de uma grossa corrente presa a dois potentes tratores que se movimentam em paralelo, arrastando ao chão toda a vegetação situada na linha formada pela corrente. A fauna local também é fortemente afetada pela destruição. A forma como ocorre a derrubada e o arraste das árvores não permite aos animais fugir ou encontrar abrigo. No Brasil, o uso é considerado crime ambiental por lei, mas, em agosto de 2016, foi autorizado no estado de Mato Grosso através da revogação de um artigo pela Assembleia Legislativa do estado.

Figura 102
Uruçuí, vista parcial da praça da Prefeitura Municipal

Foto: Arilson Favareto



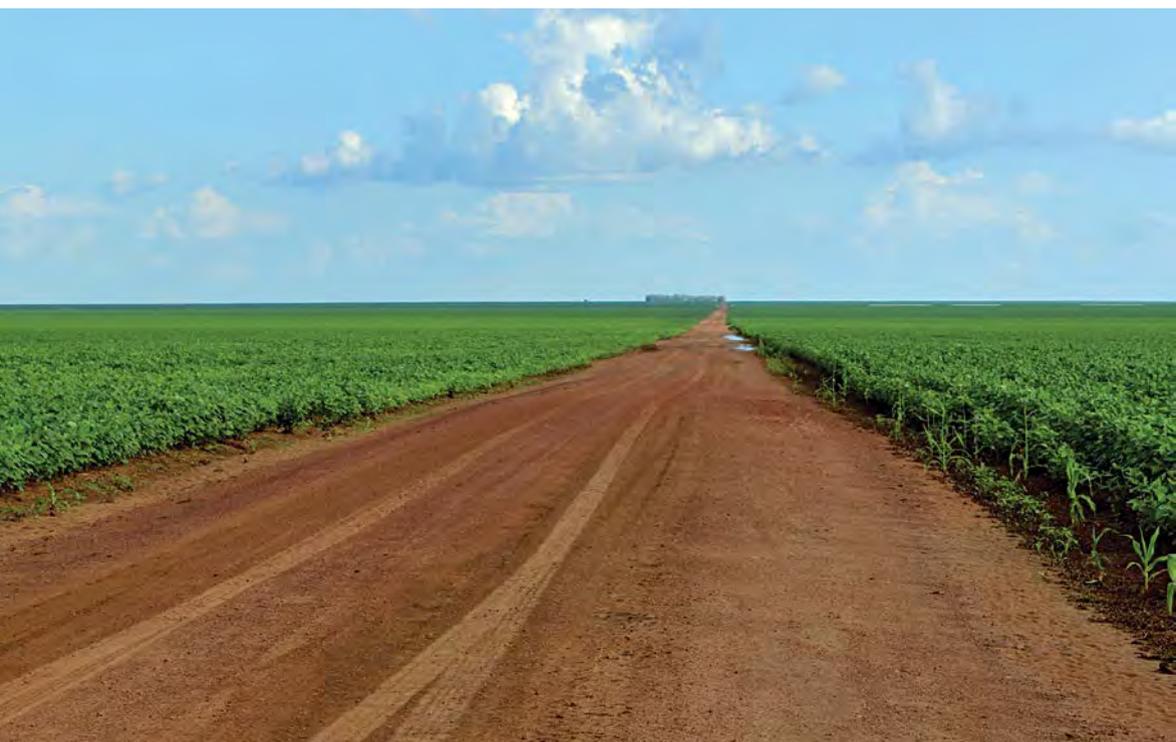
Figura 103
Uruçuí, placa anunciando serviços de desmatamento

Foto: Arilson Favareto



Figura 104
Uruçuí, estrada de ligação com o distrito Nova Santa Rosa

Foto: Arilson Favareto



Após passar por essa parte do município e descer em direção ao Rio Parnaíba a rodovia se bifurca. De um lado, virando à direita, o viajante pode cruzar o rio e atravessar a divisa em direção ao Maranhão, quase na altura em que nele deságua o Rio Balsas. De outro, em linha reta, a rodovia se transforma na avenida principal de Uruçuí. Nela, ao longo de aproximadamente um quilômetro de extensão, tem-se a clara impressão de um local que vem passando por rápidas transformações. Um número ainda expressivo de casas simples, daquelas com janelas e portas dando diretamente na calçada, resiste, mas muitas já ostentam uma placa com oferta de venda. Também resiste um comércio local claramente voltado a uma população de renda baixa, como açougues e lojas de roupas. Ao seu lado, vai se entremeando igual número de construções mais recentes, algumas em arquitetura mais moderna, com vidros espelhados, abrigando serviços um pouco mais sofisticados, como laboratórios especializados de análises clínicas,

lojas de insumos agrícolas, entre outros. A funerária local, também situada nesta avenida, destaca em uma placa, entre os principais serviços ofertados, o traslado de corpos, evidenciando como a presença de migrantes que ainda mantêm laços ou raízes fora do município é marcante.

Desde a avenida central distribuem-se diversas ruas asfaltadas. Nelas estão localizadas agências bancárias, lojas de comércio local, grandes lojas de material de construção, móveis e eletrodomésticos e algumas franquias de comércios com sede no Sudeste e Sul do país.

Continuando pela avenida principal se chega a uma praça central que conforma a parte mais antiga da cidade com a velha igreja matriz, além de uma edificação cujas características arquitetônicas lembram o começo do século XX. No seu entorno imediato estão algumas residências e prédios comerciais mais simples, que deveriam compor o núcleo urbano até os anos 1970, bem como a sede da prefeitura. Dali, pode-se ver o Rio Parnaíba, cuja importância outrora estava ligada não somente à pesca, mas principalmente à navegação a vapor, já que essa era a via que permitia a ligação entre o norte e o sul do estado. Na atualidade, a relação da cidade com o rio é distante, basicamente como local de transposição para o estado vizinho, em direção a Balsas, distante cerca de 250 km.

Do lado piauiense, Uruçuí se liga ainda pela PI-274 à BR-234, e essa estrada vai conduzir à BR-135, na direção de Bom Jesus, distante cerca de 300 km. Além dessa ligação, o município é cortado por diversas estradas estaduais e vicinais que ligam às áreas das chapadas e a Bom Jesus, inclusive a rodovia Transcerrado, ainda inacabada.

Como a estrada estadual, a partir da qual se faz todas essas ligações, passa por fora do centro da cidade, o tráfego intenso de caminhões não afeta tão diretamente a tranquilidade do lugar. Ao cair da tarde, boa parte dos moradores da área mais central ainda conversam ou observam o movimento nas calçadas das casas, sentados em confortáveis cadeiras de tiras de plástico, de um tipo que era muito comum nos anos setenta.

Ao redor do núcleo urbano vão surgindo bairros mais novos, marcados por uma estética bem diferente: casas de muro alto, algumas vezes com cercas elétricas. Parte desses bairros de moradia ainda possui infraestrutura precária e ruas sem calçamento.

Um pouco mais afastado está o bairro Nova Uruçuí, com diversas lojas e revendedores de máquinas e insumos. Existem, ainda, diversas comunidades rurais esparsas, dois assentamentos rurais — Flores e Santa Tereza — e o distrito Nova Santa Rosa, onde vivem parte dos migrantes sulistas que não têm casas na cidade.

No município pode-se contar um número razoável de hotéis e restaurantes que, segundo moradores, são utilizados predominantemente por negociantes e representantes comerciais. Em um deles, mais afastado da área central e mais próximo à área das grandes fazendas, os hóspedes eram, num dia de semana comum, em sua totalidade, homens na faixa entre trinta e sessenta anos.

A migração de agricultores do sul do país é entendida como um momento desbravador sob a ótica de quem chegou. O símbolo dessa presença foi a chegada de um grupo vindo do Rio Grande do Sul, nos fins dos anos 1990, organizados em uma cooperativa e motivados pelo esgotamento da fronteira em sua região de origem e pelas promessas da nova frente de expansão, com terras baratas e abundantes. Compraram uma gleba de cerca 42 mil hectares que foi dividida entre 140 famílias, com 300 hectares para cada, dando origem à comunidade Nova Santa Rosa, já mencionada.

Essas terras estão distantes do centro urbano cerca de 170 km, ainda hoje sem asfaltamento. A distância, somada à precariedade do núcleo urbano de Uruçuí, os levou a organizar uma agrovila e a prover, por seus próprios meios, a infraestrutura e os serviços necessários: escola, posto de saúde, clube, igreja, posto de gasolina.

A história dessa comunidade reforça a imagem empreendedora dos migrantes e o heroísmo dos *gaúchos* como os típicos agentes da modernização daquela região. É comum ouvir comentários que naturalizam a ausência do Estado e a necessidade de que as soluções venham do empenho individual ou associativo, e não das políticas públicas. Assim como nos casos de Luís Eduardo Magalhães e de Rosário, o desejo de emancipação do distrito é assumido.

Embora o tamanho original dos lotes nesse distrito tenha sido de 300 hectares, o tamanho médio das propriedades hoje já é maior. Não chega às dezenas de milhares como na outra parte do município onde estão as maiores fazendas, que têm um perfil de proprietários bastante diferente, com maior presença de grandes empresas e investidores de São Paulo ou do Centro-Oeste. Mas é comum ouvir que é muito difícil se manter na atividade com uma quantidade de terra inferior a

cinco mil hectares. Isso porque os custos de produção vêm crescendo, e o preço da soja não tem acompanhado esse crescimento. Com isso, a margem de lucro cai. As grandes empresas ainda conseguem alcançar ganhos de eficiência com a maior escala ou na melhor negociação na compra de insumos em grandes quantidades, alternativa que não existe para os chamados pequenos fazendeiros locais.

A palavra-chave para driblar as dificuldades, segundo um dos fazendeiros pioneiros é a melhor gestão do empreendimento. Por isso, ele entende que a melhor opção é aumentar a produtividade da terra com insumos e sementes de melhor qualidade e aprimorar o consórcio de cultivos, buscando aqueles de maior lucratividade e de melhor complementaridade. Quanto ao preço, não há o que fazer segundo ele, pois se trata de commodities cujo valor é determinado pelas bolsas no comércio exterior.

Da parte do poder público os planos são ambiciosos, ainda que se tenha consciência do interesse na emancipação daquela rica parte do município. O intuito é fazer de Uruçuí um polo regional, aproveitando tanto a expressiva produção local como a localização, à margem do Rio Parnaíba e a meio caminho entre Bom Jesus e Balsas, outras duas referências regionais.

Mas para que isso ocorra existem dois pontos sensíveis. O primeiro é a infraestrutura. A produção regional não conta com um caminho direto e em boas condições que permita escoar os produtos em melhores condições e com custos mais baixos. Há todo um complexo envolvendo pontes, estradas em melhores condições, construção de portos secos, além da menção a uma possível retomada do projeto da hidrovía Parnaíba-Balsas. Com tudo isso acontecendo, Uruçuí seria o ponto central dessa nova logística. O segundo, para o qual o município tem empenhado esforços em diálogo com empresários diz respeito à transformação de proteína vegetal, produzida localmente, em proteína animal, por meio da instalação de granjas e da revalorização da criação de gado de corte. Essa frente também envolve a industrialização de bens com maior valor agregado, como óleo vegetal, margarina, entre outros derivados da soja e do milho.

Os gestores locais sabem que no trabalho agrícola será impossível absorver toda a mão de obra local, mas apostam que a diversificação poderia transformar ainda mais as estruturas econômicas, gerando maior valor e melhores oportunidades para a população local, para além de empregos sazonais ou ligados ao poder público e serviços, como hoje.

Contra esses planos dos gestores locais há o fato de que outros municípios estão disputando a instalação das mesmas empresas de transformação. E, mais ainda, há a crise econômica dos anos recentes, que faz com que investimentos em infraestrutura encontrem-se totalmente paralisados.

Quanto aos conflitos, tanto gestores quanto membros dos movimentos sociais locais não negam que houve violência, grilagem de terras e muito estranhamento com a chegada dos investimentos agropecuários. Mas, hoje isso é apresentado como residual ou pertencente ao passado. Nas palavras de uma liderança, *“no começo houve muito estranhamento, mas aos poucos o gaúcho entrou na mente do piauiense, o piauiense entrou na mente do gaúcho, e um amansou o outro”*.

Essa, todavia, não é a opinião da comunidade ribeirinha que vive às margens do Parnaíba, em uma área da fronteira com o Maranhão. Ali se percebe que o conflito ainda existe, talvez de forma mais complexa. As poucas famílias que moram na localidade foram comprimidas pelo avanço da agropecuária em uma área menor do que aquela que ocupavam originalmente, junto à margem do rio. Nesse pedaço de terra vivem e cultivam agropecuária de subsistência, além da extração de sementes de babaçu. Os moradores ressentem-se da falta de apoio do Estado para tudo e, em especial, para a regularização de suas terras.

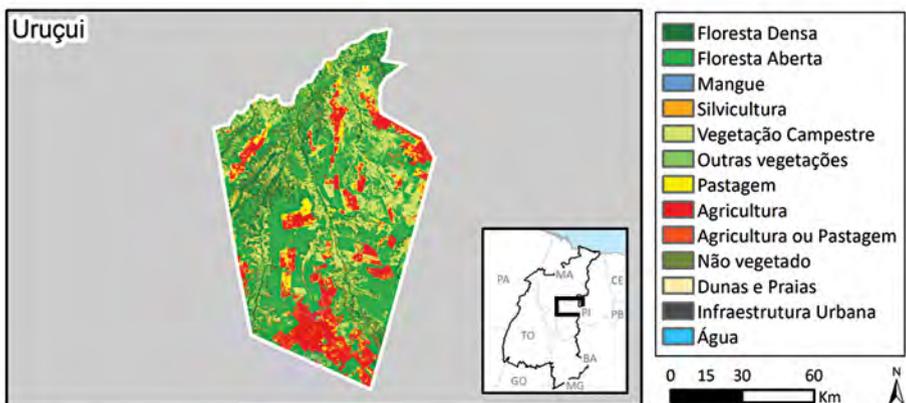
Eles indicam dois motivos para a dificuldade de regularização, ainda que morem há pelo menos duas gerações por ali. Um primeiro passa pela relação pessoal estabelecida com o antigo proprietário, que lhes legou a terra a título de compadrio e apoio em momentos eleitorais, acordo informal que hoje não é reconhecido por parte dos herdeiros. O segundo aspecto é que há interesses econômicos crescentes sobre a área, pois nela ocorre a ligação entre os dois importantes rios da região. Além disso, há a produção de eucaliptos, que avança cada vez mais para junto daquelas terras por eles ocupadas.

A pressão dos fazendeiros e proprietários não é sutil. Embora os moradores resistam a falar abertamente sobre o assunto, ouve-se na cidade que, em mais de uma situação, seguranças armados cercaram a comunidade constringendo os moradores. Em ao menos uma ocasião as ameaças foram diretas, com pistolas apontadas para a cabeça de moradores mais antigos. Não por acaso, logo após a intensificação do conflito, um desses moradores ameaçados morreu por problemas cardíacos. O mesmo aconteceu dias depois com outros dois moradores.

Toda essa situação e suas ambiguidades não podem ser percebidas pelo simples olhar para os dados estatísticos, que mostram apenas se tratar de um município em que os índices gerais vem melhorando inegavelmente. Hoje, Uruçuí conta com um PIB per capita de R\$ 32 mil, maior do que o nacional e pouco mais do que três vezes o PIB per capita no Piauí, de R\$ 9 mil. Mas, assim como em tantos outros casos aqui apresentados, a riqueza é bastante concentrada. Novamente, pode ser observado um baixo Índice de Gini no ano de 2010, de 0,53, menor do que o nacional, de 0,60, e que o piauiense, de 0,61. Mas o número de pessoas que vivem com até dois salários mínimos chega a 93%, sendo que 80% vivem com menos de um salário mínimo, números piores que os do agregado estadual, de 91% e 78%, respectivamente. O número de pessoas que viviam com até meio salário mínimo, consideradas em condição de pobreza, é de 53%, e as que estão em condição de extrema pobreza, é de 16%, números pouco melhores que os do agregado do Estado, 58% e 18%, respectivamente para cada uma das duas condições.

Nos demais indicadores de bem-estar, os valores superaram os do estado do Piauí, mas não os do Brasil. O acesso a fontes melhoradas de água e escoamento sanitário é deficitário para 7%, contra 8% no Piauí. A esperança de vida é de 72 anos, contra 71 no Piauí. E a mortalidade infantil é de 20 óbitos por mil nascidos vivos, ante 23 no Piauí. Somente na taxa de matrícula no ensino médio é que Uruçuí apresenta basicamente o mesmo percentual do estado, com 31%.

Figura 105
Mapa de ocupação do solo em Uruçuí (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 106**Indicadores socioeconômicos selecionados para Uruçuí e Piauí (2010)**

Indicador	Uruçuí	Piauí
Renda <i>per capita</i>	R\$ 364	R\$ 417
Gini da renda	0,53	0,61
Extrema pobreza	16,54%	18,77%
Água e saneamento	7,52%	8,15%
Mortalidade infantil	20,40	23,05

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Bom Jesus – PI

Bom Jesus tem 24 mil habitantes. Sua origem deriva de uma localidade anteriormente denominada Buritizinho, de meados do século XVIII. O núcleo ficava nas proximidades do Rio Gurgueia, um dos vetores de expansão da ocupação do Piauí. Ali, uma capela construída em homenagem ao Bom Jesus atraíaromeiros e moradores, que acabaram por se fixar, concretizando em 1804 um pequeno núcleo populacional. Em 1838 a capela recebeu a denominação de Paróquia de Bom Jesus do Gurgueia e passou a ser freguesia do município de Parnaçuá. Em 1858 a vila de Bom Jesus foi construída, transformando-se em município no ano de 1911. A atividade econômica de destaque até meados do século XX foi a pecuária extensiva, mas também acabou se firmando como local de convergência religiosa.

O deslocamento de Teresina a Bom Jesus, ao longo de 630 km, dura mais de oito horas. O núcleo urbano do município é cindido pela BR-325, embora recentemente tenha sido construído um anel viário que liga aquela rodovia até a PI-392. Esta última estrada faz uma das ligações com o norte, passando por Baixa Grande do Ribeiro, outro grande município produtor da região sul do estado. Com o anel viário os caminhões não se deslocam mais pelo núcleo urbano, mas, ainda assim, o trânsito de automóveis é intenso.

A porção mais antiga da cidade fica nas proximidades da Catedral Nossa Senhora das Mercês. Ali se encontra boa parte do comércio, das instituições de serviços públicos e estabelecimentos bancários. O centro é bastante horizontalizado e arborizado, com poucas edificações com mais de dois andares. As residências mais comuns da sede do município não destoam do que se encontra pela região: casas simples, janelas e portas junto ao arruamento e calçadas, mas quase todas em alvenaria.

A prefeitura e o cemitério central se destacam pelo acanhamento, em especial quando se ouve dos gestores locais que a cidade é um polo comercial e de serviços, para além das atividades de agronegócio que o município desempenha. Um morador observa que o centro da cidade tem dois ritmos: um pela manhã, agitado, no qual pessoas de outras cidades vizinhas resolvem suas pendências em instituições bancárias e outros estabelecimentos; outro pela tarde, quando os serviços se voltam ao público local. Em Bom Jesus, diversamente de outras cidades da região, serviços públicos funcionam durante o dia todo, e não em meio expediente.

A Universidade Estadual do Piauí (Uespi) tem instalações no centro da cidade. Já a Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem seu campus em um posto avançado, distante 5 km. A presença dessas universidades, com seu corpo docente, e os fazendeiros da região que concentram moradia em Bom Jesus, fez com que fosse organizado um novo loteamento em um dos morros da cidade, o Morro do Frei. Ali as edificações são novas, com arquitetura moderna, geralmente de dois andares e com jardins frontais. Há também o uso de cercas eletrificadas no alto do muro em quase todas as casas. Dessa parte mais alta do município se tem uma bela vista não só de toda a cidade, mas também dos arredores, com os paredões avermelhados das chapadas onde se situam campos de soja ao fundo. Por sua localização, esse bairro fica praticamente isolado do restante das residências da cidade.

Figura 107
Bom Jesus, vista parcial da cidade



Foto: Arilson Favareto

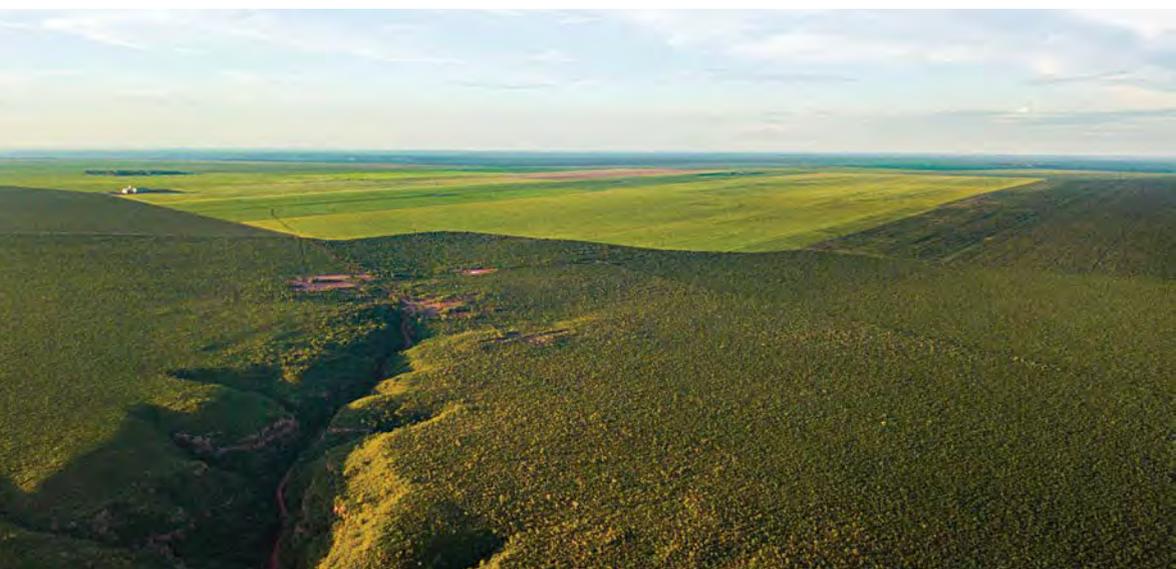
Figura 108
Bom Jesus, vista dos baixões desde a Serra dos Quilombos

Foto: Arilson Favareto



Figura 109
Bom Jesus, área de contato entre as lavouras e a vegetação nativa

Foto: Fernanda Ligabue



Questionado sobre o desenvolvimento local, um importante gestor indica que a atividade agropecuária moderna é algo recente, das duas últimas décadas. A produção se concentra na Serra do Quilombo, com aproximadamente 90 mil hectares de plantio. Com preocupação, aponta que vem ocorrendo um processo de concentração de terras, similar ao que já foi apontado para o caso de Uruçuí. As maiores propriedades têm entre 12 a 25 mil hectares, muitas delas originalmente provenientes de posse, pois “eram terras de meu Deus” em que se aposava delas quem podia e tinha poder para isso. Resulta daí a sobreposição de escrituras e as dificuldades com a regularização fundiária.

Apesar de afirmações categóricas de gestores municipais e lideranças empresariais de que não há conflitos, pois há abundância de terras, a única Vara Agrária do Piauí está sediada justamente ali. As áreas ocupadas pelos empreendedores do agronegócio não eram muito utilizadas pelas comunidades tradicionais. Diferente do que ocorre no oeste baiano, no Piauí o uso comum das áreas das chapadas não era a regra. As populações originais utilizavam, sobretudo, os chamados baixões. Muitas das terras onde se pratica a agricultura comercial ainda estão nas mãos de sulistas que se aventuraram na região. Por isso, as grandes fazendas ainda são consideradas familiares. Não no sentido do que a legislação brasileira ou o conceito sociológico de agricultura familiar tal como usado no Brasil o fazem, porque há um número de assalariados nestas fazendas que ao menos em alguns momentos do ano excede a mão de obra familiar. Mas claramente se aproximando do conceito de *family farming* americano, no qual o controle do empreendimento ainda é de grupos familiares, bastante envolvidos também no trabalho cotidiano. Poucos são os empreendimentos de empresas transnacionais ou fundos de investimento. Essa diferença foi enaltecida, pois na visão do interlocutor, ali “ainda se conversa com gente, e não com empresas”, para marcar a diferença com o que ocorre em outras áreas, onde grandes grupos sem vínculos com o território já dominam a produção. Ressalva, porém, que mesmo com esses produtores locais o diálogo é protocolar, que não há muito o que conversar, pois as fazendas são autônomas. Quando necessário, é a prefeitura quem pede apoio logístico e de infraestrutura para a manutenção das estradas vicinais, e não o contrário.

Da parte de outros setores da população local também prevalece a visão de que o agronegócio alterou a realidade local. Houve a criação de empregos, ainda que muitos deles sazonais. Depois, a criação de uma escola técnica e, então, a instalação das universidades. Uma retórica que confirma como no imaginário local é

difícil separar o que se deve ao setor privado e o que é derivado dos investimentos públicos, já que essas instituições de ensino são estaduais ou federais. Houve um *boom* nas matrículas de jovens que tinham interesse na capacitação, visando melhores empregos. Muitos deles estão empregados em Bom Jesus.

Aqui, há outro fato relevante: embora os empregos não sejam muitos, por conta da mecanização, acabam tendo um alto impacto no imaginário local, tanto pela ausência deste tipo de oportunidades no contexto anterior, como pelo fato de que a população local não é muito numerosa. Assim, uma pequena geração de empregos já afeta a vida de muitas famílias. O mesmo vale para os salários: um operador qualificado de máquinas recebe em torno R\$ 1.200, cerca de 20% acima de um salário mínimo. Porém, poucas são as ocupações locais fora do comércio local ou da administração pública, e nelas o patamar de remuneração raramente excede o valor mencionado.

A Serra do Quilombo, onde estão as fazendas, está distante do centro de Bom Jesus cerca de 40 minutos. O caminho até lá é percorrido por uma estrada estreita, mas em bom estado, cortando pequenas áreas de pastagens e outras ainda cobertas por vegetação nativa. Mesmo não sendo época de colheita o movimento de caminhões é intenso. Em dado momento, saindo da rodovia principal, toma-se uma estrada secundária, em igual estado de conservação, e começa uma subida pelas escarpas da serra. A paisagem lembra outras áreas de chapadas típicas do Brasil central, talvez ainda mais exuberante. O tom laranja e avermelhado das pedras é imponente e emoldura um amplo e vasto vale na parte baixa, no qual a floresta forma um tapete rugoso de verde contrastante.

Após apenas quinze minutos de subida, tempo que pode variar a depender da sorte com o tráfego de carretas, a paisagem se altera por completo. No alto da chapada a estrada se torna retilínea. Nos primeiros metros, há vegetação nativa à esquerda e à direita, como a legislação estabelece, devido à proximidade com as escarpas da serra. Pouco depois, à direita, só se vê duas cores: o verde das plantações de soja se estendendo até o limite do horizonte, onde encontra o azul do céu. À esquerda, exatamente a mesma imagem. À frente, o olhar só distingue dois pequenos pontos lá adiante, às margens da linha da estrada. Mais de perto, nota-se que são os silos de três das grandes *tradings*. A paisagem seria basicamente a mesma se o viajante estivesse em Bom Jesus, Uruçuí, Correntina ou Campos Lindos.

Em termos de indicadores sociais e econômicos, Bom Jesus se destaca em relação aos dados agregados do Piauí, embora siga bem abaixo dos indicadores nacionais. O PIB per capita, de R\$ 13 mil é quase a metade do nacional, mas praticamente R\$ 4 mil acima do agregado piauiense. A distribuição de renda, expressa por um índice de Gini de 0,62, é pior do que o nacional, 0,60, e também do que o estadual, em 0,61. A renda média local, no entanto, supera a do estado do Piauí, com R\$ 501 contra R\$ 416 no agregado estadual. Quando se trata da distribuição da renda e do nível de pobreza os números, ainda que não sejam expressivos, seguem ligeiramente melhores do que a realidade do estado. Em 2010, 90% da população local vivia com até dois salários mínimos, quase igual aos 91% do estado. 74% viviam com até um salário mínimo, ante 78% no estado do Piauí. 52% se enquadravam em condição de pobreza, contra 58% no estado. 15% da população local estavam em condição de extrema pobreza, frente a 18% no Estado.

Quanto ao bem-estar, com exceção da taxa de matrícula no ensino médio, que em Bom Jesus era de 31%, seis pontos percentuais abaixo do agregado do Piauí, os demais indicadores do município apresentam melhor performance. 2% da população local ainda possui acesso deficitário em termos de saneamento contra 8% no Piauí. A esperança de vida é de 72 anos, um a mais do que observado para o agregado piauiense. Já a mortalidade infantil registrou 19 óbitos por mil nascidos vivos contra 23 no estado.

Figura 110
Mapa de ocupação do solo em Bom Jesus (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 111 – Indicadores socioeconômicos selecionados para Bom Jesus e Piauí (2010)

Indicador	Bom Jesus	Piauí
Renda <i>per capita</i>	R\$ 501	R\$ 417
Gini da renda	0,62	0,61
Extrema pobreza	15,83%	18,77%
Água e saneamento	2,39%	8,15%
Mortalidade infantil	19,60	23,05

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Baixa Grande do Ribeiro – PI

Formando um triângulo com Uruçuí e Bom Jesus, ao sul da primeira e a oeste da segunda, bem na divisa com o Maranhão, está Baixa Grande do Ribeiro, mais um dos campeões da produção de soja. A criação oficial do município é recente, instituído em 1992, a partir de desmembramento de Ribeiro Gonçalves. Antes disso já havia recebido levas de migrantes provenientes do semiárido piauiense, em especial de Canto do Buriti, São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Caracol e Remanso, este último na Bahia. Atraída pelos solos férteis e pela hidrografia privilegiada, esta população fixou residência nas margens dos rios, propícias à agricultura e criação de gado nas regiões conhecidas como baixões, em contraposição às áreas do planalto, as chapadas.

A ocupação foi bastante semelhante à que se apresentou em Uruçuí, assim como na maioria das áreas ocupadas pela agricultura de grãos. A principal característica de Baixa Grande do Ribeiro, diversamente de Uruçuí, é que a concentração de terras se fez presente em praticamente toda a área agricultável do município. Segundo relatos locais, há ao todo cerca de 400 empresas, sendo que 40 delas são grandes e produzem em torno de 90% do total do PIB agropecuário. Há menções à presença crescente de capital internacional, inclusive chinês. Mas o caso mais mencionado é de um produtor que teria começado como caminhoneiro. Hoje, ele é dono de uma frota de cerca de 300 caminhões e proprietário de uma das maiores áreas. Em quase todos os municípios do sul do Piauí e do Maranhão há presença das empresas de seu grupo, seja com terras, serviços de transporte ou com uma expressiva rede local de lojas de insumos.

As relações do município com os produtores, no entanto, são tênues, assim como nas demais localidades. As empresas por vezes oferecem ao município apoio para

a manutenção de estradas vicinais que dão acesso às fazendas. A relação destes produtores com o núcleo urbano também é praticamente inexistente. Todos residem fora. E mesmo os insumos para a produção são adquiridos em outras localidades.

Ao sul da área onde estão concentradas as plantações está a Estação Ecológica de Uruçuí-Una, quase que integralmente no município de Baixa Grande do Ribeiro. Quando indagados sobre potenciais conflitos com essa área de conservação, as respostas são unânimes: não há problemas. Apesar disso, mapas aéreos indicam o avanço da produção agrícola sobre a área protegida.

A respeito dos conflitos com agricultores familiares a resposta é similar: não há problemas; nesse caso, porque a população sempre se concentrou nos baixões. Porém, muitos consideram que, com o esgotamento das terras altas, as fazendas planejam a ocupação das áreas dos baixões, se não com a produção da soja, com a pecuária. Isso é motivo de preocupação, pois envolve conflitos fundiários e, também, a pressão sobre os recursos hídricos. Por essas áreas correm os rios e riachos que formam a bacia hidrográfica responsável pelo abastecimento do estado, no qual a água já é um recurso bastante escasso.

A sede municipal fica localizada na franja norte do município, nas proximidades do Riacho da Volta. Das sete ruas que cortam o diminuto núcleo urbano no sentido norte a sul, a mais próxima do riacho é a estrada estadual PI-392, que atravessa parte do município, procedente de Bom Jesus, a leste, e desemboca na BR-324, já em Ribeiro Gonçalves, a oeste, e dali segue até Balsas.

O núcleo urbano é formado por edificações térreas, quase todas muito simples, daquelas típicas com janelas e portas dando diretamente na calçada e que permanecem abertas durante boa parte do dia. Há pouquíssimos sobrados. As edificações públicas são igualmente simples, possivelmente construídas assim que o município foi emancipado. Exceção é a Câmara Municipal, cujo prédio, ao lado do cemitério, é bem recente e destoa dos demais. Praticamente todas as ruas são calçadas com pedras de arenito rosa.

A quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços é muito reduzida, indicando claramente que, apesar da riqueza produzida, pouco circula e ativa a economia local, repetindo o que se viu em outros municípios com produção expressiva, mas que não cumprem a função de polos regionais. Podem ser vistas

algumas lojas populares, um ou dois restaurantes modestos, outros dois quiosques na praça central e duas ou três pousadas cuja rusticidade ou singeleza não destoam do restante.

As ruas não são arborizadas, como em Bom Jesus, embora suas três praças o sejam, uma mais, outras duas menos. Numa delas, vê-se uma enorme carreta estacionada, não na rua, mas dentro da praça. A praça central da Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus também conta com uma quadra de esportes, frequentada nos finais de tarde por jovens locais, quando a temperatura é mais amena e é mais fácil encontrar pessoas nas ruas, algo raro de se ver quando o sol está a pino. A praça da prefeitura é a única em que há um jardim planejado, com um sistema de irrigação que permite que esteja sempre florido. O movimento de carros é quase inexistente. E a população estimada é de cerca de 11 mil habitantes, sendo que 63% moram neste núcleo urbano (IBGE, 2011).

Figura 112

Baixa Grande do Ribeiro, vista parcial de uma das vias principais

Foto: Arilson Favareto



Figura 113
Baixa Grande do Ribeiro, vista parcial de uma praça
do núcleo urbano do município

Foto: Arilson Favareto



Segundo um dos principais gestores municipais, Baixa Grande do Ribeiro goza de uma grande vantagem em sua localização geográfica, por estar entre Bom Jesus e Balsas, dois polos econômicos na produção de grãos e que contam com serviços especializados. Justamente por isso, talvez nenhum desses serviços sejam vistos em Baixa Grande do Ribeiro. De forma similar ao que se vê em Formosa do Rio Preto, outra campeã nacional da produção da soja, um visitante desavisado duvidaria que a localidade concentra tão expressiva produção de riquezas.

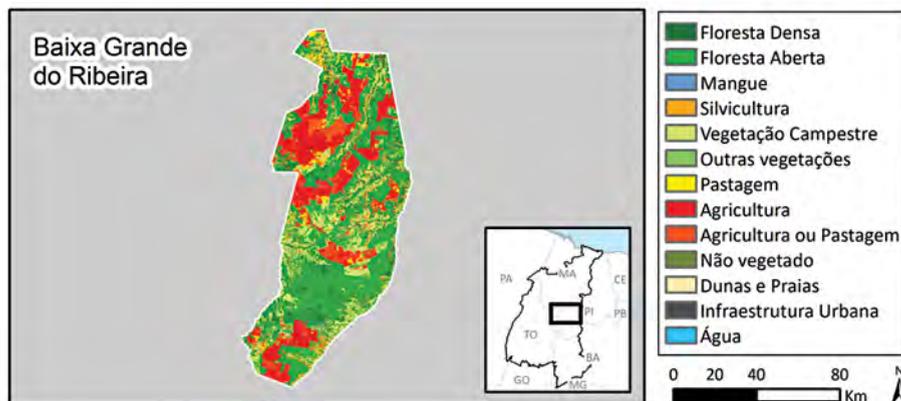
Os dados socioeconômicos de Baixa Grande do Ribeiro sintetizam bem essa contradição entre a riqueza e a pobreza local. De todos os dados analisados aqui, apenas o PIB per capita local e o índice de Gini são relativamente bons, especialmente comparados com os dados do Brasil. O PIB per capita local, em 2013, foi de R\$ 27 mil, pouco acima do nacional, de R\$ 26 mil. O índice de Gini para desigualdade de renda era de 0,56, melhor do que o nacional, em 0,60. Nos demais indicadores associados à renda a diferença negativa é considerável. Quanto à distribuição de renda e incidência da pobreza, em 2010 a proporção da população que vivia com até dois salários mínimos era de 97%, ante 91% no estado. 90% viviam com até um salário mínimo, contra 79% no Piauí. Em condição de pobreza estavam 73% da população local, ante 58% no conjunto do estado. E em condição de pobreza extrema eram 30%, ante 18% no restante do Piauí.

Salvo o acesso a fontes de água melhorada e escoamento sanitário, que tem taxas praticamente equivalentes às do estado do Piauí, 7% contra 8% respectivamente, os demais indicadores também apresentam desempenho pior do que o restante do estado. A expectativa de vida local é de 70 anos, ante 71 no Piauí. A mortalidade infantil registrada é de 27 óbitos por mil nascidos vivos, contra 23 no Estado. Além disso, apenas 20% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio, mais de 17 pontos percentuais abaixo do agregado estadual, que é de 37%.

É sob essas condições que, na atualidade, Baixa Grande do Ribeiro se firmou como o único município piauiense entre os *top 10* de produção de soja do Matopiba.

Figura 114

Mapa de ocupação do solo em Baixa Grande do Ribeiro (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 115

Indicadores socioeconômicos selecionados para Baixa Grande do Ribeiro e Piauí (2010)

Indicador	Baixa Grande do Ribeiro	Piauí
Renda <i>per capita</i>	R\$ 226	R\$ 417
Gini da renda	0,56	0,61
Extrema pobreza	30,02%	18,77%
Água e saneamento	7,59%	8,15%
Mortalidade infantil	27	23,05

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Balsas – MA

Como o próprio nome sugere, a história do município, cuja origem remonta ao final do século XVIII, está ligada ao Rio Balsas, único afluente na margem esquerda do Rio Parnaíba. Este era o melhor ponto de passagem para a ocupação do sertão à época. Nele foi instalado o porto das Caraíbas. Ao seu redor estabeleceram-se moradias e pequenos comércios voltados aos que estivessem em viagem. No final do século XIX, em 1879, foi criado às margens do Balsas o Arraial da Vila Nova. No local, próximo ao rio, mas em segurança para os períodos de cheias, foi instalada uma praça e, nela, uma pequena capela em homenagem a Santo Antônio, que mais tarde deu lugar à atual Paróquia de Santo Antônio de Balsas. Em 1892, a localidade passou a ser uma vila e, em 1918, foi criada oficialmente a cidade de Santo Antônio de Balsas, nome mantido até 1943, quando passou a se chamar apenas Balsas.

Como em toda a região, a principal atividade econômica da localidade até os anos de 1970 foi a pecuária extensiva, comandada por fazendeiros locais, migrantes de regiões do Piauí e do norte de Goiás. Nos finais da década de 1970 houve uma mudança na configuração do município com a chegada dos primeiros migrantes sulistas, que inicialmente criaram as primeiras fazendas de arroz na região dos Gerais de Balsas (MOTA, 2011). Essa atividade levou Balsas e Imperatriz a despontar entre os cinco maiores produtores do grão no estado maranhense na década de 1970 e parte dos anos 1980. O arroz foi utilizado como cultura pioneira nos marcos da expansão da fronteira agropecuária, abrindo espaço para as demais lavouras, notadamente a soja, que se instala com força a partir dos anos 1980, período em que houve expressiva concentração de terras e apoio aos investimentos por parte do Estado. Desde então o município, além da produção de grãos, consolidou seu papel de centro comercial e de serviços na região sul do Maranhão, estendendo sua influência para o norte do Tocantins e o sudoeste do Piauí. Hoje, Balsas conta com cerca de 94 mil habitantes, o décimo entre os 217 municípios do Maranhão. A maior parte dessa população, cerca de 87% dos domicílios, pode ser encontrada na sede do município.

O núcleo urbano é cortado por algumas rodovias. A BR-230, conhecida como Transamazônica, a oeste liga o município a Carolina (MA) e, de lá, ao Pará. A BR-324, a leste, o liga a Bom Jesus. Há ainda as estradas estaduais, como a que liga Balsas a Tasso Fragoso, ao sul, ou outras ramificações em direção à porção central e norte do estado.

À beira da rodovia principal está localizado o comércio voltado ao setor produtivo, com as grandes concessionárias de veículos, tratores e máquinas agrícolas, as empresas de insumos, os grandes postos de combustíveis, o melhor restaurante local, e, mais ao extremo, silos de armazenagem de grãos. Dos dois lados, atrás deste comércio, estão os bairros residenciais.

Saindo da rodovia em direção ao centro antigo há uma avenida principal, onde está concentrado outro tipo de comércio, este voltado à população local. Esse eixo é o novo centro. Ali estão lojas de marcas de grife, restaurantes e gelaterias, além de hotéis de porte intermediário, grandes supermercados, lojas de móveis e eletrodomésticos, materiais de construção e instituições bancárias. Mas há também um comércio popular expressivo.

O movimento é muito intenso durante todo o dia. Pessoas e veículos dividem o espaço local. Há carros de alto padrão, uma profusão de motocicletas dos mais variados modelos, e automóveis com muitos anos de uso. A impressão que se tem é de que há um dinamismo na vida econômica local e de que ao menos parte da riqueza produzida ativa esses circuitos locais.

Ao mesmo tempo, tudo leva a pensar também na marcante desigualdade. Mais perto do centro histórico do que da rodovia está o prédio da prefeitura, cuja precariedade contrasta com a opulência de alguns dos estabelecimentos comerciais voltados ao agronegócio. Diversos setores públicos e secretarias ocupam edificações circunvizinhas pela falta de espaço, a ponto de uma entrevista com um dos principais gestores locais ser feita no escritório da empresa dele, e não na sede da secretaria à qual está vinculado.

Um pouco mais adiante, chega-se ao centro antigo. A agitação da parte mais nova da cidade dá lugar a um ritmo bem mais tranquilo e, em certas ruas, o silêncio predomina. A praça do centro histórico e mais algumas poucas edificações ainda guardam relação com o rio. Nota-se isso por meio do arruamento e das edificações, todas voltadas para a vista que se tinha dele no passado. O centro ainda tem residências, mesmo que boa parte das pessoas tenha se deslocado para algum dos bairros que circundam a área central.

Embora a cidade seja horizontalizada começam a despontar prédios espelhados com diversos andares. Os grupos sociais com maior poder aquisitivo moram em bairros onde o tamanho dos lotes é maior, em casas com muros altos e cercas

eletrificadas. Em muitos deles o arruamento é bastante precário, com ruas de terra em péssimo estado de conservação. Os grupos de menor poder aquisitivo vivem nos bairros onde os lotes são menores e as construções, obviamente, são mais simples, repetindo o padrão regional.

Quase nada há no entorno do rio, exceto uns poucos bares que, no fim do dia e aos finais de semana, reúnem a juventude local, tocando música em alto volume, dos mesmos estilos que se escuta nas periferias das grandes cidades do sul do país. É possível cruzar o rio por três pontes, uma delas uma antiga ponte pênsil de madeira, cuja proteção lateral desabou em alguns trechos, e hoje tem seu uso liberado somente para pedestres e bicicletas. A partir dali se estendem bairros populares.

Muito próximo do novo centro, às margens da rodovia, está o aeroporto de Balsas. A pista é simples, mas opera algumas dezenas de aviões particulares, utilizados para atividades políticas e por empresários do agronegócio.

Figura 116
Balsas, vista parcial da Prefeitura Municipal

Foto: Arilson Favareto



Figura 117
Balsas, vista parcial do Rio Balsas próximo ao centro antigo

Foto: Suzana Kleeb



Figura 118
Balsas, assentamento na zona rural do município

Foto: Arilson Favareto



Uma destacada liderança local, ao falar de sua relação com o município, também lista uma série de problemas. Ela desenha no centro de uma folha de papel um quadrado que representa a zona central da cidade. Num extremo da folha, fora do quadrilátero, ela marca um “x” que indica sua residência, e descreve os cuidados com o jardim, além de outras amenidades, tudo muito aprazível. No extremo oposto, outro “x” representa seu local de trabalho, também bastante arborizado e tranquilo. Após descrever os dois locais, o interlocutor, com traço forte e rápido, desenha uma linha reta que corta o quadrado figurativo da zona central ligando diretamente os dois extremos e afirmando aliviado que não precisa se embrenhar pelo centro da cidade, onde tudo é muito precário.

A relação com o espaço urbano do município parece ser delicada para boa parte das elites locais. Interrogada a respeito de semelhanças e diferenças com outros municípios-polo do Matopiba, uma pessoa ligada à administração municipal adverte que esse tipo de comparação não é possível. Seria injusto comparar Balsas com Luís Eduardo Magalhães, ou mesmo com Sorriso e Sinop, estas mais distantes. Porque estas outras cidades teriam sido criadas com uma visão de futuro, o que não seria o caso de Balsas. Esta ponderação é seguida por uma longa lista de problemas estruturais e dificuldades para a gestão pública: escoamento de esgoto no rio, ruas estreitas e sujas, desenvolvimento desordenado, inexistência de transporte público, cemitério localizado na área central, 300 km de estradas vicinais em terra e em más condições de manutenção.

Apesar disso, ou justamente por isso, esta liderança empresarial, hoje no poder público municipal menciona com grande expectativa uma iniciativa em curso, a elaboração de um plano diretor e um planejamento de médio prazo para o município. Para ele, que vem da iniciativa privada, o plano de governo para mudar essa condição e beneficiar a classe média ligada ao setor agropecuário e que tem domicílio em Balsas deveria ser semelhante a um plano de negócios. Sempre segundo sua narrativa, a atual gestão *“afiou o machado”* e já colhe dividendos com altas taxas de aprovação, estando *“quase prontos para o sucesso”*. Acredita que em oito anos o município será outro. A preocupação com a dimensão social aparece em sua fala subordinada à economia. É, nas palavras dele, uma consequência. Além disso, a necessidade de retomar os fios rompidos com a política sempre é lembrada. Antes, eram eleitos deputados estaduais e federais, hoje não mais. São duas as razões apontadas. A maior concentração populacional em outras regiões do Maranhão. *“Aqui tem riqueza, mas não tem voto”*, diz ele. E a falta de união das elites locais: *“todos precisam remar para o mesmo lado, não é possível cada*

gaúcho ser uma ilha". Ainda segundo este mesmo interlocutor, a segunda geração de empreendedores locais, a qual ele pertence e que está à frente do governo municipal, tem essa responsabilidade. Diz ele: *"os tempos são outros, e o amador não tem espaço na soja"*.

A busca pela inovação e a sensação de que o setor agrícola caminha para níveis mais altos de competitividade, com riscos de maior concentração, prejudicando os fazendeiros pioneiros da região, é muito presente entre as lideranças locais, sobretudo os mais jovens. Um deles, filho de fazendeiros *gaúchos*, tem uma empresa de biotecnologia que, em suas palavras, concorre com a Syngenta e a Monsanto, valendo-se para isso de sua inserção local: por conhecer bastante as condições produtivas específicas dali, sua empresa desenvolve experimentos e produz uma variedade de sementes muito adaptadas, o que permite a ele estar sempre um pouco à frente das grandes do setor de biotecnologias. Outro diferencial da empresa é, segundo suas palavras, *"ir onde os americanos não podem"*. Lista, a partir daí, países inóspitos para investimentos das grandes empresas internacionais, como a Venezuela.

A diversificação dos negócios é, segundo ele, uma das formas de fazer frente à tendência de concentração no setor, cuja lógica é conhecida: os preços dos insumos sobem, os preços das commodities não acompanham e a margem de lucro é comprimida. Além da diversificação dos negócios, a diversificação da produção é outra válvula de escape, e a integração lavoura-pecuária é sempre mencionada, não só por ele, mas por praticamente todos os produtores e lideranças empresariais. A terceira alternativa são os ganhos na gestão: buscar variedades e insumos que permitam o aumento da produtividade. E os que não conseguem concorrer? Deixam o setor ou vendem suas terras para comprar outras mais baratas adiante, isto é, nas novas áreas que ainda estão sendo abertas no movimento de expansão da fronteira. Na interseção entre as duas últimas alternativas, também em Balsas como no Piauí, as áreas dos baixões são vistas como lugares potenciais a serem explorados. Tudo indica, portanto, que o dinamismo vivido pela região ainda está longe de ter chegado ao limite. Mas é possível imaginar, também, que as vias em que ocorrerá podem gerar conflitos nas áreas de expansão e agudizar tensões entre grupos sociais.

Um pouco afastada do núcleo urbano, encontra-se numa fazenda a sede da Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (Fapcen), organização privada que une empresários e produtores rurais com o objetivo de promover

melhorias nas sementes e a buscar alternativas, sobretudo tecnológicas, para as necessidades do agronegócio regional. Todo ano a fundação organiza uma feira que mobiliza atores locais para a discussão de novos padrões, ideias e tecnologias. Segundo sua direção, uma das prioridades recentes tem sido a incorporação da pauta da sustentabilidade.

A organização vem atuando fortemente no tema da certificação da soja, nos marcos da iniciativa internacional, RTRS. Trata-se de uma iniciativa global de governança privada que busca reduzir os impactos socioambientais decorrentes da produção de soja, por meio da adoção de critérios e padrões de sustentabilidade, delineados por agentes advindos de diferentes áreas, desde ONGs até o setor empresarial, presentes ao longo da cadeia produtiva do grão, mas sem a interferência dos órgãos governamentais na tomada de decisão. Ao certificar seus produtos, as empresas ou indivíduos agregam valor ao produto para exportação, além de garantir sua permanência em mercados mais exigentes e sensíveis aos temas associados à sustentabilidade.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas tem mais de cinco mil associados. A participação de agricultores familiares associados ao sindicato é baixa, o que se atribui à falta de incentivos do governo e de assistência técnica. Interrogados sobre os significados da expansão da soja no município os relatos destacam os problemas sempre apontados pelos críticos do modelo ali experimentado: desmatamento, assoreamento dos principais córregos e uso indiscriminado de agrotóxicos. Os maiores conflitos, contudo, se concentram na questão fundiária.

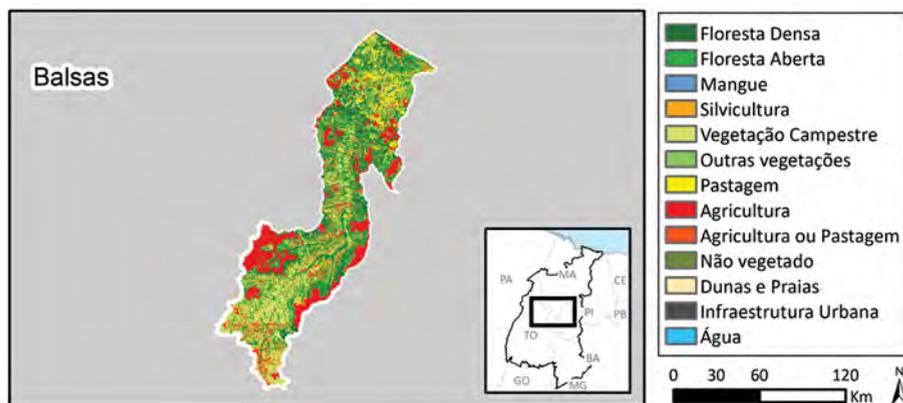
Quanto aos aspectos socioeconômicos, a imagem de dinamismo se expressa também nos indicadores de desenvolvimento do município. Balsas possui um PIB per capita superior ao do estado do Maranhão e mesmo à média brasileira: este valor era de R\$ 28 mil em Balsas, ante R\$ 9 mil para o Maranhão e R\$ 26 mil para o conjunto do país. A desigualdade de renda, medida pelo Gini também é melhor do que os valores obtidos para o Brasil e para o Maranhão: respectivamente 0,58 para Balsas contra 0,60 e 0,62 para o estado e para o país. Mas a renda média local, de R\$ 531 ainda fica distante da renda média nacional de R\$ 793. Ainda com relação à renda, cerca de 87% da população se situava na faixa inferior a dois salários mínimos no ano de 2010, ante 92% no conjunto do Maranhão. 70% tinha renda até um salário mínimo, contra 82% na média do estado. 47% estava em condição de pobreza, com renda inferior a meio salário mínimo, ante 65% na média estadual. E 8% vivia em condição de extrema pobreza, recebendo até

um quarto de um salário mínimo, ante 22% no restante do estado. Todos estes indicadores eram piores do que as médias nacionais.

Quanto aos indicadores de bem-estar, o acesso a fontes melhoradas de água e saneamento ainda é deficitário para 15% da população, ante 23% no conjunto do Maranhão. A esperança de vida, de 73 anos, é similar à média nacional, e superior ao valor obtido para o estado, de 70 anos. A mortalidade infantil, por sua vez, é de 19 óbitos por mil nascidos vivos, número maior do que o nacional, de 16 mortes, mas abaixo da taxa do Estado, de 28 mortes a cada mil nascidos vivos. Por fim, na taxa líquida de matrícula no ensino médio, o desempenho novamente está próximo do nacional, com 42% dos jovens entre 15 e 17 anos matriculados, sendo que no Brasil este percentual é de 43%, e no Maranhão 38%.

Repete-se em Balsas, município polo do sul do Maranhão, o que já se viu nos demais municípios na mesma condição nos demais estados do Matopiba: dinamismo econômico encontrando certa correspondência na melhoria de indicadores sociais. Mas como se verá a seguir, também se repete o fato de que este bom desempenho não transborda para os municípios do entorno. Tasso Fragoso, ao sul de Balsas, é exemplo disso.

Figura 119
Mapa de ocupação do solo, Balsas, Maranhão (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 120

Indicadores socioeconômicos selecionados para Balsas e Maranhão (2010)

Indicador	Balsas	Maranhão
Renda <i>per capita</i>	R\$ 531	R\$ 360
Gini da renda	0,58	0,62
Extrema pobreza	8,5%	22,47%
Água e saneamento	15,06%	23,99%
Mortalidade infantil	19,5	28,03

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Tasso Fragoso – MA

A origem de Tasso Fragoso, mais um dos dez campeões da soja no Matopiba, está ligada a Alto Parnaíba. Suas terras foram ocupadas por migrantes provenientes do Piauí em meados do século XX, instalando-se para exploração da agricultura de subsistência. A população, contudo, era muito rarefeita e, somente no final da década de 1940, um pequeno povoado com casas de comércio surgiu nas proximidades do Rio Parnaíba. O estímulo à atividade pecuária também veio pouco depois disso. Em 1961, o distrito foi elevado à condição de município, quando recebeu o nome atual em homenagem a Augusto Tasso Fragoso, maranhense nascido em São Luís, citado nos registros históricos como general do exército, engenheiro militar, bacharel em matemática e ciência físicas e naturais, historiador, sociólogo e astrônomo, tendo tomado parte na junta governativa do país no momento de deposição do presidente Washington Luís. A transformação da atividade pecuária extensiva para a moderna agricultura de grãos, assim como nos demais municípios da região, ocorreu na década de 1980, inicialmente com o cultivo do arroz e, sobretudo, a partir dos anos de 1990 com o cultivo da soja.

Desde Balsas, o motorista precisa de quase três horas de deslocamento para vencer os 142 km de distância através de uma estrada esburacada e com intenso tráfego de caminhões. A MA-006 é considerada por muitos a estrada em pior estado de conservação do Maranhão, apesar de conectar dois dos maiores municípios produtores de grãos do estado, além de servir também como meio de escoamento da produção de outros locais destacados, como Santa Filomena, uma das áreas de expansão de soja no Piauí, do outro lado da divisa.

O núcleo urbano de Tasso Fragoso é pequeno, praticamente sem calçamento, composto por cinco ruas e suas travessas, que correm paralelamente ao Rio Parnaíba, na divisa de estado com o Piauí. Há duas praças praticamente contíguas em que estão a Paróquia Nossa Senhora do Carmo e Conceição, o prédio da prefeitura, a escola estadual e outra edificação com serviços públicos ligados ao planejamento, esporte, lazer, assistência social, juventude e cultura.

Junto a este pequeno centro administrativo, a apenas alguns passos, pode-se encontrar um ponto de transposição do Rio Parnaíba, feito por meio de um serviço privado de balsa, que permite a travessia de pouco mais do que uma carreta por vez. Segundo moradores locais essa via é utilizada com maior frequência por caminhões que conduzem os grãos do interior do município vizinho para ser encaminhado a Balsas, de Balsas a Imperatriz e, de lá, pela ferrovia, até o Porto do Itaqui, em São Luís. Um dos gestores consultados indicou que, devido à precariedade da estrada, atualmente os agropecuaristas tem preferido seguir no sentido contrário, via Barreiras, para acessar o porto no litoral baiano. Outra rota está associada à produção de milho, que segue até Balsas, e dali até Floriano, no Piauí. Em sequência, toma o rumo de outras capitais do Nordeste, como Fortaleza e Recife, em cujas áreas metropolitanas são encontradas grandes granjas de pequenos animais.

Os preços de transposição do rio não são baratos. A empresa concessionária, Pipes, também executa o mesmo tipo de atividade nos rios Tocantins, Araguaia, Parnaíba, Sono, Manoel Alves Grande e Balsas. O proprietário é Pedro Iran, empresário conhecido na região, que iniciou as atividades décadas atrás com um único barco, hoje exposto no Museu Histórico de Carolina. Com a expansão dos negócios, ele recebeu a alcunha de "rei do rio". Apesar de se tratar de um ponto de travessia entre dois estados, com enorme tráfego de mercadorias, não há posto fiscal. Outros pequenos barcos particulares também fazem a travessia clandestinamente em pontos mais abaixo do rio, nesse caso com prioridade para pessoas e pequenos objetos, praticando preços mais módicos.

Figura 121
Tasso Fragoso, vista parcial da via principal

Foto: Arilson Favareto



Figura 122
Tasso Fragoso, balsa na travessia do Rio Parnaíba

Foto: Arilson Favareto



Figura 123
Tasso Fragoso, principal rodovia de acesso a Balsas

Foto: Suzana Kleeb



A produção de soja coloca Tasso Fragoso entre os *top* 10 do Matopiba e um dos maiores produtores do Maranhão, ao lado de Balsas e Grajaú. Apesar de não haver menção a conflitos recentes, é consenso que houve diversos deles no passado e que só não foram maiores porque os agricultores familiares tinham e têm a prática de se estabelecer na região dos baixões, que não é privilegiada pela agricultura de grande porte. No entanto, é crescente o interesse das empresas produtoras de grãos em utilizar as áreas dos baixões, não apenas como reserva legal, mas também para promover a integração da produção de grãos com a pecuária. Com isso, o potencial de conflitos não é pequeno, a exemplo do que se observa em outros municípios já mencionados.

Também como se vê em outros locais, a relação entre poder público municipal e os grandes empreendimentos, nesse caso congregados na Associação dos Produtores da Serra do Penitente, é praticamente nulo, uma vez que as empresas, quando não são grandes conglomerados de fora da região, têm proprietários que moram em Balsas e raramente se deslocam até as fazendas.

Um morador que veio para o município há cerca de vinte anos indicou que, naquela oportunidade, as perspectivas de enriquecimento em Tasso Fragoso eram convidativas. Essa foi, inclusive, a razão de sua mudança. Hoje, contudo, em sua opinião, não há mais a mesma expectativa. Não há um comércio significativo, nem qualquer tipo de investimento urbano. Apesar de contar com um hospital público inaugurado em 2014, há grande carência de profissionais para os trabalhos, funcionando na prática como uma enfermaria. O mesmo interlocutor menciona projetos que, em sua opinião, poderiam alterar essa condição precária. É o caso da Hidrovia do Parnaíba-Balsas ou da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, que passariam pelo município. Esses dois vetores poderiam trazer maior dinamismo, acredita ele, mas ambos estão parados.

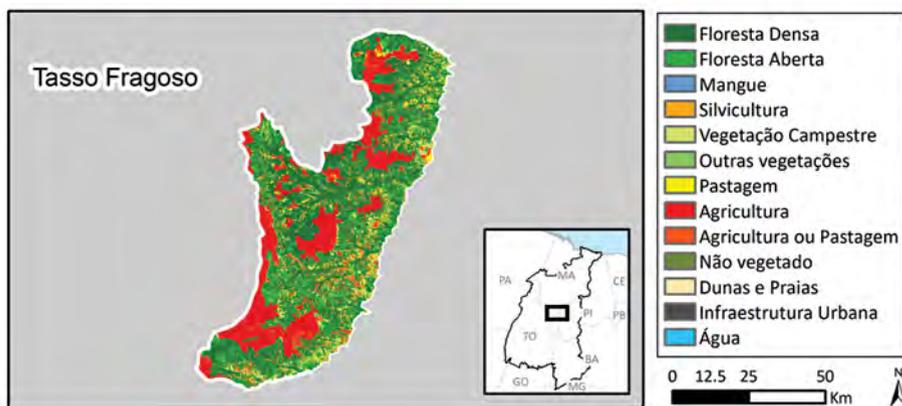
Além da escassez de recursos, se atribui essa situação a falta de força política local junto às escalas superiores de poder, uma vez que a elite econômica local se associa à elite política de Balsas, onde residem. Na verdade, o que ocorre é a repetição da mesma dinâmica territorial já vista nos demais estados e que, aqui, coloca Tasso Fragoso em posição dependente e subordinada a Balsas. É a mesma condição experimentada por Baixa Grande do Ribeiro em relação a Uruçuí ou Bom Jesus, ou por Formosa do Rio Preto em relação a Luís Eduardo Magalhães e Barreiras.

Isso acaba sendo expresso nos indicadores socioeconômicos locais. O PIB é três vezes maior do que o PIB per capita brasileiro R\$ 83 mil reais, e nove vezes superior ao maranhense, de R\$ 9 mil. Ainda que o índice de Gini da desigualdade de renda seja menor do que o brasileiro e o maranhense, 0,58 contra 0,60 e 0,62, respectivamente, nos demais indicadores de renda o desempenho é inferior ao próprio estado do Maranhão, que por sua vez fica abaixo dos valores nacionais. Cerca de 95% da população local vivia com uma renda de até dois salários mínimos em 2010, ante 92% no Estado. 86% ganhava até um salário mínimo, contra 82% no Estado. 69% viviam em condição de pobreza, perante 63% na média estadual. E 27% da população encontrava-se em condição de extrema pobreza, ante 22% no Estado.

No que diz respeito aos indicadores de bem-estar, no entanto, seu desempenho por vezes é melhor que o do Estado do Maranhão, mas nunca melhor que o brasileiro. Esse é o caso do acesso a fontes melhoradas de água e saneamento, que em Tasso Fragoso é deficitário para 6% da população, enquanto que no Maranhão este número é de 23%. Também é o caso da esperança de vida de 71 anos

no município, ante 70 anos para o Maranhão, mas pior do que a média nacional de 73 anos. A taxa de mortalidade infantil assinalava 24 óbitos por mil nascidos vivos, número melhor do que o número obtido para o estado, com 28 mortes, mas bem pior do que o número obtido para o Brasil, de 16 óbitos. Na taxa líquida de matrícula no ensino médio o município fica abaixo do Estado do Maranhão, tendo 31% dos seus jovens matriculados, contra 38% no Estado e 43% no Brasil.

Figura 124
Mapa de ocupação do solo em Tasso Fragoso (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 125
Indicadores socioeconômicos selecionados para Tasso Fragoso e Maranhão (2010)

Indicador	Tasso Fragoso	Maranhão
Renda <i>per capita</i>	R\$ 264	R\$ 360
Gini da renda	0,58	0,62
Extrema pobreza	27,43%	22,47%
Água e saneamento	6,37%	23,99%
Mortalidade infantil	24,5	28,03

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Carolina – MA

Carolina destoa de todo o resto e justamente por isso foi incluída neste relato. O município está situado à beira do Rio Tocantins, com uma população estimada em cerca de 23.800 habitantes. As primeiras fixações ocorreram a partir da ligação entre o rio e os interesses expansionistas dos pecuaristas associados à Casa da Torre, na Bahia, que alcançaram a região do sul do Maranhão chamada no século XVIII de Pastos Bons. Mais tarde, algumas vilas foram criadas: Riachão, em 1804; São Pedro de Alcântara/Carolina, em 1810; Chapada/Grajaú, em 1811; e Santa Tereza/Imperatriz, em 1852.

A barreira dos indígenas Krahô, Apinajé, Gavião, Krikati e Kanela, que habitavam parte do atual Tocantins e parte do sul do Maranhão, impôs-se com muita resistência, apesar das atividades missionárias provenientes do Pará (SILVA, 2015). Isto, associado às formações típicas da transição para a Floresta Amazônica, represou durante algum tempo a expansão para além de Carolina, que acabou se consolidando como um núcleo fluvial e comercial, já que boa parte da produção pecuária de Pastos Bons era escoada para o mercado de Belém pelo porto dessa vila.

Em 1859 foi elevada à categoria de cidade, consolidando-se como o maior entreposto comercial do médio Tocantins. Manteve sua hegemonia regional até meados dos anos 1960, quando a construção das rodovias BR-010 (Belém-Brasília) e BR-230 (Transamazônica) modificou a lógica e a dinâmica territorial, favorecendo outros municípios como Imperatriz (MA), Araguaína (TO) e Marabá (PA), todos situados na passagem dessas estradas.

Ainda hoje há certa controvérsia envolvendo o traçado das rodovias: alguns relatam que as elites locais de Carolina interferiram para que a rota não passasse exatamente por ali, pois sabiam que isso alteraria muito a dinâmica local. De fato, os demais municípios mencionados, além das atividades comerciais, deram suporte para as atividades do Projeto Carajás, com a exploração de minérios desde a década de 1980. Estabeleceu-se um novo modelo de mobilidade com infraestrutura voltada à interligação de estradas, ferrovias e portos para exportação, o que deixou Carolina relativamente à parte dos novos circuitos econômicos.

Figura 126
Carolina, casario na praça central visto desde a torre da igreja
Foto: Suzana KleeB



Figura 127
Carolina, vista parcial do Rio Tocantins desde a praça central
Foto: Suzana KleeB



Outra transformação mais recente na dinâmica da região foi a inauguração da Usina Hidrelétrica de Estreito em 2012, cujo reservatório se estende até Carolina, ocupando parte considerável do território e interferindo na navegabilidade do Rio Tocantins.

A BR-230, vindo de Riachão e de Balsas, a leste, corta o município, mas não modificou a lógica de sua ocupação original, ao contrário do que se viu em outros locais. No caminho não se veem campos de soja, embora eles existam, como se verá adiante. A paisagem é marcada sobretudo pela vegetação nativa e por belas formações rochosas que se destacam no horizonte.

A entrada na cidade deixa a impressão de se tratar de uma organização urbana mais estruturada, com ruas relativamente largas, bom calçamento, arborização e comércio diversificado. A movimentação de pessoas e veículos é permanente. Há uma mistura de construções mais antigas, boa parte delas bem conservadas, e outras mais novas, assim como um número expressivo de clubes e associações locais, considerando o tamanho diminuto do município. Avançando pelas vias principais, chega-se à zona portuária da cidade, que conecta a rodovia a Filadélfia, no Tocantins, do outro lado do rio. A transposição é feita por grandes balsas e pequenos barcos durante todo o dia e mesmo à noite. Nas proximidades do porto, encontra-se o estaleiro da empresa Pipes. Além de oferecer o serviço de transposição para esse trajeto, ali são construídas as balsas utilizadas também em outras localidades do estado.

Em uma pequena elevação acima do porto está o centro histórico de Carolina, tombado como patrimônio cultural do Maranhão. A área tem um arruamento organizado de forma paralela ao rio, com diversas edificações remanescentes do século XIX e início do século XX. A praça central é longa e termina na Igreja São Pedro de Alcântara, construída em 1864 nas proximidades do marco zero da cidade. Diversas ruas da área central correm acompanhando o mesmo sentido e são cortadas por outras que configuram um intrincado urbano remanescente de um espaço colonial. Ao longo do século XX, a cidade se expandiu no sentido nordeste, encontrando-se com a BR-230.

A poucos metros da praça central está instalado o pequeno mas impecável Museu Histórico de Carolina, financiado por uma organização não governamental formada por carolinenses que hoje vivem em Brasília, São Paulo e outras grandes cidades. No museu é possível notar que a vida cultural da cidade já foi intensa.

Várias formas de agremiação estão documentadas e envolviam desde bandas de jazz até grupos de teatro e literatura no meio do século XX. Esse dinamismo era traduzido também em termos econômicos, com embriões de pequenas fábricas de beneficiamento da produção local e a construção de uma hidrelétrica naquela mesma época.

Nas proximidades do núcleo urbano está instalado o aeroporto de Carolina, utilizado também no meio do século passado pelo Correio Aéreo Nacional, e ainda hoje em condições de uso comercial. Há interesse do município em reativá-lo em função do potencial turístico local. Uma parte do município forma o Parque Nacional da Chapada das Mesas que, recentemente, vem despontando como destino turístico por conta das atrativas cachoeiras e piscinas naturais que se formam no local.

A tentativa de exploração desse potencial tem aproximadamente uma década e meia apenas, mas considera-se que essa é a vocação econômica do município. A pecuária e a produção de grãos, localizadas na porção sul do município, são mencionadas como importantes. Mas a soja, no entanto, é assinalada como apenas mais uma atividade presente na dinâmica de Carolina, sem a dependência que se vê em outros locais, nem tampouco com a expectativa de que amplie significativamente sua participação: "*Aqui não se fala em Matopiba*", diz um dos entrevistados.

Algumas pousadas, todas aparentando ser empreendimentos relativamente novos, se espalham pela área central da cidade. Um dos maiores empreendimentos turísticos locais é um grande resort, construído nas cercanias do parque, de propriedade do "rei do rio", o dono da empresa que realiza o transporte fluvial por balsas. Há divergências entre moradores e lideranças locais sobre o papel desse empreendimento e do próprio empresário. Para alguns, pela grandiosidade, afeta demasiadamente a paisagem local. Para outros, o intuito é modificar a lógica corrente de que "*tudo chega por último aqui*" e inserir o município no protagonismo turístico. Isso permitiria estancar a saída de jovens para outras cidades, como Balsas e Riachão.

Para as lideranças locais o impacto da expansão da soja não foi tão sentido no município, talvez porque nele não houve a conversão de grandes áreas em lavou-
ras, como nos demais. Contribui para isso o relevo um pouco mais acidentado e a proximidade com o Parque da Chapada das Mesas, que funciona como contenção do movimento da fronteira.

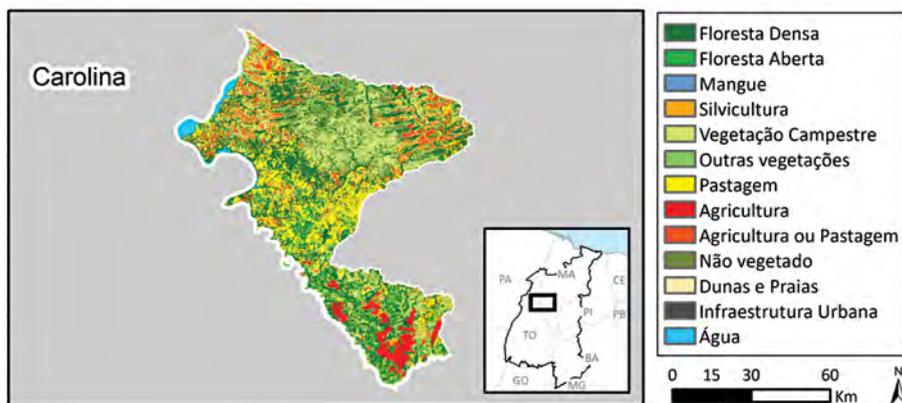
Apesar da ocorrência de áreas de plantação de soja o sindicato rural é comandado por pequenos proprietários, muito deles voltados para a pecuária de corte, mas também de leite, atividade tradicional na região. Essa atividade econômica, especificamente, aparenta ter relação próxima com o poder público local. Na prefeitura do município vários funcionários conhecem os proprietários das fazendas pelo nome.

Essa condição relativamente destoante da dinâmica territorial predominante nos demais municípios do sul do Maranhão se reflete também nos indicadores locais de Carolina. Ao contrário da maioria dos outros municípios, em que o PIB per capita espelha a riqueza do agronegócio, em Carolina o PIB local é praticamente equivalente ao do estado do Maranhão, na casa dos R\$ 9 mil. A renda média local fica abaixo da média do estado, com R\$ 334 contra R\$ 360. O índice de Gini para a desigualdade de renda, em compensação, acaba sendo mais baixo do que o nacional e o do Maranhão: 0,55 contra 0,60 e 0,62, respectivamente. A taxa de pessoas em condição de pobreza é ligeiramente melhor que a do estado, 57% em Carolina, contra 63%, o mesmo valendo para os casos de extrema pobreza: 19% contra 22%.

No caso do acesso a fontes melhores de água e escoamento sanitário, expectativa de vida e mortalidade infantil, todos esses indicadores são melhores do que os do estado do Maranhão. No primeiro caso, 11% da população ainda não tem acesso a fontes melhoradas de água e saneamento, contra 23% no estado. A expectativa de vida local é de 73 anos, mesma média nacional e superior aos 70 anos para o restante do Maranhão. E a taxa de mortalidade infantil é de 20 óbitos por mil nascidos vivos, contra 28 para o estado. O percentual de jovens entre 15 e 17 anos matriculados no ensino médio, no entanto, é menor do que no Maranhão, 34% em Carolina, ante 38% no restante do estado.

Carolina talvez seja um exemplo de que a conservação ambiental e a melhoria de indicadores sociais podem andar juntas. E isso acontece bem ali, na fronteira da expansão do agronegócio no Brasil. Alguém poderia contestar que nem todos os municípios contam com os mesmos atributos naturais ou, mesmo, que o mercado do turismo não é forte o suficiente para representar uma alternativa para toda a região. Mas Carolina não vive do turismo. O que existe ali é uma diversificação da economia local, distribuída de forma um pouco mais equilibrada e, principalmente, menos concentrada. Em parte por isso mesmo parece ter também uma trajetória histórica na qual suas elites locais escolheram caminhos que não levaram à depleção dos recursos e à brutal desigualdade no acesso às oportunidades.

Figura 128
Mapa de ocupação do solo em Carolina (2017)



Fonte: Elaborado pelo Greenpeace com base nos dados do Mapbiomas (2017).

Figura 129
Indicadores socioeconômicos selecionados para Carolina e Maranhão (2010)

Indicador	Carolina	Maranhão
Renda <i>per capita</i>	R\$ 334	R\$ 360
Gini da renda	0,55	0,62
Extrema pobreza	19,64%	22,47%
Água e saneamento	11,55%	23,99%
Mortalidade infantil	20,4	28,03

Legenda cromática: verde indica quando o desempenho do indicador está acima da média estadual; amarelo quando está bem próximo da média estadual; vermelho é usado quando o desempenho é inferior à média estadual.

Fonte: IBGE (2011).

Sete mil quilômetros depois

Depois de percorrer os treze municípios situados nas regiões campeãs de produção de soja no Matopiba, a que conclusão se chega? O sentido geral é a confirmação da imagem que vinha sendo moldada nos capítulos anteriores: aquela que retrata uma fronteira em movimento, um processo inacabado, multifacetado, mas de inegável transformação da paisagem, agora, porém, com cores e personagens encarnados, materializando os grandes arquétipos da formação regional: destacadamente o gaúcho, o geraizeiro e suas variantes, mas não só. E é aí que o retrato se torna mais complexo. Hoje a população local é mais segmentada.

Os dois tipos ideais originais se metamorfosearam, e uma miríade complexa de interesses se impõe à análise das contradições do desenvolvimento territorial.

A contradição de fundo reside no fato de que os mesmos mecanismos que respondem pela expansão da riqueza e pela complexificação do tecido econômico e social são também os que limitam seus efeitos na sociedade local. Fica claro, após a visita aos municípios do Matopiba, que Luís Eduardo Magalhães/Barreiras só podem ter os contornos que têm porque se estabelece aquele tipo de relação com Formosa do Rio Preto: proprietários de terras usam a riqueza produzida em Formosa para sustentar seus modos de vida em LEM/Barreiras ou ainda mais longe, pouco deixando para dinamizar a economia e irrigar os fluxos espaciais do município onde estão as fazendas.

Claro que há a produção de Luís Eduardo Magalhães/Barreiras, mas é preciso um efeito de aglomeração de indivíduos e riquezas nesses dois municípios para que aí possam ser ofertados bens e serviços que não poderão ser disponibilizados onde tal concentração não existe. Não é, portanto, uma questão de tempo para que a riqueza transborde para o entorno. Trata-se mesmo de um aspecto estrutural e congênito do estilo de desenvolvimento territorial que se forma ali, onde a riqueza se produz de forma muito concentrada e, por isso mesmo, a economia é especializada. O mesmo tipo de raciocínio vale para a relação entre Uruçuí e Bom Jesus de um lado, e Baixa Grande do Ribeiro, de outro, no sul do Piauí. Ou para a relação entre Balsas e Tasso Fragoso, no sul do Maranhão.

Além desse sentido geral, fica evidente também as razões que levam parte da população a aceitar esse modelo de desenvolvimento territorial. A resposta parece estar no flagrante contraste com a precariedade ainda maior do período anterior à expansão do agronegócio. Mas é preciso introduzir duas ponderações nesta constatação. A primeira é que aceitação não significa satisfação. Aceitar significa muitas vezes uma forma de resistência ante uma força maior. Algo que vem associado à consciência sobre os problemas, os limites, e o desejo difuso de um futuro diferente, embora distante e de contornos pouco nítidos. A segunda ponderação é que o contraste com o passado é favorecido pela trajetória de melhoria das condições de vida experimentada durante vários anos no Brasil, interrompida com a crise da presente década. Isto é, paralelamente à dinamização econômica experimentada com a expansão do agronegócio no Matopiba, houve também significativa ampliação das políticas sociais que em grande medida arrefeceram os efeitos negativos do modelo econômico altamente concentrado.

Só o futuro dirá em que medida essa combinação seguirá existindo no decorrer dos próximos anos, já que com a crise dos anos recentes houve expressiva redução no gasto público destinado à expansão de serviços e equipamentos públicos.

E, finalmente, é preciso sublinhar o caráter de movimento dessa fronteira. Em muitos espaços a vegetação exuberante ainda é presente, fazendo frente ao avanço das lavouras. Os modos de vida ainda parecem, se não congelados no tempo, ao menos conservando traços de uma outra época. Nem tudo se tornou devastação e mercantilização extrema das relações sociais e do cotidiano. Resta ver qual será o desdobramento dessa dialética no amanhã.

Quanto a isso, o que mais salta aos olhos é o baixo grau de reflexividade da região sobre ela mesma. Poucos são os agentes sociais que sabem e reconhecem o que está acontecendo ali, para além da dinâmica do setor da soja. Para usar uma expressão da moda: é muito baixo o grau de inteligência territorial, no sentido de evidenciar e refletir sobre a profundidade e a direção de muitas das dimensões da transformação espacial. Por isso, o próximo capítulo é justamente dedicado à visão dos atores locais sobre o futuro do Matopiba.

5. AGENTES E NARRATIVAS SOBRE O FUTURO DO MATOPIBA

Este último capítulo apresenta, de forma sintética, as principais narrativas que cada grupo de agentes representativos das principais forças sociais do território têm sobre o Matopiba. Inicialmente são apresentadas as visões dos dois segmentos antagônicos: o empresariado e as comunidades tradicionais, ambos por meio de suas lideranças. Na sequência são mostradas as narrativas presentes no poder público, tanto em âmbito municipal como na escala dos governos estaduais. Finalmente, alguns aspectos frequentemente vistos nos discursos das organizações ambientalistas são apontados. Nesta parte do livro, os objetivos são dois: evidenciar as narrativas que vão se formando sobre o futuro, e dar visibilidade às contradições e à pluralidade de temas e enfoques que podem ser encontrados em cada um desses grandes grupos. Isso porque é através dessas contradições e dessa pluralidade que podem ser encontradas bases para uma coalizão que possa colocar o território na direção de maior bem-estar e sustentabilidade, diferente do que ocorre hoje.

O empresariado

Há traços comuns no discurso do empresariado, que tenta se apresentar como algo homogêneo: o setor produtivo, o agronegócio. O principal elemento da narrativa empresarial é a afirmação de um empreendedorismo heroico, sugerido como principal agente da modernização do Matopiba. O Estado nunca é lembrado pelo papel que desempenhou como investidor ou regulador no período que levou à modernização agropecuária brasileira. Quando mencionado, é sempre associado à inoperância ou ineficiência em prover infraestrutura adequada, em defender os interesses do país no mercado internacional ou em garantir o ambiente de estabilidade macroeconômica e de segurança jurídica ao setor.

No que diz respeito às críticas endereçadas aos efeitos socioambientais do modelo agropecuário, a resposta empresarial é sempre uníssona: o setor respeita a lei. Isso vale para o desmatamento, o uso de agrotóxicos, a legislação trabalhista e qualquer outro aspecto. Obviamente há situações flagrantes em que isso não ocorre, mas são tratadas pela representação patronal como exceções cada vez mais raras.

Quanto aos conhecidos problemas de grilagem de terras, o argumento é simples e não de todo incorreto: o produtor atual não pode responder pelos erros de outrora. Isto é, quem pagou pela terra hoje não é o responsável pela documentação apresentada na cadeia dominial anterior. Se houve grilo de terras, os punidos devem ser os grileiros. Os empresários de hoje não têm interesse em conviver com situações de impasse jurídico. Episódios como o embate envolvendo os procedimentos de licenciamento ambiental na Bahia ou a adesão a programas de regularização fundiária, como o praticado no Piauí, revelam que a insegurança jurídica é um tema de altíssima sensibilidade por parte do empresariado, capaz de rever comportamentos e reivindicações suas. Isso é especialmente importante para se pensar estratégias voltadas à maior internalização de critérios e práticas socioambientais mais efetivas por parte do setor.

A moratória da soja no Cerrado, uma das propostas postas sobre a mesa por movimentos ambientalistas para frear o desmatamento do bioma, é predominantemente rechaçada pelo empresariado local. Os argumentos são vários. Primeiro, a necessidade de conter o desmatamento é questionada, pois não há concordância com a retórica das mudanças climáticas globais: as alterações que se veem seriam cíclicas, e não influenciadas pela atividade humana. Se essa relação de causalidade não existe, não há porque mudar nada nos padrões de uso dos recursos naturais. Segundo, propostas como o desmatamento zero e a moratória da soja seriam resultado de uma manipulação da opinião pública e de organizações ambientalistas atendendo aos interesses de produtores internacionais, que veriam em ações como essas uma oportunidade de conter o crescimento da competitividade brasileira na oferta mundial de grãos e carnes. Terceiro, argumenta-se que já existe uma legislação e que qualquer regulação tem que vir da lei, e não de pressões que resultem em restrições adicionais ao setor. Quarto, há o argumento de que os produtores já vêm fazendo sua parte ao adotar práticas conservacionistas, como o plantio direto, a rotação de culturas e a integração lavoura-pecuária, além das reservas legais previstas no Código Florestal. Por último, alguns apontam ainda um argumento adicional, controverso: o de que áreas degradadas já desmatadas — cujo melhor aproveitamento é uma alternativa para que a moratória ou o desmatamento zero não resultem em perda de potencial produtivo — não seriam aptas para a conversão em lavouras, pela qualidade dos solos ou por condições de relevo inviáveis para a mecanização, o que resultaria em limitação efetiva para a expansão do setor.

Os aspectos mencionados acima estão presentes com maior ou menor força nos discursos de quase todas as organizações empresariais. Portar-se como um único setor é, nas palavras de uma das lideranças, uma forma de demonstrar peso político, e esse peso, como se sabe, tem sido muito utilizado na pressão exercida sobre os três poderes no Brasil de forma a traduzir em leis e medidas as reivindicações do setor. Os exemplos recentes são vários e têm na Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), vulgarmente conhecida como Bancada Ruralista, sua expressão maior.

Como mostra Fernandes (2017), somente nos últimos anos houve o acolhimento de diversas solicitações. É o caso da reforma do Código Florestal brasileiro com a diminuição das restrições e anistia para os que haviam desmatado acima do limite permitido pelo marco legal anterior; da Medida Provisória editada pelo ex-presidente Temer, logo no primeiro mês de governo, com renegociação de dívidas que reduziram em até 95% o montante de débitos para produtores rurais com pendências fiscais com instituições públicas; e da nomeação de um representante da FPA para o Ministério da Justiça, que comanda a Funai, com quem há vários conflitos explosivos envolvendo produtores rurais. Entre as negociações em andamento no momento de realização deste estudo estava a proposta da FPA de reduzir a contribuição previdenciária para 1,2% da receita agrícola e o perdão para as dívidas com o Funrural. Na reforma trabalhista, líderes do setor propuseram adotar a flexibilização da legislação para permitir até 18 dias de trabalho ininterruptos, a possibilidade de que até 45% do pagamento possa ser feito em troca de alimento e moradia, o que na prática reinstalou modalidades de servidão de um século atrás. Para completar, há a flexibilização da legislação para permitir a compra de terras por estrangeiros e a proposta de mudanças na legislação sobre a demarcação de terras indígenas e unidades de conservação, sem falar no congelamento ou desmonte de programas específicos para a agricultura familiar. Como pode ser observado, junto a um discurso modernizante, a agenda do setor patronal — ao menos por meio de sua representação política mais destacada — continua se destacando pelo mais velho e escancarado patrimonialismo.

Apesar disso, e ao contrário do que se expressa no senso comum e mesmo em parte da literatura especializada, há razoável heterogeneidade no pensamento empresarial. Ela pode ser percebida sob a forma de conflitos entre elites regionais. Por exemplo, a troca de governo com a ascensão de Temer levou à paralisação das iniciativas governamentais no chamado Matopiba, que havia ganho destaque sob a gestão de Kátia Abreu como ministra da Agricultura durante o governo Dilma

Rousseff. Por quê? A resposta dada por um pesquisador que conhece bastante o comportamento empresarial no Cerrado é de que se trata de mais um lance na disputa entre grupos com expressões regionais diferentes. Embora o Ministério da Agricultura seja sempre controlado pelo chamado agronegócio, o grupo à frente da pasta sob o governo de Temer estava liderado por Blairo Maggi, ex-governador de Mato Grosso e um dos maiores sojicultores do país. Embora também tenha terras no Matopiba o ministro estava vinculado ao grupo do seu estado de origem, e que busca sempre se distinguir tanto dos produtores do oeste da Bahia — vistos como mais presunçosos, talvez por conta do discurso mais assentado no pioneirismo e no empreendedorismo e em uma suposta independência perante o Estado e os governos —, quanto do grupo de Tocantins, cujos interesses ainda são muito associados à pecuária. Mais uma prova das diferenças regionais estaria ligada ao fato de que as fundações de apoio à pesquisa relacionadas ao agronegócio nas diferentes regiões e nos diferentes estados pouco dialogam e não têm posição única sobre temas como a certificação socioambiental.

Outra expressão da heterogeneidade tem relação com a configuração de cada subespaço do Matopiba. Começando pelos níveis superiores na hierarquia territorial, em mais de um estado e de mais de um gestor pode ser ouvido que *“lidar com pecuarista e lidar com sojicultor é totalmente diferente”*. Nas palavras de um secretário de Estado, *“quando o sojicultor pede não é para ele, é para aumentar a competitividade do setor dele: uma melhoria de estrada, a extensão de uma rede de energia elétrica... O pecuarista pede coisas para compensar a falta de competitividade: quer que o governo compre o leite dele [sic] como compra do agricultor familiar, porque se não consegue preço melhor no mercado, quer favorecimento”*.

Há uma terceira forma de diferenciação no discurso empresarial: aquela que diz respeito à maior ou menor abertura para os temas novos. Se a posição predominante do agronegócio é contrária a temas como a moratória da soja, em algumas de suas lideranças é possível ver disposição para dialogar sobre os caminhos que poderiam levar a isso. A possibilidade de discutir o tema aparece sempre condicionada à adoção de incentivos financeiros que compensem os custos de oportunidade do empresariado, ou seja, quanto se pode receber por deixar de desmatar determinada área. Mas, ainda assim, vê-se uma posição de maior pragmatismo empresarial, e não de conservadorismo ideológico puro e simples. O mesmo pragmatismo, associado a razoável visão estratégica, está presente no discurso de algumas poucas lideranças que veem na adoção de práticas como a contenção do desmatamento uma exigência para a própria competitividade do setor no

futuro. Ao menos uma liderança influente afirmou que o tema das mudanças climáticas precisa ser levado a sério, e que se não houver mudança de mentalidade no setor, restrições ambientais acabarão resultando em elevação dos custos de produção e em consequente inviabilidade econômica.

No âmbito dos municípios ou de cada região produtora dentro de cada estado, há também ao menos duas clivagens. Uma tem como um polo os *gaúchos* tradicionais, que correspondem ao imaginário dos pioneiros que levaram a soja para a região. São aqueles que chegaram e, muitas vezes com investimento próprio, construíram infraestruturas e buscaram estabelecer algum tipo de vínculo com o território. No outro polo estão as grandes *tradings*: empresas como Bunge, Cargill, mas também grandes corporações como a SLC, a Radar e a Estrondo. Qual é a oposição? Um significativo movimento de concentração fundiária tem se manifestado no setor, algo que provavelmente será revelado pelo Censo Agropecuário, cujos dados começaram a ser divulgados nos meses de conclusão deste estudo. Com o crescimento dos custos de produção, associado à estagnação ou às quedas dos preços das commodities no mercado internacional, a margem de lucro dos agricultores encontra-se pressionada. As grandes empresas têm mais flexibilidade para fazer frente a isso por conta da escala e dos encadeamentos da cadeia produtiva que acontecem sob seu controle. Já o agricultor que tem centenas de hectares ou alguns poucos milhares vem enfrentando dificuldade em competir. Outras dessas empresas têm seus ganhos associados sobretudo à valorização das terras: são empresas que ganham predominantemente com o patrimônio, e não com a produção em si.

Esse conflito só não é mais explícito hoje porque a década passada foi marcada pelo *boom* das commodities e porque há, ainda, um movimento de fronteira, que faz com que os menos competitivos possam migrar para áreas mais distantes, comprando terras mais baratas e, por isso, em maior quantidade, tentando restabelecer suas condições de se manter no mercado. Há um detalhe importante na mentalidade e na narrativa da frente pioneira. Curiosamente, esse deslocamento espacial não é visto como sintoma de fragilidade perante os produtores maiores ou mais competitivos, mas como mais uma manifestação do heroísmo empreendedor. Um produtor do oeste baiano falando do movimento da fronteira afirmava, sorrindo, que ninguém segura o *gaúcho*, quando não houver mais terra ali, se “*vai para o Maranhão, para o Pará, para onde for. Só para quando chegar no mar*”. Na verdade, nem assim, pois o movimento da fronteira já atravessou a foz do Rio Amazonas e novos campos de soja já foram abertos no interior do Amapá.

Finalmente, ainda no âmbito de cada município ou região produtora dentro do Matopiba, há a clivagem entre a persistência de um velho segmento patrimonialista - menos presente que outrora, mas que segue vivendo da valorização patrimonial -, os produtores mais tradicionais, que produzem de acordo com o pacote tecnológico padrão disponível, e aqueles que buscam investir pesadamente em inovação, em alguns casos internalizando variáveis ambientais. No primeiro caso, embora a figura do grande grileiro que atua violentamente não seja mais a tônica, seria tolice afirmar que problemas como esses não existem mais. No decorrer deste estudo, foram descritas práticas típicas do mais puro banditismo acontecendo lado a lado às mais modernas fazendas. Com a perspectiva de que as áreas dos chamados baixões comecem a ser ocupadas com atividades produtivas, uma vez esgotadas as áreas das chapadas, há o risco de que essas práticas ganhem maior proporção. Essa preocupação foi expressa por mais de uma pessoa que ocupa posição destacada no poder público local, embora existam variações entre os estados. Esse tipo de comportamento, contudo, atrapalha a imagem do setor perante a opinião pública. Por isso, no outro extremo, há um conjunto de lideranças e algumas organizações do setor que vão na direção oposta. É o caso, por exemplo, da Fapcen, que segundo sua direção vem buscando disseminar entre os produtores as vantagens de aderir a certos protocolos socioambientais que funcionam como bônus e proteção à contestação, caso da certificação da soja no mercado internacional. No meio desses dois extremos está a maioria dos produtores praticando os negócios conforme os padrões dominantes, mas que podem oscilar mais para um lado ou outro desse espectro.

As comunidades tradicionais

As comunidades tradicionais seguem sendo o elemento de maior visibilidade na oposição ao modelo agropecuário que prevalece no Matopiba. Dois tipos de conflitos levam a isso: conflitos fundiários típicos e, crescentemente, conflitos envolvendo o acesso e a qualidade da água.

Essa visibilidade é alcançada especialmente por conta da presença de mediadores com grande capacidade social, que fazem ecoar as reivindicações desses grupos locais, em geral de número relativamente pequeno, mas nem por isso pouco importantes. Esse é o caso, sobretudo, de organizações não governamentais que atuam em temas ambientais e de direitos humanos. As organizações sindicais têm tido atuação mais discreta, restrita muitas vezes ao apoio jurídico. Uma exceção

quanto ao restrito número de pessoas envolvidas nas manifestações locais é o conflito em torno da questão hídrica, que afeta diretamente as populações que vivem nos núcleos urbanos dos municípios da região, como bem demonstra o episódio de Correntina, mencionado páginas atrás.

A tônica da narrativa das comunidades tradicionais e de suas organizações parece ser predominante ou exclusivamente defensiva: defesa de direitos, defesa do acesso à água, defesa da permanência na terra, defesa dos modos de vida tradicionais. Não se chega a uma narrativa alternativa sobre os marcos de funcionamento do setor agropecuário, sobre as formas de uso dos recursos naturais da região ou sobre algum modelo econômico alternativo ao que predomina no Matopiba. Pior: muitas lideranças admitem que essa é uma luta de mera resistência imediata, com pouca esperança de sucesso em suas reivindicações ou de reversão do modelo dominante a médio e longo prazos.

Também há diferenças internas neste segmento, de forma similar ao que acontece no setor empresarial. Na linha de frente, com maior visibilidade, estão organizações ligadas à esquerda católica, destacadamente duas de importância histórica na atuação em conflitos agrários no Brasil: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A segunda linha envolve uma vertente do sindicalismo rural mais combativa que, ao longo do tempo, tem uma relação de grande proximidade, quando não de simbiose com a atuação da CPT. Por fim, há uma terceira vertente do sindicalismo rural mais pragmática, que tende a atuar localmente nos conflitos, privilegiando a via da negociação em vez da mobilização e do enfrentamento. No caso das duas primeiras, nota-se forte articulação entre as comunidades tradicionais e os trabalhadores rurais. Nos quatro estados visitados, a atuação da CPT é bastante forte e presente. A organização acaba servindo de referência no auxílio e encaminhamento dos conflitos fundiários envolvendo trabalhadores e comunidades tradicionais, de um lado, e grandes proprietários e empresas, de outro.

É importante destacar mais uma vez os conflitos em torno da água, que têm crescido no oeste da Bahia e na região da Ilha do Bananal, no Tocantins. No município de Correntina, local de intenso embate recente, a CPT tem atuado em conjunto com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Os movimentos sociais na região, integrando também o STR, têm agido de modo bastante coeso no questionamento aos órgãos governamentais responsáveis pela outorga do uso da água e no enfrentamento como resposta à escassez do recurso para as comunidades

rurais e tradicionais que vivem à margem do Rio Arrojado. Já o CIMI tem maior presença no Maranhão e no Tocantins. Em ambos os estados a organização trabalha conjuntamente com a CPT no encaminhamento dos conflitos, protegendo os interesses indígenas. Os maiores problemas para a organização têm ocorrido no estado do Maranhão, relacionados à demarcação de terras.

O poder público municipal

Neste embate de visões entre os diferentes segmentos, o poder público municipal tem se comportado de forma pragmática. Isto é, condenando os excessos do setor empresarial em determinados casos, como no conflito agrário de Formosa do Rio Preto ou em torno da água em Correntina, mas sem atuar, no entanto, de maneira aberta e conflitiva contra o setor que comete tais excessos. Há uma condenação verbal que não se traduz em medidas efetivas, em geral deixadas a cargo do governo estadual ou do Poder Judiciário, como se viu nos dois casos mencionados acima.

Chama a atenção o fato de que o poder público municipal não é demandado pelos grandes proprietários de terras que, em geral, sequer residem no município. O agronegócio da região do Matopiba praticamente não precisa do poder público municipal. É como se essas empresas formassem um território extraordinário, um tipo de enclave. Talvez ali, e somente ali, valesse a expressão *territórios do capital*, cara a alguns expoentes da literatura dedicada aos temas agrários. Em muitos casos, ocorre mesmo o contrário: as prefeituras é que pedem ao setor empresarial auxílio em algumas de suas ações, como a doação de combustível, o empréstimo de máquinas, o patrocínio para eventos e afins. E não se trata apenas da postura dos administradores. Isso reflete uma ambiguidade conflitiva que envolve toda a população local. É altamente relevante o fato de que o poder público simplesmente desconheça quem são os proprietários e o que vem mudando na titularidade das terras. A menção à presença de grupos internacionais por parte dos gestores públicos é totalmente especulativa em todos os casos observados. Chega a ser espantoso o nível de desconhecimento sobre o que se passa com a posse das terras nas áreas sob sua jurisdição.

Ao mesmo tempo, todas as prefeituras são unânimes em afirmar que pouco do que se produz de riquezas fica no município. Eis aí um aspecto que pode ser melhor explorado na montagem de coalizões e narrativas alternativas ao modelo

que vem prevalecendo. Por conta da Lei Kandir, os municípios são apenas parcialmente compensados pelos impostos que se deixa de arrecadar por se tratar de produtos voltados à exportação. O ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) também é considerado de baixo retorno, tanto por ser declaratório como pelo fato de que as alíquotas de arrecadação são baixas e desatualizadas. Ainda assim, algumas administrações municipais destacam a importância do pouco que se arrecada para instituir compensações à população local: caso do piso salarial dos professores ou das ações junto à agricultura familiar em Correntina.

Os governos estaduais

Da mesma forma que nos governos municipais, o discurso dos gestores estaduais é de absoluto pragmatismo, mas de maneira ainda mais sólida. O agronegócio do Matopiba é responsável por uma parte importante do produto bruto dos estados e, nessa condição, ganha poder político e econômico para influenciar os governos estaduais, mesmo com a dificuldade de algumas localidades em eleger representantes para o legislativo estadual. Talvez seja correto dizer que há mais poder simbólico do que propriamente econômico, pois embora o impacto na arrecadação não seja fenomenal, a região goza de uma imagem de modernidade, em estados marcados muitas vezes por baixo dinamismo econômico e por uma histórica dificuldade em atrair investimentos privados.

Apesar desta influência clara, no âmbito dos órgãos governamentais estaduais ocorre uma cisão. As Secretarias de Agricultura e Planejamento, com exceção parcial para o caso do Piauí (onde parece haver atuação mais equilibrada e para além desta polarização) tendem a ver a região do Matopiba meramente como espaço de produção. Nesse sentido, estratégias e políticas voltadas a melhorar a competitividade do setor agropecuário são desenhadas, como investimento em infraestrutura e ajustes na legislação. As secretarias de desenvolvimento rural e da área social dos governos tendem a ver a mesma região como espaço para moradia de populações tradicionais e de reprodução dos seus modos de vida. Nesse caso, as estratégias e os investimentos envolvem regularização fundiária, políticas sociais, além de programas para a agricultura familiar. A balança de recursos e de prioridade política recai, obviamente, para o primeiro grupo.

É curioso observar que, mesmo no caso de governos progressistas, não há iniciativas consistentes para forjar outro estilo de desenvolvimento territorial.

Não se trata de reverter a presença do agronegócio ou de negar a vocação que se forma nessas regiões para a produção de grãos, mas de pensar de que maneira as áreas que estão na fronteira desta expansão poderiam dar lugar a outras modalidades de inserção das populações que existem ali, de usos sustentáveis da floresta, de diversificação econômica, de garantia de direitos, entre outras possibilidades. Novamente, uma relativa exceção é o caso piauiense, no qual está anunciada uma estratégia nos marcos da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para tentar se antecipar ao movimento da fronteira e enfrentar preventivamente alguns problemas. No caso dos demais estados, destacadamente na Bahia e no Tocantins, há menções a iniciativas de pagamento por serviços ambientais e outros incentivos monetários à conservação sendo planejados, mas ainda de forma tímida.

Organizações ambientalistas

Nos anos recentes a atenção para o Cerrado cresceu muito, o que pode resultar em ações de maior consistência e coerência para esse bioma, antes secundarizado frente a outros de maior apelo, como a Amazônia e a Mata Atlântica.

Até aqui as narrativas que emergem dão ênfase sobretudo aos aspectos ambientais do modelo produtivo que incentiva o desmatamento. Um dos casos mais exemplares é o Grupo de Trabalho do Cerrado (GTC), que busca replicar para o bioma iniciativas relativamente bem-sucedidas, aplicadas no caso da Amazônia, como a moratória da soja, entre outras ações. Dessa iniciativa, participam até o momento as mais importantes organizações empresariais, ambientais e representantes de consumidores. O GTC vem se debruçando justamente sobre três temas: legislação, incentivos e inteligência territorial. Ao que tudo indica, o tema dos incentivos seduz mais o setor empresarial, enquanto as organizações não governamentais colocam mais expectativa sobre a inteligência territorial, com a qual seria possível gerar mais e melhores informações, que poderiam ser mobilizadas junto a atores do mercado, induzindo pressão pela adoção de boas práticas na cadeia da soja.

Apesar disso, mesmo em iniciativas assim, até o momento não há ênfase similar nos aspectos socioeconômicos do modelo de desenvolvimento regional, isto é, ainda que se consiga algum tipo de acordo como a moratória do desmatamento do Cerrado, não há nada sobre a mesa que sinalize alternativas concretas e consis-

tentes capazes de gerar dinamismo econômico ou a inclusão produtiva dos mais pobres. De certo modo, é justamente isso que leva parte expressiva da população local a aceitar a expansão da soja como uma espécie de mal necessário.

Das narrativas aos projetos: qual coalizão?

Três são os vetores que podem alterar o modelo de apropriação e o uso dos recursos naturais locais, presentes de maneira dispersa nos discursos de lideranças e organizações ambientalistas: mecanismos do tipo comando e controle, voltados a coibir práticas ilegais como o desmatamento fora dos padrões previstos, uso de água sem outorgas, trabalho escravo, entre outros; formas de governança envolvendo consumidores e empresas que resultem em compromissos mais ousados, como a moratória do desmatamento no Cerrado; e a adoção de formas de incentivo econômico à conservação ambiental, caso de mecanismos como REDD e outros, sobre os quais há razoável controvérsia.

Um primeiro problema que emerge desse quadro é justamente saber qual será a narrativa capaz de colocar na defensiva o discurso dominante sobre os significados da expansão da atividade agropecuária no Matopiba. Como se viu até aqui, as narrativas alternativas ainda são demasiadamente fragmentadas ou defensivas. Há temas que podem e precisam ser explorados, situados nas fissuras e nas contradições dos discursos de atores isolados: a revisão da questão tributária, especialmente no que diz respeito à Lei Kandir e ao ITR, é reclamada por setores do poder público; a regularização fundiária interessa a setores do agronegócio por conta da insegurança jurídica; a diversificação econômica e um modelo inovador de incentivos à conservação seduz parte dos atores econômicos mais modernos e, principalmente, pode ser útil à população local que precisa de outras alternativas de renda e de geração de trabalho.

Certamente, o tema da conservação é central, mas ele só terá chance de ir adiante e de ganhar a adesão de atores locais se for acoplado a outra matriz de oportunidades de inserção econômica, uma vez que há a enorme necessidade de ampliar as ocupações e a renda, sobretudo entre a população mais pobre. Sem isso, a adesão ao modelo da soja tende a continuar, pois representará um horizonte de inserção, ainda que para poucos.

Propostas como o desmatamento zero têm grande poder simbólico, mas uma agenda para o Matopiba teria que envolver ao menos três manifestações espa-

ciais do problema relativo a como combinar a conservação ambiental e o bem-estar da população local: aquela relativa às áreas ainda não desmatadas; outra relacionada às áreas já desmatadas, mas ainda não convertidas totalmente para a produção de grãos; e aquela onde a produção da soja e outras lavouras já alteraram decisivamente a paisagem. Cada uma delas demanda uma combinação de soluções distintas, que precisa ser articulada em torno de uma nova narrativa sobre o território.

Igualmente importante, e aí está o segundo problema, é saber com que atores, organizações e segmentos sociais esta narrativa alternativa pode ser colocada em marcha com força suficiente para fazer frente ao discurso dominante. Apesar da importância de certos segmentos como as comunidades tradicionais ou as grandes organizações ambientalistas, parece correto afirmar que outro modelo de desenvolvimento territorial precisaria incluir segmentos mais amplos, hoje ainda distantes dessas vozes de contraponto. Esse é o caso de parte da burocracia governamental ou, mesmo, dos prefeitos desses pequenos municípios. Esse é também o caso dos cidadãos desorganizados e de poder frágil e difuso dessas localidades. Não se trata de discutir o que vem primeiro — a narrativa ou as forças sociais —, e sim de se moldar concomitantemente um novo projeto para os cerrados e identificar os setores sociais que podem dele se beneficiar e defendê-lo, armando uma poderosa coalizão capaz de fazer frente ao amontoado de atores e interesses que se apresenta como agronegócio.

CONCLUSÕES

De acordo com o que foi apontado na introdução deste livro, o objetivo principal do estudo aqui apresentado consistiu em analisar os impactos socioeconômicos da expansão da agropecuária nas áreas do Cerrado situadas nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, também conhecida como Matopiba. Mais do que meramente descrever o desempenho dos indicadores de desenvolvimento territorial, o intuito maior era levantar evidências que permitissem questionar o discurso dominante sobre a região, segundo o qual o esforço empreendedor do agronegócio brasileiro estaria transformando o Matopiba em um oásis de alta produtividade, com efeitos benéficos para o conjunto da população. Isso é o que tornaria certos custos ambientais como o desmatamento algo aceitável, uma espécie de custo do progresso. Diferente disso, o que se pretendia era mostrar como a própria ideia de progresso naquela região é que poderia ser posta em questão. A análise da heterogeneidade espacial e o contraste entre indicadores de produção, de renda e de bem estar permitiriam mostrar como, na verdade, há mais pobreza e desigualdade do que riqueza e bem-estar entre os municípios da região.

Se o primeiro objetivo estava direcionado a refutar as bases da narrativa dominante, um outro objetivo também foi anunciado, agora tendo como referência a narrativa crítica ao modelo do Matopiba. Quanto a isso, o que se pretendia era levantar evidências que permitissem tornar a leitura do quadro local mais complexa, evidenciando nuances, conflitos e contradições que possam ser mobilizados na direção de alcançar um outro modelo para o uso dos recursos naturais locais, que permita associar a conservação da natureza à expansão do bem estar da população que ali vive, em seu conjunto, tendo em conta a diversidade de interesses, a pluralidade de forças sociais e, sobretudo, o desejo de ampliação das oportunidades das pessoas.

As evidências obtidas e as conclusões a que se chegou permitiram alcançar estes objetivos e lançar ideias e afirmações importantes para se pensar as contradições atuais do Matopiba e também algo relativo às suas possibilidades futuras, não como simples especulação, mas como bifurcações que se projetam desde os conflitos hoje existentes e da identificação de potencialidades e bloqueios em torno deles. Estes resultados estão sumarizados a seguir, de forma esquemática, sob a forma de cinco conclusões principais.

a) Matopiba como uma criação do Estado empreendedor e patrimonialista

A primeira conclusão, quase óbvia, é a confirmação de que não se pode compreender os contornos do Matopiba sem remontar às formas de atuação do Estado brasileiro na constituição do padrão de acumulação capitalista típico da moderna agricultura de commodities. Sob o ângulo mais formal, pôde-se notar que o Estado atuou diretamente na formação das condições de competitividade desse setor por meio de, ao menos, três vetores de intervenção: i) a produção de inovações tecnológicas, destacadamente por meio da pesquisa agropecuária estatal, via Embrapa, que levou à adaptação da soja para seu cultivo em baixas latitudes e em condições climáticas como aquelas encontradas no Cerrado, algo inexistente até meados dos anos 1970, quando o produto só podia ser cultivado entre o Rio Grande do Sul e o Paraná; ii) a organização de um sistema nacional de assistência técnica e extensão rural que foi responsável pela disseminação de novas tecnologias entre os produtores rurais, de forma pública e gratuita; iii) a formação de um sistema nacional de crédito rural que financiou, de maneira subsidiada, a aquisição de terras e a adoção do pacote tecnológico baseado no uso de maquinário, sementes industriais e insumos químicos ofertados no período.

Tal processo atendeu não somente às necessidades de uma classe média rural emergente, formada por agricultores sulistas que migraram inicialmente em direção ao Centro-Oeste e depois ao Matopiba; ele também se deu de forma a promover uma forte e intensa integração entre os capitais agrário, industrial e financeiro, que esteve na base do que a literatura chamou de complexos agroindustriais, dos quais a moderna produção de soja no Cerrado é expressão. Assim, não foram somente as diversas fases do Prodecet que se constituíram no meio pelo qual o Estado brasileiro atuou na moldagem atual do Matopiba, mas todo um padrão de acumulação que envolve tecnologia, sistema financeiro, organização institucional e infraestruturas. Em suma, uma vasta e custosa operação governamental, algo muito diferente do que o discurso empreendedor do agrogócio gosta de propagar. Houve empreendedorismo, sim, com protagonismo do Estado e das instituições governamentais.

Por outro lado, seria injusto atribuir tudo ao Estado. Nos marcos da ação governamental, foram mobilizadas capacidades e habilidades empresariais que tiveram em parte dos agricultores vindos do Sul do país seus portadores. É importante não se esquecer de que uma parcela de fazendeiros *gaúchos* que ocuparam o Matopiba são agricultores familiares que se capitalizaram ao longo de três

gerações e souberam aproveitar os incentivos públicos. O problema é que, junto deles, um grupo numeroso de velhos latifundiários também soube aproveitar os mesmos instrumentos e se mesclaram a essa classe de empreendedores individuais. Esse grupo de latifundiários pouco ou nada produz, mas se vale do poder político alicerçado na propriedade fundiária e no que ela significa como fonte de poder simbólico para transformar esses trunfos em formas de barganhar com o Estado benefícios que compensem sua ineficiência. A grilagem de terras e as reiteradas negociações de dívidas junto ao sistema financeiro, assumidas pelo Tesouro Nacional, são as faces mais conhecidas dessa parte do empresariado que fazem com que, junto do Estado empreendedor, se faça presente o velho Estado patrimonialista, aquele que atua não em prol de valores e benefícios sociais e universais, mas reproduzindo as condições e formas de dominação de setores tradicionais que teimam em se manter presentes em cada momento da história. O Matopiba é a síntese, nem sempre louvável, dessa mescla entre interesses privados e apropriação de recursos e incentivos públicos.

b) Uma nova etapa da formação territorial: a internacionalização e financeirização dos ativos ambientais

A segunda conclusão a que se pôde chegar é que a imagem pública do Matopiba, como frente de expansão do agronegócio nacional, está sendo deixada para trás ou, se ainda é forte como discurso, no mínimo está perdendo aderência à realidade. Isso é importante, pois parte da legitimidade conferida ao atual modelo econômico daquela região repousa justamente na afirmação do interesse nacional. Em seu lugar, mais acentuadamente desde a crise financeira internacional que eclodiu entre 2007 e 2008, uma nova etapa da formação territorial tem sido moldada, agora marcada pela crescente internacionalização e financeirização dos ativos ambientais locais: terra, água e florestas. É verdade que os dados disponíveis são poucos e que o conhecimento acumulado e comprovado sobre o tema ainda é incipiente, mas no capítulo em que isso foi abordado, pôde-se mencionar um conjunto de evidências diretas e indiretas sobre a região que apontam para a crescente presença do capital internacional, ainda que de maneira velada, de forma a burlar as restrições da legislação para a aquisição de terras por estrangeiros. Foi possível destacar, também, de que forma os recursos naturais estão se descolando de uma função eminentemente produtiva para passar a ter sua valorização determinada por um conjunto de outros processos moldados especificamente na esfera financeira e que podem envolver alto teor de especulação, como no caso das operações de securitização e contratação de mercados futuros,

baseados em projeções de demanda e preços de mercado. Esses aspectos vão muito além de fatores determinados pela produção e por mecanismos de oferta e demanda de commodities.

O resultado final dessa soma de fatores é uma condição na qual as formas de controle sobre esses recursos e seu valor são cada vez menos determinadas por grupos econômicos nacionais ou, mesmo, pelo Estado brasileiro, com efeitos sobre a soberania territorial e a segurança alimentar do país. Não se trata, por fim, apenas de um problema político. Os impactos dessas mudanças a respeito do desenvolvimento territorial tendem a ser severos, à medida que correspondem a uma maior drenagem da renda para fora do espaço regional, esterilizando ainda mais o tecido econômico e social local. Tal processo não é feito sem conflitos, como será mencionado a seguir.

c) Sobre os impactos socioeconômicos: quatro Matopibas

Antes de passar para o tema dos conflitos, cabe apresentar a terceira conclusão, que diz respeito especificamente à heterogeneidade dos impactos socioeconômicos do modelo experimentado no Matopiba. Em síntese, não há um, mas ao menos quatro Matopibas, quando a questão territorial, sob o ângulo da manifestação dos indicadores sociais e econômicos dos municípios, é analisada.

Os dados secundários utilizados mostraram claramente que os municípios que conseguem associar elevada produção e indicadores de bem-estar acima da média não são maioria no Matopiba. O que prevalece, ao contrário, são os municípios mais pobres, com baixa produção e baixos indicadores de bem-estar. Mesmo na maior parte dos municípios que apresentam produção alta, o que predomina é uma condição de bem-estar abaixo da média do respectivo estado. Os quatro tipos de municípios encontrados na região são os seguintes:

- *Municípios ricos*, nos quais há alta produção e produtividade e que se convertem em indicadores sociais superiores às médias dos estados que compõem a região, como LEM e Barreiras. O número de municípios sob essas condições, entretanto, é extremamente limitado em função da dinâmica territorial descrita acima.
- *Municípios injustos*, que, embora tendo alta produção e produtividade, não conseguem traduzir esse dinamismo econômico em bons indicadores sociais.

Ao contrário, apresentam indicadores, muitas vezes, bem piores do que as médias estaduais. É o caso do entorno imediato dos municípios-polo, a exemplo de localidades como Correntina, Formosa do Rio Preto, entre outros campeões da produção nacional da soja.

- *Municípios remediados* que, apesar da debilidade produtiva, apresentam indicadores superiores às médias estaduais, mas que são absoluta exceção.
- *Municípios pobres*, que apresentam indicadores frágeis, tanto de produção como sociais, caso da maioria dos municípios do Matopiba.

Isso permitiu refutar, também, o argumento de que a concentração dos bons indicadores seria algo explicável pelo dinamismo econômico ainda recente. Para alguns, seria de se imaginar que os efeitos positivos só se fizessem sentir em um conjunto amplo de municípios à medida que o dinamismo irradiasse para um número mais expressivo de localidades. O que se demonstrou é que não se trata de uma questão temporal, pois mesmo nos municípios que experimentam um dinamismo mais antigo, inaugurado na mesma época dos que alcançaram os melhores indicadores, a maioria não traduz o bom desempenho visto na geração de riqueza em bem-estar.

O problema é, portanto, relativo à estrutura do desenvolvimento territorial. Ficou claro que a concentração dos melhores indicadores é inerente ao modelo ali experimentado. Em função da concentração da produção e da especialização da economia, não se criam condições para que a riqueza produzida transborde para o entorno de alguns municípios centrais. Ao contrário, é preciso que ela esteja concentrada nesses municípios, pois ali residem produtores e uma elite que gera renda nos municípios do entorno, mas irriga os fluxos no município central, porque somente nesses locais há densidade de população e de riqueza que incentiva a diversificação do tecido econômico. Nos demais, isso se torna impossível justamente por conta da concentração produtiva nas mãos de poucos.

Em termos teóricos, essa constatação se apoia no que há de mais avançado na literatura sobre dinâmicas territoriais rurais, segundo a qual a performance socioeconômica é tributária de cinco fatores-chave:

- *As formas de acesso e uso dos recursos naturais* que, no caso do Matopiba, por serem historicamente concentradas nas mãos de pequenos grupos e forte-

mente restritivas à maioria da população original desse território, cria uma barreira de entrada aos atores sociais locais e se traduz, para eles, numa posição meramente subordinada, sem os recursos materiais e políticos necessários para influenciar os rumos da vida econômica e social.

- *O acesso a mercados* que, no caso do Matopiba, ao propiciar a venda de produtos em mercados valorizados e dinâmicos, propicia a geração de riquezas que corresponde ao dinamismo econômico do território.
- *A estrutura produtiva* que, por basear-se em formas concentradas de acesso aos recursos naturais, não alcança a diversificação e a desconcentração, capazes de beneficiar amplos setores da sociedade local. Ao contrário, essa estrutura produtiva permanece altamente especializada em um ou em poucos produtos, nesse caso, a soja.
- *A relação com as cidades* que, no caso do Matopiba engendra a formação de poucos e frágeis centros regionais, tendo como exemplos LEM e Barreiras na Bahia e Balsas no Maranhão. Isso porque a riqueza produzida é muito concentrada e não permite a formação de uma classe média empreendedora local, que levaria à dinamização de mais e mais promissores centros urbanos. Parte do excedente gerado é gasto fora do território, dificultando a endogeneização da riqueza que levaria ao fortalecimento do tecido urbano e à diversificação das atividades econômicas.
- E, por último, *as políticas públicas*, quinto elemento do quadro interpretativo, que no Matopiba não atuam na direção de reverter os quatro aspectos anteriores, mas sim de aprofundá-los.

O resultado é a formação de um tecido social e econômico no qual os **ativos necessários** a participar da vida social e econômica em condições de influenciar seus rumos são igualmente concentrados em uma **coalizão social** bastante restrita. Tais efeitos geram um mecanismo de causação circular que reitera as opções tomadas ao longo da história regional, o que torna difícil catalisar os conflitos existentes e inegáveis e transformá-los na base para a emergência de novas narrativas e modelos alternativos, como mostra o próximo tópico. As **instituições** locais, entendidas como as regras sociais que estabilizam o comportamento dos agentes, atuam sempre na direção de reforçar o caminho já adotado. Um processo que a literatura especializada chama justamente de dependência de cami-

nho. Algo muito difícil de ser rompido e que ajuda a explicar porque a mudança de modelo é tão difícil.

Ainda nessa parte do texto, fica provado que há uma clivagem no desempenho dos indicadores que recoloca o tema das relações entre Estado e mercado. O pior desempenho do Matopiba ocorre justamente nos indicadores que dependem do acesso a rendas monetárias: pobreza monetária e desigualdade de renda. Por outro lado, o melhor desempenho acontece naqueles indicadores para os quais o gasto governamental no provimento de serviços e de infraestrutura social é mais determinante: expectativa de vida, matrículas no ensino médio e mortalidade infantil. Isso reforça não apenas a ideia de que o Estado é um ator fundamental na moldagem dos indicadores de desenvolvimento do Matopiba, mas também que o próximo período pode significar o recrudescimento das condições de vida, já que o padrão de investimento governamental mudou após a crise econômica do meio desta década.

d) Conflitos fundiários, conflitos por recursos hídricos e conflitos intraelites

Neste tópico, se estruturam várias ordens de conflito. No corpo deste livro foram destacados ao menos três tipos. O primeiro e mais comum envolve os conflitos fundiários, tendo como protagonistas os grileiros e, em menor grau, grupos empresariais e populações tradicionais. O segundo, menos comum, mas em número crescente e com grande potencial de envolver maiores contingentes populacionais, envolve a questão hídrica. Inicialmente, esse tipo de conflito é desencadeado tendo como portadores as comunidades tradicionais afetadas pela menor disponibilidade de água, resultado do uso excessivo desse recurso por parte do agronegócio, em especial nas práticas de irrigação. Mas em um momento posterior, toda a população dos municípios simpatiza com as reivindicações das comunidades de agricultores, já que o problema da escassez e da qualidade de água vêm sendo sentidos, inclusive, nos núcleos urbanos dos municípios. O terceiro tipo de conflito, em geral negligenciado pela literatura e por atores sociais organizados, envolve as contradições de interesses entre frações das elites locais. Este último tipo pode tomar a forma de conflitos entre empresários nacionais e a ameaça de controle dos recursos por grupos estrangeiros. Outras vezes, envolve elites políticas locais em oposição às elites econômicas, pois o sistema tributário faz com que os pequenos municípios ganhem quase nada com a produção da soja, beneficiada pela isenção de impostos introduzida com a Lei Kandir, que desonera os produtos de exportação da cobrança de certos tributos. É verdade, claro, que

esses conflitos intraelites vêm sendo devidamente administrados. Um dos fatores que permitem esse equacionamento é a expansão contínua da fronteira agrícola que, reiteradamente, coloca novas terras no mercado fundiário, aliviando a pressão sobre os setores pouco capitalizados. Esses setores buscam refúgio nas novas áreas ante a pressão dos grupos mais capitalizados, que adquirem terras nas áreas mais antigas e melhor dotadas de infraestrutura. O não acirramento desses conflitos depende, portanto, das formas de regulação do setor agropecuário, que estão em permanente disputa por parte das diferentes narrativas e coalizões de atores, sobretudo em escalas mais amplas como a nacional.

e) Sobre narrativas, atores e coalizões

No que diz respeito ao setor empresarial, o que se observa é uma narrativa baseada no mito do heroico empreendedor individual, que se esquece de todo o papel desempenhado pelo Estado na criação do Matopiba, como já foi mencionado. O Estado, quando lembrado, aparece associado à ineficiência em prover a infraestrutura adequada à redução de custos e à estabilidade necessária aos investimentos privados. Outro forte componente do discurso empresarial é a ideia de cumprimento da lei, o que vale tanto para o desmatamento, como também para o uso de agrotóxicos ou o acesso aos recursos hídricos. Esse é um componente absolutamente central no discurso patronal e que contribui, tendo ou não correspondência na realidade local, para a construção do mito do empreendedorismo heroico do agronegócio. Situações de desrespeito dos limites legais são tratadas como exceções e relacionadas a imperfeições do ambiente institucional, nunca do comportamento empresarial. E as consequências dos problemas existentes, caso do desmatamento, mesmo legal, são apresentadas como custos inevitáveis do progresso generalizado promovido pelo setor.

O calcanhar de Aquiles do agronegócio no Matopiba são as situações que resvalam para condições de insegurança jurídica e que, por isso, podem implicar em restrições de acesso ao sistema financeiro ou a mercados mais exigentes, como foi demonstrado no caso das alterações na legislação e nos procedimentos de concessão das licenças ambientais na Bahia. Em casos assim, o setor se rende à necessidade de mudar comportamentos e práticas.

No que diz respeito às comunidades tradicionais, o que se observa é um discurso de resistência, portanto, reativo, pautado pela defesa de direitos, sem alcançar a formação de uma narrativa alternativa ao modelo dominante. Em alguns casos,

inclusive, a marca é de certa resignação, como se a extinção dos modos de vida dessas comunidades fosse mera questão de tempo. Tudo o que restaria fazer é diminuir os danos para os que ainda se encontram nessa condição.

Quanto aos atores públicos locais, dois aspectos chamam a atenção. Seu forte pragmatismo, admitindo por um lado a existência de excessos por parte do setor empresarial, e de outro, a impossibilidade de abrir mão das atividades da moderna agropecuária naquelas regiões onde elas foram mais longe, já que isto foi o responsável pela forte transformação econômica daqueles municípios, mesmo que o alcance dessa mudança seja bastante restrito em seus efeitos benéficos, frente à opulência do setor.

Ainda em relação aos atores públicos, outro aspecto é o profundo desconhecimento dos gestores municipais a respeito do que se passa no mundo empresarial local. Não há informações sistematizadas sobre quem são os produtores presentes no município, ou sobre o que vem mudando na propriedade e no uso da terra. É como se as empresas constituíssem um enclave no território, prescindindo do poder público municipal.

Mas também há um ponto vulnerável: muitos administradores municipais reclamam uma revisão do pacto federativo e da estrutura tributária que lhes permita ficar com uma parte maior da riqueza produzida localmente, algo que o sistema de arrecadação atual não permite. O tema tributário, até aqui, tem sido muito pouco explorado nas narrativas críticas ao modelo econômico do Matopiba.

No que diz respeito aos atores públicos estaduais o pragmatismo é ainda mais exacerbado. A influência do agronegócio sobre os governos dos estados é grande. Em geral, as regiões produtoras respondem por grande parte do produto bruto nessas unidades da federação, mas é preciso olhar para as diferenças internas. Ao menos no caso de três dos estados do Matopiba, ao lado das secretarias da agricultura que se dedicam a apoiar o agronegócio, há secretarias de desenvolvimento rural ou equivalentes e que representam os interesses da agricultura familiar e das comunidades tradicionais. Claro que há forte assimetria entre elas, mas sua existência é reveladora dos antagonismos que permeiam, também, as estruturas governamentais e a burocracia pública. O mesmo vale para a atuação do Ministério Público, que muitas vezes age de maneira favorável aos setores dominados na hierarquia econômica e social do Matopiba. Conhecer e operar com essas diferenças é fundamental na moldagem de narrativas e coalizões alternativas ao modelo do grande agronegócio.

No que diz respeito às organizações ambientalistas, por fim, observa-se o crescente interesse pelo Cerrado, em contraste com o período anterior, no qual o olhar priorizava outros biomas como a Amazônia ou a Mata Atlântica. Apesar disso, a narrativa que tem se moldado ainda permanece restrita à dimensão ambiental, sem oferecer alternativa para os problemas sociais e econômicos não equacionados pelo modelo produtivo do Matopiba. Talvez por isso a maior parte da população local seja crítica, mas também resignada quanto a esse modelo. A contenção do desmatamento, uma das principais reivindicações do movimento ambientalista, não será suficiente para gerar alternativas capazes de manter o dinamismo — concentrador, é verdade, mas nem por isso simplesmente ilusório ou irreal —, impulsionado com a produção da soja e culturas associadas.

No capítulo referente ao tema, três vetores foram identificados nos discursos das organizações que poderiam levar a alterações no modelo de desenvolvimento do Matopiba: i) mecanismos do tipo comando e controle, voltados a coibir práticas ilegais envolvendo desmatamento, uso de água, trabalho escravo, entre outros; ii) formas de governança apoiadas em acordos entre consumidores e empresas que resultem em compromissos mais ousados, como a moratória do desmatamento no Cerrado; e iii) adoção de formas de incentivo econômico à conservação ambiental do tipo REDD e outros, sobre os quais há grande controvérsia entre ambientalistas.

O primeiro problema que emerge desse quadro é saber qual será a narrativa capaz de pôr na defensiva o discurso dominante sobre os significados de expansão da atividade agropecuária no Matopiba, já que aquelas hoje existentes são ainda demasiadamente fragmentadas ou defensivas.

Até aqui, a ênfase recai quase que exclusivamente sobre os temas ambientais, principalmente o desmatamento, mas será preciso avançar para a negociação e a inovação em torno de novas modalidades de dinamização econômica. Sem isso, dificilmente a população local irá aderir a uma narrativa alternativa, porque o déficit das formas de ocupação e de geração de renda é enorme. Mesmo com críticas, é a promessa em torno desses temas que tem seduzido as populações locais para aceitar o modelo de desenvolvimento ancorado na soja, com tudo o que ele implica de seletividade, destruição ambiental e restrições para os modos de vida tradicionais de setores dessa mesma população.

Soluções de grande repercussão, como o desmatamento zero, são certamente importantes e mobilizam o debate regional, mas uma narrativa mais aderente aos problemas relacionados a como conciliar a conservação ambiental e o bem-estar da população local precisará dar conta de, ao menos, três realidades distintas: as áreas ainda não desmatadas e para as quais o desmatamento zero é uma alternativa, desde que se consiga firmar acordos em torno de sua implementação; as áreas já desmatadas, mas ainda não totalmente convertidas à produção de grãos; e as áreas onde a produção da soja e das demais lavouras já alteraram decisivamente a paisagem.

Há um conjunto de temas vistos atualmente e considerados sensíveis por parte dos atores locais que poderiam ser objeto de uma nova agenda: a revisão da questão tributária, diminuindo a perda de estados e municípios e retendo uma fração maior da riqueza gerada no território; a diversificação das economias locais, ampliando oportunidades para investidores e, também, para a geração de renda e trabalho para a população local; e um modelo mais inovador e consequente de pagamento por serviços ambientais ou de uso sustentável dos recursos florestais.

Igualmente importante, e aí está o segundo problema, é saber que atores, organizações e segmentos sociais conseguirão colocar esta narrativa alternativa em marcha com força suficiente. Apesar da importância das comunidades tradicionais e das grandes organizações ambientalistas, é plausível imaginar que outro modelo de desenvolvimento territorial precisará incluir espectro mais amplo de segmentos, hoje ainda distantes das vozes de contraponto. É este o caso de parte da burocracia governamental ou mesmo dos prefeitos desses pequenos municípios. É também o caso dos cidadãos desorganizados e de poder frágil e difuso dessas localidades, hoje encantados ou resignados diante do modelo representado pela produção de soja.

Em suma, não se trata apenas de denunciar os efeitos deletérios do modelo de desenvolvimento implementado no Matopiba, mas de moldar concomitantemente um novo projeto para o Cerrado e uma coalizão plural de forças sociais apta a se beneficiar desta nova narrativa e, por isso mesmo, de defendê-la.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. (2000). **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- ACEMOGLU; ROBINSON (2012). **Por que as nações fracassam**. Rio de Janeiro: Ed. Campus
- ACTION AID (2017). **Impactos da expansão do agronegócio no Matopiba – Comunidades e meio-ambiente**. Rio de Janeiro.
- AJARA, *et al.* (1991). O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 53 (4), p. 5 - 48, out./dez. 1991.
- ALVEAL, C.M.O. (2012). Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América portuguesa. **Sæculum - Revista de História** [26], João Pessoa, PB, jan/jun. 2012, p.63-77.
- ALVES, E. (2003). As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**. v. 18, n. 36, p 55-76, jul. /dez. 2003. Florianópolis.
- _____. (2010). Embrapa - a successful case of institutional innovation. **Revista de Política Agrícola**, p. 64-72.
- ALVES, V.C.L. (2009). O mercado de terras nos cerrados piauienses – modernização e exclusão. **AGRÁRIA**, São Paulo, nos 10/11, pp. 73-98, 2009.
- ALVES, V. E.L. org. (2015). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequencia Ed.
- ANA (2013). Usos da Água. **Pivôs Centrais de Irrigação**. Consultado em: <http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/metadata.show?id=328&currTab=distribution>
- ANAC (2018). Lista de aeródromos civis cadastrados. **Cadastro de aeródromos privados**. Consultado em: <http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/aerodromos/cadastro-de-aerodromos-civis>
- ANEEL (2018). **Sistemas de Informações Geográficas do Setor Elétrico (SIGEL)**. Consultado em: <https://sigel.aneel.gov.br/portal/home/>
- ANTAQ (2013). Plano Nacional de Integração Hidroviária. Base de dados geográficos. **Hidroviás**. Consultado em: <http://web.antaq.gov.br/Portal/PNIH.asp>
- ARRUDA, J.J. de A. (1980). **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática.
- AZEVEDO, M.P. de. (2003). **Os ciclos econômicos do Maranhão: do algodoeiro ao minero-metalúrgico**. Recife (PE), Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Recife, 2003.
- BACELAR, T. (2017). **Entrevista concedida à HumanitasUnisinos**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572896-nossa-elite-e-interessante-todos-liberais-e-dependentes-do-estado>
- BAGNASCO, A. (1977). **Treitalia – la problemática territoriale dello sviluppo italiano**. Torino: Il Mulino.
- BAHIA (2002). **Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional.
- BALSADI, O. (2015). Localização do emprego formal agropecuário nas atividades de cultivo e criação no Brasil. **55th Congress of the European Regional Science Association: "World Renaissance: Changing roles for people and places"**, 25-28 August 2015, Lisbon, Portugal

- BASSI, B.; CASTILHO, A. & VENDRAME, F. (2017). O controle de terras por estrangeiros no Brasil: Panorama geopolítico, aspectos legais e macro-tendências. **Análise** n. 35. FES/Brasil.
- BERDEGUÉ, J. *et al.* (2015a). Conceptualizing spatial diversity in latinamerican rural development – structures, institutions and coalitions. **World Development**. V. 73, p. 1-10, 2015a
- _____. (2015b). Explaining spatial diversity in latinamerican rural development – structures, institutions and coalitions. **World Development**. Vol. 73, p. 129-137, 2015b.
- BEZERRA, E.R. (2010). **O Grão e o Casco: representações e práticas da colonização no sul do Maranhão na primeira metade do século XIX**. Goiânia (GO): Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Dissertação (Mestrado em História).
- BOMBARDI, F.A. (2014). **Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará**. São Paulo: FFLCH-USP. Dissertação (Mestrado em História).
- BRANDÃO, P. R. B. (2010). A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**. Vol. 6, N. 1 (julho de 2010)
- BRANDÃO, T. M. B. (1993). **A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder**. Doutorado (História Social), FFLCH-USP.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2015). **A construção política do Brasil – sociedade, economia e estado desde a independência**. São Paulo: 34 Letras.
- BUAINAIN, A. M. *et al.* (2014). **O mundo rural no Brasil do século XXI – a formação de um novo padrão agrícola e agrário**. Brasília: Embrapa.
- BUAINAIN, A.M. *et al.* (2017). **Dinâmica da economia e da agropecuária no Matopiba**. Texto para Discussão n. 2284. Brasília: IPEA.
- BUZATO, H. *et al.* (2018). **A soja no Matopiba: contradições do modelo desenvolvimento, riscos e perspectivas para a conservação do Cerrado**. Relatório de Pesquisa. Piracicaba: Imflora.
- CABRAL, M. S. C. (2008). **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís, MA: EdUFMA.
- CLICHE, G. (2017). **Territorios en movimiento – hacia un desarrollo territorial inclusivo**. Buenos Aires: Teseo Ed.
- CANAL RURAL (2016). **Sarney Filho quer moratória da soja no Cerrado**. Consultado em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/soja/sarney-filho-quer-moratoria-soja-para-cerrado-64342>
- CARDOSO, A. C. (2002). **Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no Antigo Estado do Maranhão (1607-1653)**. Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2002.
- _____. (2011). A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626), **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338.
- CARDOSO, E. S. (2014). Dinâmica e evolução da paisagem no município de Barreiras – BA, **Anais do IV Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia**, Barreiras, 2014.
- CARNEIRO FILHO, A. & COSTA, K. (2016). **A Expansão da Soja no Cerrado – Caminhos para a ocupação territorial, uso do solo e produção sustentável**. São Paulo: Input/Agroicone.

- COMISSÃO SEN-STIGLITZ-FITOUSSI (2012). **Relatório da Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social**. Curitiba.
- COELHO NETO, E. (1979). **História do sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos**. Belo Horizonte: Editora São Vicente.
- COSTA, M.S.P. (2008). **Poder local em Tocantins: domínio e legitimidade em Arraias**. Brasília: UNB. Tese (Doutorado em Sociologia), 2008.
- CPT (2016). **Relatório Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra.
- DATAPEDEIA (2017). **Informações estatísticas dos municípios brasileiros**. Consultado em <https://www.datapedia.info/public/mapa>.
- DINIZ, J. A. F. (1982) **A área centro-ocidental do Nordeste**. Recife, PE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
- DNIT (2015). **Sistema Nacional Viário 2015 Completo**. Consultado em: <http://www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao/snv-2014-1>
- DULCI, L. (2017). **O que professores universitários aposentados de Nova York tem a ver com a expropriação de terras de pequenos agricultores no nordeste brasileiro?** Consultado em: <http://indebate.indisciplinar.com/2017/08/21/o-que-professores-universitarios-aposentados-de-nova-york-tem-a-ver-com-a-expropriacao-de-terras-de-pequenos-agricultores-no-nordeste-brasileiro/>
- EMBRAPA (2013). **Soma Brasil**. Brazilian Agriculture Observation and Monitoring System. Consultado em: <http://mapas.cnpm.embrapa.br/somabrasil/webgis.html>
- ____ (2015). **Matopiba GeoWeb**. Consultado em: <http://mapas.cnpm.embrapa.br/matopiba2015/>
- ____ (2017). **Delimitação e caracterização territorial do Matopiba**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>
- FAORO, Raimundo (1958). **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Globo.
- FAVARETO, A. (2010). A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou inovação por adição? **Estudos Avançados**. Vol. 64, n. 28. São Paulo: USP
- FAVARETO, A. & ABRAMOVAY, R. (2012). Contrastes territoriais dos indicadores de renda, pobreza monetária e desigualdade no Brasil dos anos 1990. **Revista Juris**. Vol. 4. n. 1. Março/2012.
- FAVARETO, A. (2018). O combate à pobreza rural na América Latina e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Grifos**. N. 45. Chapecó.
- FAVARETO, A. *et al.* (2012). **A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente (2000-2010)**. Documentos de trabajo. Santiago do Chile: Rimisp.
- FAVARETO, A. *et al.* (2015). Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista Gestão, Inovação e Sustentabilidade** vol. 1. N.1. Brasília: UnB.
- FEITOSA, C.O. (2011). **Do antigo Norte de Goiás ao estado de Tocantins: elementos de uma economia em formação**. Campinas (SP): IE/UNICAMP, Tese de doutorado em Geografia, 2011.
- FERNANDES, Florestan (1960). **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo. Ed. Difel.
- FERREIRA, A. J. de A. (2008). **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**,

São Paulo: FFLCH-USP. Tese de doutorado em Geografia, 2008.

FLORES, K. M. (2009). **Caminhos que andam: o Rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil**. Goiânia: Ed. UCG.

FREDERICO, S.; BÜHLER, E. A. **Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia**. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p.199-225.

FREITAS, A. F. G. de. (1999). Oeste da Bahia: formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 181, p. 59-78, maio/jun. 1999.

FUNAI, (2017). **Terras indígenas do Brasil – Versão 2014**. Consultado em: <http://funai.gov.br>

GANDARA, G.S. (2008). **Rio Parnaíba. Cidades-Beira**. Brasília (DF): Universidade de Brasília. Tese (Doutorado em História), 2008.

GRANDELLE, R. (2018). **Tesouros 'esquecidos' da biodiversidade brasileira Cerrado, Catinga e Pampas sofrem com a negligência do Estado e falta de monitoramento**. *Jornal O Globo*. Janeiro/2018.

GEIGER, P.P. (2014). **Excursão ao Jalapão em 1943**, *Terra Brasilis (Nova Série)*, nº3, 2014. Disponível em <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1030#tocto2n5>. Acesso em março de 2018.

GREENPEACE (2017). **Base de dados sobre desmatamento nos biomas brasileiros**. São Paulo/Brasília.

HECK, E.; MENEZES, L. (2016). Matopiba – projeto de destruição do Cerrado. **Porantim/CIMI**. N. 382. P. 8-9. Brasília: CIMI, 2016.

IBGE (2007). **Censo Agropecuário 2005/2006**. Disponível em: <http://ibge.gov.br>

_____ (2011). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://ibge.gov.br>

_____ (2012). **SIDRA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: Soja, Milho e Algodão**. Consultado em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/188>

_____ (2016). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=sobre>

_____ Cidades (2018). **Brasil em Síntese – Estados e Municípios** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

IMAFLORES (2017). **Dez anos da moratória da soja na Amazônia: história, impactos e a expansão para o cerrado**. Disponível em: <http://imaflora.org.br>

INCRA (2017) **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamento>

IPAM *et al.* (2017). **Expedição Matopiba**. Relatório de Viagem. Brasília.

JICA (2017). **Área de expansão da soja no Brasil**. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/index.html>

LIMA, D. A. e. (2014). **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense**. Campinas (SP): Instituto de Geociências/UNICAMP. Dissertação (Mestrado em Geografia), 2014.

- LOVATELLI, C. (2016). **Soja no Cerrado – sustentabilidade sem moratória**. CorreioBraziliense. Novembro/2016.
- MAHONEY, J. & THELEN, K. (2009). **Explaining institutional change – ambiguity, agency and power**. Cambridge University Press.
- MAPBIOMAS (2017). **Lad Cover Data**. Consultado em: <http://mapbiomas.org/map#coverage>
- MARTINS, J. de S. (1997). **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec.
- MAZZUCATO, M. (2015). **O Estado empreendedor – desmascarando o mito do setor público versus o setor privado**.
- MEDEIROS, L. (1988). **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase.
- MELLO, P. C. (2017). **Desmatamento do Cerrado é economicamente irracional**. Folha de S. Paulo. Dezembro/2017.
- MENEZES, F. & JANNUZZI, P. (2018). **Com aumento da extrema pobreza Brasil retrocede dez anos em dois**. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2018/03/07/com-o-aumento-da-extrema-pobreza-brasil-retrocede-dez-anos-em-dois/>
- MERTON, R. (1970). **Sociologia – teoria e estrutura**. Ed. Mestre Jou. São Paulo, 1970.
- MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (2017). **Mapas Multimodais Estaduais**. Consultado em: <http://www.infraestrutura.gov.br/component/content/article/63-bit/5091-bitpublic.html#estaduais>
- MIRANDA, R. S. (2011). **Ecologia Política da soja e processos de territorialização no sul do Maranhão**. Tese de Doutorado. Campina Grande: UFPB.
- MMA (2017). **Unidades de conservação**. Download de dados geográficos. Disponível em <http://mma.gov.br>
- MONTEIRO, M. S. L. *et al.* (2017). **Rugosidades do agronegócio no Sudoeste piauiense**. XII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Uberlândia.
- MONTEIRO, O.B da S. **História de Carolina** (2015). Carolina (MA), Ed. do autor.
- MOORE, Jr. B. (1983). **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes.
- MOTA, A.S. (2007). **A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão**. Tese (Doutorado em História), Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- MOTA, F. L. (2011). **O urbano e o rural na cidade de Balsas (MA): transformações socioespaciais no pós-1980**. Uberlândia (MG): Universidade Federal de Uberlândia, Dissertação (Mestrado em Geografia), 2011.
- MOTT, L.R.B. (1979) **Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial**. São Paulo. Revista de Antropologia, vol22, p.61-78.
- MUELLER, C. C. (1990). **Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste**. Planejamento e Políticas públicas, n. 3, p. 45-73, 1990.
- NERI, M. *et al.*, (2012). **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. Brasília: Nead.
- NORTH, D. *et al.* (2009). **Violence and Social Orders. A conceptual framework for interpreting recorded human history**. Nova York: Cambridge University Press.

- NOVAES, R. R. (1997). **De corpo e alma – catolicismo e classes sociais no Nordeste**. Rio de Janeiro: Graphic.
- NUNES, O. (1975). **Pesquisas para a história do Piauí**. V. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- NUNES LEAL, V. (1948). **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Forense Ed.
- OLIVEIRA, M.A.B. (2014). **A formação territorial do oeste da Bahia e as políticas territoriais do estado no período de 1889-1955**. *Élisée, Revista de Geografia, UEG – Anápolis, GO*, v.3, n.2, p.133-150, jul. /dez. 2014.
- OLIVEIRA, M.F. (2005). **Pedro Afonso: Uma cidade ribeirinha entre o Sono e o Tocantins**. XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina: ANPUH, 2005.
- OLIVEIRA, T. J. A. de (2017). **As transformações da base econômica nos municípios do Centro Norte BR (2000-2015)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Toledo, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.
- OSTROM, E. (2005). **Understanding institutional diversity**. Princeton University Press, 2005.
- PAULA JR, E. T. (2010). **O estrangeiro e a propriedade da terra no Matopiba – a última fronteira agrícola do Cerrado**. *Revista UFG / dezembro 2010 / Ano XII nº 9*.
- PESSOA, A. E. da S. (2003). **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial**. Tese (doutorado em História Social), São Paulo: FFLCH-USP, 2003.
- PERREIRA, R.R.S. (2008). **Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e redes de relações sociais no governo José Sarney. 1966-1970**. São Carlos (SP): USFCAR. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), 2008.
- PEREIRA L.I.; PAULI, L. (2016). **O processo de estrangeirização da terra e a expansão do agonegócio na região do Matopiba**. *Campo-Território – Revista de Geografia Agrária*. Número Especial.
- PIERSON, P. (2003). **Politics in time**. Princeton: Princeton University Press.
- PINHEIRO, L.C. da S.J. (2012). **Análise multitemporal da dinâmica do uso e cobertura da terra no município de Correntina (BA)**. Brasília: UNB. Dissertação (Mestre em Geografia), 2012.
- PIRES, M. & RAMOS, P. (2009). **O termo modernização conservadora – sua origem e utilização no Brasil**. *Revista Econômica do Nordeste*. Vol. 40. N. 3.
- PITTA, F. *et al.* (2017) **A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício**. *Estudos Internacionais*, v.5 n.2 (2017), p. 155-179
- PNUD (2017). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em : <http://atlasbrasil.org.br/2013/>
- PRADO JÚNIOR, C (2008). **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense.
- RAIS (2018). **Relatório Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>
- REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (2018). **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**.
- REYDON, B. P.; MONTEIRO, M. S. L. (2006) **A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/05O265.pdf> acesso em fevereiro de 2018.

- RIBEIRO, D. (1995). **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**, 2^{oa}ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, M.A. (2015). **Caracterização socioeconômica da produção primária da cadeia produtiva da soja no município de Uruçuí-PI**. Fortaleza (CE): UFCE. Mestrado (Dissertação em Logística e Pesquisa Operacional) 2015.
- SABOURIN, E. & GRISA, C. orgs. (2018). **A difusão de políticas públicas brasileiras para a América Latina e Caribe**. Ed. Escritos.
- SANTOS, C. C. M. (2000). **Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do Cerrado a partir da década de 80**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Salvador: UFBA, 2000.
- SARRACENO, E. (1999). **The evaluation of local policy making in Europe – learnings from the leader community initiative**. Evaluation. Vol. 5(4), p. 439-457. London.
- SAUER, S.; LEITE, S. (2012). **Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil**. RESR, Piracicaba -SP, Vol. 50, N° 3, p. 503-524, Jul/Set
- SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. (2003). **Desarrollo territorial rural**. Documentos de Trabajo. Santiago do Chile: Rimisp.
- SEN, A. (1998). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, O.B. da. (2015) **História de Carolina**. Carolina (MA): Ed. do Autor.
- SORJ, B. (1984). **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- SOUSA NETO, M. (2009) **Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. Tese (Doutorado em História), Recife (PE): UFPE, 2009.
- TORRES, M. & BRANFORD, S. (2017). **Moratória da soja – solução ou marketing?** Consultado em: <https://outraspalavras.net/brasil/moratoria-da-soja-solucao-ou-marketing-corporativo/>
- UNISINOS (2017). **“Nossa elite é interessante: Todos liberais e dependentes do Estado”**. Entrevista com Tânia Bacelar. São Leopoldo (RS): Revista Instituto Humanitas (on-line), 23.10.2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572896-nossa-elite-e-interessante-todos-liberais-e-dependentes-do-estado#>. Acesso em fevereiro de 2018.
- VARGA, I.V.D. (2008). **A insustentável leveza do estado: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão**. Acta amazônica, vol. 38(1), p. 85 - 100
- VEIGA, J. E. (1999). **A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- VIEIRA FILHO, J. E. R. & GASQUES, J. G. (2016). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea.
- VILARINHO, L.S.de; LOPES, W. G. R. e MONTEIRO, M.S.L. (2017). **Agentes sociais mobilizados de capital social no agronegócio do Cerrado do Piauí, Brasil**. Caracas (Venezuela): Revista Espacios, Vol. 38 (N° 19), 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n19/a17v38n19p10.pdf> acesso em fevereiro de 2018.

ANEXO

Recordatório de imagens – A terra, a gente, as coisas



Fotos: Arilson Favareto.

Foto: Suzana Kleeb.



Foto: Arilson Favareto.



Foto: Suzana KleeB.



Foto: Fernanda Ligabue.









Fotos: Arilson Favareto.







Foto: Suzana KleeB.



Foto: Arilson Favareto.



Foto: Arilson Favareto.



Foto: Arilson Favareto.



Foto: Arilson Favareto.



Foto: Arilson Favareto.



Fotos: Arilson Favareto.





Fotos: Marizilda Cruppe.



Mais do que um estudo sobre o Matopiba, região símbolo do moderno agronegócio brasileiro, este livro aborda metamorfoses da questão agrária contemporânea, ao mostrar como as formas de acesso, posse e uso da terra e da natureza se traduzem em questões políticas e econômicas que são de interesse do conjunto da sociedade.

Após percorrer 7 mil km de estradas, analisar dados e entrevistar mais de 150 pessoas de diferentes grupos sociais, os autores evidenciam como o desmatamento e a degradação ambiental não são, como dizem alguns, um custo do progresso. É o próprio estilo de desenvolvimento que pode ser posto em xeque, ao se constatar como há mais pobreza e desigualdade do que riqueza e bem-estar nos municípios daquela região.

O livro traz outras mensagens importantes. Como a necessidade de compreender as diferenças internas entre lideranças do agronegócio. Os significados da crescente aquisição de terras por grupos estrangeiros. Ou, ainda, o alerta para que movimentos sociais e ambientalistas ampliem o escopo de temas e questões abordados em seu discurso, se quiserem ter maior apoio da sociedade na crítica ao modelo que vem prevalecendo.

A análise da dinâmica territorial recente no Matopiba não tem como ponto de chegada a responsabilização do agronegócio por todos os problemas e conflitos evidenciados. Mas deixa claro como é pouco satisfatório e perigoso para o Brasil aprofundar sua trajetória atual, apoiada na crescente dependência deste setor como vetor de crescimento econômico.

GREENPEACE

